

**Anuário Estatístico
da Defesa Nacional
2008**

Edição: Ministério da Defesa Nacional

Direcção: Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional

Coordenação: Divisão de Organização, Análise e Estatística

Arranjo Gráfico: Gabinete de Comunicação e Relações Públicas

Impressão:

Tiragem:

Ano:

Depósito legal: 86886/ 95

ISSN: 0874-3312

Internet: www.mdn.gov.pt

MDN, Lisboa, Portugal, 2009 * Reprodução autorizada, excepto para fins comerciais, com indicação da fonte bibliográfica



Índice Geral

NOTA INTRODUTÓRIA	5
SINAIS CONVENCIONAIS	6
1 ORÇAMENTO	7
2 MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO	27
3 FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS	41
4 RELAÇÕES BILATERAIS DE DEFESA E COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR	61
5 RECURSOS HUMANOS	83
6 INFRA-ESTRUTURAS	123
7 ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS DE DEFESA	151
8 SISTEMA DE FORÇAS	179
9 APOIO SOCIAL	207
10 ACTIVIDADE INSPECTIVA	215
SIGLAS	223
ÍNDICE	239

Nota Introdutória

O Anuário Estatístico da Defesa Nacional constitui um repositório de dados da Defesa, cuja recolha é efectuada pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, Ramos das Forças Armadas, Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional, Inspecção-Geral da Defesa Nacional, Instituto de Acção Social das Forças Armadas e Polícia Judiciária Militar.

A informação estatística da presente edição é reportada ao ano de 2008, embora em áreas específicas como o *orçamento, recursos humanos, imobiliário, bens e tecnologias militares e actividade inspectiva*, sejam apresentados dados de anos anteriores, através dos quais é possível avaliar a respectiva evolução no passado recente.

Esta edição de 2008 é em tudo idêntica à de 2007, à excepção de um ou outro pormenor ditado pela necessidade de reflectir no seu conteúdo a evolução entretanto ocorrida na área da Defesa. Depois das significativas alterações introduzidas na edição precedente, quer em termos de conteúdo quer, sobretudo, a nível de grafismo, este Anuário 2008 conserva basicamente a estrutura apresentada na edição anterior.

De salientar que o trabalho apresentado é produto do empenho e dedicação de diversas entidades, organismos e pessoas, aos quais se agradece o seu precioso contributo. Dos utilizadores esperam-se críticas, comentários e sugestões que ajudem a melhorar a qualidade da publicação, tornando-a num instrumento de crescente utilidade para todos os que necessitam de estabelecer contacto com o sector da Defesa Nacional.

Sinais Convencionais

- ☐ ... Dado confidencial
- ☐ - Resultado nulo
- ☒ x Dado não disponível
- ☐ " Estimativa
- ☐ * Dado rectificado
- ☐ 0 Dado inferior a metade da unidade utilizada
- ☐ Dado incompleto

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.

The background of the slide is a light beige color with a faint, repeating pattern of 5 Euro banknotes. The banknotes are slightly tilted and overlapping, creating a sense of depth. The word "EURO" and the number "5" are visible on several of the notes. A dark grey geometric shape, resembling a stylized arrow or a corner, is positioned in the bottom right corner of the slide.

Orçamento

Nota Explicativa

As estatísticas do Orçamento inscritas neste capítulo têm como suporte de informação preferencial a Conta Geral do Estado (CGE).

É de referir que:

- a nível global, foi utilizada a informação publicada através do Orçamento do Estado (OE) para os referidos anos;
- a nível específico da Defesa Nacional, foram utilizados os dados disponíveis na Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SG/MDN), tendo os mesmos sido directamente fornecidos pelas entidades envolvidas, no que respeita ao PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) e à LPM (Lei de Programação Militar); os restantes elementos são já definitivos, pois foram recolhidos após a publicação da CGE, 2008 inclusive.

Para concretizar a transformação dos valores nominais (preços correntes) em valores reais (preços constantes) optou-se pela utilização do índice de preços implícito no produto interno bruto (PIB) como deflacionador, considerando o ano de referência 2002.

A informação macroeconómica, nomeadamente os dados sobre PIB, população e índice de preços implícito no PIB, foram recolhidos junto do Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP) do Ministério das Finanças e da Administração Pública, do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística.

Saliente-se, a propósito, que os indicadores macroeconómicos surgem alterados (desde 2002), por comparação com as edições anteriores, em virtude dos mesmos terem sido rectificadas pelo DPP, conforme informação recente. Importa referir que os valores apurados neste capítulo, no ano de 2002, não incluem os montantes referentes a “Contas de ordem” e “Despesas com compensação em receita” (DCCR).

A partir de 2003, a estrutura dos mapas do Orçamento do

Estado surge alterada com a entrada em vigor da nova Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto), pelo que os montantes do Orçamento do Estado são respeitantes aos serviços integrados, aí se incluindo as DCCR. Foram, no entanto, retiradas as verbas respeitantes a activos financeiros e a passivos financeiros por se considerar que não se referem a elementos do próprio ano.

Por último, convém explicitar como foram trabalhados os dados referentes às despesas da Defesa, por natureza. Assim, e de acordo com o classificador das despesas públicas, distinguiram-se três principais agrupamentos de despesa:

- *Pessoal*, que se identifica com o grupo “Despesas com o pessoal”;
- *Operação e manutenção*, que se identifica com os grupos “Aquisição de bens e serviços correntes”, “Transferências correntes” e “Outras despesas correntes”;
- *Despesas de capital*, que se identifica com o grupo com a mesma designação do citado classificador.

Importa alertar para o facto de que os montantes despendidos com a alimentação e o fardamento do efectivo militar, de acordo com o actual classificador das despesas públicas (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, e aplicável a partir de 2003), assim como no classificador anterior, em vigor desde 1989, serem incorporados no agrupamento “Aquisição de bens e serviços correntes”, pelo que, neste estudo, procedeu-se à sua inclusão no grupo “Operação e manutenção”. Contudo, no âmbito das Forças Armadas, as citadas despesas, que atingem montantes significativos, deveriam, pela sua natureza, ser efectivamente entendidas como despesas com o pessoal.

De acordo com o novo classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, a rubrica “07.01.14 – Investimentos Militares” compreende não só as construções e as obras de engenharia que as administrações mili-

tares realizam, como por exemplo os quartéis, os campos de tiro, os aeródromos, as estradas e as pontes militares, mas também as grandes reparações a efectuar naquelas estruturas e ainda o armamento e os equipamentos principais utilizados pelas Forças Armadas. Até 2002, este tipo de encargos estava incluído no agrupamento “Aquisição de Bens e Serviços Correntes”, através das rubricas “Construções Militares” e “Material Militar”.

É dado tratamento autónomo à componente PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central), pela sua especificidade, bem como às LPM (Lei de Programação Militar), por serem, no seu conjunto, os principais pólos do investimento efectuado no âmbito do Ministério da Defesa Nacional, no período em análise.

Convém referir que em relação às LPM assim como ao PIDDAC os valores apurados não são coincidentes com os publicados na Conta Geral do Estado, uma vez que nesta os valores não correspondem ao executado, mas sim aos saques efectuados; desta forma, os valores correspondem ao apuramento efectuado na SG/MDN.

No ano de 2007 a taxa de execução anual do PIDDAC rondou os 82%, sendo de salientar a verba correspondente ao PIDDAC da Marinha que entre outros, compreendia investimentos em ordem a dotar este Ramo com Navios de Patrulha Oceânica e Navios de Combate à Poluição.

No ano de 2008 o orçamento do PIDDAC apresenta uma execução global de cerca de 32%, no entanto, se da análise for expurgado o efeito dos atrasos na execução dos projectos relativos à construção de Navios de Patrulha Oceânica, de Navios de Combate à Poluição e de Lanchas de Fiscalização Costeira, bem como da não efectivação da componente de financiamento comunitário atribuído à Marinha para execução daqueles primeiros, o nível de execução passa a ser de cerca de 86%. Importa ainda referir que as dotações alocadas ao orçamento de PIDDAC para 2008 sofreram ainda uma redução decorrente das cativações impostas pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2008).

Integradas no esforço de Defesa e Segurança Nacional,

as Forças Armadas precisam de se reequipar e actualizar, para fazerem face aos actuais riscos de ameaça à paz e à soberania, ameaças múltiplas e complexas aos Estados e aos povos.

A Lei de Programação Militar (LPM) incorpora e desenvolve a programação do investimento público nas Forças Armadas relativo a equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento e infra-estruturas com impacte directo na modernização e na operacionalização do Sistema de Forças Nacional (SFN), concretizado através das respectivas medidas (capacidades).

Todas as medidas inscritas na LPM são as que se consideram necessárias à consecução dos Objectivos das Forças Nacionais aprovados no âmbito do Ciclo Bienal de Planeamento de Forças, tendo em conta a programação financeira dos custos adstritos à respectiva realização.

Considera-se como plano de forças, o plano de médio e longo prazo destinado a concretizar o SFN e o dispositivo aprovado em consequência do Conceito Estratégico Militar e das Missões das Forças Armadas.

Assim, a LPM constitui um instrumento para conjugar os recursos financeiros disponíveis com a edificação da componente operacional do SFN, procedendo aos ajustamentos adequados e conciliando os compromissos assumidos com as prioridades para a manutenção e o desenvolvimento das capacidades, numa óptica de continuidade que contribua decisivamente para a estabilidade e previsibilidade das opções fundamentais em matéria de reequipamento das Forças Armadas Portuguesas.

Neste contexto, a LPM contempla três sexénios, em correspondência com o Planeamento Estratégico de Armamento e Equipamentos de Defesa de Longo Prazo (18 anos) e é ordinariamente revista nos anos pares. Nas revisões da LPM pode-se, caso os objectivos de força nacionais o aconselhem, proceder ao cancelamento e alteração de programas inscritos, afectar os respectivos saldos a outros projectos, bem como inscrever novos projectos, encontrando-se instituído o mecanismo de transição dos saldos verificados nas medidas.

No ano de 2008 a LPM que vigorou foi a decorrente da

Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto, que tem como parâmetros de referência a racionalização do emprego dos meios existentes ou a adquirir e a gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis, traduzidos, entre outros, nos seguintes instrumentos:

1. Reforço da tendência de centralização no Ministério da Defesa Nacional (MDN) dos projectos de reequipamento, concretizando-se esta linha de acção na atribuição aos Órgãos e Serviços Centrais do MDN de responsabilidades pela gestão de um conjunto significativo de projectos de aquisição;
2. Reforço do investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) de defesa, em alinhamento com as orientações subjacentes à Estratégia de Lisboa e ao Plano Tecnológico, criando instrumentos e mecanismos institucionais de racionalização do investimento;
3. Adopção de uma política de alienações de equipamento militar que seja considerado em excesso face ao conceito adoptado de constituição de núcleos de forças tecnologicamente actualizados, de dimensão equilibrada e harmoniosamente integrados no SFN;
4. Desenvolvimento dos núcleos de forças dos ramos em harmonia com o princípio do funcionamento operativo conjunto do SFN, ancorando-

os nas capacidades de comando e controlo, de transporte estratégico e de projecção de forças;

5. Criação de instrumentos de gestão técnica e operacional que permitam racionalidade económica na manutenção e emprego de equipamentos tecnicamente complexos e de utilização dispendiosa.

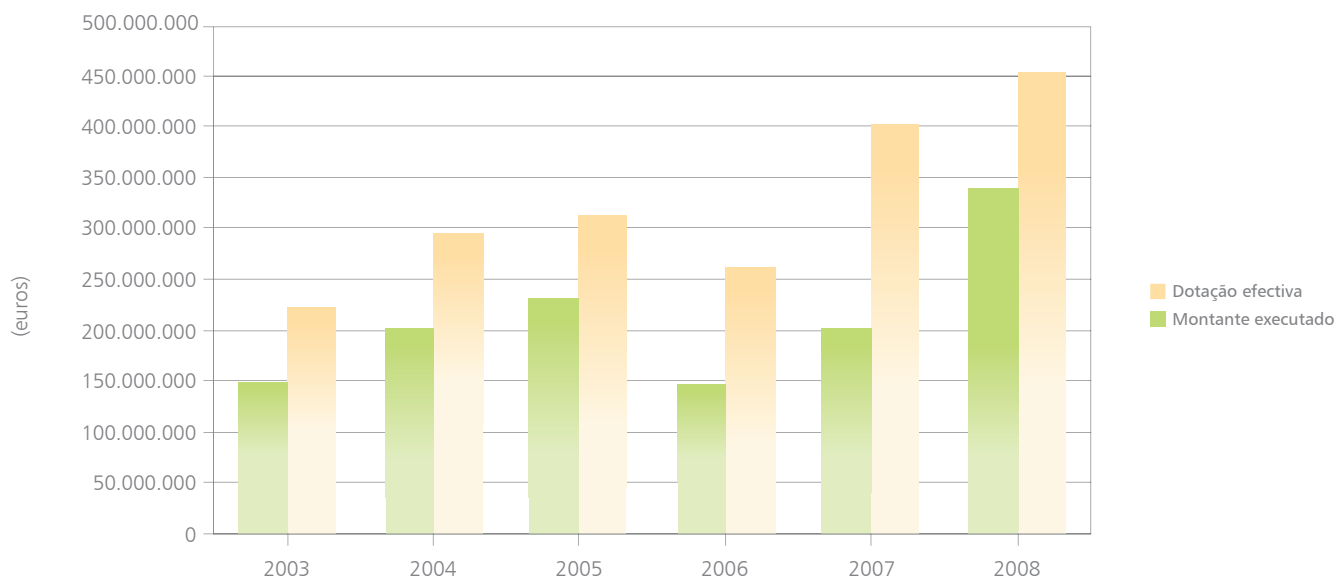
No âmbito financeiro, a Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto, tem em consideração as implicações da decisão do EUROSTAT sobre o tratamento dos equipamentos militares nas contas nacionais, com incidência no défice público, nos anos de entrega dos equipamentos.

O total de investimento (com alienações) da presente lei é de 5.450,697 milhões de euros em 24 anos (2006-2029), repartido da seguinte forma: primeiro sexénio (2006-2011) 2.119,193 milhões de euros; segundo sexénio (2012-2017) 2.203,031 milhões de euros; terceiro sexénio (2018-2023) 960,313 milhões de euros; quarto sexénio (2024-2029) 168,160 milhões de euros.

Em 2008, a execução orçamental, atingiu um grau de realização de 74,59 %. No quadro e gráfico a seguir expostos, apresenta-se uma comparação dos períodos homólogos, referentes aos anos de 2003 a 2008.

(euros)

Ano	Dotação efectiva	Montante executado	Grau de realização
2008	456.425.536	340.425.163	74,59%
2007	401.887.828	201.612.372	50,17%
2006	262.124.176	147.016.113	56,09%
2005	311.281.915	230.997.827	74,21%
2004	294.997.518	200.443.826	67,95%
2003	222.668.482	149.423.703	67,11%



Considerando a transição dos saldos de 2007, as dotações iniciais inscritas no Orçamento de Estado de 2008, deduzidas da cativação legalmente prevista e adicionadas das descativações autorizadas e alterações orçamentais ocorridas e considerando igualmente as guias de reposição a dotação corrigida foi de 456.425.536 €. Desta dotação, até 31 de Dezembro de 2008, foi executado o montante de 340.425.163 €, a que corresponde uma taxa de exe-

cução de 74,59% %, situando-se 10,91% acima da média dos valores homólogos de 2002 a 2007.

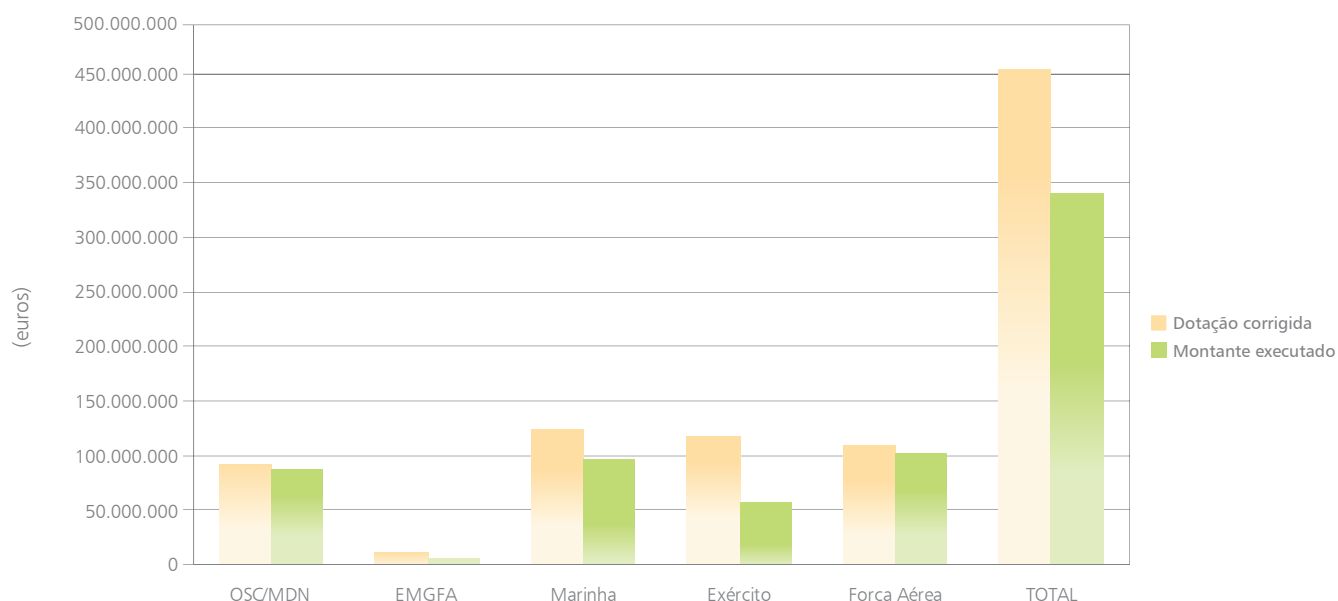
Finalmente importa referir que permaneceram cativos no final do ano cerca de 71.366.850€ o que implicou uma recalendarização de compromissos do que decorrerá dificuldades para a normal execução dos projectos em 2009.

O quadro e o gráfico a seguir apresentados reflectem a execução orçamental referente ao ano de 2008:

(euros)

Capítulos	Saldo 2007	Orçamento 2008			Guias de reposição	Dotação corrigida	Execução		Saldo
		Inicial	Cativação	Alt Orç. (+/-)			Montante	%	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(1+2-3+/-4+5)	(7)	(8)=(7)/(6)	(9)=(6)-(7)
OSC/MDN	36.684.626	4.800.000		40.288.255	1.172	81.774.053	75.286.572	92,07	6.487.481
EMGFA	5.435.382	10.186.000	3.565.100	- 2.191.941		9.864.341	7.063.446	71,61	2.800.895
Marinha	60.295.242	95.920.000	24.425.300	- 4.000.000		127.789.942	98.480.686	77,06	29.309.256
Exército	85.162.257	92.025.000	32.208.750	- 20.000.000		124.978.507	55.574.339	44,47	69.404.168
Força Aérea	12.699.393	110.487.000	11.167.700			112.018.693	104.020.120	92,86	7.998.573
TOTAL	200.276.900	313.418.000	71.366.850	14.096.314	1.172	456.425.536	340.425.163	74,59	116.000.373

Execução orçamental 2008



Em termos globais, nos anos em análise, poder-se-á dizer que os recursos utilizados pela Defesa têm vindo a aumentar progressivamente, a preços correntes, com excepção do ano de 2006, onde se verifica uma descida de cerca de 10,5%. Apesar de em 2007 se ter verificado uma subida, o seu montante ainda não atingiu os níveis de 2005, o que só veio a acontecer em 2008.

Se nos debruçarmos sobre os mapas relativos a preços constantes, verifica-se uma oscilação, existindo uma regressão no ano de 2006 (ocorreu uma grande diminuição, tendo-se regressado aos valores de 2002/2003). O ano de 2007, a preços constantes, mantém-se também a níveis de 2002/2003. O ano de 2008, a preços constantes, mantém-se a níveis de 2004.

O valor de execução da Lei de Programação Militar (LPM), assim como as missões internacionais, têm vindo a influenciar os dados apresentados.

Para além das *Despesas de capital*, a componente *Investimento* evoluiu de acordo com os financiamentos da LPM, uma vez que, em termos comparativos, o peso do PIDDAC não é significativo.

Em 2004, são de realçar os encargos com as Missões Humanitárias e de Paz, assim como com as Forças Nacionais Destacadas (FND) e, ainda, no agrupamento de *Pessoal*, os encargos com a saúde.

Em 2005, através do orçamento rectificativo, conseguiu-se regularizar situações de anos anteriores, entre as quais sobressaem os encargos com a saúde e as FND.

A integração dos sistemas de saúde (ADMA, ADME e ADMFA) num único sistema (ADM), a partir de 2006, bem como a sua transição em termos de encargos dos Ramos para a SG/MDN, justificam o elevado acréscimo em Despesas de pessoal dos OSC, assim como a redução consequente neste agrupamento nos orçamentos dos Ramos. Os pagamentos da ADM são também a justificação para o grande aumento em Despesas de pessoal nos OSC no ano de 2008, porquanto se recuperaram alguns pagamentos em atraso. Os encargos com *Operação e manutenção* em 2008, quer a preços correntes quer a preços constantes, regredem em relação a 2007 e a 2006.

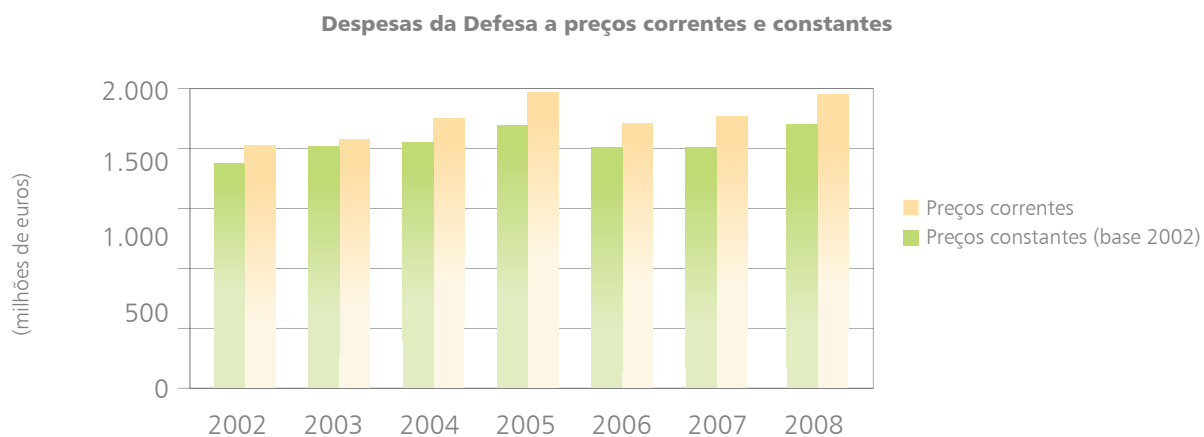
No ano de 2007, a nível de despesas de funcionamento há uma ligeira redução, sobretudo em *Pessoal*, a qual resultou em benefício de *Operação e manutenção*. De salientar ainda as despesas de Investimento, onde se constata um grande aumento, fruto das componentes PIDDAC e LPM. Relativamente à estrutura do ODN (orçamento da Defesa Nacional), constata-se que a componente *Pessoal* continua a absorver a maior parte dos recursos financeiros postos à disposição da Defesa.

1.1 – DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Preços correntes	Preços constantes (base 2002)
2008	1.996,1	1.708,0
Dados retrospectivos		
2007	1.818,3	1.585,4
2006	1.756,2	1.577,1
2005	1.962,0	1.811,3
2004	1.800,8	1.704,0
2003	1.647,1	1.596,0
2002	1.552,6	1.552,6

FONTE: Conta Geral do Estado 2002/2008.



1.2 – VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA

(%)

Ano	Variação anual
2008/2007	9,78%
Dados retrospectivos	
2007/2006	3,54%
2006/2005	-10,49%
2005/2004	8,95%
2004/2003	9,33%
2003/2002	6,09%

1.3 – DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Preços correntes			Preços constantes		
	Despesas da Defesa	Despesas públicas	PIB	Despesas da Defesa	Despesas públicas	PIB
2008	1.996,1	46.753,0	166.228,0	1.708,0	40.003,8	142.231,6
Dados retrospectivos						
2007	1.818,3	45.650,2	163.179,0	1.585,4	39.802,3	142.275,6
2006	1.756,2	45.353,5	155.446,0	1.577,1	40.729,9	139.599,2
2005	1.962,0	41.410,5	149.124,0	1.811,3	38.230,3	137.671,5
2004	1.800,8	39.243,0	144.128,0	1.704,1	37.134,9	136.385,7
2003	1.647,1	39.132,1	138.582,0	1.596,1	37.918,7	134.284,9
2002	1.552,6	45.980,3	135.434,0	1.552,6	45.980,3	135.434,0

FONTES: Conta Geral do Estado 2002/2008, Relatório Anual 2008 do Banco de Portugal e Departamento de Prospectiva e Planeamento.

Despesas públicas e PIB a preços correntes



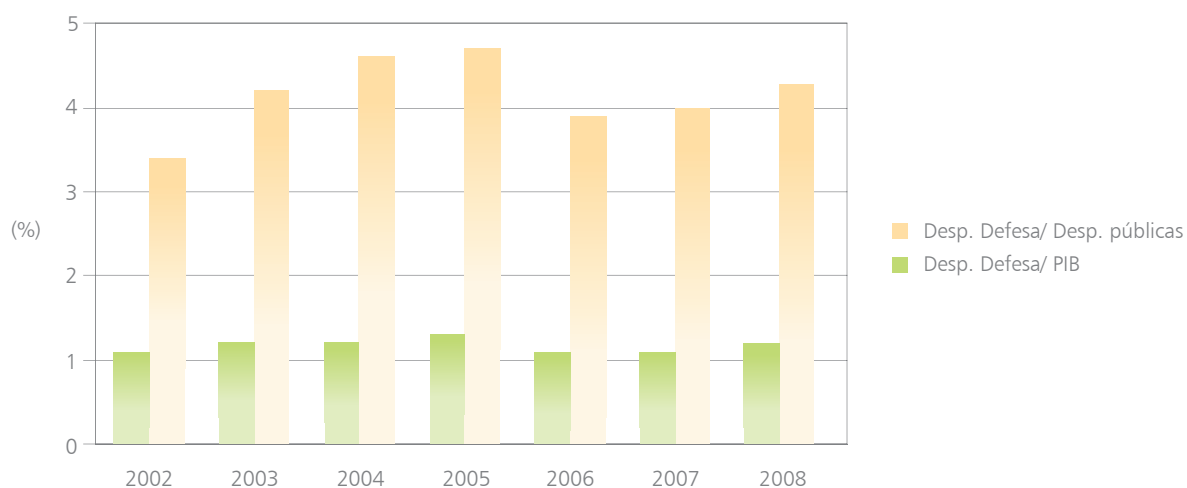
1.4 – PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB

(%)

Ano	Despesas da Defesa/ Despesas públicas	Despesas da Defesa/PIB
2008	4,3	1,2
Dados retrospectivos		
2007	4,0	1,1
2006	3,9	1,1
2005	4,7	1,3
2004	4,6	1,2
2003	4,2	1,2
2002	3,4	1,1

FONTES: Conta Geral do Estado 2002/2008, Relatório Anual 2008 do Banco de Portugal e Departamento de Prospectiva e Planeamento.

Peso das despesas da Defesa nas despesas públicas e no PIB



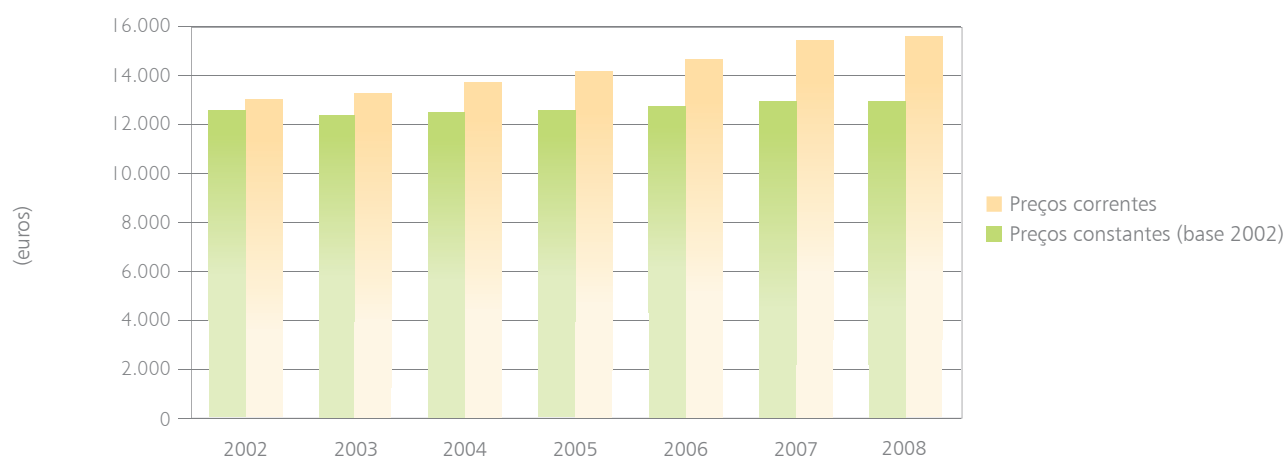
1.5 – PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(euros)

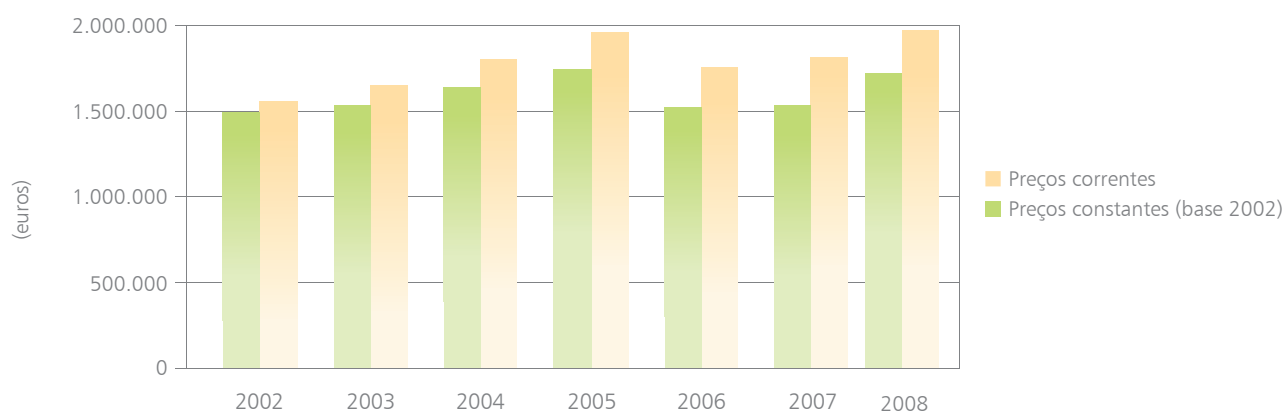
Ano	Preços correntes		Preços constantes	
	Despesas da Defesa/Habitante	PIB/Habitante	Despesas da Defesa/Habitante	PIB/Habitante
2008	187,8	15.642,0	160,7	13.384,0
Dados retrospectivos				
2007	171,3	15.368,2	149,3	13.399,5
2006	165,7	14.666,1	148,8	13.171,0
2005	185,6	14.108,2	171,4	13.024,7
2004	171,0	13.688,7	161,8	12.953,3
2003	157,2	13.229,8	152,4	12.819,6
2002	149,2	13.012,5	149,2	13.012,5

FONTES: Conta Geral do Estado 2002/2008, Relatório Anual 2008 do Banco de Portugal, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Estatísticas Demográficas Janeiro 2007.

PIB por habitante



Despesas da Defesa por habitante



1.6 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - DESPESAS GLOBAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

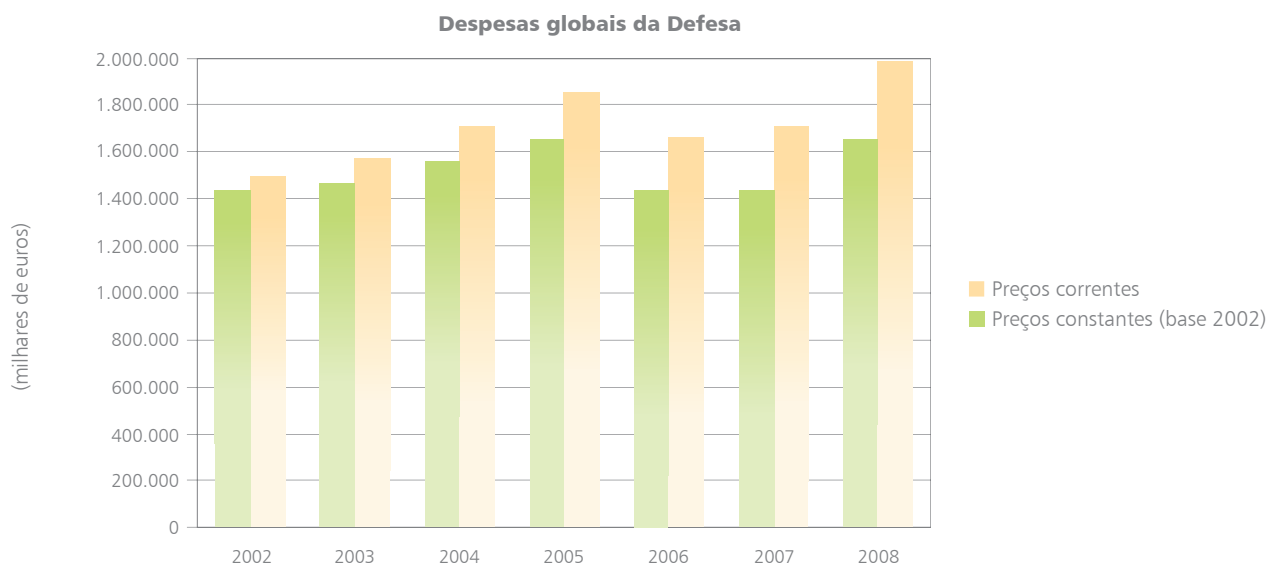
Ano	Pessoal	Operação e manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de capital	TOTAL
2008	1.213.493,6	387.487,9	11.732,4	340.425,2	42.979,5	1.996.118,6
Dados retrospectivos						
2007	1.184.966,6	363.482,6	27.925,1	201.612,4	40.357,2	1.818.343,9
2006	1.209.342,2	349.531,4	4.469,6	147.016,1	45.814,9	1.756.174,2
2005	1.235.281,5	357.845,8	97.893,6	230.997,8	39.963,6	1.961.982,3
2004	1.198.862,9	344.099,3	10.550,6	200.443,8	46.831,0	1.800.787,6
2003	1.100.673,3	303.974,6	18.698,1	149.423,7	74.352,2	1.647.121,9
2002	1.105.086,2	295.410,0	16.185,1	116.381,8	19.542,9	1.552.606,0

FONTE: Conta Geral do Estado 2002/2008.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de capital	TOTAL
2008	1.038.315,8	331.550,8	10.038,7	291.282,0	36.775,1	1.707.962,3
Dados retrospectivos						
2007	1.033.171,1	316.920,1	24.347,9	175.785,6	35.187,4	1.585.412,1
2006	1.086.056,9	313.898,7	4.013,9	132.028,7	41.144,3	1.577.142,6
2005	1.140.413,7	330.363,7	90.375,6	213.257,5	36.894,2	1.811.304,7
2004	1.134.461,8	325.614,8	9.983,8	189.676,3	44.315,3	1.704.051,9
2003	1.066.543,9	294.549,0	18.118,3	144.790,4	72.046,7	1.596.048,4
2002	1.105.086,2	295.410,0	16.185,1	116.381,8	19.542,9	1.552.606,0

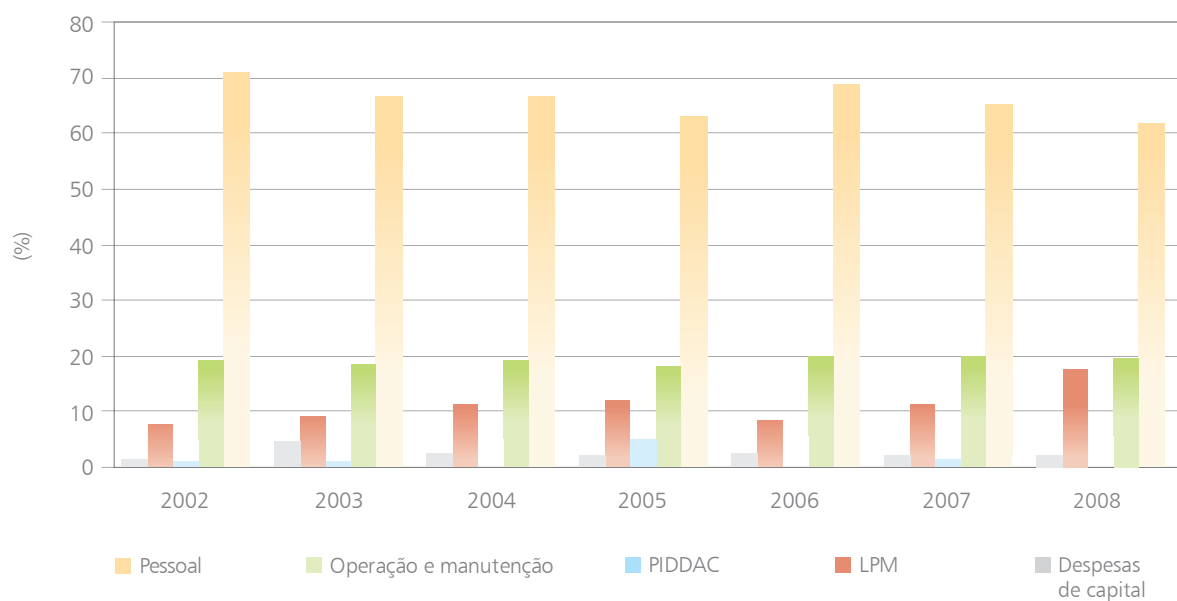


1.6 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - DESPESAS GLOBAIS (Continuação)

EM PORCENTAGEM

(%)

Ano	Pessoal	Operação e manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de capital	TOTAL
2008	60,8	19,4	0,6	17,1	2,2	100,0
Dados retrospectivos						
2007	65,2	20,0	1,5	11,1	2,2	100,0
2006	68,9	19,9	0,3	8,4	2,5	100,0
2005	63,0	18,2	5,0	11,8	2,0	100,0
2004	66,6	19,1	0,6	11,1	2,6	100,0
2003	66,8	18,5	1,1	9,1	4,5	100,0
2002	71,2	19,0	1,0	7,5	1,3	100,0



1.7 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - SERVIÇOS CENTRAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de capital	TOTAL
2008	129.652,8	33.897,7	550,5	75.286,6	13.797,9	253.185,5
Dados retrospectivos						
2007	80.024,2	49.332,4	443,6	69.415,4	13.393,0	212.608,6
2006	72.294,1	37.099,9	257,6	25.250,7	13.940,6	148.842,9
2005	17.966,3	30.040,2	34.293,5	17.171,6	8.906,0	108.377,6
2004	17.334,1	31.185,3	312,7	18.467,6	14.892,1	82.191,8
2003	16.098,5	29.366,8	241,7	11.066,2	37.599,5	94.372,7
2002	15.883,5	27.692,1		7.809,5	19.378,6	70.763,7

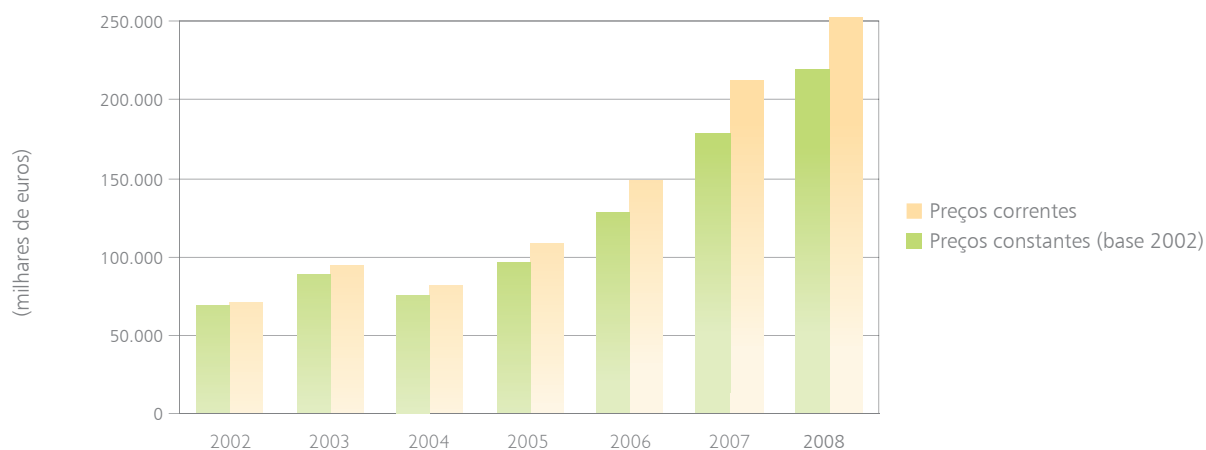
FONTE: Conta Geral do Estado 2002/2008.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de capital	TOTAL
2008	110.936,3	29.004,3	471,0	64.418,3	11.806,1	216.636,1
Dados retrospectivos						
2007	69.773,0	43.012,9	386,8	60.523,2	11.677,3	185.373,2
2006	64.924,1	33.317,8	231,3	22.676,5	12.519,4	133.669,1
2005	16.586,5	27.733,1	31.659,8	15.852,9	8.222,1	100.054,4
2004	16.403,0	29.510,0	295,9	17.475,6	14.092,1	77.776,5
2003	15.599,4	28.456,2	234,2	10.723,1	36.433,6	91.446,4
2002	15.883,5	27.692,1		7.809,5	19.378,6	70.763,7

Despesas globais dos Serviços Centrais



1.8 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - EMGFA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

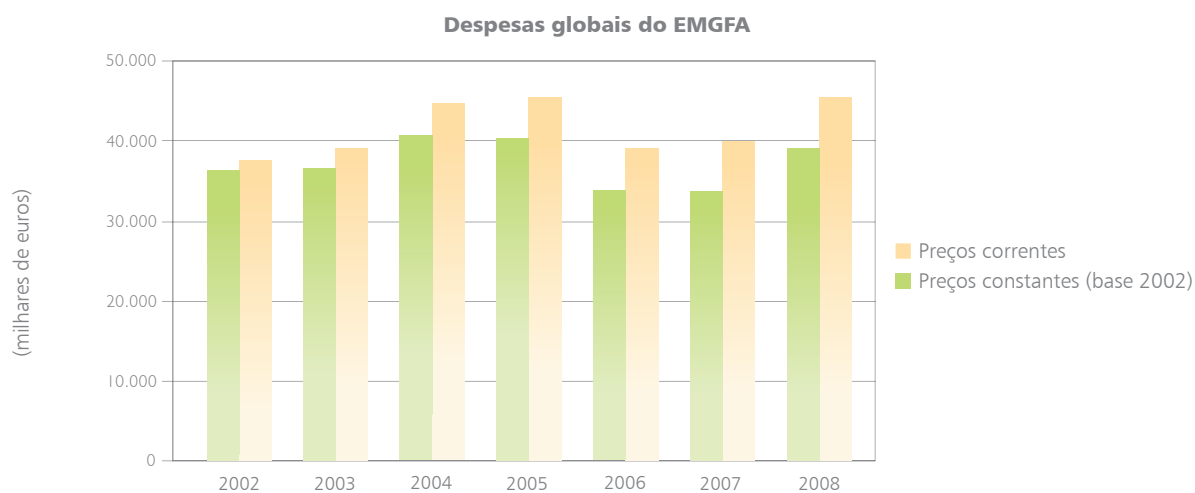
Ano	Pessoal	Operação e manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de capital	TOTAL
2008	29.257,7	7.503,8		7.063,4	1.317,1	45.142,0
Dados retrospectivos						
2007	26.643,0	6.494,1		6.410,7	687,0	40.234,8
2006	25.230,2	6.717,4		6.467,0	789,5	39.204,1
2005	25.683,3	6.444,3		12.843,8	709,3	45.680,7
2004	24.285,3	7.602,8		12.150,6	948,6	44.987,3
2003	24.120,6	6.179,7		8.227,0	814,9	39.342,2
2002	26.796,5	6.038,8		5.034,0		37.869,3

FONTE: Conta Geral do Estado 2002/2008.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de capital	TOTAL
2008	25.034,1	6.420,6		6.043,8	1.127,0	38.625,4
Dados retrospectivos						
2007	23.230,0	5.662,2		5.589,5	599,0	35.080,7
2006	22.658,1	6.032,6		5.807,7	709,0	35.207,4
2005	23.710,9	5.949,4		11.857,4	654,8	42.172,5
2004	22.980,8	7.194,4		11.497,9	897,6	42.570,7
2003	23.372,6	5.988,1		7.971,9	789,6	38.122,3
2002	26.796,5	6.038,8		5.034,0		37.869,3



1.9 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - MARINHA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de capital	TOTAL
2008	319.963,6	119.950,9	5.967,3	98.480,7	7.765,4	552.127,9
Dados retrospectivos						
2007	316.498,4	101.680,9	22.968,3	35.456,3	6.498,8	483.102,7
2006	335.416,2	101.877,1	2.065,5	26.417,6	9.783,7	475.560,1
2005	348.853,4	107.935,1	59.008,8	59.556,9	6.180,7	581.534,9
2004	328.700,4	96.045,6	5.519,7	60.045,8	4.626,4	494.937,9
2003	318.751,3	88.973,7	11.956,9	31.765,2	5.218,2	456.665,3
2002	310.956,1	79.228,1	11.451,3	22.597,4	164,3	424.397,2

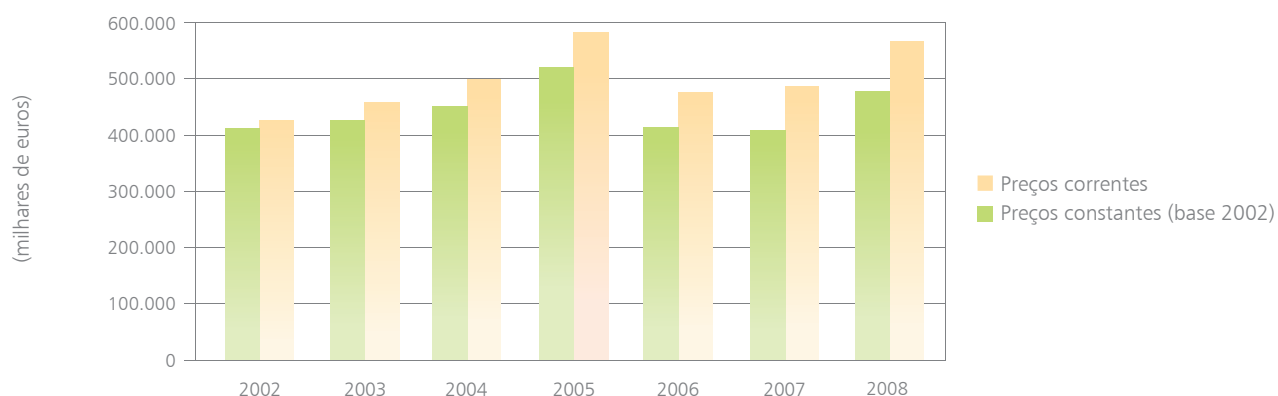
FONTE: Conta Geral do Estado 2002/2008.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de capital	TOTAL
2008	273.774,2	102.635,0	5.105,9	84.264,2	6.644,4	472.423,7
Dados retrospectivos						
2007	275.954,6	88.655,5	20.026,0	30.914,3	5.666,3	421.216,7
2006	301.222,5	91.491,3	1.854,9	23.724,5	8.786,3	427.079,6
2005	322.061,9	99.645,8	54.477,0	54.983,1	5.706,0	536.873,8
2004	311.043,1	90.886,1	5.223,2	56.820,3	4.377,8	468.350,5
2003	308.867,5	86.214,8	11.586,2	30.780,3	5.056,4	442.505,1
2002	310.956,1	79.228,1	11.451,3	22.597,4	164,3	424.397,2

Despesas globais da Marinha



1.10 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - EXÉRCITO

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

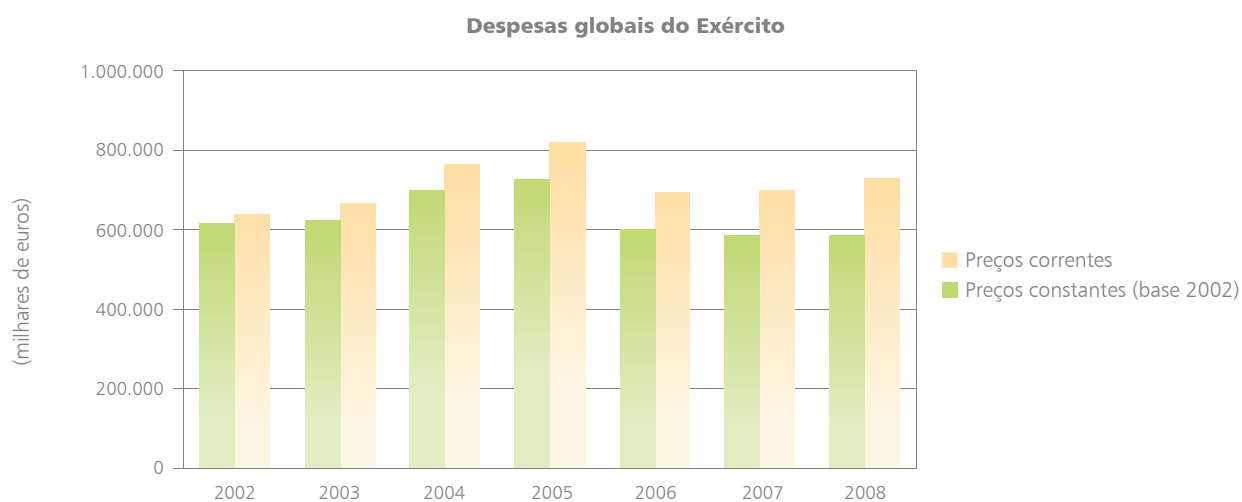
Ano	Pessoal	Operação e manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de capital	TOTAL
2008	517.341,7	115.803,0	3.522,8	55.574,3	11.087,8	703.329,6
Dados retrospectivos						
2007	550.014,1	108.231,6	1.830,9	17.571,2	10.389,0	688.037,8
2006	561.562,2	108.663,8	1.768,8	9.473,8	9.232,2	690.700,8
2005	614.154,0	104.510,8	2.317,3	90.703,0	8.894,2	820.579,3
2004	604.881,1	116.562,6	2.433,6	36.374,6	12.733,2	772.985,1
2003	523.425,5	96.093,3	3.506,9	25.467,3	10.412,0	658.905,0
2002	546.275,4	86.051,7	1.656,5	15.792,2		649.775,8

FONTE: Conta Geral do Estado 2002/2008.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de capital	TOTAL
2008	442.659,1	99.085,9	3.014,3	47.551,7	9.487,2	601.798,2
Dados retrospectivos						
2007	479.556,7	94.367,0	1.596,4	15.320,3	9.058,9	599.899,4
2006	504.314,2	97.586,1	1.588,5	8.508,0	8.291,0	620.287,9
2005	566.987,9	96.484,5	2.139,4	83.737,1	8.211,1	757.560,0
2004	572.387,8	110.301,1	2.302,8	34.420,6	12.049,2	731.461,5
2003	507.195,2	93.113,7	3.398,2	24.677,6	10.089,1	638.473,9
2002	546.275,4	86.051,7	1.656,5	15.792,2		649.775,8



1.11 – NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - FORÇA AÉREA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

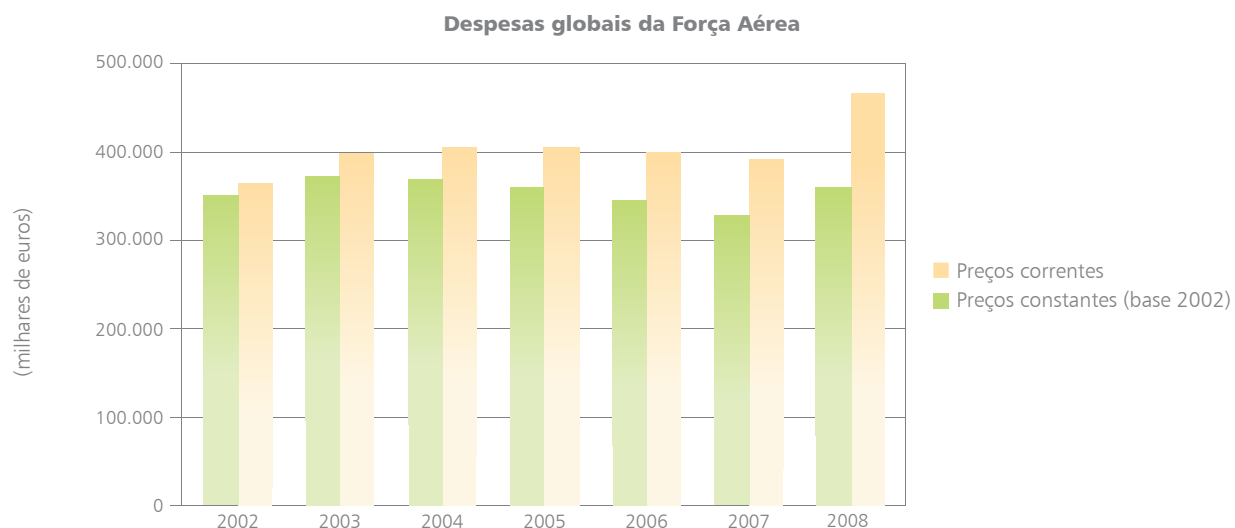
Ano	Pessoal	Operação e manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de capital	TOTAL
2008	217.277,8	110.332,5	1.691,8	104.020,1	9.011,3	442.333,5
Dados retrospectivos						
2007	211.786,9	97.743,6	2.682,3	72.758,8	9.388,5	394.360,1
2006	214.839,6	95.173,2	377,7	79.407,1	12.068,9	401.866,5
2005	228.624,5	108.915,5	2.274,1	50.722,5	15.273,2	405.809,8
2004	223.662,0	92.703,0	2.284,6	73.405,1	13.630,8	405.685,5
2003	218.277,5	83.361,1	2.992,6	72.897,9	20.307,7	397.836,8
2002	205.174,7	96.399,3	3.077,3	65.148,6		369.799,9

FONTE: Conta Geral do Estado 2002/2008.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de capital	TOTAL
2008	185.912,0	94.405,1	1.447,6	89.004,0	7.710,4	378.479,1
Dados retrospectivos						
2007	187.656,8	85.222,5	2.338,7	63.438,3	8.185,8	346.842,1
2006	192.937,9	85.470,9	339,2	71.312,0	10.838,5	360.898,5
2005	211.066,5	100.550,9	2.099,4	46.827,0	14.100,2	374.644,0
2004	211.647,2	87.723,2	2.161,9	69.461,9	12.898,6	383.892,8
2003	211.509,2	80.776,3	2.899,8	70.637,5	19.678,0	385.500,8
2002	205.174,7	96.399,3	3.077,3	65.148,6		369.799,9



1.12 – DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN

A PREÇOS CORRENTES

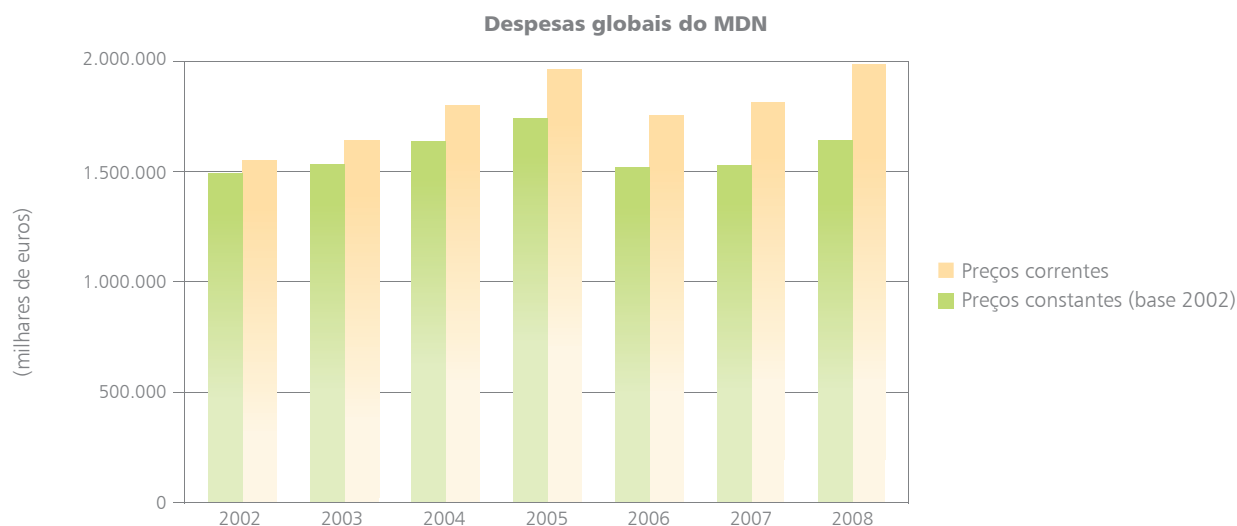
(milhares de euros)

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2008	253.185,5	45.142,0	552.127,9	703.329,6	442.333,5	1.996.118,6
Dados retrospectivos						
2007	212.608,6	40.234,8	483.102,7	688.037,7	394.360,1	1.818.343,9
2006	148.842,8	39.204,0	475.560,1	690.700,8	401.866,5	1.756.174,2
2005	108.377,6	45.680,8	581.534,8	820.579,2	405.809,7	1.961.982,1
2004	82.191,8	44.987,3	494.937,8	772.985,1	405.685,6	1.800.787,6
2003	94.372,7	39.342,2	456.665,2	658.905,1	397.836,8	1.647.122,0
2002	70.763,8	37.869,3	424.397,1	649.775,9	369.800,0	1.552.606,1

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2008	216.636,1	38.625,4	472.423,7	601.798,2	378.479,0	1.707.962,3
Dados retrospectivos						
2007	185.373,2	35.080,7	421.216,7	599.899,4	343.842,1	1.585.412,1
2006	133.669,1	35.207,4	427.079,6	620.287,9	360.898,5	1.577.142,6
2005	100.054,4	42.172,5	536.873,8	757.560,0	374.644,1	1.811.304,7
2004	77.776,5	42.570,7	468.350,5	731.461,5	383.892,7	1.704.051,9
2003	91.446,4	38.122,3	442.505,1	638.473,9	385.500,8	1.596.048,4
2002	70.763,8	37.869,3	424.397,1	649.775,9	369.800,0	1.552.606,1

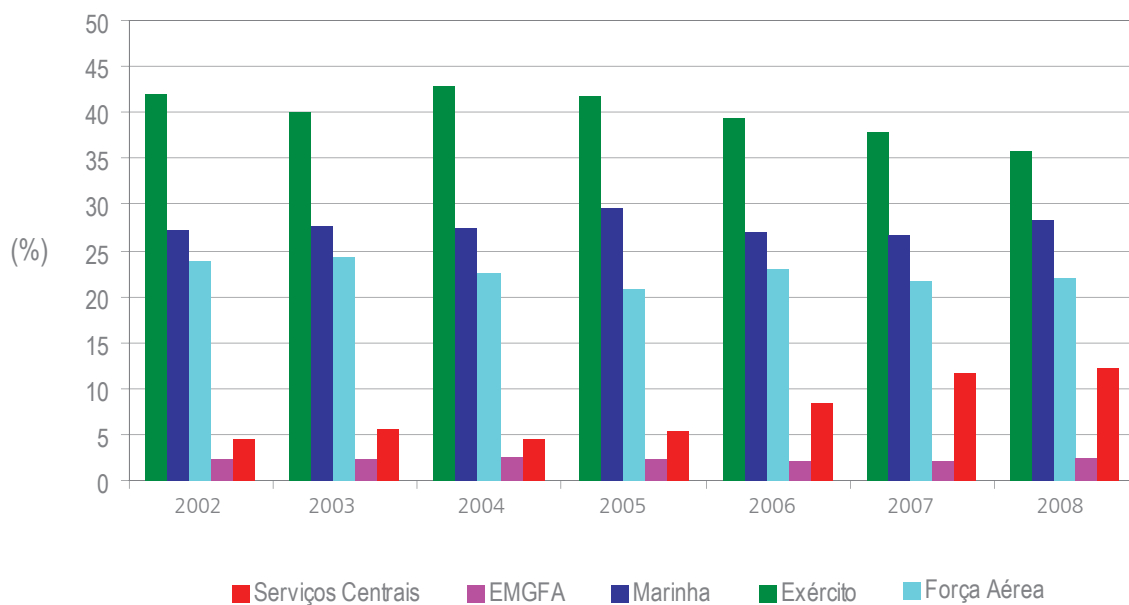


1.12 – DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN (Continuação)

EM PERCENTAGEM

(%)

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2008	12,7	2,3	27,7	35,2	22,1	100,0
Dados retrospectivos						
2007	11,7	2,2	26,6	37,8	21,7	100,0
2006	8,5	2,2	27,1	39,3	22,9	100,0
2005	5,5	2,3	29,7	41,8	20,7	100,0
2004	4,6	2,5	27,5	42,9	22,5	100,0
2003	5,7	2,4	27,7	40,0	24,2	100,0
2002	4,6	2,4	27,3	41,9	23,8	100,0





Missões de Interesse Público



Nota Explicativa

As Missões de Interesse Público inserem-se numa nova postura das Forças Armadas, pretendendo-se que estas alcancem uma maior visibilidade dentro da sociedade, em especial com o impacto decorrente do desempenho das missões relacionadas com a protecção civil, o desenvolvimento sustentado em ambiente saudável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

É neste contexto que as Forças Armadas colocam ao serviço do país e também da comunidade internacional os seus meios humanos e materiais e, ainda, o seu acumulado conhecimento, exercendo importantes missões nos espaços marítimo, terrestre e aéreo.

O resultado dessa actividade encontra-se resumido em quadros próprios, onde se assinalam as áreas de missão que competem a cada um dos Ramos das Forças Armadas e os elementos orgânicos que têm a responsabilidade primária de as assegurar, bem como os meios utilizados e respectivos encargos financeiros.

MARINHA

A Marinha vem colocando ao serviço do país, e também da comunidade internacional, a sua vocação, os seus recursos e ainda o seu conhecimento acumulado dos assuntos do Mar, para exercer, nos espaços marítimos, importantes tarefas no âmbito das Missões de Interesse Público.

O reconhecimento dessas capacidades tem conduzido a que, nos termos da lei, a Marinha colabore em tarefas relacionadas com a satisfação dos interesse públicos e a melhoria da qualidade de vida das populações e exerça acções no âmbito das missões de interesse geral a cargo do Estado.

Para a garantia do exercício da autoridade do Estado e do serviço de busca e salvamento marítimo, incluindo a colaboração com o serviço de busca e salvamento aéreo, foi mantido o Dispositivo Normal Padrão, tendo as unidades navais concorrido com 3.510 dias de missão,

21.639 horas de navegação, o que corresponde a 9.6 navios permanentemente com missão atribuída. Neste âmbito, o quadro 2.1 representa os valores correspondentes em horas de missão distribuídos pelas áreas do Continente, Açores e Madeira denotando-se valores próximos dos verificados em 2006. Todos estes meios assumem elevada prontidão para acções no âmbito da salvaguarda da vida humana, sendo que o quadro 2.1 refere o empenhamento efectivo de meios em acções de busca e salvamento, notando-se também neste campo um valor próximo do ano anterior, após um incremento considerável em termos percentuais em 2005.

Assim, no ano a que se reporta este anuário, como acções mais significativas realizadas pela Marinha no âmbito do Interesse Público apontam-se seguintes:

- A colaboração com a Polícia Judiciária no combate a actividades ilícitas, através da disponibilização de meios navais, de fuzileiros e de facilidades de monitorização através do Centro de Operações de Marinha. Concretizaram-se durante o ano de 2008 um total de 4 operações, tendo-se, no total, em operações desclassificadas, procedido à apreensão de 99 kg de cocaína e 8,7 TON de haxixe;
- A promoção da *Investigação Científica no Mar*, contribuindo para o conhecimento oceanográfico do litoral e da zona económica exclusiva (ZEE), designadamente nas áreas da Física, da Geologia, da Química e da poluição, quer com meios próprios, quer em colaboração com outras instituições nacionais e estrangeiras. A actividade dos navios do Agrupamento de Navios Hidrográficos encontra-se reflectida no quadro 2.1, merecendo particular realce os levantamentos para a definição dos acessos seguros aos Portos de Lisboa, Setúbal e Aveiro (Q-Routes), em ambiente de guerra de minas, no âmbito da elaboração da respectiva publicação

NATO. A actividade dos navios do Agrupamento de Navios Hidrográficos apresentou um acréscimo relativamente a 2007, fruto da continuação do empenhamento no levantamento associado ao estudo sobre o eventual alargamento da Plataforma Continental, em articulação com o Instituto Hidrográfico e com a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, missão a que foi dada prioridade;

- Colaboração nas medidas de segurança implementadas por ocasião de visitas de navios estrangeiros a portos nacionais, através do acompanhamento com unidades navais durante as entradas e saídas de barras e vistorias e controlo de acesso a áreas molhadas por unidades navais, de fuzileiros e de mergulhadores;
- Em colaboração com a Autoridade Nacional de Protecção Civil, o Comando do Corpo de Fuzileiros manteve durante o Inverno a prontidão dos meios atribuídos ao Plano Tejo (plano de prevenção de cheias);
- Divulgação da missão da Marinha e das Forças Armadas, quer através de acções de presença naval em várias localidades ribeirinhas, principalmente por ocasião de festividades locais, quer através da concessão de facilidades a escolas e agremiações culturais para a realização de várias visitas a navios, a organismos sedeados na Base Naval de Lisboa e à Base e Escola de Fuzileiros.
- Durante o ano de 2008, foram realizadas 2.630 acções de fiscalização no Continente, Açores e Madeira. A grande maioria das acções de fiscalização teve lugar na área do Continente (2.422 – 92,1%). Nos Açores foram levadas a cabo 58 acções de fiscalização (2,2%) e na Madeira 136 (5,2%).
- Mantiveram-se activados em permanência, durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, os 2 Centros de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo (Lisboa e Ponta Delgada), o Sub-Centro do Funchal, e um dispositivo naval composto por,

no mínimo, 2 corvetas, 2 patrulhas e 5 lanchas de fiscalização;

- Cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado português nas áreas de responsabilidade nacional de Busca e Salvamento Marítimo, tendo sido realizadas 892 acções de Busca e Salvamento (SAR), 626 das quais ocorreram na *Search and Rescue Region* (SRR) Lisboa e 266 na SRR Santa Maria. Decorrente destas acções, foram salvas 707 pessoas, havendo a registar um número de 13 desaparecidos e 99 mortos;
- Exercício da autoridade do Estado, através de acções de vistoria, desembarço e fiscalização de embarcações, de policiamento da actividade marítima nas zonas ribeirinhas e de fiscalização do cumprimento das regras de navegação. Esta última actividade foi efectuada por meios do Comando Naval no âmbito das suas atribuições no Sistema de Autoridade Marítima;
- Estes meios, com a colaboração das estações radionavais e de outros organismos da Marinha e da Força Aérea, foram responsáveis por várias acções de salvamento e evacuação médica, em consequência da solicitação de pedidos de assistência, ou da recepção de sinais de emergência;
- Vigilância e controlo do tráfego marítimo ao longo das costas de Portugal e dos arquipélagos dos Açores e Madeira, em verificação da soberania do Estado nas águas territoriais, da segurança da navegação em geral e do cumprimento dos Esquemas de Separação de Tráfego em particular;
- Apoio a várias entidades policiais, militarizadas e civis, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, quer na concessão de facilidades de transporte de pessoas e bens entre ilhas, quer no apoio a actividades de carácter cultural e científico;
- Colaboração da Banda da Armada com diversas entidades civis, nomeadamente autarquias locais, em várias zonas do país, em acções de carácter cultural recreativo, através da realização de concertos

e actuações que contribuíram para reforçar a boa imagem da Marinha entre as populações;

No apuramento das despesas, no âmbito do Comando Naval, foram imputados às diferentes actividades os custos com suplemento de embarque, alimentação, combustíveis e manutenção, sendo estes últimos calculados com base no custo médio de manutenção por dia de utilização operacional dos navios empenhados.

No que respeita aos órgãos regionais e locais da Direcção Geral da Autoridade Marítima (5 departamentos marítimos, 28 capitánias e 16 delegações marítimas), foi seguido o critério de se considerar um serviço de 7 horas por dia, durante 260 dias do ano, e em serviço permanente de 24 sobre 24 horas, durante todos os dias do ano, os 5 comandos regionais e 28 comandos locais da Polícia Marítima, que constituem a estrutura operacional da Autoridade Marítima Nacional.

No âmbito da *Segurança Marítima*, foi seguido o critério de se considerar em serviço permanente de 24 sobre 24 horas, durante todos os dias do ano, as 30 estações salva-vidas e os 53 faróis.

No âmbito do *Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos*, tomou-se como critério a laboração de 7 horas por dia, durante 260 dias no ano, acrescido do tempo suplementar despendido com o combate efectivo a acções de poluição.

Por fim e, no que diz respeito aos restantes organismos, o número total de horas de missão foi calculado tomando-se como base o horário normal de funcionamento dos serviços (7 horas/dia) durante o número de dias úteis verificado durante o ano de 2008, o que significa que não foram levadas em linha de conta, quer as horas de missão imputáveis às embarcações atribuídas, quer a disponibilidade para garantia de execução de acções não planeadas, a qual é permanentemente assegurada, não só naqueles órgãos como também no Comando Naval, pelo pessoal de serviço.

ELEMENTOS ORGÂNICOS, MEIOS AFECTOS E DESPESAS POR ÁREA DE MISSÃO

2.1 – MARINHA

(euros)

Áreas de missão	Elementos orgânicos afectos		Meios afectos		Horas de missão	Natureza das despesas			TOTAL
			Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e manutenção	Investimento	
Autoridade Marítima	DGAM	DGAM (a)	166		1.820				
		Departamentos Marítimos/ Capitánias	715	Viaturas 227 Embarcações 183 Tx/Rx 397	1.820	18.910.810,33	10.603.958,41	3.271.154,97	32.785.923,71
		Polícia Marítima/ Comandos Regionais e Locais	187		8.760				
Segurança Marítima	IH		7	Computadores 7	4.230	70.999,00	3.245,00		74.244,00
	DGAM	DF 94	Faróis 110	Faróis 53 Farolins 241 Bóias e balizas 71 Sinais sonoros 19 Viaturas 18 Embarcações 3 Estações DGPS 4	1.820	4.747.140,62	2.960.812,28	452.253,65	8.160.206,55
					8.760				
		ISN (Sede) 58	Salva-Vidas 67	Estações S/V 30 Embarcações S/V 48 Viaturas 14	1.820	2.791.093,32	2.151.477,78	1.517.253,65	6.459.824,75
					8.760				
Preservação do Meio Marítimo	DGAM - Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos		20	UAM's 2 Botes pneumáticos 1 Lanchas semi-rígidas 1 Viaturas 7 Viaturas tipo TIR 2 Porta-máquinas 1 Galeras 1 Tractores 2 Retroescavadoras 1 Gruas móveis 1 Auto-gruas 1 Monta-cargas 2 Recuperadores 28 Barreiras 6.200 m Enroladores 19 Bombas 23 Compressores 8 Máq. lavar alta pressão 11 Atril Máq. lavar alta pressão, torre ilúm. e gerador 1 Tanques portáteis 33 Sist. de barreiras V 260 m	3.840	454.323,59	572.840,45	325.720,00	1.352.884,04
	IH - Acções de Monitorização e Recolha de Análises em Laboratório		10	Garrafas de colheita 4 Salinómetros 1 Autoanalísadores 1 Espectrofotómetros UV visível 1 Espectrómetros de absorção atómica 1 Analísadores de mercúrio 1 Espectrofotómetros de infra-vermelhos 1 Cromatógrafos 1 Cromatógrafos com detector de massa 1 Computadores 8 Impressoras 4 Computadores portáteis 1	2.709	25.324,00	95.523,00	33.795,00	154.642,00

(a) Inclui a Escola da Autoridade Marítima e a Repartição de Pessoal da Polícia Marítima, não incluindo o ISN nem a Direcção.

2.1 – MARINHA (Continuação)

(euros)

Áreas de missão	Elementos orgânicos afectos	Meios afectos		Horas de missão	Natureza das despesas			TOTAL	
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e manutenção	Investimento		
Fiscalização e Controlo das Actividades de Pesca	CN – Dispositivo Padrão	672	6 FS 4 PB 12 PBR		1.773.281,76	4.224.795,20		5.998.076,96	
Monitorização de Actividades Susceptíveis de Ilícitudes	CN	325	1 FFGH 2 FS	432	13.935,19	35.505,80		49.440,99	
Vigilância e Patrulha do Espaço Marítimo	CN	672	6 FS 4 PB 12 PBR	21.639	1.773.281,76	4.224.795,20		5.998.076,96	
Presença Naval	CN - Dia da Marinha	1.173	2 FFGH 2 FS 1 SSK 1 AOR 2 AXS 1 NTM 1 AGSC 1 AGS 2 PBR	1.643	215.405,90	507.727,89		723.133,79	
Investigação Científica no Mar	IH	61	Correntómetros Aanderaa Cadeias de Termistores Estações meteorológicas Salinómetro ADCP CTD Bóias ondógrafo Marégrafo Computadores Estações UNIX Impressoras	18 2 5 2 10 3 8 26 40 6 6	23.758	313.266,00	184.986,00	222.156,00	720.408,00
			Computadores	2					

2.1 – MARINHA (Continuação)

(euros)

Áreas de missão	Elementos orgânicos afectos	Meios afectos		Horas de missão	Natureza das despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e manutenção	Investimento	
Investigação Científica no Mar	IH	61	Computador 23 Impressoras 8 Plotter A0 1 Workstation 3 Sist.Aquis.Proc. dados geofísica 1 Sistema filtragem 2 Difracómetro RX 1 Sedimentógrafo laser 1 Balanças 4 Moinhos 2 Tina ultrasons 2 Estufas 4 Colhedores SMT 7 Corer gravidade 1 Vibrocorer 2 Multitubos 1 Lupas e microscópio 3 Analisador Carbono 2 Sistema peneiração 2 Sistema reflexão sísmica 3 Sistema sonar lateral 2 Magnetómetro 1 ROV 1	15.120	167.246,00	51.637,00	120.609,00	339.492,00
			Sondadores multifeixe 5 Sondadores feixe simples 13 Perfiladores SVP 6 Receptores GPS 12 Embarcações 6 Computadores 14 Compensador de movimentos 4 Impressoras 3 Plotters 2	19.875	285.725,00	8.235,00	124.879,00	418.839,00
			Servidores 4 Computador 5 Software SIG e SGBD	5.663	84.671,00	38.000,00	38.337,00	161.008,00
			Computadores 1	70	1.028,00			1.028,00
			Autoanalizador 1 Espectrofotómetro UV-visível 1 Espectrómetro Absorção Atómica 1 Analisador de mercúrio 1 Cromatógrafos 2 Cromatógrafo com detector de massa 1 Computadores 6 Impressora 4	875	14.200,00	21.404,00	609,00	36.213,00
	CN	130	2 AGS 2 AGSC	11.367	312.284,58	1.468.986,94		1.781.271,52
Busca e Salvamento	CN – Centro de Busca e Salvamento	672	6 FS 4 PB 12 PBR	21.639	1.773.281,76	4.224.795,20		5.998.076,96
	IH	3	Computadores 3	64	967,00	87,00		1.054,00
TOTAL	-	5.142	-	166.624	33.730.320,81	31.378.812,15	6.106.767,27	71.215.900,23

EXÉRCITO

O Exército presta anualmente apoio a diversas entidades civis, tarefas às quais dedica especial empenho e que são objecto do reconhecimento público. Este Ramo tem procurado dar resposta a inúmeras solicitações que não se esgotam apenas no âmbito das chamadas Missões de Interesse Público. Dessa forma, e no intuito de estreitar o contacto com a população e sensibilizar a comunidade civil para a instituição militar, as unidades têm acolhido ao longo do ano visitas de várias escolas e outras entidades, tendo igualmente sido realizadas exposições e outros eventos de natureza cultural e desportiva.

A exemplo do sucedido em anos anteriores, a acção do Exército pode ser enquadrada em três áreas fundamentais, designadamente, *Colaboração com as Autoridades Civas*, *Apoio à Autoridade Nacional de Protecção Civil e Acções de Defesa do Meio Ambiente*.

Colaboração com autoridades civis

Actividades da engenharia militar

No âmbito da colaboração com as autoridades civis, e de acordo com o *Plano de Actividade Operacional Civil* (PAOC), a Engenharia Militar realizou trabalhos de abertura e manutenção de itinerários, em apoio à satisfação das necessidades básicas das populações, nos concelhos de Estremoz, Cadaval, Óbidos, Odivelas, Vila de Rei, Almeirim, Golegã, Rio Maior, Entroncamento, Viseu e Cabeceiras de Basto. Foram ainda realizados trabalhos para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Apoio recreativo e cultural

Para além das inúmeras visitas de escolas a unidades militares e da cedência de áreas para realização de acampamentos, o Exército proporcionou também o acesso ao património nacional à sua responsabilidade, com particular ênfase para a garantia de acessibilidade ao Castelo de Almourol, às instituições colectivas que assim o solicitaram.

As Bandas Militares e a Orquestra Ligeira do Exército realizaram concertos e actuações, em resposta a so-

licitações de autarquias locais e outros organismos, contribuindo deste modo para a acção cultural e recreativa das populações.

A equipa de queda-livre “Os Falcões Negros” efectuou sessões de saltos de demonstração de pára-quedismo, no âmbito de eventos recreativos realizados por todo o país.

Realizaram-se exposições e foi igualmente prestada colaboração a várias entidades no domínio da Cartografia Militar.

Apoio logístico

Com os seus meios humanos e materiais, o Exército prestou apoio logístico à realização de diversos eventos desportivos, recreativos e culturais realizados por todo o país.

As unidades participaram e prestaram apoio logístico a diversos eventos de carácter religioso, entre os quais se salienta o efectuado aos peregrinos a Fátima.

Foram ainda utilizadas as carreiras de tiro do Exército pela GNR, PSP, PJ, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Serviços Prisionais.

Colaboração com a Autoridade Nacional de Protecção Civil

Nos termos definidos na legislação em vigor, o Exército colabora e presta apoio à Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), a nível nacional e regional, nomeadamente em situações de cheias e calamidades provocadas pelas chuvas, e no apoio ao combate aos incêndios florestais.

A acção nestas áreas obedece a um planeamento centralizado e a uma execução descentralizada. Desta forma, o apoio é normalmente executado através do accionamento de planos de operações previamente elaborados que permitem responder prontamente às solicitações da ANPC em situações de calamidade.

Houve envolvimento do Exército em acções de combate directo a incêndios, em operações de rescaldo e na cedência de equipamentos para apoio logístico, de Norte a Sul do país.

Acções de defesa do meio ambiente

A nível interno, foram desenvolvidas actividades de recuperação e conservação ambiental e de sensibilização e formação dos seus efectivos. É também

de referir o esforço contínuo no domínio da sensibilização do contingente militar para os problemas ambientais, através da realização de acções de formação, palestras e outras actividades.

2.2 – EXÉRCITO

(euros)

Missão	Estrutura	Elementos orgânicos afectos	Meios afectos		Horas de missão	Distância percorrida (Km)	Natureza das despesas			TOTAL
			Humanos	Materiais			Pessoal	Operação e manutenção	Investimento	
CM Estremoz	Cmd Op	RE 1	5	4	2.642	34.830				(a)
CM Cadaval	Cmd Op	RE 1	4	5	790	6.479				(a)
CM Óbidos	Cmd Op	RE 1	8	3	1.058	20.100				(a)
CM Odivelas	Cmd Op	RE 1	4	2	124	421				(a)
CM Vila de Rei	CID	EPE	6	4	181	3.883				(a)
CM Almeirim	CID	EPE	3	3	176	2.699				(a)
CM Golegã	CID	EPE	3	3	271	3.431				(a)
CM Rio Maior	CID	EPE	5	4	146	1.703				(a)
CM Entroncamento	CID	EPE	5	3	271	3.473				(a)
CCDR Centro	Cmd Op	RE 3	5	2	279	39				(a)
CM Viseu	Cmd Op	RE 3	6	5	2.293	15.628				(a)
CM Cabeceiras	CID	EPE	4	3	295	5.313				(a)
TOTAL	-	-	59	41	12.213	114.699	-	-	-	(a)

(a) Despesas afectas às entidades apoiadas.

FORÇA AÉREA

Do conjunto das várias actividades desenvolvidas pela Força Aérea, no ano transacto, continua a ser significativo o esforço que tem sido dedicado às acções realizadas no âmbito das Missões de Interesse Público.

A diversidade de actividades desenvolvidas em colaboração com as autoridades e organismos civis, quer através do emprego de meios em missões de Busca e Salvamento, evacuação sanitária, transporte de órgãos, controlo de poluição, controlo aduaneiro e de fiscalização, quer através do apoio a actividades de cariz recreativo, cultural e logístico, reflectem a importância e o peso desta vertente na actividade da Força Aérea, permitindo uma interacção constante de interesse nacional entre a comunidade civil e a instituição militar.

Do total de 21.571:20 horas de voo realizadas em 2008, 7.651:35 H/V foram voadas em missões operacionais, das quais 26% foram em benefício de Missões de Interesse Público (1.989:15 H/V), repartidas por diversas áreas de actividade, como a seguir se indica.

Em matéria de autoridades civis, foram apoiadas as seguintes entidades e organismos: Presidência da República (14 missões, com 119:45 H/V); Governo da República, incluindo a Presidência do Conselho de Ministros (44 missões, 117:50 H/V) e vários ministérios: Ministério dos Negócios Estrangeiros (15 missões, 115:40 H/V); Ministério da Administração Interna (1 missão, 12:40 H/V); Ministério da Defesa Nacional (20 missões, 170:40 H/V); Ministério da Agricultura e Pescas (3 missões, 15:35 H/V); Ministério das Finanças (3 missões, 12:45 H/V).

Foram também executadas missões para os seguintes organismos: Banco de Portugal, no transporte de valores (2 missões, 08:35 H/V); SATA e TAP, no transporte de pessoal e material (3 missões, 12:05 H/V).

No âmbito das missões de Transporte e Evacuação Sanitária, foi elevado o número de acções realizadas, num total de 316 missões, que corresponderam ao transporte de 361 doentes e o dispêndio de 608:35 H/V; no transporte de órgãos para transplante, efectuaram-se 14 missões, 47:35 H/V.

Em apoio do Governo Regional dos Açores, foi efectuado o transporte de 141 doentes (129 missões, total de 335:25 H/V) e para o Governo Regional da Madeira, 178 doentes (148 missões, total de 127:10 H/V).

Nas operações de Controlo da Poluição, foram empregues 17:15 H/V, num total de 6 missões.

No que se refere às missões de Fiscalização no Âmbito das Pescas (SIFICAP), foram gastas 385:15 H/V, num total de 115 missões, distribuídas pelo Continente, Açores e Madeira (Continente: 360:35 H/V, 84 missões; Açores: 66:10 H/V, 16 missões; e Madeira: 58:30 H/V, 15 missões). Refira-se ainda que a área coberta nestas acções de fiscalização totalizou cerca de 1.301.905 milhas náuticas, permitindo detectar 257 alvos, dos quais 240 identificados.

No cumprimento das responsabilidades nacionais no âmbito da prestação do Serviço de Busca e Salvamento nas vastas áreas das Regiões de Informação de Voo de Lisboa e da Região de Informação de Voo Oceânica de Santa Maria, foram mantidas, permanentemente, ao longo do ano de 2008, 9 tripulações em alerta e empenhadas as aeronaves P 3P, C 212, EH 101, SA-330 e AL III, a partir de Bases no Continente, nos Açores (Lajes) e na Madeira (Porto Santo).

Os alertas foram activados para 92 missões, 74 das quais pelos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento de Lisboa, num total de 261:25 H/V, distribuídas da seguinte forma: 43 missões e 111:15 H/V activadas a pedido do MRCC; 9 missões e 36:15 H/V activadas pelo RCC, 10 missões para suporte a aeronaves civis, 57:00 H/V; 6 missões para apoio à Força Aérea belga e 3 missões 9:00 H/V para suporte do exercício "Morsa". Quanto aos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento da Região Oceânica de Santa Maria, do total de 18 missões foram gastas cerca de 80:50 H/V, assim distribuídas: 12 missões em resposta aos alertas do MRCC, com 58:40 H/V; 5 missões e 19:55 H/V voadas em apoio do RCC.

No que respeita à divulgação do património histórico da Força Aérea junto da população, são de referir as diversas exposições temporárias e itinerantes, as 117 cerimónias,

os 33 concertos da Banda de Música da Força Aérea, bem como a exposição estática de aeronaves no Museu do Ar, tendo este órgão de natureza cultural recebido 21.704 visitantes (incluem-se nestes valores as visitas aos Pólos de Ovar e Sintra). As exposições de maior relevo foram várias, destacando-se as exposições da Força Aérea em Viana do Castelo, por ocasião do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em S. Miguel, por ocasião das Comemorações do Dia da Força Aérea, na QUALIFICA – Feira de Educação, Formação, Juventude e Emprego, na FUTURALIA – Feira da Juventude, Qualificação e Emprego e nas Jornadas Aeronáuticas da Covilhã. Para além da intensa divulgação relacionada com a sua actividade e património histórico, importa ainda referir outras actividades efectuadas pela Força Aérea, nomeadamente, recepção de visitas em várias unidades e a organização de acampamentos no Campo de Tiro de Alcochete com diversas escolas, agrupamentos e instituições, bem como a realização de diversos Baptismos de Voo.

Por último, no que toca ainda à divulgação das actividades da Força Aérea em território nacional e internacional, quer de âmbito militar, quer em termos de cultura aeronáutica, refira-se que a Força Aérea efectuou 127 missões e 385:20 H/V no âmbito de demonstrações aéreas e participou em 3 festivais aéreos internacionais com várias aeronaves, mantendo activa a publicação da revista aeronáutica de referência junto da camada civil, a “Mais Alto”.

2.3 – FORÇA AÉREA

(euros)

Missão	Elementos orgânicos afectos	Meios afectos		Horas de voo	Natureza das despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e manutenção	Investimento	
Colaboração com Entidades Cíveis - Transportes Especiais	ESQ. 401	12	C 212	8:35	8.978,00	7.490,00	5.193,00	2.114.085,00
	ESQ. 501	35	C 130	134:45	186.104,00	323.749,00	194.186,00	
	ESQ. 504	87	FALCON 50	415:25	443.243,00	564.258,00	329.885,00	
	ESQ. 751	6	EH 101	6:10	9.031,00	20.579,00	21.389,00	
Busca e Salvamento	ESQ. 401	102	C 212	78:45	83.193,00	69.398,00	48.122,00	2.632.984,00
	ESQ. 552	45	AL III	27:45	18.506,00	13.988,00	3.771,00	
	ESQ. 601	286	P3P	159:50	521.176,00	732.428,00	557.153,00	
	ESQ. 751	125	EH 101	67:35	98.815,00	225.404,00	234.277,00	
	ESQ. 752	20	SA 330	8:10	12.192,00	9.621,00	4.940,00	
Evacuação Sanitária	ESQ. 401	606	C 212	283:00	298.928,00	249.360,00	172.911,00	3.057.909,00
	ESQ. 504	6	FALCON 50	11:40	12.452,00	15.851,00	9.267,00	
	ESQ. 751	450	EH 101	255:55	374.584,00	853.596,00	887.189,00	
	ESQ. 752	110	SA 330	58:00	84.893,00	64.484,00	34.394,00	
Transporte de Órgãos	ESQ 401	21	C 212	23:55	25.266,00	21.077,00	14.615,00	137.160,00
	ESQ 504	21	FALCON 50	23:40	25.255,00	32.151,00	18.796,00	
Fiscalização SIFICAP	ESQ. 401	575	C 212	385:15	406.933,00	235.385,00	339.455,00	981.773,00
Detecção e Controlo de Poluição	ESQ. 401	25	C 212	12:15	12.939,00	10.794,00	7.485,00	87.871,00
	ESQ. 601	13	P3P	5:00	16.304,00	22.913,00	17.436,00	
Apoio a Outras Entidades	ESQ 401	12	C 212	8:55	9.422,00	7.860,00	5.450,00	99.377,00
	ESQ 501	15	C 130	14:40	20.261,00	35.243,00	21.141,00	
TOTAL	-	2.572	-	1.989:15	2.668.475,00	3.515.629,00	2.927.055,00	9.111.159,00



Forças Nacionais Destacadas



Forças Nacionais Destacadas



TOTAL: 1.296



Nota Explicativa

Em tempo de paz, as Forças Armadas participam em operações de apoio à paz e humanitárias ou outras que decorram de Resoluções do Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU), sob a responsabilidade daquela organização, da NATO, da UE, de coligações que Portugal integre ou ainda na prossecução dos interesses particulares de Portugal.

Neste contexto, desde finais de 1993, Portugal, no quadro das organizações internacionais de que faz parte e de acordos multilaterais, tem vindo a participar em Missões Humanitárias e de Paz (MHP) com Forças Nacionais Destacadas (FND) em diversos teatros de operações ou com militares em outras missões no exterior, e a contribuir com forças e meios para as *NATO Graduated Forces* (*NATO Response Force* (NRF) e *Standing NATO Maritime Group* (SNMG)), em *EU Battle Groups* (EUBG) e EUROFORÇAS (EUROFOR) (EUROMARFOR), os quais, por razões de simplificação, quando empregues, se consideram abrangidas no conceito de FND.

A actuação do EMGFA orienta-se de modo a aferir, com a colaboração dos Ramos, a adequabilidade, a exequibilidade e a aceitabilidade das forças e meios nacionais que possam satisfazer às condições de emprego e outros requisitos estabelecidos pelas organizações internacionais, em termos de capacidades próprias, composição da força e custos relacionados com o seu levantamento, preparação, aprontamento e sustentação.

Compete ao EMGFA propor a participação nacional, especificando os requisitos operacionais que as forças e meios podem satisfazer, as eventuais limitações ao seu emprego e a sua composição, organização e custos associados, em função dos diversos cenários de participação definidos pelo Governo para o desenvolvimento da sua política externa.

No que respeita à participação de Forças Nacionais em missões, compete:

- Ao EMGFA, assumir o comando operacional das unidades prontas e atribuí-las, no momento oportuno, ao comandante da Força Multinacional, de acordo com as modalidades de comando e controlo que tenham sido acordadas, acompanhando o seu emprego operacional no exterior e a execução dos aspectos de natureza administrativo-logística, com relevância para o desempenho da missão, de forças e meios atribuídos.
- Aos Ramos, no âmbito das suas competências específicas, o levantamento, preparação, aprontamento, projecção, sustentação das suas forças e meios envolvidos e a sua retracção.

3.1 – CONTRIBUIÇÃO NACIONAL PARA OPERAÇÕES E FORÇAS DE ELEVADA PRONTIDÃO

3.1.1 - Operações da ONU em que Portugal participa

Como membro das Nações Unidas, Portugal tem satisfeito os compromissos internacionais assumidos no âmbito militar, nomeadamente através de missões de carácter humanitário e de apoio à paz.

3.1.1.1 - Missão da ONU no Líbano (*United Nations Interim Force in Lebanon*) (UNIFIL)

A missão da ONU no Líbano, com a designação de UNIFIL, teve início em 1978 e tinha como finalidade confirmar a retirada das forças israelitas, restaurar a paz e segurança no território e apoiar o Governo do Líbano na detenção da autoridade nos territórios anteriormente ocupados.

Em 2006, na sequência da crise vivida no Verão daquele ano, o Conselho de Segurança da ONU estendeu o mandato da UNIFIL, aumentando o seu efectivo de 1.500 para um máximo de 15.000 militares e cometendo-lhe, entre outras, as seguintes tarefas adicionais: monitorizar a cessação das hostilidades, acompanhar e apoiar as Forças Armadas libanesas no decurso do seu movimento para Sul e continuar com a ajuda humanitária às populações civis.

Portugal participou com militares no Estado-Maior do Quartel-General (QG) da UNIFIL e com uma Companhia de Engenharia com a missão de efectuar trabalhos de construção horizontal e vertical em proveito das unidades da UNIFIL e apoiar as populações locais, de acordo com as directivas do Comandante da UNIFIL.

3.1.1.2 - Missão da ONU no Kosovo (*United Nations Interim Administration Mission in Kosovo*) (UNMIK)

A missão das Nações Unidas no Kosovo, com a designação de UNMIK, teve início em 1999 e desenvolve-se nos termos da Resolução nº 1244 do CS/ONU, que autorizou o Secretário-Geral a estabelecer uma administração provisória no Kosovo, liderada pela ONU, para

garantir uma progressiva autonomia da população daquele território.

Portugal participou nesta missão com militares na componente militar de ligação.

3.1.1.3 - Missão da ONU em Timor-Leste (*United Nations Integrated Mission in East-Timor*) (UNMIT)

A missão das Nações Unidas em Timor, com a designação de UNMIT, nos termos da Resolução do CS/ ONU nº 1704, de Agosto de 2006, resultou do reconhecimento da continuação da frágil situação de segurança, política e humanitária em Timor-Leste e da necessidade de ajudar o Governo timorense a consolidar a estabilidade, promover uma cultura de governação democrática e facilitar o diálogo político entre timorenses, desenvolvendo esforços para a reconciliação nacional e fortalecimento da coesão social.

Portugal participou nesta missão com militares em funções de oficiais de ligação.

3.1.1.4 - Missão da ONU no Afeganistão (*United Nations Assistance Mission in Afghanistan*) (UNAMA)

A missão das Nações Unidas no Afeganistão, com a designação de UNAMA, foi aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e resultou da necessidade de viabilizar a consolidação do processo de reconstrução e de restabelecimento de um ambiente de segurança, num quadro de instabilidade e violência existentes.

Portugal participou nesta missão com um oficial superior em funções de oficial de ligação.

3.1.1.5 - Missão da ONU no Chade e República Centro Africana (MINURCAT)

A missão das Nações Unidas no Chade e República Centro Africana, com a designação de MINURCAT,

foi aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e resultou da necessidade de viabilizar a consolidação do processo de reconstrução e de restabelecimento de um ambiente de segurança, num quadro de instabilidade e violência existentes.

Portugal participou nesta missão com um oficial superior em funções de oficial de ligação.

3.1.2 - Operações da NATO em que Portugal participa

3.1.2.1 - *International Security Assistance Force (ISAF)*

A missão da NATO no Afeganistão, com a designação de ISAF, destina-se a apoiar as autoridades afegãs a estender e exercer a sua autoridade em todo o seu território, criando as condições para a estabilização e reconstrução.

Portugal participou em 2008 nesta operação com uma unidade de escalão Companhia, um *Tactical Air Control Party* (TACP), uma Guarnição de *Operational Mentor and Liaison Team* (OMLT) e uma aeronave C-130.

3.1.2.2 - *Kosovo Force (KFOR)*

A missão da NATO no Kosovo teve início em 1999, nos termos da Resolução nº 1244 do CS/ONU. O mandato inicial consistia em deter qualquer acto hostil ou ameaça dirigida pelas forças jugoslavas e sérvias contra o Kosovo; garantir um ambiente estável e seguro e manutenção da ordem pública; desmilitarizar o UCK; apoiar o esforço humanitário internacional; coordenar com as organizações internacionais civis e apoiar a sua acção.

No presente, a KFOR continua a contribuir para a manutenção de um ambiente estável e seguro no Kosovo, em benefício dos seus habitantes, sem qualquer discriminação de natureza étnica.

Portugal participou nesta missão com uma unidade de escalão Batalhão que se constitui como Reserva Tática do Comandante da KFOR e com militares no QG da KFOR.

3.1.2.3 - Missão da NATO no Mediterrâneo (*Operação Active Endeavour*)

A operação *Active Endeavour* teve início em 2001 e tem como objectivos demonstrar a determinação e solidariedade da NATO no combate ao terrorismo e apoiar a detecção e combate às actividades terroristas no Mediterrâneo.

Portugal participou nesta operação com uma Fragata (que acumula esta operação com a sua participação na SNMG1) e uma aeronave de patrulhamento marítimo (*Maritime Patrol Aircraft* - MPA) com duas saídas mensais.

3.1.2.4 - Missão de Treino da NATO – Iraque (*NATO Training Mission – Iraq* (NTM – I))

A missão NTM-I teve início em 2004 e tem como objectivo apoiar as autoridades iraquianas na criação e estabilização do sector de segurança, ministrando instrução, prestando assessoria técnica no interior do país, organizando acções de formação fora do país em estabelecimentos de países NATO e coordenando as doações de equipamento.

Portugal participou nesta missão com uma equipa de assessoria e apoio à instrução.

3.1.3 - Forças em elevada prontidão no âmbito da NATO para as quais Portugal contribui com forças e meios

3.1.3.1 - *NATO Response Force (NRF)*

A NRF, criada em 2002, é uma Força de Reacção Imediata, conjunta e combinada, com um efectivo máximo de 25.000 militares, com uma prontidão entre 5 e 30 dias, capacidade de sustentação no mínimo para 30 dias e preparada para efectuar Operações de Resposta a Crises, Operações de Embargo, Contra-Terrorismo, *Initial Entry Force*, *Crisis Management*, Demonstração de Força e Evacuação de Não-Combatentes em qualquer parte do mundo.

Portugal manteve as seguintes forças/meios em elevada prontidão nos períodos a seguir indicados:

NRF 10 – STANDBY de Janeiro a Junho de 2008	
Designação	Caracterização
Recce Team	Equipa de Reconhecimento.
NBC EOD Team	Equipa EOD para desactivação de engenhos explosivos.
NBC DECON Team	Equipa capaz de conduzir operações de descontaminação para elementos da área de EOD ou relacionadas antes de saída do teatro de amostras, material ou pessoal.
Cmd and Staff PIO	Equipa para o Cmd e Staff de Public Information Operations.
FBX/ADX A/C	Aeronaves de interceptação e/ou ataque ao solo.

NRF 11 – STANDBY de Junho a Dezembro de 2008	
Designação	Caracterização
BDE Recce Coy	Companhia de Reconhecimento.
NCAGS Team	Equipa afiliada a Espanha com capacidade de conduzir Naval Cooperation and Guidance for Shipping (NCAGS).
FFGH	Fragata multi-role, com capacidade de efectuar operações de boarding, equipada com helicóptero e apta a desempenhar como capacidade primária a luta ASW.

3.1.3.2 - *Standing NATO Maritime Group 1 (SNMG1)*

A SNMG1 é uma força naval permanente, apta a desempenhar acções de presença naval, assim como outras actividades típicas de tempo de paz. A SNMG1 está igualmente vocacionada para desempenhar as missões previstas no âmbito da NRF, podendo constituir-se como parte integrante da componente naval daquela força.

Portugal participou na SNMG1 com uma unidade naval tipo fragata.

3.1.4 - Operações da UE em que Portugal participa

Como membro da União Europeia, Portugal tem satisfeito os compromissos internacionais assumidos pela UE, nomeadamente através de missões de carácter humanitário e de manutenção de paz.

3.1.4.1 - Operação Militar da UE na República do Chade e República Central Africana (EUFOR TCHAD/RCA)

A operação EUFOR TCHAD/RCA teve início em 28 de Janeiro de 2008, na sequência da Resolução 1778 (2007) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o objectivo de contribuir na protecção de civis em perigo, em particular refugiados e deslocados, facilitar

ajuda humanitária na área de operações e proteger pessoal, infra-estruturas e equipamentos das Nações Unidas.

Portugal participou com dois militares no Estado-Maior do QG operacional em Paris desta operação, desde o seu início, e com um destacamento de C-130, no período de 16 de Março a 16 de Maio de 2008.

3.1.4.2 - Missão da UE de aconselhamento e assistência para a reforma do sector de segurança da República Democrática do Congo (*EU Advisory and Assistance Mission for Security Reform in the Democratic Republic of Congo (DRC) (EUSEC RDC)*)

A missão EUSEC RDC teve início em 2005, na sequência de um pedido de apoio das autoridades da RDC, e tem por objectivos prestar aconselhamento e assistência às instituições congoleesas no sector da segurança, assegurando que as reformas se fazem no respeito pelos direitos humanos, do direito humanitário internacional, dos princípios democráticos, da boa gestão pública, transparência e respeito pela lei.

Portugal participou com dois militares no Estado-Maior do QG desta missão.

3.1.4.3 - Operação Militar da UE na Bósnia e Herzegovina (*Operation EUFOR – Althea*)

A operação militar EUFOR-Althea teve início em 2004 e foi desenvolvida no âmbito da política europeia de Segurança e Defesa. Esta operação tem por objectivo garantir uma presença militar para contribuir para a manutenção de um ambiente estável e seguro, impedir o ressurgir da violência e desta forma permitir à UE e aos outros actores da comunidade internacional o desenvolvimento das suas actividades.

Portugal participou nesta missão com equipas de ligação e observação (LOT) e militares no Estado-Maior do QG e ainda com 34 e 39 militares da GNR, respectivamente nos 1º e 2º semestres.

3.1.4.4 - Missão Militar da UE na Guiné-Bissau (*EU Security Sector Reform in Guinea-Bissau* (EU SSR GUINEA-BISSAU))

Num quadro de instabilidade e de violência existentes, o Conselho Militar da União Europeia aprovou o estabelecimento de uma missão PESD na Guiné-Bissau – a SSR GUINEA-BISSAU –, considerada a necessidade de viabilizar a consolidação do processo de reconstrução e do restabelecimento de um ambiente de segurança. Portugal participou nesta missão com dois militares.

3.1.4.5 - Missão Militar da UE na África Subsariana (*EU Security Representative to the African Union* (EUSR to the AU))

Num quadro de instabilidade e de violência existentes o Conselho Militar da União Europeia aprovou o estabelecimento de uma missão PESD (*EUSR to the AU*), através da delegação da UE junto da União Africana em Adis Abeba, na Etiópia, atenta a necessidade de

viabilizar a consolidação do processo de reconstrução e do restabelecimento de um ambiente de segurança na África Subsariana.

Portugal participou nesta missão com um militar.

3.1.4.6 - Missão Militar da UE na costa da Somália (*Operation Atalanta Initial Operating Capability* (OP (ATALANTA IOC - EUNAVFOR)))

Face ao recrudescimento de acções de pirataria ao largo da costa da Somália, que afectam os esforços humanitários e o tráfico marítimo internacional na região e contribuem para a contínua violação do embargo de armas decretado pelas Nações Unidas, o Conselho da União Europeia através da Acção Comum 2008/851/PESC, de 10 de Novembro de 2008, aprovou o estabelecimento de uma missão PESD, através de uma força naval a operar ao largo da costa da Somália, a missão OP ATALANTA IOC – EUNAVFOR.

Portugal participou nesta missão com um militar.

3.1.5 - Forças em elevada prontidão no âmbito da UE para as quais Portugal contribui com forças e meios

3.1.5.1 - *European Union Battlegroups* (EUBG)

Os *Battlegroups* da União Europeia são unidades militares com um efectivo de 1.500 militares, um grau de prontidão entre 5 a 10 dias e capacidade de sustentação no mínimo para 30 dias, para cumprir as denominadas Missões de Petersberg.

Portugal participa nesta missão com equipas de ligação e militares nos Estados-Maiores dos QG's.

A participação nacional no EUBG é rotativa. A participação nacional no ano de 2008 foi de uma Companhia de Engenharia no primeiro semestre.

3.1.6 - Forças em elevada prontidão no âmbito de acordos multilaterais para as quais Portugal contribui com forças e meios

3.1.6.1 - EUROFOR e EUROMARFOR

A EUROFOR e a EUROMARFOR são forças militares europeias de reacção rápida que integram forças de Portugal, Espanha, França e Itália. Estas Forças traduzem a vontade dos quatro países em contribuírem para o reforço da Identidade Europeia de Segurança e Defesa e para o desenvolvimento de capacidades militares europeias. Estas forças estão vocacionadas prioritariamente para o cumprimento das denominadas Missões de Petersberg.

3.2 - TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES

Para tipificar a participação de Forças Armadas em operações de apoio à acção externa do Estado, foi adoptada a doutrina em vigor na NATO, a qual preconiza a seguinte partição:

3.2.1 Operações no âmbito do artigo 5º do Tratado da Aliança – Defesa Colectiva

3.2.2 Operações não artigo 5º - Operações de Resposta a Crises (CRO)

1. Operações de Apoio à Paz (PSO)

- (1) Manutenção de Paz (PK);
- (2) Imposição de Paz (PE);

- (3) Prevenção de Conflitos (CP);
- (4) Restabelecimento da Paz (PM);
- (5) Consolidação da Paz (PB);
- (6) Operações Humanitárias (HO).

2. Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises (TRC)

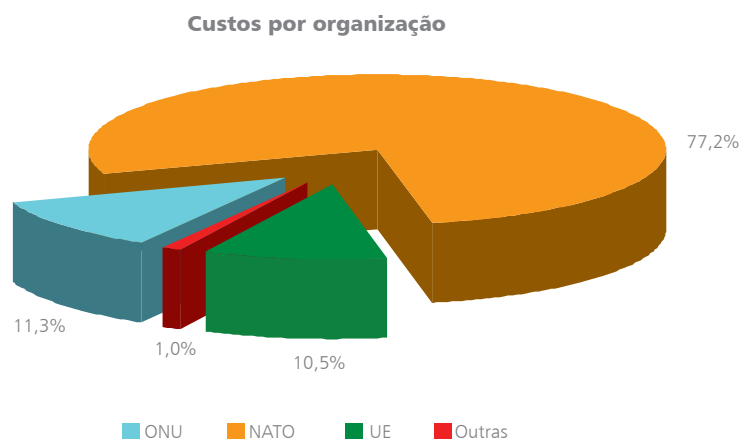
- (1) Apoio a operações humanitárias.
 - a. Assistência a deslocados e refugiados;
 - b. Operações humanitárias (fora do âmbito das PSO).
- (2) Assistência a desastres;
- (3) Busca e salvamento;
- (4) Operações de evacuação de não-combatentes (NEO);
- (5) Operações de extracção;
- (6) Apoio às autoridades civis;
- (7) Imposição de sanções e embargos.

3.3 – DESPESAS COM AS MISSÕES

Os encargos financeiros resultantes da participação das Forças Armadas em missões humanitárias e de paz conduzidas sob a égide das diversas organizações de que Portugal faz parte atingiram, no ano de 2008, um total de 71.520.625 euros, conforme indicado no quadro seguinte, sendo as missões da NATO aquelas que, de longe, representaram a maior parcela:

Organização	Missão	Custo/Missão (euros)	TOTAL (euros)
ONU	UNIFIL	7.876.778	8.089.260
	UNMIT	51.121	
	UNMIK	88.620	
	UNAMA	44.732	
	MINURCAT	28.009	
NATO	KFOR	18.331.743	55.216.445
	ISAF	24.571.420	
	ACTIVE ENDEAVOUR	1.529.495	
	NTM-I	109.453	
	NRF	2.748.216	
	SNMG 1	7.926.118	
UE	EUSEC RDC	118.145	7.491.185
	EUSR ETIOPIA	193.807	
	EUSSR GUINEA-BISSAU	115.739	
	EUNAVFOR SOMALIA	2.229	
	EUFOR ALTHEA	842.063	
	EUFOR TCHAD/RCA	4.568.724	
	EUBG	1.650.478	
Outras	Cargos em QG's (1)	723.735	723.735
TOTAL			71.520.625

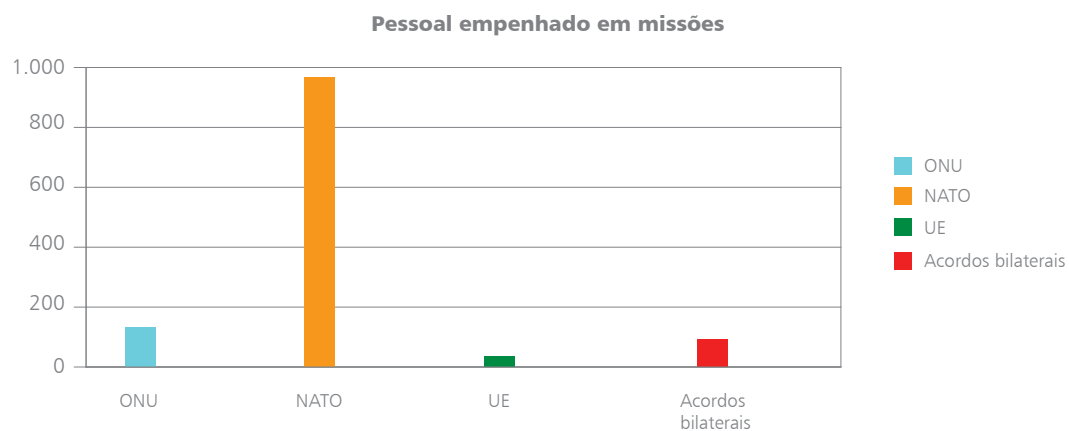
(1) Inclui 176.278 euros, encargo remanescente não liquidado em 2007, relativo à missão "Baltics Air Policing".



3.4 – APOIO MILITAR À ACÇÃO EXTERNA DO ESTADO PORTUGUÊS

3.4.1 – Operações/Missões realizadas

Organização	Código/Operação	Tipo operação	País/Região	Período operação/Missão	Pessoal empenhado
ONU	UNIFIL	CRO/PSO	Líbano	01JAN a 31DEZ08	146
	UNMIT		Timor-Leste		4
	UNMIK	CRO/PSO	Kosovo		2
	UNAMA	CRO/PSO	Afeganistão	ABR a 31DEZ08	1
	MINURCAT	CRO/PSO	Chade / RCA	ABR a 31DEZ08	1
NATO	KFOR	CRO/PSO	Kosovo	01JAN a 31DEZ08	295
	ISAF	CRO/PSO	Afeganistão		163
	SNMG 1				196
	NRF 10			01JAN a 30JUN08	81
	NRF 11			01JUL a 30DEZ08	199
	ACTIVE ENDEAVOUR	Art. 5º	Mediterrâneo	01JAN a 31DEZ08	20
	NTM-I	CRO	Iraque		6
UE	EUSEC RDC	CRO/PSO	Congo	01JAN a 31DEZ08	2
	EUSR ETIOPIA	CRO/PSO	Etiópia	NOV a 31DEZ08	1
	EUSSR GUINEA BISSAU	CRO/PSO	Guiné-Bissau	ABR a 31DEZ08	2
	EUNAVFOR SOMALIA	CRO/PSO	Somália	08DEZ a 31DEZ08	1
	EUFOR ALTHEA	CRO/PSO	Bósnia-Herzegovina	01JAN a 31DEZ08	14
	EUFOR TCHAD/RCA	CRO/PSO	Chade / RCA		32
Acordos Multilaterais	EUBG	CRO/PSO		01JAN a 31JUN08	130
TOTAL					1.296



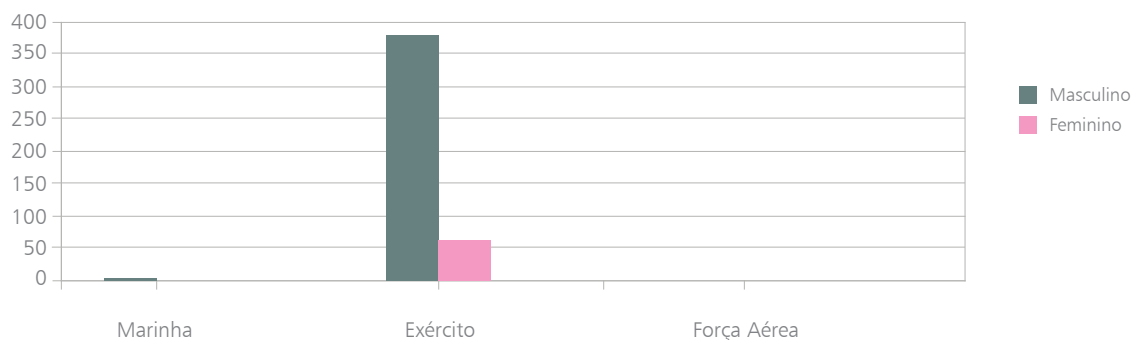
3.4.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU

3.4.1.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU – Efectivos

Código/ Operação	Unidades orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
UNIFIL	UnEng3 (01JAN a MAI08)					45	96	126	15				
	UnEng4 (25MAI a NOV08)					43	98	124	17				
	UnEng5 (28NOV a 31DEZ08)					44	97	120	21				
	HQ/UNIFIL (01JAN a 31DEZ08)					5		5					
	MTF/UNIFIL (01MAR a 31DEZ08)	1		1									
UNMIT	LNO	1		1		3		3					
UNMIK	LNO					2		2					
UNAMA	LNO									1		1	
MINURCAT	LNO					1		1					
TOTAL		2	-	2	-	143	291	381	53	1	-	1	-

LNO - Liaison Officer

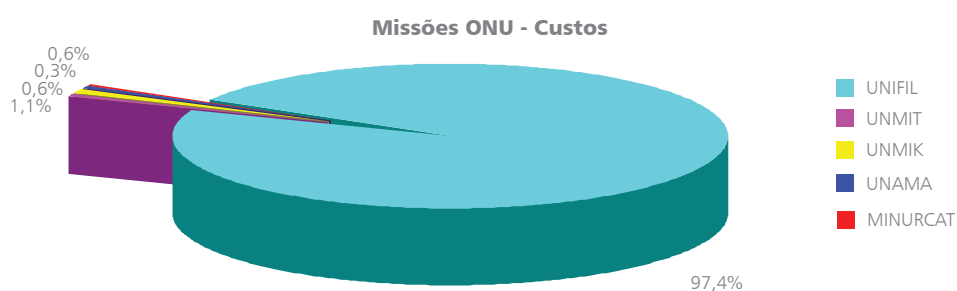
Missões ONU - Efectivos



3.4.1.1.2 – Operações/Missões no âmbito da ONU – Meios envolvidos

(euros)

Código/Operação	Unidades orgânicas/Meios	Despesas
UNIFIL	Companhia de Engenharia	7.876.778
UNMIT	Oficiais de Ligação	51.121
UNMIK	Oficiais de Ligação	88.620
UNAMA	Oficiais de Ligação	44.732
MINURCAT	Oficiais de Ligação	28.009
TOTAL		8.089.260



3.4.1.2 – Operações/Missões no âmbito da NATO

3.4.1.2.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Efectivos

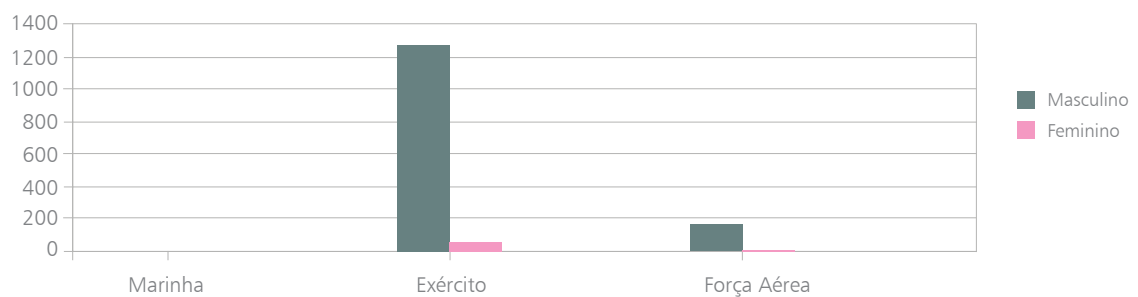
Código/Operação	Unidades orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
KFOR	2ºBI (01JAN a 19MAR08)					64	225	260	29				
	1ºBIPARA (19MAR a 25SET08)					65	225	281	9				
	AGR MIKE (25SET a 31DEZ08)					75	215	263	27				
	HQ/KFOR (01JAN a 31DEZ08)					6		6					

3.4.1.2.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Efectivos (Continuação)

Código/Operação	Unidades orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
ISAF	22ªCATPARA (01JAN a 28FEV08)					34	115	148	1	7		7	
	1ªCCMDS (28FEV a 03AGO08)					46	104	147	3	7		7	
	1ºOMLT/Guarnição (MAI a 07NOV08)	4		4		13	11	24		1		1	
	2ºOMLT/Guarnição (NOV a 31DEZ08)	5	1	6		11	9	20		1	2	3	
	ESQ. 501/ DEST C130 (02SET a 16DEZ08)									40		38	2
	HQ/ISAF (JAN a ABR08)					4		4					
	HQ/ISAF (ABR a JUL08)					4	4	4	4				
	HQ/ISAF (JUL a 31DEZ08)					4		4					
	HQ/RCC (01JAN a AGO08)					2		2					
	HQ/RCC (AGO a 31DEZ08)					1		1					
ACTIVE ENDEAVOUR	ESQ. 601/P-3 BA6(*) (01JAN a 31DEZ08)									20		20	
NTM-I	HQ/NTM-I (01JAN a DEZ08)					6		6					
TOTAL		9	1	10	-	335	908	1.170	73	76	2	76	2

(*) Duas saídas/mês.

Missões NATO - Efectivos

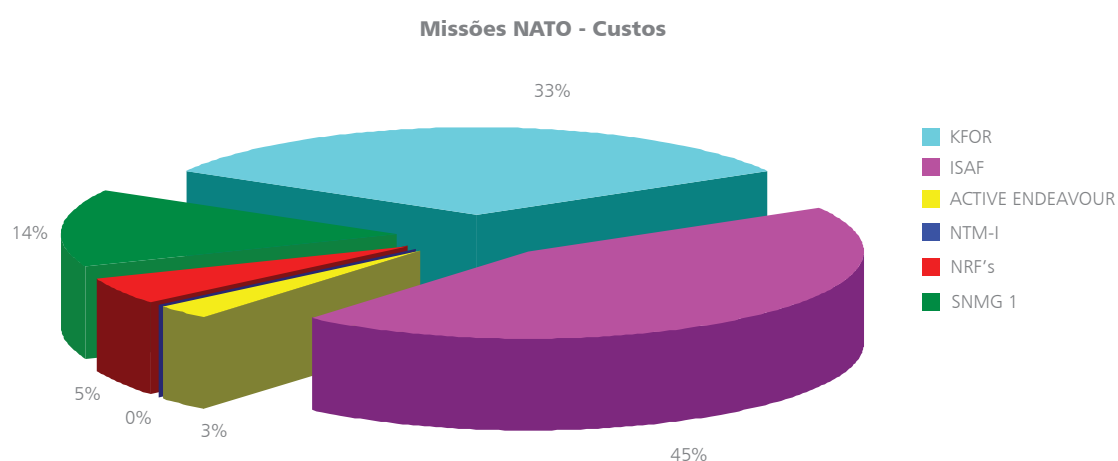


3.4.1.2.2 – Operações/Missões no âmbito da NATO – Meios envolvidos

(euros)

Código/Operação	Unidades orgânicas/Meios	Despesas
KFOR	Batalhão de INF/Agrupamento MIIKE/PARA	18.331.743
ISAF	CATPARA/CCMDS/OMLT/C130	24.571.420
ACTIVE ENDEAVOUR	P3	1.529.495
NTM-I	HQ	109.453
NRF*	Recce Team, NBC EOD Team, NBC DECON Team, Cmd and Staff PIO, FBX/ADX/A/C, BDE Recce Coy, NCAGS Team, FFGH	2.748.216
SNMG1	NRP VASCO DA GAMA	7.926.118
TOTAL		55.216.445

* Inclui custos relacionados com o aprontamento das NRF 11, 12 e 13.

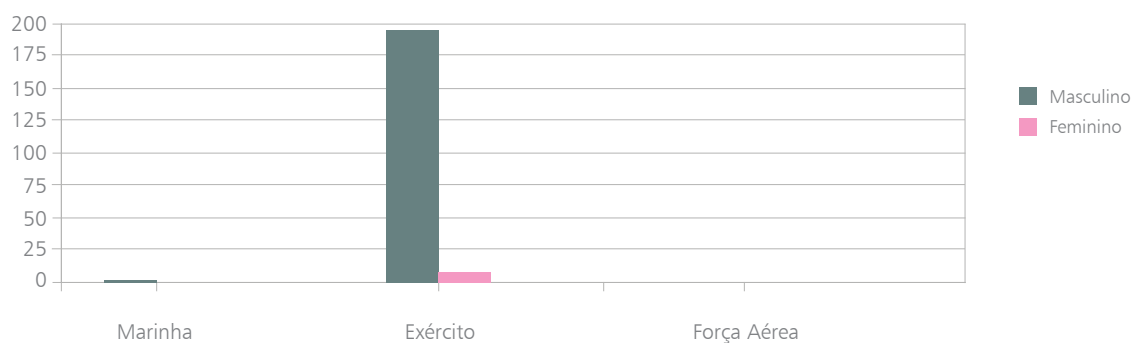


3.4.1.3 – Operações/Missões no âmbito da UE

3.4.1.3.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Efectivos

Código/ Operação	Unidades orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
EUSEC RDC	MILITARES/QH (01JAN a 31DEZ08)					2		2					
EUSR ETIÓPIA	MILITARES/QH (01NOV a 31DEZ08)					1		1					
EUSSR GUINEA- BISSAU	MILITARES/QH (01NOV a 31DEZ08)	1		1		1		1					
EUNAVFOR SOMALIA	MILITARES/QH (08DEZ a 31DEZ08)	1		1									
EUFOR ALTHEA	RCC 4/LOT DERVENTA (01JAN a DEZ08)					6		6					
	RCC 4/LOT MODRICA (01JAN a 31DEZ08)					6		6					
	HQ/EUFOR (JAN a 31DEZ08)					1		1					
	HQ/ RCC 4 (JAN a 31DEZ08)					1		1					
EUFOR TCHAD/ RCA	OHQ (01JAN a JUN08)		1	1		1		1					
	OHQ (JUN a 31DEZ08)	1		1		1		1					
	ESQ. 501/DEST C130 (16MAR a 16ABR08)									30		30	
	ESQ. 501/DEST C130 (16ABR a 16MAI08)									30		28	2
TOTAL		3	1	4	-	20	-	20		60	-	58	2

Missões UE - Efectivos



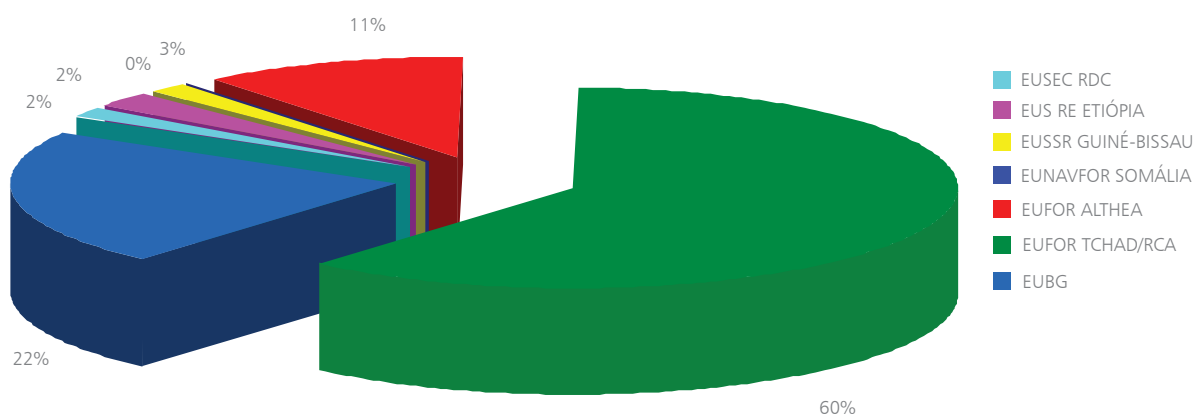
3.4.1.3.2 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Meios envolvidos

(euros)

Código/Operação	Unidades orgânicas/Meios	Despesas
EUSEC RDC	HQ	118.145
EUSR ETIOPIA	HQ	193.807
EUSSR GUINEA-BISSAU	HQ	115.739
EUNAVFOR SOMALIA	HQ	2.229
EUFOR ALTHEA	LOT(*) e HQ	842.063
EUFOR TCHAD/RCA	C130	4.568.724
EUBG	LOT/Companhia Eng	1.650.478
TOTAL		7.491.185

(*) Inclui EU-2 LOT

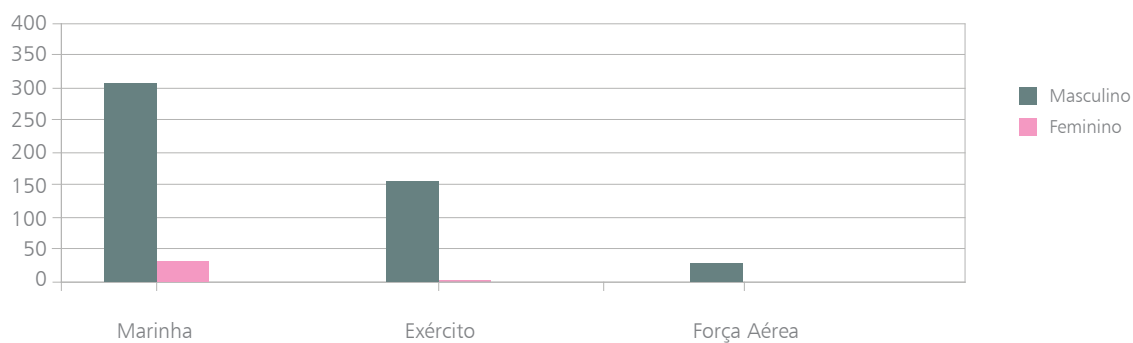
Missões UE - Custos



3.4. 2 – Contributos nacionais para forças de alta prontidão

Código/ Operação	Unidades orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
NRF 10	CRLRA					11	39	50					
	P3P (MPA)									15		15	
	EQUIPA PIO									6		6	
	EQUIPA EOD									5		5	
	EQUIPA DECON									5		5	
NRF 11	EQUIPA NCAGS	3		3									
	FFGH (SNMG 1)	173	23	176	20								
SNMG-1	NRP VASCO DA GAMA (04MAR a 30JUN08)	173	23	176	20								
EUBG	CENG A/G					29	97	114	12				
	FHQ					1		1					
	2°CMDT AGR ENG					1		1					
	OHQ					2		2					
TOTAL		349	46	355	40	44	136	168	12	31	-	31	-

Efectivos em forças de alta prontidão





Relações Bilaterais de Defesa e Cooperação Técnico-Militar



Nota Explicativa

O relacionamento bilateral no domínio da Defesa (do qual excluímos aqui a Cooperação Técnico-Militar com os PLOP que, pela sua especificidade, será tratada em capítulo próprio) sofreu, durante o ano de 2008, algumas alterações importantes que passaremos a referir. Contudo, e antes de analisarmos a forma como decorreu o ano, é de justiça realçar que o bom desempenho desta área da política externa de Defesa, que se traduziu essencialmente na concretização das prioridades definidas superiormente e numa boa taxa de execução das respectivas actividades, só foi possível devido à estreita coordenação e envolvimento dos três Ramos das Forças Armadas e dos Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional.

Relativamente à cooperação bilateral, 2008 foi um ano em que se assistiu a um aumento considerável das actividades nesse âmbito com os mais diversos países. Destaca-se o facto de ter sido possibilitada a realização das diversas missões que tinham sido agendadas no plano de actividades, tendo assim sido viabilizado o cumprimento praticamente na íntegra de todo o plano de actividades previsto para 2008.

Ainda de realçar a execução no decorrer do ano de diversas reuniões que não estavam inicialmente planeadas, mas que se conseguiram realizar por forma a promover o desenvolvimento das relações bilaterais com países com quem havíamos celebrado acordos de cooperação. É, nomeadamente, o caso da Argentina, do Brasil, do Chile e do Uruguai, países com os quais foram realizadas conversações político-estratégicas, visando o estabelecimento de contactos periódicos e o início de uma cooperação envolvendo os Ramos das Forças Armadas e os Órgãos e Serviços Centrais do MDN.

À semelhança do ano anterior, durante 2008 foi reforçada a cooperação com os países do Magrebe. Este incremento

surge na sequência de uma definição clara sobre a prioridade que aquela cooperação constitui em termos da política externa de Defesa de Portugal.

Assim, e de forma a ilustrar a realidade acima exposta, passa-se seguidamente a fazer um ponto de situação das actividades desenvolvidas durante o ano de 2008, em termos de relacionamento bilateral de Defesa.

4.1 – ACTIVIDADE BILATERAL DE DEFESA (COM EXCEÇÃO DA ÁFRICA SUBSARIANA)

4.1.1 - Tratados, acordos, convenções e memorandos de entendimento

Neste ano assistiu-se à assinatura de mais dois acordos celebrados pelo nosso país: um com a Líbia e outro com a Ucrânia. Deu-se também início à negociação de alguns acordos com outros países. É o caso da Sérvia e da Turquia, países com os quais está a ser negociado um acordo

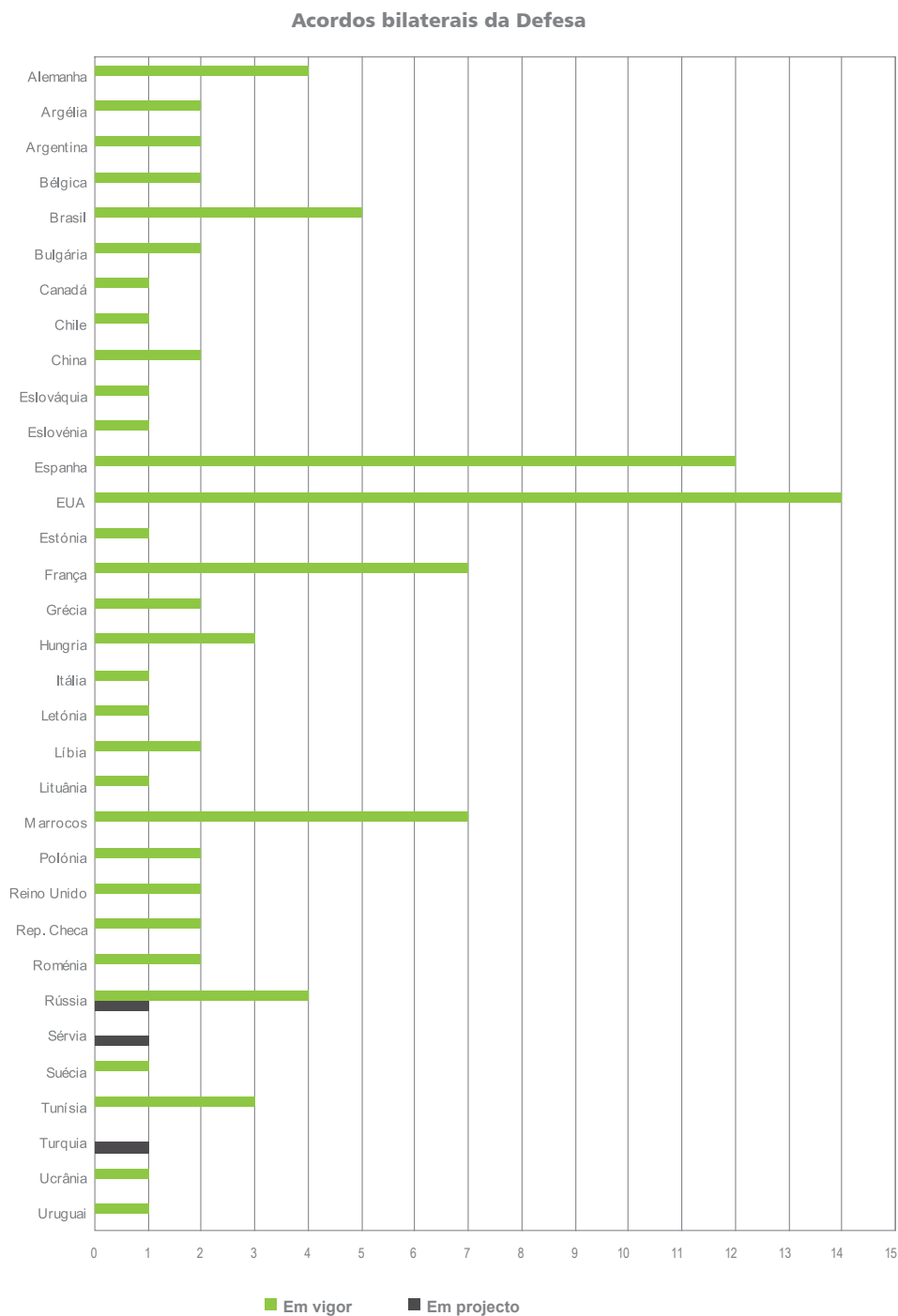
de cooperação bilateral, e da Espanha, com a qual foram negociados instrumentos destinados a regulamentar áreas muito específicas, sobretudo de carácter técnico, mas que terão grande impacto no relacionamento bilateral.

Apresenta-se seguidamente um quadro que pretende ilustrar esta realidade, e no qual se pode observar, se comparado com o do ano transacto, um aumento do número de acordos em vigor ou em fase de negociação:

País	Em vigor	Em projecto	Em renegociação
ALEMANHA	4		
ARGÉLIA	2		
ARGENTINA	2		
BÉLGICA	2		
BRASIL	5		
BULGÁRIA	2		
CANADÁ	1		
CHILE	1		
CHINA	2		
ESLOVÁQUIA	1		
ESLOVÉNIA	1		
ESPAÑHA	12	3	
EUA	14		
ESTÓNIA	1		
FRANÇA	7		
GRÉCIA	2		
HUNGRIA	3		
ITÁLIA	1		
LETÓNIA	1		
LÍBIA	2		
LITUÂNIA	1		
MARROCOS	7		
POLÓNIA	2		
REINO UNIDO	2		
REPÚBLICA CHECA	2		
ROMÉNIA	2		
RÚSSIA	4		
SÉRVIA		1	
SUÉCIA	1		
TUNÍSIA	3		
TURQUIA		1	
UCRÂNIA	2		
URUGUAI	1		
TOTAL	93	5	

Apresenta-se, de seguida, a representação gráfica do actual quadro de Acordos de Defesa celebrados ou em fase

de negociação com os diversos países com quem Portugal mantém um relacionamento bilateral de Defesa activo:



Refira-se, contudo, que o quadro que se acaba de ver inclui não apenas os acordos de cooperação negociados pelo MDN, e dos quais decorrem habitualmente planos de actividades de cooperação bilateral, negociados em sede das respectivas Comissões Mistas, mas

também outros acordos celebrados pelos Ramos das Forças Armadas e OSC/MDN, dos quais resultam igualmente contactos e cooperação nas suas áreas específicas de actuação.

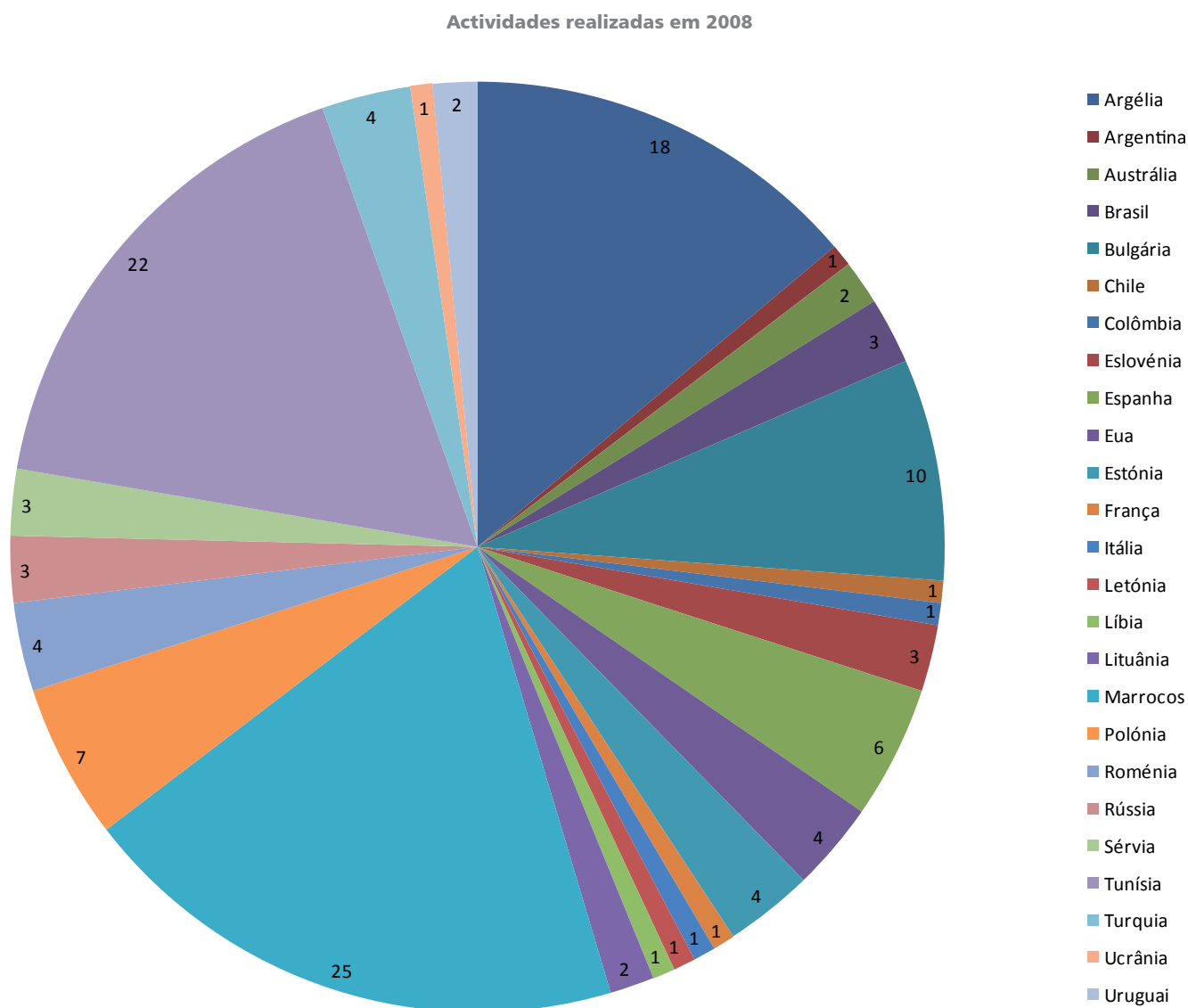
4.1.2 - Programas de cooperação/Actividades

Dado o que antecede, passa-se agora a enumerar as actividades negociadas nas respectivas Comissões Mistas pela Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional e que são agrupadas, em cada ano e para cada país, num programa de cooperação bilateral, usualmente chamado "Plano de Actividades".

Refira-se que este é negociado tendo por base as propostas apresentadas pelos diversos organismos na-

cionais intervenientes na cooperação (os três Ramos das Forças Armadas e os Órgãos e Serviços Centrais do MDN), bem como as solicitações formuladas pelos outros países.

O gráfico seguinte representa o total do número de actividades realizadas em 2008, distribuído pelos diversos países com quem Portugal manteve uma cooperação no âmbito da Defesa.



O ano de 2008, como foi referido e se poderá seguramente comprovar, apresentou, relativamente ao ano passado, um crescimento do número de actividades. No entanto, é de destacar que este incremento do número de missões de cooperação bilateral fez-se

sentir sobretudo com os países do Magrebe. No quadro seguinte, e como vem sendo habitual, optou-se pela apresentação das actividades realizadas durante o passado ano, agrupadas por país.

País	Actividades
ARGÉLIA	Conversações entre os Ministérios da Defesa de Portugal e da Argélia sobre gestão, organização e missões de Defesa; Visita de uma delegação à Academia Militar da Força Aérea e às Oficinas Gerais de Material Aeronáutico; Visita de uma delegação à Escola Prática de Tropas Especiais, em Biskra; Visita de uma delegação argelina à Escola Prática de Transmissões, no Porto; Visita de uma delegação portuguesa com o objectivo de identificar possíveis projectos para um desenvolvimento futuro; Visita de uma delegação portuguesa constituída por militares dos três Ramos das Forças Armadas e da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional à Argélia; Visita de uma delegação das Forças Armadas argelinas à Escola Prática de Infantaria e ao Centro de Tropas Comando; Troca de experiências no domínio do apoio logístico médico; Visita de uma delegação no âmbito da logística das Forças Armadas; Visita das Forças Navais Argelinas à Escola Naval, ao Centro de Instrução de Tática Naval e à Base Naval de Lisboa; Curso de Fisiologia de Voo, no Centro de Medicina Aeronáutica; Visita a uma empresa de construção e reparação naval, em Argel; Visita a Argel, de peritos de medicina militar do Hospital da Força Aérea e do Hospital da Marinha; Visita de uma delegação argelina ao "Control and Report Centre" (CRC); Troca de experiências com a "École d'Application d'Infanterie / 1ère RM" – Curso de Luta Anti-Terrorista; Observação de num exercício militar com a Força Aérea Portuguesa; Reunião de trabalho com uma delegação portuguesa da EMPORDEF e da DGAED/MDN, em Argel; Visita de uma delegação da Argélia à EMPORDEF.
ARGENTINA	Primeiras conversações político-estratégicas entre os dois países, em Buenos Aires.
AUSTRÁLIA	Estágio, em Portugal, de alunos do <i>Australian Defence Force School of Languages</i>; Reunião entre o Ministro da Defesa de Portugal e o seu homólogo australiano.
BRASIL	Primeiras conversações político-estratégicas entre o Ministério da Defesa de Portugal e do Brasil, em Brasília; Visita a Lisboa de uma delegação para conversações no domínio da profissionalização das Forças Armadas; Visita ao Brasil de uma delegação portuguesa da DGAED e EMPORDEF.
BULGÁRIA	Curso de Operações Especiais no CTOE, em Lamego; Estágio de Fisiologia de Voo no Centro de Medicina Aeronáutica da Força Aérea; Visita ao Museu do Ar de uma delegação do Museu da Força Aérea da Bulgária; Estágio de Fisiologia de Voo e de Desorientação Espacial da Força Aérea portuguesa; Participação, como observadores, no exercício mecanizado "ROSA BRAVA 08"; Visita de delegação da Direcção-Geral de Pessoal do Ministério da Defesa búlgaro para conversações sobre a profissionalização militar; Curso de Sobrevivência no Mar, na Base do Montijo; 13ª Reunião da Comissão Mista, em Lisboa; "Epidemiological control and medical intelligence for missions abroad"; Visita de uma delegação da Bulgária ao Museu de Marinha.

País	Actividades
CHILE	Primeiras Conversações Político-Estratégicas, em Santiago do Chile.
COLÔMBIA	Visita a Portugal do Curso de Altos Estudos das Forças Militares da Colômbia.
ESLOVÉNIA	Participação no Exercício “ROSA BRAVA 08”, no Campo Militar de Santa Margarida; Curso de Sniper, no Centro de Tropas de Operações Especiais, em Lamego; 9ª Reunião da Comissão Mista Luso-Eslovena, em Lisboa.
ESPANHA	23ª Cimeira Luso-Espanhola e I Reunião do Conselho Luso-Espanhol de Segurança e Defesa (CLESD); Visita a Portugal do VII Curso de Altos Estudos Estratégicos para Oficiais Superiores Ibero-Americanos; Participação do Ministro da Defesa Nacional na Cerimónia Militar Comemorativa dos 200 Anos da Guerra da Independência de Espanha; Reunião do Grupo de Trabalho Diálogo Político-Estratégico, em Madrid; Negociação do protocolo de intercâmbio entre funcionários das Direcções-Gerais de Política de Defesa, em Madrid; 2ª Reunião da Comissão Preparatória/CLESD, em Lisboa.
ESTÓNIA	Curso de Operações Especiais no CTOE, em Lamego; Visita no âmbito do sistema português de Profissionalização e Recrutamento Militar; Curso de Patrulhas de Longo Raio de Acção no Centro de Tropas de Operações Especiais, em Lamego; 5ª Reunião da Comissão Mista, em Tallinn.
EUA	Visita a Lisboa do navio <i>Mount Whitney</i> ; XXIII reunião da Comissão Bilateral Permanente, em Lisboa; Audiência do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar com o Embaixador e o Conselheiro no Departamento de Estado; XXIV Reunião da Comissão Bilateral Permanente (CBP), em Washington.
FRANÇA	III Cimeira Luso-Francesa, em Lisboa.
ITÁLIA	Visita à Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.
LETÓNIA	Curso de Operações Especiais no CTOE, em Lamego.
LÍBIA	Assinatura do Memorando de Entendimento no domínio da Defesa entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Comité Geral Interino da Defesa da Grande Jamahiria Árabe Líbia Socialista.
LITUÂNIA	Estágio de Fisiologia de Voo e de Desorientação Espacial da Força Aérea Portuguesa; Curso de Sobrevivência no Mar da Força Aérea Portuguesa.

País	Actividades
MARROCOS	Estágio de Museologia no Museu de Marinha; 14ª Reunião da Comissão Mista, em Lisboa; Curso de Sobrevivência no Mar para Pilotos, no Centro de Medicina Aeronáutica da Força Aérea; Estágio no simulador de voo da aeronave Hércules C-130, na Base de Kenitra da Força Aérea Real de Marrocos; <i>Final Planning Conference</i> do Exercício Naval "SWORDFISH 08", na Base Naval do Alfeite; Estágio de Cartografia Tradicional e Electrónica, no Instituto Hidrográfico; Intercâmbio entre a Academia Militar portuguesa e a Academia Real de Marrocos, em Meknes; Estágio no Simulador de Tiro de Artilharia INFRONT e visita à EPA; Curso de sobrevivência para tripulações aéreas ministrado no Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea; Estágio no simulador de voo da aeronave Hércules C-130, Base Aérea de Kenitra; Observação do Exercício "VIRIATO 08"; Estágio de Embarque no Navio-Escola Sagres; Participação da Fragata "Mohamed V" no Exercício Naval "SWORDFISH 08"; Observação de um exercício tático numa unidade de Infantaria Mecanizada do Exército Real de Marrocos; Estágio Operacional em Ambiente Desértico, na II Brigada Pára-quedista do Exército Real de Marrocos; Estágio no simulador de voo da aeronave C-130, na Base de Kenitra; Distinguished Visitors Day do exercício final de preparação do contingente da Brigada de Intervenção do Exército que irá para o Kosovo; Estágio no simulador de voo da aeronave Hércules C-130, na Base de Kenitra da Força Aérea Real de Marrocos; Estágio prático de Hidrografia a bordo de um navio da Marinha Portuguesa; Troca de experiências entre pessoal docente da Academia da Força Aérea e da Academia Real do Ar de Marrocos e a Academia da Força Aérea Portuguesa; Saída de Sobrevivência em Ambiente Desértico ; Troca de experiências ao nível da utilização de Helicópteros em ambiente marítimo, na Esquadilha de Helicópteros da Armada, no Montijo; Estágio Técnico no domínio do Controlo Não Destrutivo (NDI) e Materiais Compósitos, na Força Aérea; Troca de experiências em matéria de preservação e valorização de infra-estruturas militares de interesse cultural, em Faro; Troca de experiências em matéria de preservação e valorização de infra-estruturas militares de interesse cultural, em Marrocos.
POLÓNIA	Visita de uma delegação de especialistas de Metrologia ao Instituto Hidrográfico e ao Arsenal do Alfeite; Observação do Exercício "VIRIATO 08"; Conversações Bilaterais subordinadas ao tema <i>Common Training of Airborne Units</i>; Conversações entre Forças Aéreas subordinadas ao tema <i>F-16 Pilots Training and Aero Medical Specifics Care</i>; Estágio de Fisiologia de Voo no Centro de Medicina Aeronáutica da Força Aérea; 14ª Reunião da Comissão Mista Luso-Polaca, em Varsóvia; Troca de experiências com especialistas em medicina aeronáutica, em Varsóvia.
ROMÉNIA	15ª Reunião da Comissão Mista entre Portugal e a Roménia, em Bucareste; Troca de experiências entre o Museu Militar Nacional "<i>King Ferdinand I</i>" da Roménia e os três Museus Militares das Forças Armadas Portuguesas; Curso de sobrevivência para tripulações aéreas ministrado no Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea; Troca de experiências sobre o Acordo com os EUA.

País	Actividades
RÚSSIA	Exercício PASSEX entre a Fragata Álvares Cabral da Armada portuguesa e o Navio da Federação Russa Moskva; Visita de uma delegação da Academia Militar da Federação da Rússia para troca de experiências sobre formação militar; Visita de uma delegação da Força Aérea da Federação da Rússia para conversações sobre medicina aeronáutica.
SÉRVIA	Visita oficial ao nosso país do Secretário de Estado da Defesa da Sérvia; Conversações com a Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa; Reunião bilateral entre Portugal e a Sérvia, em Belgrado.
TUNÍSIA	Estágio de Museologia no Museu de Marinha; Visita do Director do Instituto da Defesa Nacional tunisino ao IDN português; 13ª Reunião da Comissão Mista, em Lisboa; Curso de Sobrevivência no Mar para pilotos, no Centro de Medicina Aeronáutica da Força Aérea; Visita oficial do Director do Instituto Hidrográfico ao seu homólogo da Tunísia; Estágio de Sobrevivência no Deserto; Estágio de um Oficial piloto da Força Aérea Portuguesa, numa unidade aérea de combate da Tunísia; Curso de Patrulhas de Longo Raio de Acção, no Centro de Tropas de Operações Especiais, em Lamego; Curso de sobrevivência para tripulações aéreas ministrado no Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea; Participação de um Cadete português no cruzeiro “Eté 2008”, a bordo do navio de reconhecimento e formação da Marinha da Tunísia “Khaireddine”; Programa de recepção e intercâmbio, por ocasião da visita do navio de reconhecimento e formação da Tunísia “Khaireddine” ao porto de Lisboa; Exercício PASSEX entre o navio “Khaireddine” e as corvetas “Pereira D’Eça” e “Baptista de Andrade”; Curso de Oficiais Fuzileiros, na Escola de Fuzileiros da Marinha Portuguesa; Troca de experiências entre Academias de Força Aérea, na Academia de Borj El-Amri, na Tunísia Estágio de Hidrografia; Estágio de Sobrevivência no Deserto para pessoal tripulante; Visita ao Centro de Medicina de Mergulho da Tunísia; Troca de experiências entre Academias Militares, na Academia Militar da Tunísia; Exercício de simulação de nível Brigada no simulador Janus, na Tunísia; Troca de experiências ao nível da utilização de helicópteros em operações SAR (Search and Rescue), na BA6 no Montijo; Apresentação de uma palestra sobre A Política de Defesa Nacional Portuguesa, no IDN da Tunísia; Troca de experiências entre Comissões de História Militar, em Tunis.
TURQUIA	Visita a Portugal de delegação do <i>National Security College</i> da Turquia; Estágio museológico no Museu de Marinha, com a participação do Director do Museu Naval turco; Conversações Bilaterais no âmbito da gestão e execução orçamental da Defesa e do Sistema Integrado de gestão do MDN; <i>Military Dialogue Meeting</i> no domínio da Defesa, em Ankara.
UCRÂNIA	Visita oficial do Ministro da Defesa da Ucrânia e assinatura do Acordo de Cooperação no domínio militar.
URUGUAI	Deslocação a Lisboa do Ministro da Defesa da República Oriental do Uruguai para a cerimónia de entrega das duas fragatas da classe “João Belo” adquiridas para a sua Marinha; Primeiras Conversações Político-Estratégicas, em Montevideu.

4.1.3 - Cruzeiros de investigação científica

No âmbito das relações bilaterais, foram processados os pedidos de autorização diplomática para operação de navios científicos nas áreas de jurisdição nacional. As principais áreas de investigação destes

cruzeiros incluíram trabalhos de oceanografia, hidrografia, biologia marítima, investigação de recursos pesqueiros, lançamento de cabos submarinos e prospecção mineira.

País	Cruzeiros
ALEMANHA	7
BÉLGICA	1
ESPANHA	6
EUA	1
FRANÇA	5
HOLANDA	3
ITÁLIA	1
REINO UNIDO	5
RÚSSIA	1
TOTAL	30

4.1.4 - Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros

Relação dos pedidos de autorização diplomática para visita de navios de guerra estrangeiros:

País	Visitas
ALEMANHA	12
ARGÉLIA	1
BÉLGICA	6
BRASIL	4
CANADÁ	1
DINAMARCA	2
ESPANHA	54
ESTADOS UNIDOS	19
ESTÓNIA	1
FINLÂNDIA	1
FRANÇA	8
HOLANDA	5
IRLANDA	1
ITÁLIA	1
MÉXICO	2
NORUEGA	7
OMÃ	1
REINO DE MARROCOS	4
REINO UNIDO	18
ROMÉNIA	1
RÚSSIA	4
TUNÍSIA	1
TURQUIA	1
TOTAL	155

4.1.5 - Sobrevoos e aterragem – Pedidos de autorização

País/ Organização	Permanentes	Não permanentes
ÁFRICA DO SUL	3	3
ALEMANHA	103	7
ANGOLA	9	1
ARÁBIA SAUDITA	14	4
ARGÉLIA	13	
ARGENTINA	6	
AGA KHAN		1
BÉLGICA	123	29
BENIM	2	2
BRASIL	89	9
BULGÁRIA	9	
BURKINA FASO	10	
CANADÁ	9	2
COSTA DO MARFIM	1	
CHADE	2	
CHILE	6	2
CHINA		1
CONGO (BRAZZAVILLE)	1	
COLÔMBIA	1	1
CROÁCIA	3	
DINAMARCA	13	8
EADS-CASA		3
EGIPTO	53	10
EQUADOR		1
ESLOVÁQUIA	1	
ESLOVÉNIA	2	
ESPANHA	700	19
ETIÓPIA		1
EUA	4.140	74
FRANÇA	313	5
GRÉCIA	1	2
GUINÉ-BISSAU	3	1
GUINÉ EQUATORIAL	1	3
HOLANDA	18	11
ÍNDIA	19	10
IRÃO		2
IRLANDA	2	

4.1.5 - Sobrevoos e aterragem – Pedidos de autorização (Continuação)

País/ Organização	Permanentes	Não permanentes
ISRAEL		8
ITÁLIA	41	
JORDÂNIA	10	1
KUWAIT	4	
LÍBIA	1	2
MALI	3	1
MALTA	1	
MARROCOS	28	2
MÉXICO		2
MONTENEGRO		1
NAÇÕES UNIDAS		1
NATO	30	1
NIGÉRIA	8	
PAQUISTÃO	10	2
REINO UNIDO	256	49
REPÚBLICA CHECA	8	
RÚSSIA		34
SÉRVIA	2	
SUÉCIA	1	5
SUÍÇA	1	
TAILÂNDIA		2
TOGO	4	
TUNÍSIA	12	
TURQUIA	2	
UCRÂNIA		1
VENEZUELA	18	
TOTAL	6.110	324

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

NOTA EXPLICATIVA

Os quadros relativos à Cooperação Técnico-Militar (CTM) com os Países de Língua Oficial Portuguesa (PLOP) procuram identificar e quantificar as acções realizadas, as áreas de intervenção e os respectivos investimentos.

A Cooperação Técnico-Militar com os PLOP executa-se através de programas-quadro bilaterais, de carácter indicativo, constituídos por projectos, bem como através de acções de natureza complementar, decorrentes de novos conceitos aplicados à execução da política de CTM, essencialmente dirigidas à capacitação dos órgãos de concepção, coordenação e direcção das políticas de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

A execução dos projectos contempla quatro componentes: assessorias técnicas e/ou unidades móveis de instrução, recuperação de infra-estruturas locais, fornecimento de equipamento e formação de pessoal em Portugal e/ou nos PLOP.

A *componente formação de pessoal* constitui-se como nuclear. Para além do estabelecimento anual de um programa de formação de pessoal dos PLOP em Portugal, os projectos que se executam no terreno são, na sua maioria, direccionados para a criação e/ou reorganização de estabelecimentos de ensino e centros de instrução/formação militar nos PLOP, com o objectivo de, progressivamente, se irem criando capacidades que permitam a estes países contribuírem para a promoção da segurança e desenvolvimento.

Decorrente da inclusão, em 2001, da cooperação no domínio da Defesa na Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a CTM alargou a sua actividade ao nível multilateral.

As acções de CTM executadas multilateralmente são definidas e avaliadas pelos ministros da Defesa da CPLP, no âmbito das respectivas reuniões anuais.

Os encargos relativos ao suporte financeiro dos programas-quadro da Cooperação Técnico-Militar bilateral e da participação na componente de Defesa da CPLP inscrevem-se na contribuição portuguesa para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD portuguesa).

CONCEITOS

Cooperação Técnico-Militar com os PLOP

Conjunto de acções que têm por objectivo a organização, reestruturação e formação dos Ministérios da Defesa Nacional e Forças Armadas dos PLOP, e respectivos militares, obedecendo a princípios de apartidarismo, subordinação aos órgãos de soberania democráticos e legítimos, respeito pelo Estado de Direito e pela boa governação, capacitando aqueles Estados como produtores de Segurança e de Desenvolvimento.

Componente de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Conjunto de acções de cooperação entre os Estados Membros, com o objectivo de criar uma plataforma comum de partilha de conhecimentos e de promover uma política comum de cooperação nas esferas da Defesa e militar, bem como de contribuir para o desenvolvimento das capacidades internas com vista ao fortalecimento das Forças Armadas dos países da CPLP.

Programas-quadro

Instrumentos genéricos e dinâmicos da Cooperação Técnico-Militar, celebrados entre Portugal e os PLOP, e que decorrem de acordos internacionais bilaterais, em vigor nos mesmos períodos dos programas indicativos de cooperação, e que definem, por projectos, as principais áreas de esforço da execução da CTM.

Projectos de Cooperação Técnico-Militar

Instrumentos específicos da Cooperação Técnico-Militar, integrados nos programas-quadro, que se destinam à execução de objectivos específicos previamente definidos, através de diversos vectores – formação de pessoal (no país e/ou em Portugal), assessorias militares (residentes e temporárias), recuperação de infra-estruturas militares e fornecimento de determinado tipo de material e equipamento.

Outras acções

Acções que não se integram em nenhum projecto específico, mas que se revelam complementares e/ou indispensáveis.

Acções de formação, promoção e especialização e qualificação

Cursos de duração variável, ministrados sob a responsabilidade de um estabelecimento, unidade ou órgão militar ou civil sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional e

que visam a formação, promoção, qualificação ou especialização e actualização do militar.

Assistência hospitalar em Portugal

Assistência médica em hospitais militares portugueses, prestada a militares das Forças Armadas dos PLOP, por reconhecida falta de capacidade nos países de origem, e que pode ser extensiva a familiares (cônjuges e/ou filhos).

Despesas de estrutura

Despesas relativas a encargos decorrentes da sustentação, no terreno, das assessorias militares, designadamente com a manutenção de residências destinadas ao alojamento de militares portugueses nomeados para acções de CTM, com o parque de viaturas, com o pessoal de apoio nacional e/ou recrutado localmente, com comunicações e outro apoio logístico que se revele necessário.

4.2 – COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

4.2.1 - Projectos de cooperação técnico-militar com os PLOP

República de Angola

Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Angolanas (FAA)

Instituto Superior de Ensino Militar

Academia Militar de Angola

Brigada de Forças Especiais

Centro de Instrução de Operações de Paz

Escola de Administração Militar

Direcção do Serviço de Saúde das FAA

Marinha de Guerra Angolana

Engenharia do Exército

Escola Militar de Formação Aeronáutica

Centro de Psicotécnico da Força Aérea Nacional

Formação em Portugal

República de Cabo Verde

Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas
Formação de Unidades de Polícia Militar
Guarda Costeira e Unidade de Fuzileiros Navais
Centro de Instrução Militar Conjunto do “Morro Branco”

República da Guiné-Bissau

Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas
Marinha Nacional
Centro de Instrução Militar
Comunicações Militares
Engenharia Militar
Serviço de Material
Formação em Portugal

República de Moçambique

Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas
Marinha de Guerra de Moçambique
Academia Militar Marechal Samora Machel
Polícia Militar
Centro de Formação de Forças Especiais
Grupo de Escolas de Formação da Marinha de Guerra
Fuzileiros Navais
Escola de Sargentos das Forças Armadas de Moçambique
Comunicações Militares
Formação em Portugal

República Democrática de S. Tomé e Príncipe

Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas
Formação e Treino de Unidades para Operações Conjuntas de Interesse Público, Ajuda Humanitária, Gestão de Crises e de Apoio à Paz
Pelotão de Engenharia Militar de Construções
Formação da Guarda Costeira
Manutenção do Sistema de Ajudas Visuais à Navegação
Assistência Hospitalar em Portugal

República Democrática de Timor-Leste

Estrutura Superior da Defesa e das FDTL
Componente Naval
Centro de Instrução Militar
Formação em Portugal

4.2.2 - Despesas dos projectos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PLOP

(euros)

Tipo de despesas com projectos de cooperação	Países												TOTAL	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique		República Democrática de Timor-Leste			
	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor
Assessorias e/ou Unidades Móveis	17	175.736	16	160.112	18	144.615	100	1.099.169	78	550.693	19	290.892	248	2.421.217
Material		29.139		95.882		74.714		22.377		10.132		16.487		248.731
Transporte de material e pessoal		15.343		19.849		28.755		155.099		92.075		32.878		343.999
TOTAL	17	220.218	16	275.843	18	248.084	100	1.276.645	78	652.900	19	340.257	248	3.013.947

4.2.3 - Formação de militares dos PLOP em Portugal por tipo de curso e Ramo das FA

(N.º de alunos)

Tipo de curso		Países						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação	Marinha	3	1	5	9	13	1	32
	Exército	9	3	5	13	16		46
	Força Aérea				36			36
Promoção	Marinha			3		2		5
	Exército	5		2	6			13
	Força Aérea							-
Actualização	Marinha	2		1		2	4	9
	Exército	1	1				2	4
	Força Aérea							-
Qualificação	Marinha							-
	Exército		1		6	5	4	16
	Força Aérea							-
TOTAL	Marinha	5	1	9	9	17	5	46
	Exército	15	5	7	25	21	6	79
	Força Aérea	-	-	-	36	-	-	36

4.2.4 - Despesas suportadas pelos Ramos das FA

(euros)

Ramo das Forças Armadas		Países						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação em Portugal	Marinha	8.707	550	26.369	28.450	35.770	8.812	108.658
	Exército	67.882	22.253	41.057	96.232	90.840	6.116	324.380
	Força Aérea	6.343			40.174	31.717		78.234
Vencimentos dos militares em missões nos PLOP	Marinha	106.895	32.620	52.957	276.012	245.208	106.089	819.781
	Exército	62.488	108.897	83.929	736.805	446.012	170.468	1.608.599
	Força Aérea				163.575	26.489		190.064
Material fornecido	Marinha	1.198			2.367	1.348	359	5.272
	Exército		1.317.296	41.620				1.358.916
	Força Aérea			9.200	18.161	26.500		53.861
Outros custos	Marinha	165	138	220	330	303	165	1.321
	Exército	7.430	19.803	17.283	92.862	55.030	22.843	215.251
	Força Aérea				2.789			2.789
TOTAL	Marinha	116.965	33.308	79.546	307.159	282.629	115.425	935.032
	Exército	137.800	1.468.249	183.889	925.899	591.882	199.427	3.507.146
	Força Aérea	6.343	-	9.200	224.699	84.706	-	324.948

4.2.5 - Formação de militares nos PLOP por tipo de curso e Ramo das FA

(N.º de alunos)

Tipo de curso		Países						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação	Marinha	71			479	389		939
	Exército	142		390	182	990		1.704
	Força Aérea	1						1
Promoção	Marinha							-
	Exército	74		91	55		72	292
	Força Aérea							-
Atualização	Marinha							-
	Exército			26	283	24	250	583
	Força Aérea							-
Qualificação	Marinha							-
	Exército				671	82	40	793
	Força Aérea				3			3
TOTAL	Marinha	71	-	-	479	389	-	939
	Exército	216	-	507	1.191	1.096	362	3.372
	Força Aérea	1	-	-	3	-	-	4

4.2.6 - Assistência hospitalar em Portugal a militares dos PLOP e seus familiares e respectivas despesas

(euros)

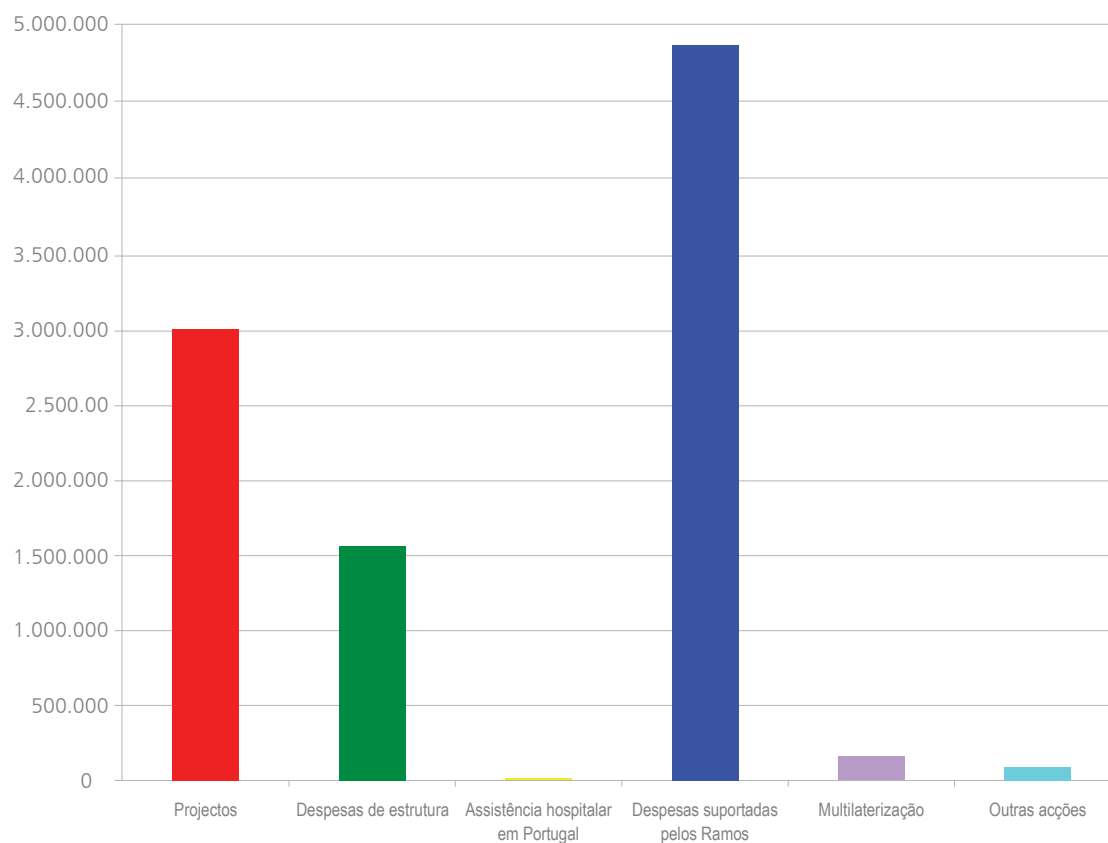
Pessoal assistido	Países												TOTAL	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique		República Democrática de Timor-Leste			
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Militares	4	398	6	3.272	5	10.331	1	603	1	1.030	1		18	15.634
Familiares	2		1		1		4						8	-
TOTAL	6	398	7	3.272	6	10.331	5	603	1	1.030	1	-	26	15.634

4.2.7 - Despesas globais da cooperação técnico-militar

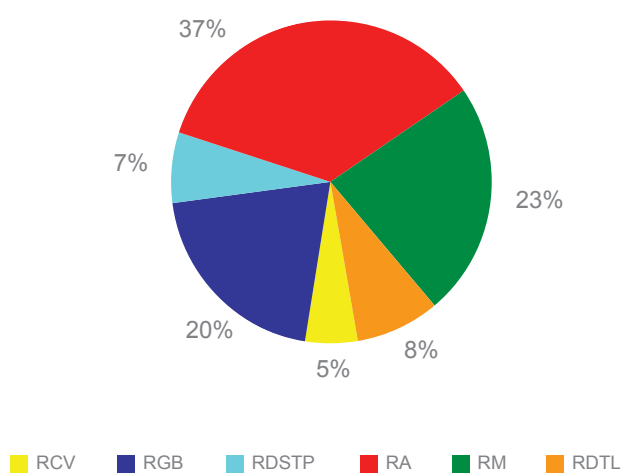
(euros)

Tipo de despesas	Países						TOTAL
	República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Projectos	220.218	275.843	248.083	1.276.645	651.734	340.257	3.012.780
Despesas de estrutura	2.447	159.798	107.181	686.244	570.487	116.316	1.642.473
Assistência hospitalar em Portugal	398	3.272	10.331	603	1.030		15.634
Despesas suportadas pelos Ramos das FA	261.108	1.501.557	272.635	1.457.757	959.217	314.852	4.767.126
Multilaterização	27.205	27.205	27.205	27.205	27.205	27.205	163.230
Outras acções	3.688	15.242	23.759	18.122	63.416		124.227
TOTAL	515.064	1.982.917	689.194	3.466.576	2.273.089	798.630	9.725.470

Por tipo de despesas



Por países





Recursos Humanos



PESSOAL

Os dados apresentados no presente capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), visam analisar quantitativamente os recursos humanos (pessoal militar, militarizado e civil) que servem directamente no âmbito da Defesa Nacional. Tal como no ano transacto, fixa-se o dia 31 de Dezembro como data de referência para a contabilização de todos os efectivos.

Apresentam-se igualmente os conceitos considerados essenciais, não só para a interpretação da informação que é tratada sob forma de quadros e gráficos, mas também para a familiarização do público em geral com a realidade subjacente às Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e dos diversos diplomas que o corporizam, bem como com o ordenamento jurídico e de carreiras do pessoal civil.

Contempla-se uma parte das alterações determinadas pelos despachos nos 126/MDN/2005, de 21 de Junho, e 143/MDN/2006, de 14 de Julho, designadamente o tratamento dos dados relativos a encargos financeiros com os vencimentos dos militares em regime de voluntariado e em regime de contrato (quadro 5.1.1.11) e as despesas decorrentes da aplicação da Lei do Serviço Militar (5.1.1.12). No que concerne aos encargos com a assistência na doença aos militares das Forças Armadas por tipologia de beneficiário, matéria igualmente prevista nos referidos despachos, ainda não foi possível a apresentação de tais dados na presente edição.

CONCEITOS

Pessoal Militar

Enquadramento legal

Na sequência da 4.^a Revisão Constitucional (Lei n.º 1/97, de 20 de Setembro), a actual Lei do Serviço Militar, aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro, criou um novo modelo de serviço militar que, em tempo de paz, assenta no voluntariado e cujo regime jurídico entrou em vigor com a publicação do Regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro. Relembra-se que, com a publicação deste diploma, iniciou-se um período transitório para se extinguir o Serviço Efectivo Normal (SEN), período cujo final não poderia exceder quatro anos. Assim, em Setembro de 2004, passaram à situação de reserva de disponibilidade os últimos militares que foram incorporados com destino ao SEN (vide quadro 5.1.1.2.2). Tendo em vista facilitar o recrutamento dos recursos humanos necessários, foi publicado o Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, que aprova um conjunto de incentivos à prestação de serviço militar nos regimes de contrato (RC) e de voluntariado (RV). Este conjunto de incentivos foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de Maio.

Em complemento, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 12-A/2000, de 24 de Julho, e n.º 25/2000, de 23 de Agosto, Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, e Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de Setembro, procurou adaptar-se ao novo modelo de serviço militar e tornar compatíveis alguns aspectos do Estatuto da Condição Militar com outras alterações, entretanto ocorridas, no âmbito da macroestrutura das Forças Armadas e da racionalização dos efectivos militares.

Formas de prestação de serviço militar

Assim, com a entrada em vigor do novo quadro legal, o militar pode encontrar-se numa das seguintes formas de prestação de serviço:

- Nos Quadros Permanentes (QP)

É o militar que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, se encontra vinculado às Forças Armadas com carácter de permanência.

O militar dos QP pode encontrar-se numa das seguintes situações:

- Activo

Considera-se no activo o militar dos QP que se encontra afecto a serviço efectivo ou em condições de ser chamado ao seu desempenho e que não tenha sido abrangido pelas situações de reserva ou de reforma.

- Reserva

É a situação para que transita o militar dos QP no activo, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR, mantendo-se, no entanto, disponível para o serviço.

- Reforma

É a situação para que transita o militar dos QP no activo ou na reserva, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR.

- Em Regime de Contrato (RC)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de tempo limitado (duração mínima de 2 e máxima de 6 anos), com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas ou ao seu eventual ingresso nos QP.

- Em Regime de Voluntariado (RV)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de 12 meses, incluindo o período de instrução, findo o qual pode ingressar no serviço efectivo em regime de contrato.

Pessoal militarizado

Na Marinha e no Exército existem quadros de pessoal militarizado, os quais foram originados pela necessidade de satisfação de um conjunto de tarefas próprias desses Ramos num âmbito não especificamente militar. Decreto-Lei nº 282/76, de 20 de Abril (Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha), Decreto-Lei nº 550-R/76, de 12 de Julho (Quadro de Pessoal Militarizado do Exército) e Decreto-Lei nº 248/95, de 21 de Setembro (cria a Polícia Marítima, autonomizando os grupos 1 – Corpo de Polícia Marítima e 3 – Cabos de Mar, anteriormente integrados no QPMM).

Pessoal civil

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e Decreto Regulamentar nº 17/2000, de 22 de Novembro.

Pessoal civil dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA)

Pessoal que integra os estabelecimentos fabris, na dependência directa dos Ramos das FA, que foram criados com vista ao desempenho da função “Arsenal”, imprescindível na época para o adequado desempenho das missões atribuídas às Forças Armadas.

5.1 – PESSOAL

5.1.1 - Pessoal militar

5.1.1.1 - Pessoal militar, segundo regime e situação, em 31DEZ

Ano: 2008

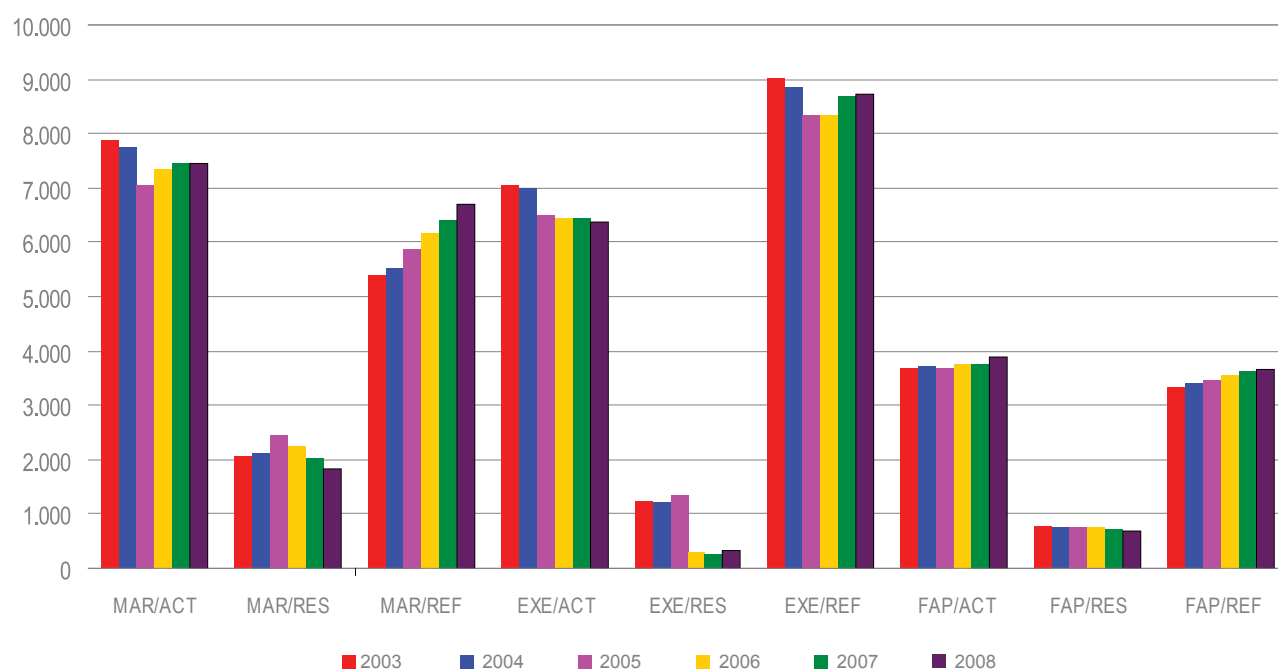
Situação		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa	Quadro Permanente (Activo)	7.460	6.372	3.891	17.723
RC	Regime de Contrato	2.392	10.359	3.189	15.940
RV	Regime de Voluntariado		1.093		1.093
SUBTOTAL		9.852	17.824	7.080	34.756
QPrs	Quadro Permanente (Reserva)	1.816	315	680	2.811
QPrf	Quadro Permanente (Reforma)	6.685	8.735	3.670	19.090
SUBTOTAL		8.501	9.050	4.350	21.901
TOTAL		18.353	26.874	11.430	56.657

5.1.1.2 - Dados retrospectivos dos últimos cinco anos

5.1.1.2.1 - Militares do quadro permanente

Situação		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa - Quadro Permanente (Activo)	2007	7.443	6.451	3.744	17.638
	2006	7.344	6.453	3.746	17.543
	2005	7.061	6.511	3.703	17.275
	2004	7.759	7.002	3.728	18.489
	2003	7.890	7.065	3.704	18.659
QPrs - Quadro Permanente (Reserva)	2007	2.031	271	719	3.021
	2006	2.262	287	737	3.286
	2005	2.440	1.339	766	4.545
	2004	2.108	1.222	760	4.090
	2003	2.068	1.253	769	4.090
QPrf - Quadro Permanente (Reforma)	2007	6.404	8.696	3.632	18.732
	2006	6.162	8.335	3.566	18.063
	2005	5.894	8.335	3.473	17.702
	2004	5.537	8.847	3.387	17.771
	2003	5.392	9.035	3.332	17.759

Evolução do pessoal militar do quadro permanente

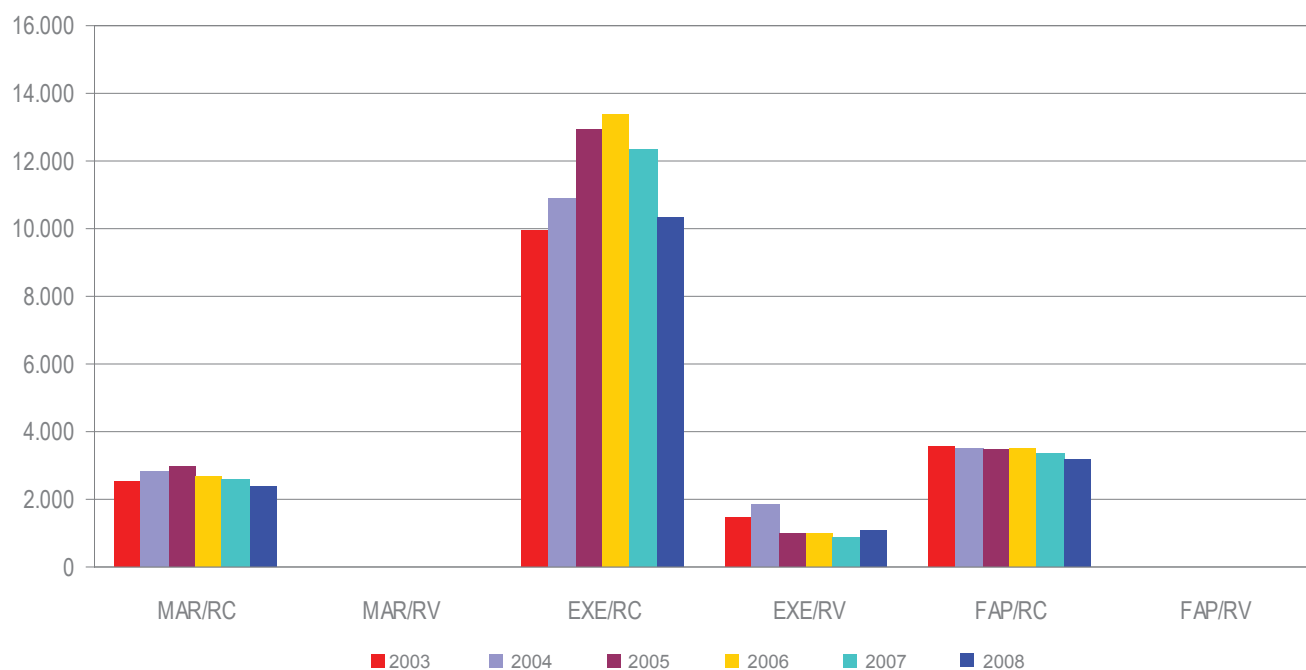


MAR – Marinha; EXE – Exército; FAP – Força Aérea Portuguesa
 ACT – Activo; RES – Reserva; REF – Reforma

5.1.1.2.2 - Militares não pertencentes ao quadro permanente

Situação		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
RC - Regime de Contrato	2007	2.601	12.332	3.368	18.301
	2006	2.687	13.349	3.511	19.547
	2005	2.958	12.924	3.486	19.368
	2004	2.853	10.863	3.491	17.207
	2003	2.544	9.942	3.543	16.029
RV - Regime de Voluntariado	2007	2	867		869
	2006	2	994		996
	2005	2	987		989
	2004	2	1.851		1.853
	2003	3	1.444		1.447
SEN - Mancebos que nos anos considerados passaram pelas fileiras das FA em Serviço Efectivo Normal	2007				-
	2006				-
	2005				-
	2004				-
	2003	142	3.626		3.768

Evolução do pessoal militar nos regimes de contrato e de voluntariado



MAR - Marinha; EXE - Exército; FAP - Força Aérea Portuguesa
RC - Regime de Contrato; RV - Regime de Voluntariado

5.1.1.3 - Militares do QP, activo, quanto à prestação de serviço (a)

Ano: 2008

Situação	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Comissão normal	7.348	6.342	3.873	17.563
Comissão especial	2		8	10
Inactividade temporária	89			89
Licença sem vencimento	21	30	10	61
TOTAL	7.460	6.372	3.891	17.723

(a) Artigo 144.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

5.1.1.4 - Distribuição hierárquica do pessoal militar (a)

Ano: 2008

Situação		Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Oficiais Gerais	Almirante da Armada; Marechal										-	-	-
	Almirante; General	1			2			1			4	-	-
	Vice-Almirante; Tenente-General	11			14			7			32	-	-
	Contra-Almirante; Major-General	22			49			23			94	-	-
	Comodoro; Brigadeiro-General				1			0			1	-	-
	SUBTOTAL	34	-	-	66	-	-	31	-	-	131	-	-
Oficiais	Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	123			258			151			532	-	-
	Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	235			573			214			1.022	-	-
	Capitão-Tenente; Major	284			621			293			1.198	-	-
	1º Tenente; Capitão	340			505			334			1.179	-	-
	2º Tenente; Tenente	225	49		337	213		281	217		843	479	-
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	56	119		69	146	1	53	253		178	518	1
	Aspirante a Oficial		84			135			37		-	256	-
	SUBTOTAL	1.263	252	-	2.363	494	1	1.326	507	-	4.952	1.253	1
Sargentos	Sargento-Mor	78			223			68			369	-	-
	Sargento-Chefe	162			396			170			728	-	-
	Sargento-Ajudante	519			1.427			825			2.771	-	-
	1º Sargento	1.288			1.671	228		1136			4.095	230	-
	2º Sargento	480	57		225	156		335			1.040	213	-
	Subsargento; Furriel		7			391					-	398	-
	2º Subsargento; 2º Furriel		15			250					-	265	-
	SUBTOTAL	2.527	79	-	3.942	1.025	-	2.534	2	-	9.003	1.106	-
Praças	Cabo; Cabo de Secção	2.371			1						2.372	-	-
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	1.265	81			727			891		1.265	1.699	-
	2º Marinheiro; 1º Cabo		1.026			1.788			1.086		-	3.900	-
	1º Grumete; 2º Cabo		463			832	29		288		-	1.583	29
	2º Grumete; Soldado; Sold. Cadete		491			5.493	1.063		415		-	6.399	1.063
	SUBTOTAL	3.636	2.061	-	1	8.840	1.092	-	2.680	-	3.637	13.581	1.092
TOTAL		7.460	2.392	-	6.372	10.359	1.093	3.891	3.189	-	17.723	15.940	1.093

(a) De acordo com o quadro Anexo I ao artigo 28º do EMFAR, aprovado pelo DL n.º 236/99, de 25 de Junho.

QPa - Quadro Permanente (Activo)

5.1.1.5 - Estrutura etária do pessoal militar

Ano: 2008

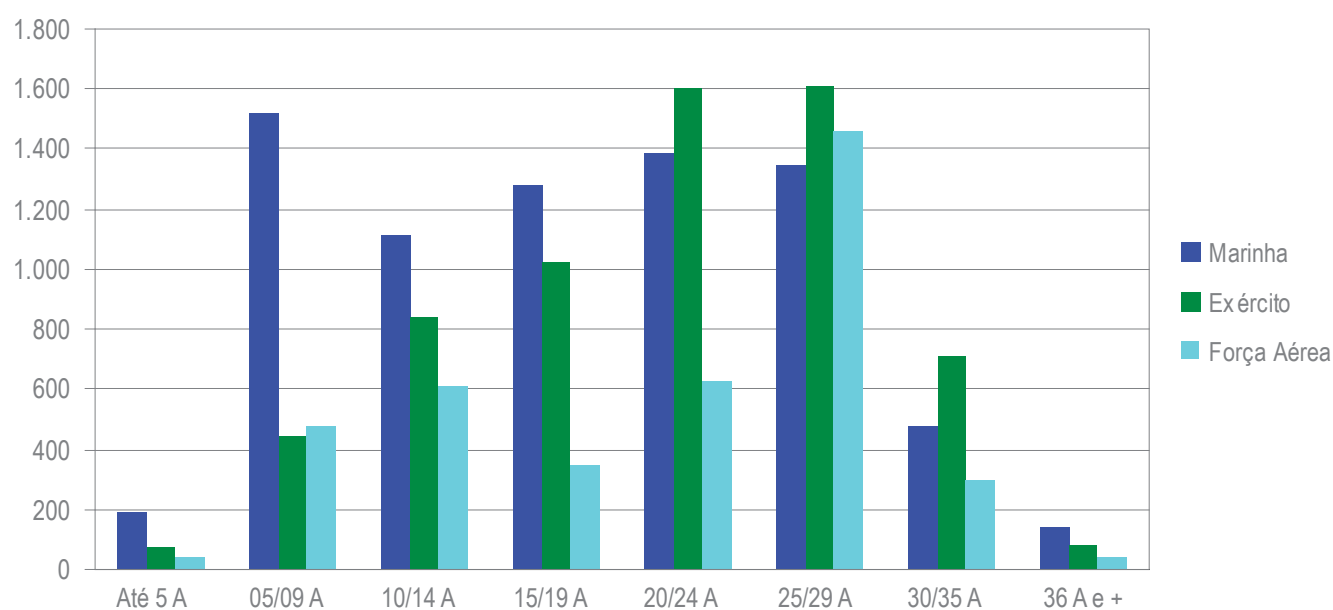
Situação	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Até 20 anos	2	262			443	314		173		2	878	314
20/24 anos	387	1.633		31	4.000	689	35	1.562		453	7.195	689
25/29 anos	1.539	463		510	5.035	89	519	1.293		2.568	6.791	89
30/34 anos	1.075	32		764	858	1	636	161		2.475	1.051	1
35/39 anos	1.092	2		949	22		326			2.367	24	-
40/44 anos	1.442			1.571	1		802			3.815	1	-
45/49 anos	1.188			1.642			1.305			4.135	-	-
50/54 anos	598			768			193			1.559	-	-
55/59 anos	128			119			74			321	-	-
60/64 anos	9			17			1			27	-	-
65 anos e mais				1						1	-	-
TOTAL	7.460	2.392	-	6.372	10.359	1.093	3.891	3.189	-	17.723	15.940	1.093

5.1.1.6 - Estrutura de tempo de serviço dos militares do QP no activo

Ano: 2008

Situação	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos	191	73	39	303
05 / 09 anos	1.522	442	477	2.441
10 / 14 anos	1.111	842	610	2.563
15 / 19 anos	1.277	1.021	344	2.642
20 / 24 anos	1.390	1.598	624	3.612
25 / 29 anos	1.346	1.606	1.461	4.413
30 / 35 anos	482	711	295	1.488
36 anos e mais	141	79	41	261
TOTAL	7.460	6.372	3.891	17.723

Estrutura do tempo de serviço dos militares do QP no activo



5.1.1.7 - Origem geográfica dos militares

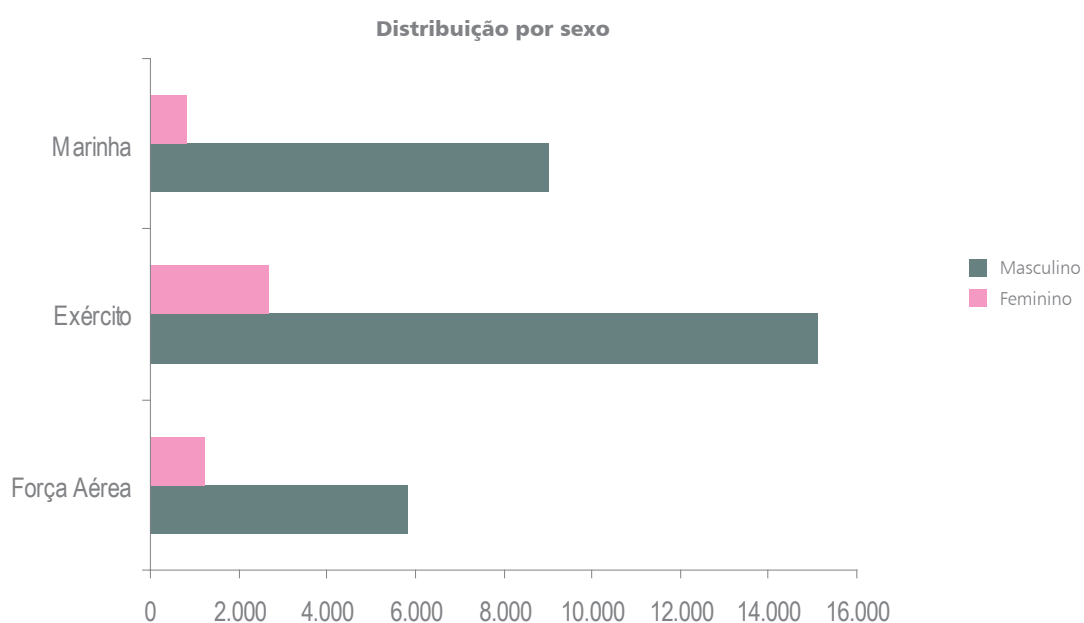
Ano: 2008

Situação	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Aveiro	132	56		189	633	46	97	163		418	852	46
Beja	269	80		97	132	23	80	58		446	270	23
Braga	114	78		188	913	77	77	116		379	1.107	77
Bragança	208	22		220	204	34	79	46		507	272	34
Castelo Branco	274	77		208	286	50	114	60		596	423	50
Coimbra	251	65		320	473	61	158	116		729	654	61
Évora	303	66		228	239	45	130	64		661	369	45
Faro	221	94		76	185	30	73	37		370	316	30
Guarda	146	36		196	312	47	75	60		417	408	47
Leiria	202	92		214	385	45	185	166		601	643	45
Lisboa	2.110	759		1.760	1.246	130	1.223	982		5.093	2.987	130
Portalegre	272	87		214	187	35	117	57		603	331	35
Porto	265	107		349	1.654	124	173	328		787	2.089	124
Santarém	485	125		529	525	40	316	223		1.330	873	40
Setúbal	921	388		302	570	57	224	215		1.447	1.173	57
Viana do Castelo	142	21		95	245	29	32	57		269	323	29
Vila Real	157	30		270	530	43	74	62		501	622	43
Viseu	257	48		410	765	53	144	86		811	899	53
Açores	48	25		56	469	60	43	73		147	567	60
Madeira	36	17		80	406	64	18	18		134	441	64
Outras origens	647	119		371			459	202		1.477	321	-
TOTAL	7.460	2.392	-	6.372	10.359	1.093	3.891	3.189	-	17.723	15.940	1.093

5.1.1.8 - Distribuição por sexo de pessoal militar

Ano: 2008

Situação	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Masculino	7.092	1.945		6.186	8.050	913	3.586	2.261		16.864	12.256	913
Feminino	368	447		186	2.309	180	305	928		859	3.684	180
TOTAL	7.460	2.392	-	6.372	10.359	1.093	3.891	3.189	-	17.723	15.940	1.093



5.1.1.9 - Promoção de militares do QP

Ano: 2008

Situação		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Oficiais Gerais	Almirante da Armada; Marechal				-
	Almirante; General				-
	Vice-Almirante; Tenente-General			1	4
	Contra-Almirante; Major-General		10	7	26
	Comodoro; Brigadeiro-General				-
	SUBTOTAL	12	10	8	30
Oficiais	Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	18	35	60	113
	Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	22	45	78	145
	Capitão-Tenente; Major	23	90	46	159
	1º Tenente; Capitão	65	66	60	191
	2º Tenente; Tenente	42	60	70	172
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	49	69	53	171
	SUBTOTAL	219	365	367	951
Sargentos	Sargento-Mor	25	16	41	82
	Sargento-Chefe	43	31	66	140
	Sargento-Ajudante	71	82	115	268
	1º Sargento	124	87	117	328
	2º Sargento	122	120	128	370
	Subsargento; Furriel				-
	SUBTOTAL	385	336	467	1.188
Praças	Cabo; Cabo de Secção				-
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto				-
	SUBTOTAL	-	-	-	-
TOTAL		616	711	842	2.169

5.1.1.10 - Pessoal militar, ingressos e saídas por categorias e formas de prestação de serviço

Ano: 2008

Situação		Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Ingressos	Oficiais	20	49		95	137		99	88		214	274	-
	Sargentos	158	2		120	281		130			408	283	-
	Praças	66	481			1.187	1.025		391		66	2.059	1.025
	TOTAL	244	532	-	215	1.605	1.025	229	479	-	688	2.616	1.025
Saídas	Oficiais	38	70		90	165		53	71		181	306	-
	Sargentos	93	50		110	320		54	2		257	372	-
	Praças	84	648			2.898	415		427		84	3.973	415
	TOTAL	215	768	-	200	3.383	415	107	500	-	522	4.651	415

5.1.1.11 - Encargos financeiros com os vencimentos dos militares nos regimes de voluntariado (RV) e contrato (RC) (a)

(milhares de euros) Ano: 2008

Situação		Marinha		Exército (b)		Força Aérea		TOTAL	
		RC	RV	RC	RV	RC	RV	RC	RV
Oficiais	2º Tenente; Tenente	1.192,00		11.812,83		6.115,00		19.119,83	-
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	2.578,00		3.972,03		6.193,00		12.743,03	-
	Aspirante a Oficial	299,00		1.014,37	18,53	2.063,00		3.376,37	18,53
	SUBTOTAL	4.069,00	-	16.799,23	18,53	14.371,00	-	35.239,23	18,53
Sargentos	1º Sargento			11.162,77		143,00		11.305,35	-
	2º Sargento	15,00		5.613,78		268,00		5.897,08	-
	Subsargento; Furriel	95,00		11.208,60		3.472,00		14.775,80	-
	2º Subsargento; 2º Furriel	9,00		2.715,43	20,36			2.724,43	20,36
	SUBTOTAL	119,00	-	30.700,58	20,36	3.883,00	-	34.702,66	20,36
Praças	Cabo; Cabo de Secção								-
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	814,00		22.728,90		9.682,00		33.224,90	-
	2º Marinheiro; 1º Cabo	11.054,00		27.868,82		10.679,00		49.601,82	-
	1º Grumete; 2º Cabo	4.185,00		8.812,84	103,78	4.312,00		17.309,84	103,78
	2º Grumete; Soldado	939,00		75.296,61	7.701,20	1.120,00		77.355,61	7.701,20
	SUBTOTAL	16.992,00	-	134.707,17	7.804,98	25.793,00	-	177.492,17	7.804,98
TOTAL		21.180,00	-	182.206,98	7.843,87	44.047,00	-	247.434,06	7.843,87

(a) Art. 20º, n.º 3, do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado (RI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21/05.

Portaria n.º 149/2003, de 13/02, que aprova, em desenvolvimento daquele artigo, a estrutura remuneratória dos militares em RC e RV.

(b) Encargos autonomizados relativos ao período de instrução (básica/complementar) – 1.708,31 milhares de euros (oficiais – 250,41, sargentos – 105,47, praças – 1.352,43).

5.1.1.12 - Despesas decorrentes da aplicação da lei do serviço militar

(milhares de euros) Ano: 2008

Parâmetro	Situação		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Vencimentos (1)	RV	Abrangidos		3.390		3.390
		Encargos		9.552,00		9.552,00
	RC	Abrangidos	1.704	14.412	3.189	19.305
		Encargos	21.180,00	182.207,00	25.793,00	229.180,00
Formação e Certificação Profissional (2)	RV	Abrangidos				-
		Encargos				-
	RC	Abrangidos	587		850	1.437
		Encargos	65,00		4.997,00	5.062,00
Programa de Apoio ao Estudo (3)	RV	Abrangidos				-
		Encargos				-
	RC	Abrangidos			114	114
		Encargos			30,00	30,00
Compensação Financeira (4)	RV	Abrangidos		120		120
		Encargos		107,00		107,00
	RC	Abrangidos	890	3.427	1.334	5.651
		Encargos	4.371,00	28.832,00	11.465,00	44.668,00
Encargos Financeiros (5)	RV	Abrangidos		790		790
		Encargos		502,00		502,00
	RC	Abrangidos		6.144	3.763	9.907
		Encargos		5.803,00	3.699,00	9.502,00
Prestações Familiares (6)	RV	Abrangidos		11		11
		Encargos		4,00		4,00
	RC	Abrangidos	25	795	2.808	3.628
		Encargos	25,00	380,00	1.068,00	1.473,00

5.1.1.12 - Despesas decorrentes da aplicação da lei do serviço militar (Continuação)

(milhares de euros) Ano: 2008

Parâmetro	Situação		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Subsistema de Protecção Familiar (7)	RV	Abrangidos				-
		Encargos				-
	RC	Abrangidos				-
		Encargos				-
Protecção à Maternidade, Paternidade e Adopção (7)	RV	Abrangidos				-
		Encargos				-
	RC	Abrangidos				-
		Encargos				-
Outros (8)	RV	Abrangidos				-
		Encargos				-
	RC	Abrangidos	94			94
		Encargos	8,00			8,00
TOTAL	RV	Abrangidos	-	4.311	-	4.311
		Encargos	-	10.165,00	-	10.165,00
	RC	Abrangidos	3.300	24.778	12.058	40.136
		Encargos	25.649,00	217.222,00	47.052,00	289.923,00

(1) Encargos financeiros com os vencimentos dos militares nos regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV):

- art. 20º, n.º 3, do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado (RI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 118/2004, de 21/05;
- Portaria n.º 149/2003, de 13/02, que aprova, em desenvolvimento daquele artigo, a estrutura remuneratória dos militares em RC e RV.

(2) Encargos financeiros com a formação e certificação profissionais ministrada aos militares em RC e RV pelas Forças Armadas e instituições especializadas:

- artigos 9º a 19º do RI;

(3) Encargos financeiros de acordo com o art. 7º do RI;

(4) Encargos financeiros com o pagamento da compensação financeira pela prestação de serviço em RC e RV – art. 21º do RI;

(5) Encargos financeiros com os direitos a fardamento, alojamento, alimentação e transporte dos militares em RC e RV – art. 39, n.º 1, do RI;

(6) Encargos financeiros com as prestações familiares, designadamente, no que respeita ao subsídio de maternidade e subsídio de apoio a crianças e jovens (abono de família), a que têm direito os militares em RC e RV. art. 39º, n.º 1, do RI;

(7) Encargos financeiros de acordo com o n.º 1, do art. 39º do RI;

(8) Encargos financeiros não englobados nas rubricas anteriores.

5.1.2 - Pessoal militarizado

5.1.2.1 - Pessoal militarizado da Defesa Nacional

Marinha	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Polícia Marítima	494	489	472	462	525	609
Polícia dos Estabelecimentos de Marinha	122	119	123	122	118	115
Troço de Mar	235	233	227	218	209	204
Práticos/Costa Algarve	2	2	2	2	2	2
Faroleiros	153	150	141	137	147	144
TOTAL	1.006	993	965	941	1.001	1.074

Exército	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Técnico-Profissional e Administrativo	14	14	11	6		14
Auxiliar de Serviços	4	3				4
Motorista	6	5	1			6
Tratador	6	5	5	6	5	6
Vigilante	4	1				4
TOTAL	34	28	17	12	5	34

Evolução global do pessoal militarizado

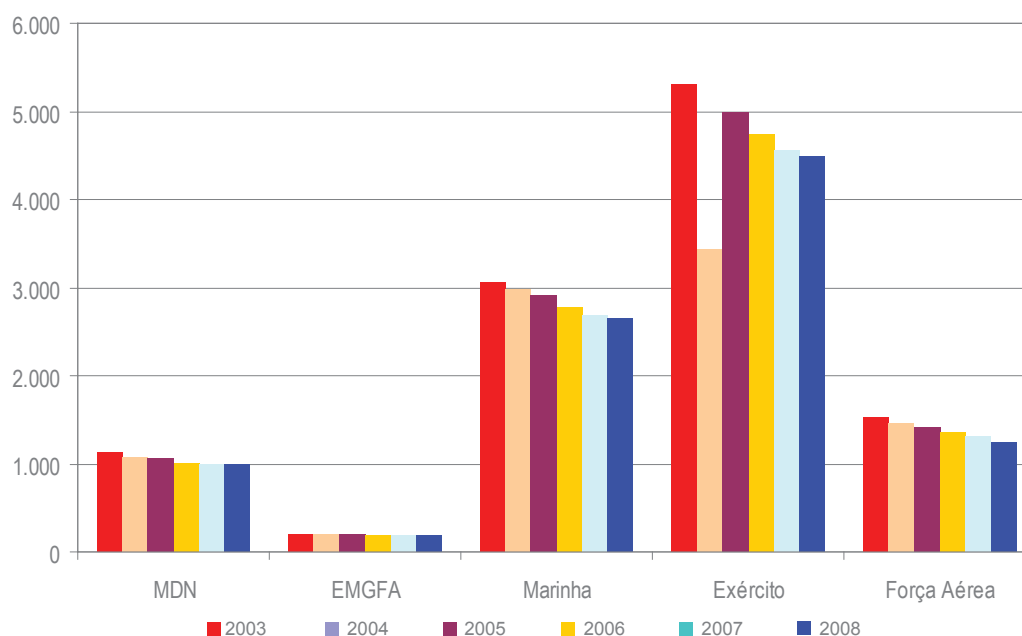


5.1.3 - Pessoal civil

5.1.3.1 - Effectivos globais

	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2008	986	182	2.655	4.490	1.241	9.554
Dados retrospectivos dos últimos 5 anos						
2007	988	178	2.690	4.548	1.303	9.707
2006	1.001	182	2.773	4.744	1.366	10.066
2005	1.060	194	2.906	4.984	1.406	10.550
2004	1.079	198	2.981	3.425	1.467	9.150
2003	1.130	206	3.053	5.311	1.524	11.224

Evolução dos efectivos globais do pessoal civil



5.1.3.2 - Pessoal civil por grupos profissionais (a)

Ano: 2008

	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia	53		30			83
Téc. Superior / Técnico Licenciado	140	5	104	103	26	378
Técnico / Técnico Bacharel	19	1	69	104	1	194
Docente (b)	5	1	44	294	25	369
Médico / Enfermagem (b)	7		35	287	113	442
Informático (b)	25	12	50	83		170
Técnico profissional	25	15	148	274	42	504
Administrativo	231	82	503	1.277	205	2.298
Operário	35	5	960	672	285	1.957
Auxiliar	446	61	712	1.396	544	3.159
TOTAL	986	182	2.655	4.490	1.241	9.554

(a) Mapa de acordo com a estrutura prevista no n.º 2 e n.º 3 do art. 14º do DL n.º 248/85, de 15 de Julho.

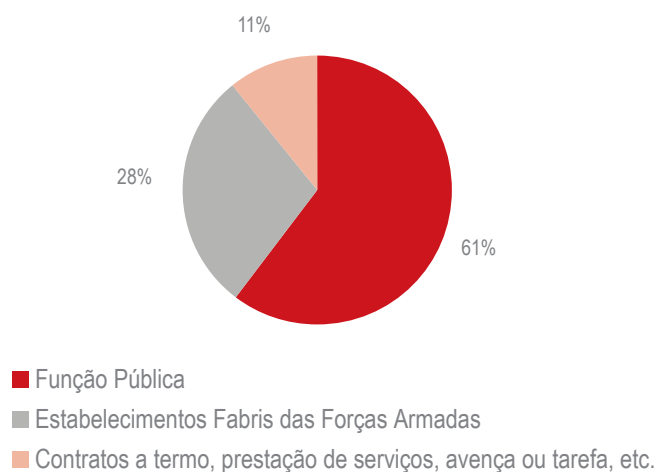
(b) Carreiras de regime especial a que se refere o n.º 3 do preceito citado.

5.1.3.3 - Pessoal civil por estatuto jurídico

Ano: 2008

	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função Pública	622	182	1.261	2.540	1.185	5.790
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	4		1.177	1.511		2.692
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	360		217	439	56	1.072
TOTAL	986	182	2.655	4.490	1.241	9.554

Distribuição do pessoal civil por estatuto jurídico



5.1.3.4 - Pessoal civil por habilitações académicas

Ano: 2008

		MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Doutoramento e mestrado		23	2	28	58	5	116
Licenciatura		185	9	209	647	137	1.187
Bacharelato		23	1	36	107	22	189
Anos de Escolaridade	- 12 Anos	113	37	408	535	58	1.151
	- 11 Anos	70	22	219	238	65	614
	- 9 Anos	196	59	721	845	243	2.064
	- 6 Anos	156	20	384	750	242	1.552
	- 4 Anos	218	31	565	1.266	468	2.548
	- Menos de 4 Anos	2	1	1	44	1	49
Desconhecidas				84			84
TOTAL		986	182	2.655	4.490	1.241	9.554

5.1.3.5 - Pessoal civil por sexo

Ano: 2008

	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Homens	284	63	1.499	1.630	560	4.036
Mulheres	702	119	1.156	2.860	681	5.518
TOTAL	986	182	2.655	4.490	1.241	9.554

5.1.3.6 - Estrutura etária do pessoal civil

Ano: 2008

	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 20 anos			1			1
20/24 anos	2		17			19
25/29 anos	47	3	109	25	5	189
30/34 anos	80	11	295	215	43	644
35/39 anos	129	10	306	418	77	940
40/44 anos	129	19	380	519	185	1.232
45/49 anos	162	35	396	811	260	1.664
50/54 anos	182	43	574	1.040	291	2.130
55/59 anos	162	41	372	927	260	1.762
60/64 anos	67	16	161	378	90	712
65 anos e mais	26	4	44	157	30	261
TOTAL	986	182	2.655	4.490	1.241	9.554

5.1.3.7 - Tempo de serviço do pessoal civil

Ano: 2008

	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos	28		270	99	9	406
05/09 anos	196	4	416	229	43	888
10/14 anos	203	31	363	715	185	1.497
15/19 anos	171	27	524	526	123	1.371
20/24 anos	129	47	399	730	262	1.567
25/29 anos	77	34	226	671	313	1.321
30/35 anos	147	24	280	701	194	1.346
36 anos e mais	35	15	177	819	112	1.158
TOTAL	986	182	2.655	4.490	1.241	9.554

5.1.3.8 - Promoções do pessoal civil por grupo profissional

Ano: 2008

	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia	14					14
Téc. Superior / Técnico Licenciado	15	1	7	5		28
Técnico / Técnico Bacharel	6	1	3			10
Docente						0
Médico / Enfermagem			3	14		17
Informático	4		2	2		8
Técnico Profissional	2	2	9	11		24
Administrativo	27	7	30	39		103
Operário	1		79	18		98
Auxiliar	1	8	9	17		35
TOTAL	70	19	142	106	-	337

5.1.3.9 - Ingressos e saídas de pessoal civil

Ano: 2008

		MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função Pública	Entradas	62	12	82	7	3	166
	Saídas	56	8	71	157	56	348
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	Entradas			8			8
	Saídas			65	23		88
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	Entradas			7	6	1	14
	Saídas	13		34	38	10	95
TOTAL	Entradas	62	12	97	13	4	188
	Saídas	69	8	170	218	66	531

FORMAÇÃO E TREINO

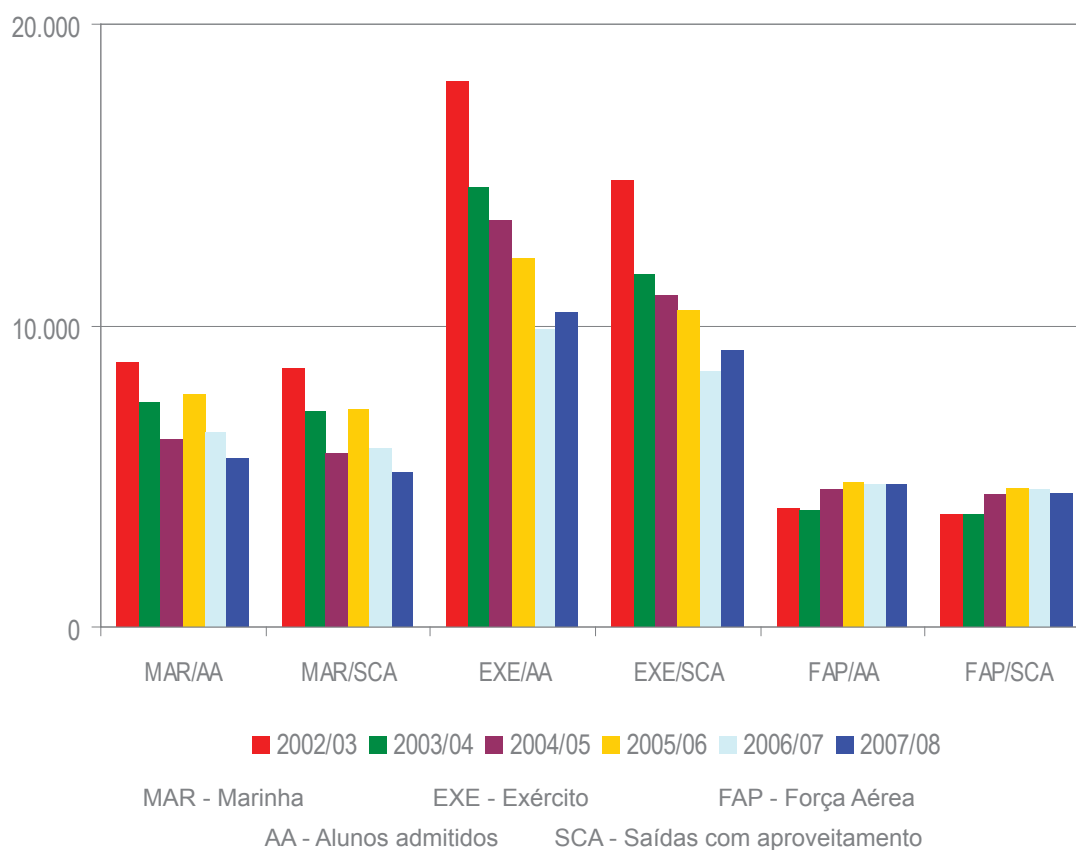
5.2 – FORMAÇÃO E TREINO

5.2.1 - Institutos, academias, escolas e centros de instrução das FA

(Pessoal militar, militarizado e civil das Forças Armadas)

		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Alunos admitidos nos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas	2007/08	5.582	10.437	4.731	20.750
	Dados retrospectivos				
	2006/07	6.474	9.847	4.724	21.045
	2005/06	7.747	12.241	4.771	24.759
	2004/05	6.213	13.466	4.531	24.210
	2003/04	7.409	14.565	3.882	25.856
	2002/03	8.753	18.071	3.894	30.718
Saídas com aproveitamento	2007/08	5.123	9.136	4.465	18.724
	Dados retrospectivos				
	2006/07	5.957	8.494	4.575	19.026
	2005/06	7.198	10.512	4.621	22.331
	2004/05	5.790	10.984	4.391	21.165
	2003/04	7.132	11.687	3.739	22.558
	2002/03	8.566	14.799	3.775	27.140

Movimento dos estabelecimentos de ensino das FA



5.2.2 - Pessoal militar na efectividade de serviço que frequentou cursos internos

Ano: 2008

	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cursos de formação	1.454	3.527	1.170	6.151
Cursos de promoção	197	1.147	224	1.568
Cursos de especialização ou qualificação	3.481	4.364	2.901	10.746
Cursos de actualização	450		171	621
TOTAL	5.582	9.038	4.466	19.086

5.2.3 - Pessoal militar que frequentou cursos no estrangeiro

Ano: 2008

	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Curta (até um mês)	71	15	74	160
Média (de um a três meses)	4	1	17	22
Longa (mais de três meses)	7	4	40	51
TOTAL	82	20	131	233

Anexo ao quadro 5.2.1

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DAS FORÇAS ARMADAS (a)

(Principais Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução)

MDN	
Instituto de Estudos Superiores Militares (Pedrouços)	
Marinha	
Escola Naval (Alfeite)	Escola de Fuzileiros (Vale do Zebro)
Escola Superior de Tecnologias Navais (Alfeite) (d)	Escola de Submarinos (Alfeite)
Escola de Tecnologias Navais	Escola de Mergulhadores (Alfeite)
Departamento de Operações	Escola de Hidrografia e Oceanografia (Lisboa)
Departamento de Armas e Electrónica	Escola de Faroleiros (Paço de Arcos)
Departamento de Propulsão e Energia	Centro de Educação Física da Armada (Alfeite)
Departamento de Limitação de Avarias	Centro de Instrução de Tática Naval (Alfeite)
Departamento de Administração e Logística	Centro de Instrução de Helicópteros (Montijo)
Departamento de Comunicações e Sistemas de Informação	Centro de Instrução da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha (Alfeite)
Departamento de Formação em Tecnologias de Educação	Centro Naval de Ensino à Distância (Lisboa)
Departamento de Formação Geral	Escola de Autoridade Marítima (Lisboa) (b)
Exército	
Academia Militar (Lisboa)	Escola de Tropas Pára-Quedistas (Tancos)
Escola Superior Politécnica do Exército (Amadora) (d)	Centro de Tropas Comandos (Mafra)
Escola do Serviço de Saúde Militar (Lisboa) (c)	Centro de Tropas de Operações Especiais (Lamego)
Escola de Sargentos do Exército (Caldas da Rainha)	Centro Militar de Electrónica (Paço de Arcos)
Escola Prática de Infantaria (Mafra)	Centro de Psicologia Aplicada do Exército (Lisboa)
Escola Prática de Cavalaria (Abrantes)	Centro de Informações e Segurança Militar (Lisboa)
Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas)	Centro Militar de Educação Física e Desportos (Mafra)
Escola Prática de Engenharia (Tancos)	Instituto Geográfico do Exército (Lisboa)
Escola Prática de Transmissões (Porto)	Banda do Exército (Carregueira)
Escola Prática dos Serviços (Póvoa de Varzim)	
Força Aérea	
Academia da Força Aérea (Sintra)	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (Ota) que inclui:
Escola Sup. de Tecnologias Militares Aeronáuticas (Sintra) (d)	Escola de Língua Inglesa (ELI)
Esquadra 101/ Epsilon (Beja)	Escola de Formação Pedagógica de Formadores
Esquadra 103 / Alfa Jet (Beja)	Escola de Formação de Condutores
Esquadra 552 / AL III (Beja)	Banda de Música da Força Aérea (Lisboa)
Esquadra 502 / Aviocar (Sintra)	Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea (BA 6 - Montijo)
	Centro de Instrução Cinófila (AM 2 - Ovar)
	Centro de Medicina Aeronáutica - Secção de Treino Fisiológico (Lisboa)
	Direcção de Instrução (Lisboa)

(a) Não inclui o Colégio Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército e Instituto de Odivelas;

(b) Integrado na estrutura do Sistema de Autoridade Marítima;

(c) Estabelecimento de ensino superior politécnico, inserido na estrutura orgânica do Exército, que apoia os três Ramos das Forças Armadas;

(d) Extinta, a partir do ano lectivo 2008-2009 (art.º 36, n.º 2 do DL n.º 37/2008, de 05/03).

SAÚDE MILITAR

A missão da Saúde Militar consiste no apoio sanitário aos efectivos militares em qualquer situação, e em especial no apoio directo às forças em operações ou em campanha. Toda a orgânica e treino específico são orientados para essa finalidade.

Nas Forças Armadas portuguesas, cada Ramo possui os seus próprios serviços de saúde, por razões de especificidade da missão e da particularidade dos meios com que actuam.

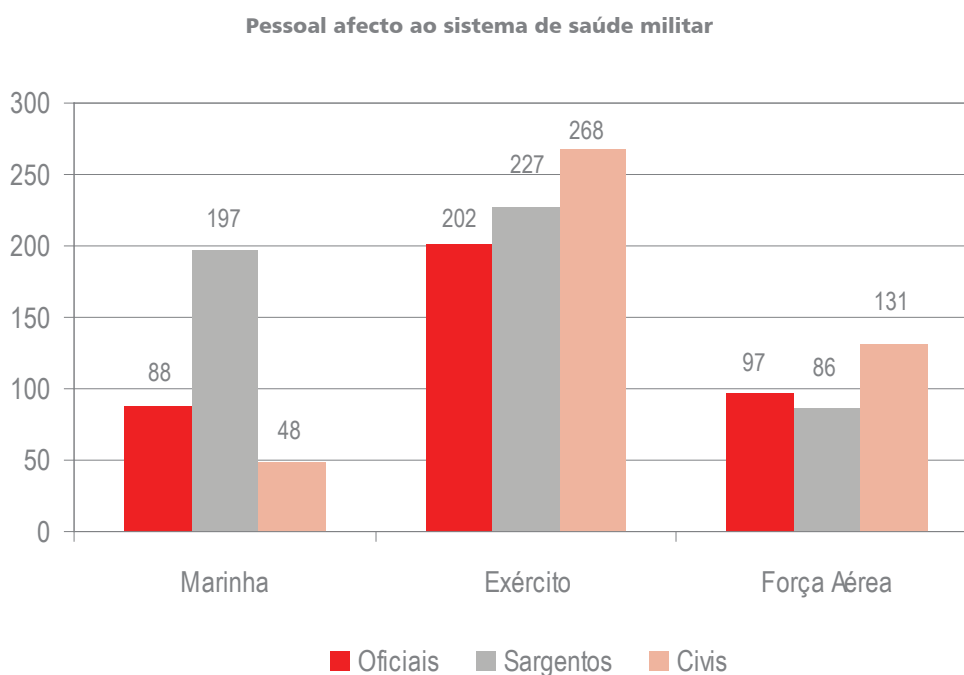
Os Serviços de Saúde Militar dispõem de pessoal médico, farmacêutico, médico veterinário, médico dentista,

de enfermagem, técnico de diagnóstico e terapêutica, de socorrismo, auxiliar de acção médica, administrativo e outro, na sua maioria militar, complementado por civis que, distribuídos por hospitais, centros de saúde, enfermarias e postos de socorros, procuram assegurar as necessidades da cobertura sanitária.

As informações necessárias para elaboração das estatísticas da saúde, no que se refere aos hospitais militares – equipamento, pessoal ao serviço, acção desenvolvida e os dados relativos ao pessoal de saúde em serviço nas Forças Armadas – foram fornecidas pelos Ramos.

5.3 – SAÚDE

5.3.1 - Pessoal de saúde



5.3.1.1 - Médicos militares e civis

Ano: 2008

	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Contra-Almirante; Major-General	1	5	1	7
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	7	6	6	19
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	19	26	15	60
Capitão-Tenente; Major	3	10	10	23
1º Tenente; Capitão	31	15	34	80
2º Tenente; Tenente	19	40	14	73
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes		28		28
Aspirante a Oficial				-
Civis dos QPC		104	13	117
Civis contratados e avançados	22	71	31	124
TOTAL	102	305	124	531

5.3.1.2 - Farmacêuticos militares e civis

Ano: 2008

	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	1	9		10
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	3	9		12
Capitão-Tenente; Major	2	5		7
1º Tenente; Capitão	2	8		10
2º Tenente; Tenente		8		8
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes			1	1
Aspirante a Oficial				-
Civis dos QPC	1	3	1	5
Civis contratados e avançados				-
TOTAL	9	42	2	53

5.3.1.3 - Técnicos de farmácia militares e civis

Ano: 2008

	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Sargento-Mor		5		5
Sargento-Chefe		2		2
Sargento-Ajudante		14		14
1º Sargento		1		1
2º Sargento				-
Civis dos QPC (Inclui 2 Técnicos de Laboratório)	4			4
TOTAL	4	22	-	26

5.3.1.4 - Enfermeiros militares e civis

Ano: 2008

	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
1º Tenente; Capitão			9	9
2º Tenente; Tenente			4	4
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes			1	1
Sargento-Mor	4	11	2	17
Sargento-Chefe	14	20	6	40
Sargento-Ajudante	79	64	21	164
1º Sargento	77	86	52	215
2º Sargento	7	6	5	18
Subsargento; Furriel		2		2
Civis dos QPC	10	82	39	131
Civis contratados e avençados		8	-	8
TOTAL	191	279	139	609

5.3.1.5 - Técnicos paramédicos militares e civis

Ano: 2008

	Marinha	Exército (a)	Força Aérea	TOTAL
Sargento-Mor				-
Sargento-Chefe				-
Sargento-Ajudante				-
1º Sargento	16			16
2º Sargento				-
Subsargento; Furriel				-
Civis dos QPC	11		30	41
Civis contratados e avençados			14	14
TOTAL	27	-	44	71

(a) O pessoal militar é todo enquadrado no quadro dos enfermeiros ou médicos e o pessoal civil está classificado no âmbito dos outros quadros, pelo que o valor deste quadro passa a ser nulo.

5.3.1.6 - Médicos veterinários militares e civis

Ano: 2008

	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel		6		6
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel		5		5
Capitão-Tenente; Major		4		4
1º Tenente; Capitão		6		6
2º Tenente; Tenente		11		11
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes		1	2	3
Aspirante a Oficial				-
Civis contratados e avençados			3	3
TOTAL	-	33	5	38

5.3.1.7 - Enfermeiros veterinários militares e civis

Ano: 2008

	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Sargento-Mor		2		2
Sargento-Chefe		5		5
Sargento-Ajudante		9		9
1º Sargento				-
2º Sargento				-
Subsargento; Furriel				-
Civis dos QPC				-
TOTAL	-	16	-	16

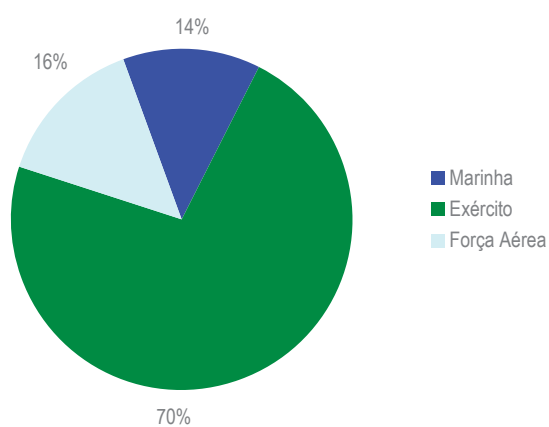
5.3.2 - Hospitais militares

5.3.2.1 - Camas, segundo o fim a que se destinam

Ano: 2008

	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Internamento geral:				
- Lotação oficial	96	427	90	613
- Lotação praticada	96	324	63	483
Serviços de urgência	1	19		20
Recobro de operações		16	12	28
Cuidados intensivos	3	6		9
Outros	2	41	16	59
TOTAL	102	509	118	729

Distribuição de camas por ramos

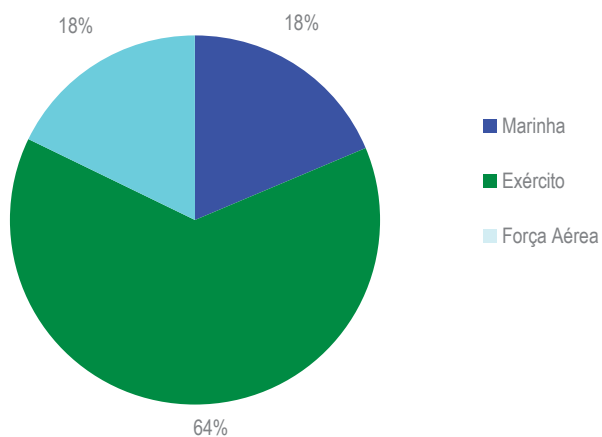


5.3.2.2 - Consultas efectuadas, por especialidades, nos hospitais militares

Ano: 2008

	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cardiologia	1.947	10.127	4.491	16.565
Cirurgia geral	2.125	6.798	1.690	10.613
Cirurgia pediátrica		231		231
Cirurgia plástica reconstrutiva	120	1.830	1.355	3.305
Cirurgia vascular / Angiologia		1.814		1.814
Dermatovenerologia	2.584	7.791	2.002	12.377
Endocrinologia	1.056	5.740		6.796
Estomatologia	10.531	20.081	5.681	36.293
Fisiatria	1.081	5.981	2.606	9.668
Gastroenterologia	2.852	27.507	624	30.983
Ginecologia	1.408	6.044	1.294	8.746
Hematologia	33	898		931
Imunoalergologia respiratória	275		1.705	1.980
Infecciologia		446		446
Medicina interna	2.269	4.772	943	7.984
Nefrologia	137	1.151		1.288
Neurocirurgia/Neurologia	2.962	5.945	1.913	10.820
Obstetrícia	409	503	423	1.335
Oftalmologia	9.488	14.632	6.780	30.900
Oncologia médica	673	3.445	1.103	5.221
Ortopedia	6.248	16.638	3.697	26.583
Otorrinolaringologia	4.235	9.735	5.331	19.301
Pediatria cirúrgica				-
Pediatria médica		1.179		1.179
Pneumologia	1.122	4.132	756	6.010
Psiquiatria	1.646	13.064	782	15.492
Reabilitação cardíaca	167	54		221
Reumatologia		1.655		1.655
Urologia	2.977	8.973	2.343	14.293
Outras	5.858	33.491	14.212	53.561
TOTAL	62.203	214.657	59.731	336.591
SUBTOTAL Homens	47.477	115.621	36.517	199.615
SUBTOTAL Mulheres	14.726	99.036	23.214	136.976

Distribuição de consultas por Ramos



5.3.2.3 - Evolução do total de consultas nos hospitais militares

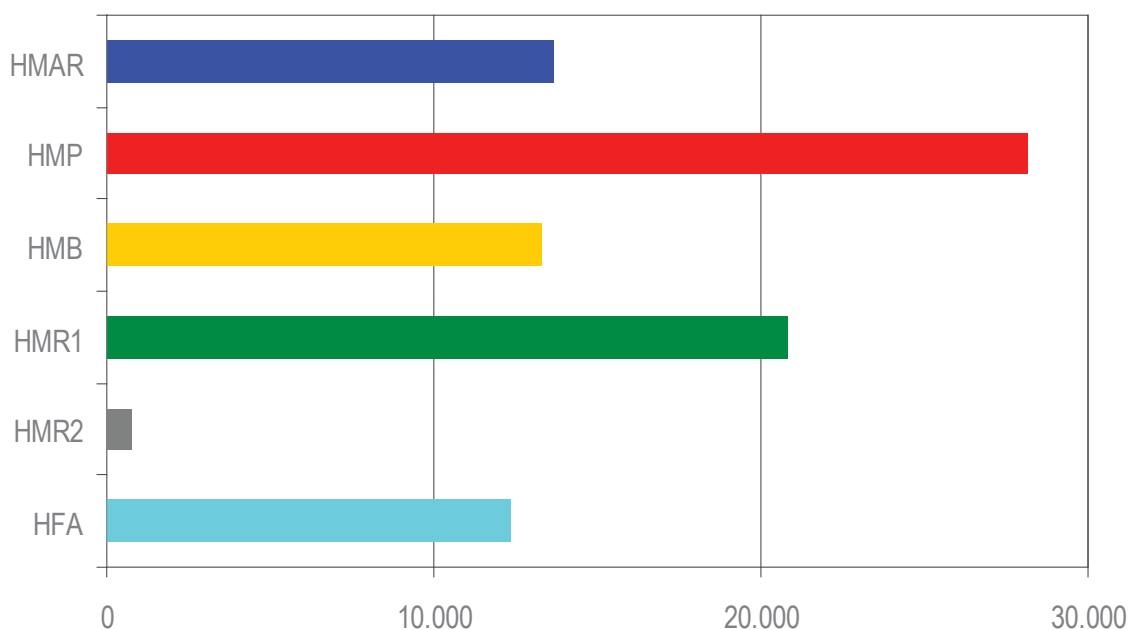
	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2008	62.203	214.657	59.731	336.591
Dados retrospectivos				
2007	63.805	197.295	61.940	323.040
2006	57.545	169.220	66.086	292.851
2005	59.681	195.567	61.516	316.764
2004	55.955	193.973	58.214	308.142
2003	55.648	193.395	56.096	305.139

5.3.2.4 - Movimentos de internados nos hospitais militares

Ano: 2008

Movimentos	Marinha (HMAR)	Exército					F. Aérea (HFA)	TOTAL
		HMP	HMB	HMR1	HMR2	Subtotal		
Vindos do ano anterior	16	1.302	148	135	119	1.704	19	1.739
Entradas (total)	983	3.194	804	1.742	216	5.956	1.438	8.377
Transferidos:								
- De outra valência/especialidade	99	2.060				2.060		2.159
- De outro hospital			33	147		180		180
Total Entradas	1.082	5.254	837	1.889	216	8.196	1.438	10.716
Saídas (total)	921	3.084	704	1.676	216	5.680	1.394	7.995
- Falecidos	33	95	90	62		247	32	312
Transferidos:								
- Para outra valência/especialidade	99	1.813				1.813		1.912
- Para outro hospital	3	267	8	138		413	8	424
Total Saídas	1.056	5.259	802	1.876	216	8.153	1.434	10.643
Transitados para o ano seguinte	42	1.297	183	148	119	1.747	23	1.812
Total de dias de internamento	13.657	28.180	13.331	20.822	789	62.658	12.384	88.699

Dias de internamento por hospitais militares



5.3.2.5 - Actos de terapêutica efectuados nos hospitais militares

Ano: 2008

	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Transfusões de sangue total	92	3.597	230	3.919
Transfusões de plasma humano		356		356
Transfusões outros componentes sangue		19.098		19.098
Tratamentos fisiátricos	37.501	193.976	94.769	326.246
Próteses		1.468	32	1.500
Ortóteses		646	154	800
Tratamentos por radiações		528		528
Hemodiálise		7.720		7.720
Outros	61.134	107.788		168.922
TOTAL	98.727	335.177	95.185	529.089

5.3.2.6 - Actos de diagnóstico efectuados nos hospitais militares

Ano: 2008

	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Análises clínicas	259.580	823.688	243.965	1.327.233
Exames radiológicos	13.217	54.260	18.490	85.967
Exames radiológicos computadorizados	2.100	8.239	3.653	13.992
Exames anatomopatológicos		5.242	1.265	6.507
Autópsias		6		6
Exames endoscópicos	776	3.275	1.100	5.151
Electrocardiogramas	6.018	25.154	8.348	39.520
Electroencefalogramas	213	678	298	1.189
Exames mio-eléctricos		699		699
Exames ecográficos	4.436	17.234	2.148	23.818
Exames hemodinâmicos		659		659
Outros	12.016	49.750	20.707	82.473
TOTAL	298.356	988.884	299.974	1.587.214

5.3.2.7 - Pessoal ao serviço nos hospitais militares

Ano: 2008

	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Administração	2	25	1	28
Médico:				
- Especialistas e chefes de clínica	40	153	54	247
- Do internamento especialidade	13	63	34	110
- Do internamento policlínico		15	3	18
Enfermagem	90	250	81	421
Farmácia	2	25	3	30
Serviço complementar de diagnóstico e terapêutica	31	114	45	190
Pessoal auxiliar de acção médica			35	35
Outro			144	144
TOTAL	178	645	400	1.223

ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

O sistema de comparticipação de cuidados de saúde dos militares sofreu alterações profundas, decorrentes da publicação do Decreto-Lei nº 167/2005, de 23 de Setembro. A principal reforma operada pelo diploma consistiu em unificar a assistência na doença aos militares das Forças Armadas, fundindo os anteriores três subsistemas de saúde específicos de cada Ramo (ADMA, ADME e ADMFA) num único, designado Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), cuja gestão incumbe ao IASFA, nos termos do artigo 15º do citado decreto-lei.

Por força desta alteração, os dados referentes a encargos com a saúde, que anteriormente eram fornecidos pelos Ramos, passaram para a esfera de competência do IASFA, daí que, neste período de transição, tenha havido necessidade de proceder a ajustes pontuais relativamente a algumas tabelas que vinham sendo apresentadas.

Beneficiários

A qualidade de beneficiário, de acordo com o Decreto-Lei nº 167/2005, de 23 de Setembro, adquire-se com a inscrição na ADM, podendo esta assumir um carácter obrigatório ou facultativo. Os beneficiários são agrupados em duas categorias: os beneficiários titulares e os beneficiários familiares ou equiparados.

5.4 – ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS MILITARES DAS FA

5.4.1 - Evolução do número de beneficiários

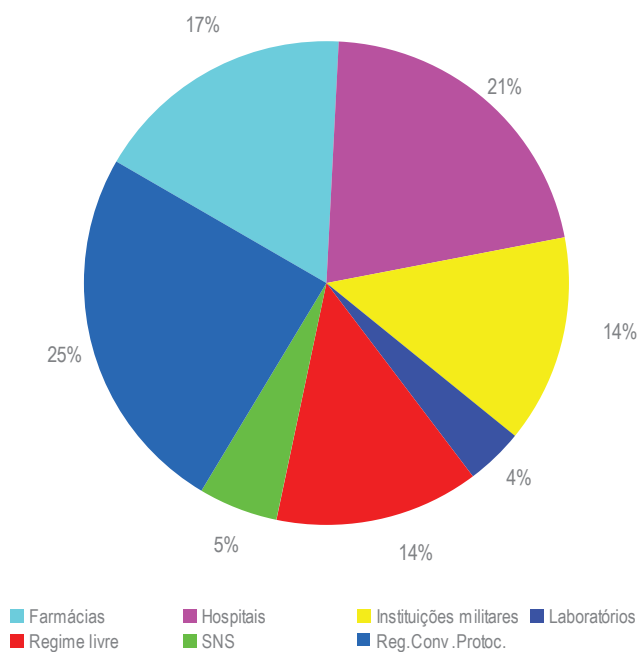
	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2008	42.787	69.855	24.992	137.634
Dados retrospectivos				
2007	47.339	78.119	26.461	151.919
2006	49.801	81.847	27.410	159.058
2005	44.562	80.664	26.893	152.119
2004	49.072	79.772	26.808	155.652
2003	47.555	69.521	26.940	144.016

5.4.2 - Encargos com a saúde por tipo de origem

(milhares de euros) Ano: 2008

Origem	Total ADM
Farmácias	21.318,6
Hospitais	25.642,4
Instituições militares	16.873,7
Laboratórios	4.894,2
Regime livre	16.533,2
Serviço Nacional de Saúde (SNS)	6.452,8
Regime convencionado e protocolado	30.128,0
TOTAL	121.842,9

Encargos por tipo de origem



5.4.3 - Evolução dos encargos com a saúde

(milhares de euros)

	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
2008				121.842,9
Dados retrospectivos				
2007				86.375,8
2006	19.944,3	40.124,8	20.750,0	80.819,1
2005	29.643,5	59.865,1	20.164,0	109.672,6
2004	29.672,1	55.094,8	19.468,3	104.235,2
2003	25.232,0	52.953,0	18.883,7	97.068,7

JUSTIÇA E DISCIPLINA

A área estatística da Justiça e Disciplina engloba ambas as componentes, a disciplinar e a penal.

Os responsáveis pelos dados apresentados são, no que toca à matéria disciplinar (quadros 5.5.1, 5.5.2 e 5.5.3), os Ramos das Forças Armadas, enquanto que a matéria penal, propriamente dita (quadros 5.5.4 e 5.5.5), ficou a cargo da Polícia Judiciária Militar, actuando a Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar como coordenadora.

Trata-se de uma área bastante delicada, em que as comparações apresentadas entre os dados dos Ramos podem gerar visões distorcidas da realidade, dado que o número de efectivos e a dispersão das unidades é muito maior no Exército do que na Marinha ou na Força Aérea. Ainda no tocante a matéria penal, é de assinalar a publicação do novo Código de Justiça Militar (CJM), aprovado pela Lei nº 100/2003, de 15 de Dezembro, com as rectificações introduzidas pela Declaração de Rectificação nº 2/2004, de 3 de Janeiro, cuja entrada em vigor, a partir de 14 de Setembro de 2004, veio introduzir alterações significativas no sistema judicial militar, nomeadamente ao adoptar as normas do direito penal comum na tipificação, julgamento e punição dos crimes estritamente militares previstos nos artigos 25º a 106º do novo CJM (vide quadro 5.5.4).

CONCEITOS

Medalha militar

A medalha militar, nas diferentes modalidades, destina-se a galardoar serviços notáveis prestados às instituições militares e à Nação e a distinguir altas virtudes reveladas no serviço por militares dos três Ramos das FA, podendo também ser concedida a militares estrangeiros e a civis nacionais e estrangeiros nos casos expressamente previstos no Regulamento de Medalhas Militares.

Ordens honoríficas portuguesas

As ordens honoríficas destinam-se a distinguir, em vida ou a título póstumo, os cidadãos portugueses que se notabilizem por méritos pessoais, por feitos cívicos ou militares ou por serviços prestados ao País, podendo também ser atribuídas a estrangeiros, de harmonia com os usos internacionais.

Processo disciplinar

É um conjunto ordenado de actos, encadeados entre si de forma lógica, tendentes ao apuramento da existência de uma infracção disciplinar, tendo em vista a aplicação de correspondente sanção, caso a prática da infracção resulte provada.

Processo de averiguações

Sequência encadeada de actos e diligências levadas a efeito pelo oficial averiguante, tendentes ao apuramento de factuais indiciárias de eventuais infracções.

Repreensão simples

Declaração feita, em particular, ao infractor por ter praticado qualquer acto que constitui infracção de dever militar.

Repreensão agravada

Declaração idêntica à repreensão, tendo lugar nas condições seguintes:

A oficiais e sargentos, é dada na presença de outros oficiais ou sargentos, respectivamente, de graduação superior ou igual à do infractor, mas sempre mais antigos, do comando, unidade ou estabelecimento a que pertencer ou em que estiver apresentado;

A cabos, é dada na presença de praças da mesma graduação de antiguidade superior à sua e às outras praças é dada em formatura da companhia, ou equivalente do comando, unidade ou estabelecimento em que estiver apresentado.

Detenção

A detenção ou proibição de saída consiste na permanência continuada do infractor num aquartelamento ou navio durante o cumprimento da pena, sem dispensa das formaturas e do serviço interno que por escala lhe pertencer.

Prisão disciplinar

Reclusão do infractor em casa para esse fim destinada, em local apropriado, aquartelamento ou estabelecimento militar, a bordo em alojamento adequado, ou, na sua falta, onde superiormente for determinado, durante o cumprimento da qual, os militares poderão executar, entre o toque de alvorada e o pôr do Sol, os serviços que lhes sejam determinados.

Prisão disciplinar agravada

Reclusão do infractor em casa de reclusão.

5.5 – JUSTIÇA E DISCIPLINA

5.5.1 - Condecorações atribuídas

Ano: 2008

	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Serviços distintos	75	65	22	162
Mérito militar	46	248	118	412
Comportamento exemplar	162	1.189	371	1.722
Mérito do Ramo	370	337	71	778
Ordens honoríficas nacionais	1	45	8	54
Outras	156	3.013	46	3.215
TOTAL	810	4.897	636	6.343

5.5.2 - Processos iniciados

Ano: 2008

	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Averiguações	130	1.251	18	1.399
Disciplinares	79	461	52	592
TOTAL	209	1.712	70	1.991

5.5.3 - Punições aplicadas

Ano: 2008

	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Repreensão simples	2	12	12	26
Repreensão agravada	6	24	7	37
Detenção	13	90	24	127
Prisão disciplinar	3	6	1	10
Prisão disciplinar agravada	1		5	6
TOTAL	25	132	49	206

5.5.4 - Processos instruídos por indícios de prática de crime

Ano: 2008

Crime	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Abandono do posto		1		1
Abuso de autoridade		3		3
Abuso de confiança				-
Ameaça			1	1
Assédio sexual				-
Ausência ilegítima				-
Burla		1		1
Comércio ilícito de material de guerra	3	4		7
Corrupção		1		1
Crime contra direito de autor				-
Crime contra a segurança nas comunicações				-
Crime cometido no exercício de funções públicas				-
Crime contra o dever militar				-
Crimes contra a circulação e segurança				-
Crime contra realização da justiça		1	1	2
Crimes respeitantes a estupefacientes				-
Dano em bens militares	1	3	13	17
Danos (outros)		3	1	4
Deserção	8	7	2	17
Devassa da vida privada		2		2
Difamação / Calúnia / Injúria		2		2
Extravio de material de guerra	4	5		9
Falsificação				-
Furto de material de guerra	5	9	1	15
Furtos (outros)	13	64	32	109
Homicídio por negligência				-
Incumprimento dos deveres de serviço	2	2		4
Infidelidade				-
Insubordinação		1		1
Ofensas à integridade física		7	1	8
Ofensas à sentinela		1		1
Outras infracções de natureza militar				-
Outros crimes contra a vida	1	1	2	4
Outros crimes contra o património				-
Outros crimes contra a propriedade				-
Outros crimes de perigo comum				-
Peculato	1	1	1	3
Violação de segredo / Espionagem				-
Outros crimes				-
TOTAL	38	119	55	212

DESPORTO

Além das competições internas realizadas anualmente pelas Forças Armadas, o MDN, através da Comissão de Educação Física e Desporto Militar, órgão da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, organiza, em várias modalidades, campeonatos nacionais militares, disputados entre selecções dos Ramos das Forças Armadas e nos quais participam, igualmente, selecções das Forças de Segurança (GNR e PSP).

A nível internacional, Portugal participa, normalmente, nos campeonatos mundiais militares, organizados pelo «*Conseil International du Sport Militaire*» (CISM), com selecções nacionais militares integrando atletas dos três Ramos das Forças Armadas e das Forças de Segurança seleccionados entre os elementos que mais se distinguiram nos Campeonatos Nacionais Militares.

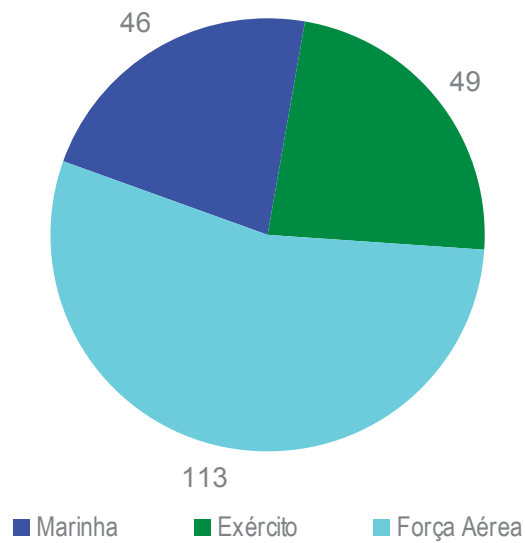
5.6 – DESPORTO MILITAR

5.6.1 - Competições militares por Ramo das FA

Ano: 2008

Modalidade	Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas
Andebol	1	90					1	90
Atletismo (de pista)	1	67					1	67
Atletismo (provas de estrada)	13	202			1	121	14	323
Badminton					1	38	1	38
Basquetebol	3	153					3	153
Corridas de Aventura			1	32	1	105	2	137
Corta-Mato	2	48	10	911	1	71	13	1.030
Duatlo							-	-
Equitação			6	192			6	192
Esgrima			3	185			3	185
Futebol de 11	1	120					1	120
Futebol de 7							-	-
Futebol de 5	4	583			1	503	5	1.086
Judo	4	100					4	100
Meia Maratona	4	29					4	29
Natação	2	75			1	30	3	105
Orientação	5	434	9	623	1	77	15	1.134
Outdoor (Challenger)							-	-
Pára-quedismo Desportivo			1	35			1	35
Pentatlo Militar			7	265			7	265
Prova "D. Nuno Álvares"			1	112			1	112
Ténis							-	-
Ténis de Mesa							-	-
Tiro de Espingarda			9	190	1	36	10	226
Tiro de Pistola	4	159	9	193	1	25	14	377
Tiro aos Pratos							-	-
Triatlo							-	-
Vela							-	-
Voleibol	4	168			1	125	5	293
TOTAL	48	2.228	56	2.738	10	1.131	114	6.097

Média de atletas de cada Ramo por prova

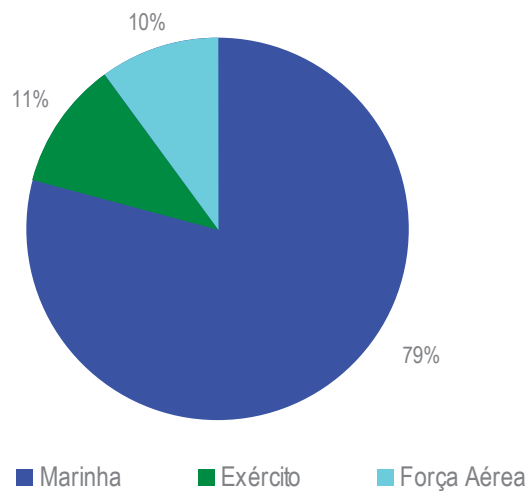


5.6.2 - Pessoal militar que participou em campeonatos nacionais das FA

Ano: 2008

Modalidade	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Atletismo	420			420
Basquetebol				-
Corta-Mato	27	25	21	73
Futebol de 5				-
Natação				-
Orientação	15	20	21	56
Tiro	5	18	17	40
Triatlo/Duatlo				-
Voleibol				-
TOTAL	467	63	59	589

Participação em campeonatos nacionais das FA



5.6.3 - Pessoal militar que participou em provas internacionais militares

Ano: 2008

Modalidade	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Corta-mato		1		1
Esgrima				-
Natação				-
Orientação		3	1	4
Pára-quedismo				-
Pentatlo militar				-
Tiro		1	1	2
Triatlo				-
TOTAL	-	5	2	7



Infra-Estruturas



Nota Explicativa

Os registos apresentados neste capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Infra-Estruturas (DGIE), traduzem diversos elementos caracterizadores, quer do património imobiliário afecto à Defesa Nacional, quer do tratamento dos dados estatísticos, quer ainda das iniciativas e incentivos das boas práticas ambientais nas Forças Armadas portuguesas. Com o objectivo de recolha dos elementos actualizados, a DGIE diligenciou contactos com as entidades responsáveis pela gestão dos referidos pelouros. Neste sentido, os dados apurados e indicados resultam da contribuição dos Órgãos e Serviços Centrais, do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas e do Instituto de Acção Social das Forças Armadas.

CONCEITOS

Desamortização de unidades imobiliárias

Desafecção de unidades imobiliárias do MDN, mediante a reafecção a outras entidades do Estado, e alienação por venda ou cessão a título definitivo e oneroso a pessoas colectivas de direito público ou instituições particulares de interesse público.

Alojamento clássico

Locais distintos e independentes, constituídos por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural) que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação, na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins.

Distinto

Significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da colectividade.

Independente

Significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

Área bruta de construção

É o resultado do somatório da área bruta dos pisos, medida pelo perímetro exterior das paredes e eixo das paredes separadoras, incluindo as varandas privativas.

Área do terreno

Área bruta do terreno delimitada pelo seu perímetro.

Capacidade de alimentação

Número de refeições servidas por hora em cada unidade, considerando condições normais de utilização.

Capacidade de alojamento

Número máximo de camas instaladas em cada unidade, em condições normais de utilização.

Classificação de imóveis

A classificação dos edifícios como Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público encontra-se definida na Lei nº 107/2001, de 9 de Agosto.

Imóvel de interesse público

Imóvel que, sem merecer a classificação de monumento nacional, ofereça, todavia, considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico.

Monumento nacional

Imóvel cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico.

Construção nova

Edificação inteiramente nova, ainda que no terreno sobre o qual foi erguida já tenha sido efectuada outra construção, incluindo-se ampliações de edifícios existentes.

Grandes reparações de unidades imobiliárias

Trabalhos através dos quais as construções são melhoradas ou renovadas, prolongando materialmente a sua duração de tempo útil.

Natureza das unidades imobiliárias

Qualificação dos prédios em rústicos, urbanos ou mistos, tendo em conta a sua descrição na matriz predial.

Servidões das unidades imobiliárias

Restrições aos direitos de propriedade, público e privado, relativos a zonas confinantes com organizações militares ou de interesse para a Defesa Nacional, de carácter permanente ou temporário. Estas servidões são criadas por decreto.

TIPOS DE UTILIZAÇÃO

Operacional

Unidades imobiliárias utilizadas para o desenvolvimento das actividades (missões), da componente operacional do Sistema de Forças Nacional. São exemplos de unidades imobiliárias classificadas nesta categoria quartéis, bases aéreas e bases de fuzileiros.

Logístico-administrativo

Unidades imobiliárias cuja utilização é dirigida para o apoio logístico e administrativo da estrutura orgânica da Defesa Nacional, tais como os Centros de Finanças, os Centros de Recrutamento e o Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea.

Formação/Instrução

Unidades imobiliárias destinadas a ministrar formação militar, instrução, instrução básica e treino (academias, institutos, escolas, centros de instrução, campos de tiro, etc.), bem como ensino civil, tais como o Instituto de Odivelas, o Colégio Militar e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

Cultural

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com a divulgação cultural (museus, bibliotecas, etc.).

Ciência e tecnologia

Unidades imobiliárias onde se desenvolvem actividades científicas e tecnológicas – conjunto de actividades sistemáticas, estreitamente ligadas à produção, promoção, difusão e aplicação de conhecimentos científicos e técnicos em todos os domínios da ciência e tecnologia. Incluem-se nesta categoria os serviços hidrográficos, cartográficos, laboratórios de investigação de produtos químicos e farmacêuticos, etc..

Saúde

Unidades imobiliárias cuja função é de apoio à saúde (hospitais militares, casas de saúde, farmácias, laboratórios militares de análises clínicas, etc.).

Justiça

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com questões de justiça militar (tribunais, casas de reclusão, etc.).

Apoio social

Unidades imobiliárias destinadas ao apoio social dos militares (messes, habitações, lares e outros equipamentos de carácter social).

Mistos

Unidades imobiliárias em que existem mais do que uma das utilizações referidas, não sendo nenhuma delas prioritária em termos de ocupação de espaço.

Outros

Unidades imobiliárias cuja utilização não se integra em nenhuma das definições anteriores, nomeadamente faróis, farolins, estradas militares, etc.

Unidade imobiliária

Todo o imóvel ou agrupamento imobiliário que seja fisicamente autónomo e independente e que apresente, em si mesmo, continuidade, qualquer que seja o número de freguesias em que se situe e o número de entidades afectárias ou utentes.

Imóvel

Prédio rústico ou urbano afecto ao MDN, localizado no país ou no estrangeiro, incluindo edifícios ou construções de carácter provisório que se encontrem assentes no mesmo local por um período superior a 6 meses.

Agrupamento imobiliário

Conjunto de várias edificações separadas entre si, mas constituindo um todo, por se encontrarem interligadas por um espaço exterior comum, em regra, vedado.

Unidades imobiliárias adquiridas

Imóveis que passaram a integrar o património afecto ao MDN, independentemente da forma como a afectação se processou (compra, permuta, arrendamento ou expropriação), sendo excluídas as novas construções.

6.1 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

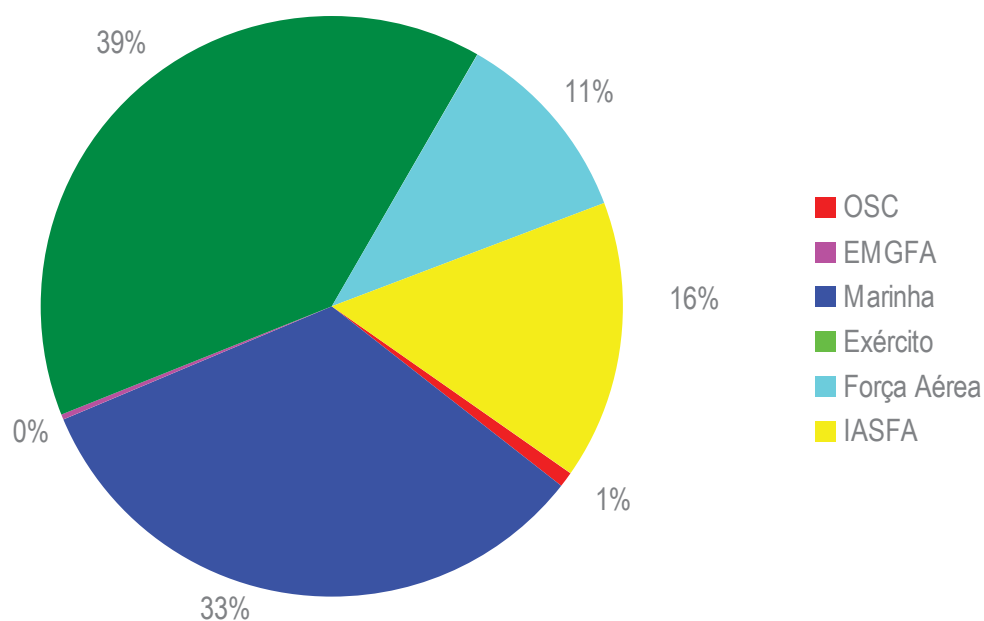
Ano: 2008

Localização	UI do Estado						UI arrendadas						TOTAL
	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	
Continente	(a) 2	3	261	409	83	174			7	17	(b) 7		970
Açores		3	96	30	26	4		2	11	4	44		218
Madeira		4	21	11	11	1			3	2			53
EUA					(c) 3								3
TOTAL	2	10	378	450	123	179	-	2	21	23	51	-	1.239

(a) Secretaria-Geral/MDN: PM9/Porto-Castelo da Foz e Forte de São Julião da Barra;

(b) Apenas se paga renda de 1;

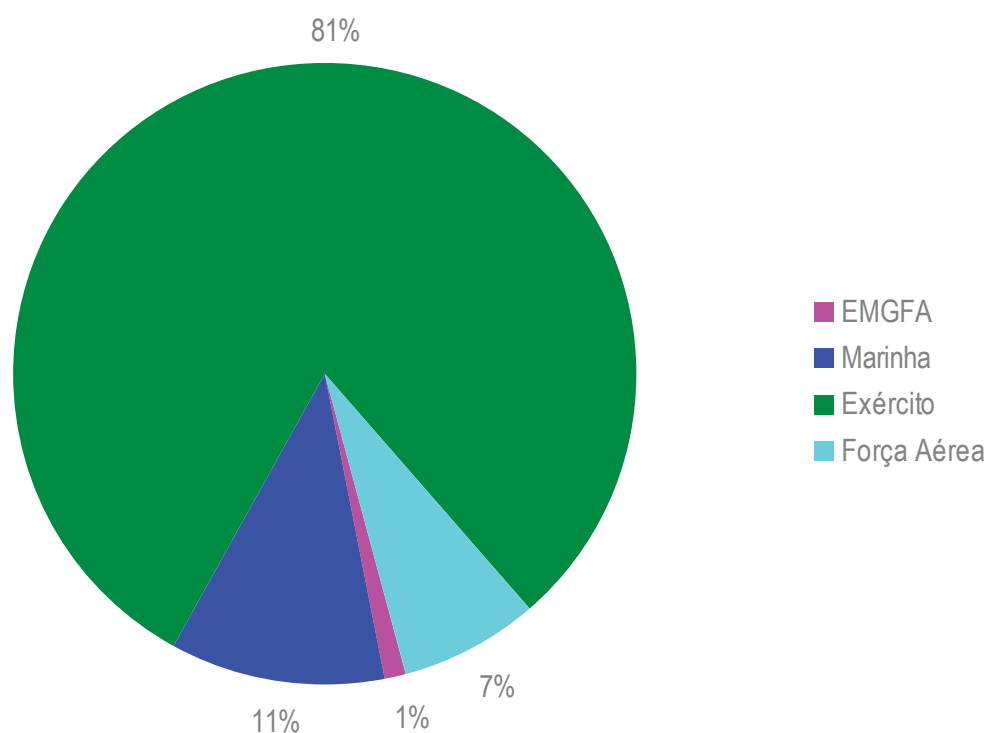
(c) Para alojamento dos 3 elementos da representação portuguesa no *Air Force Material Command* (Ohio).



6.2 – SERVIÇOS DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2008

Localização	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Continente		16	138	12	166
Açores	1	3	4	1	9
Madeira	1	1	4		6
TOTAL	2	20	146	13	181



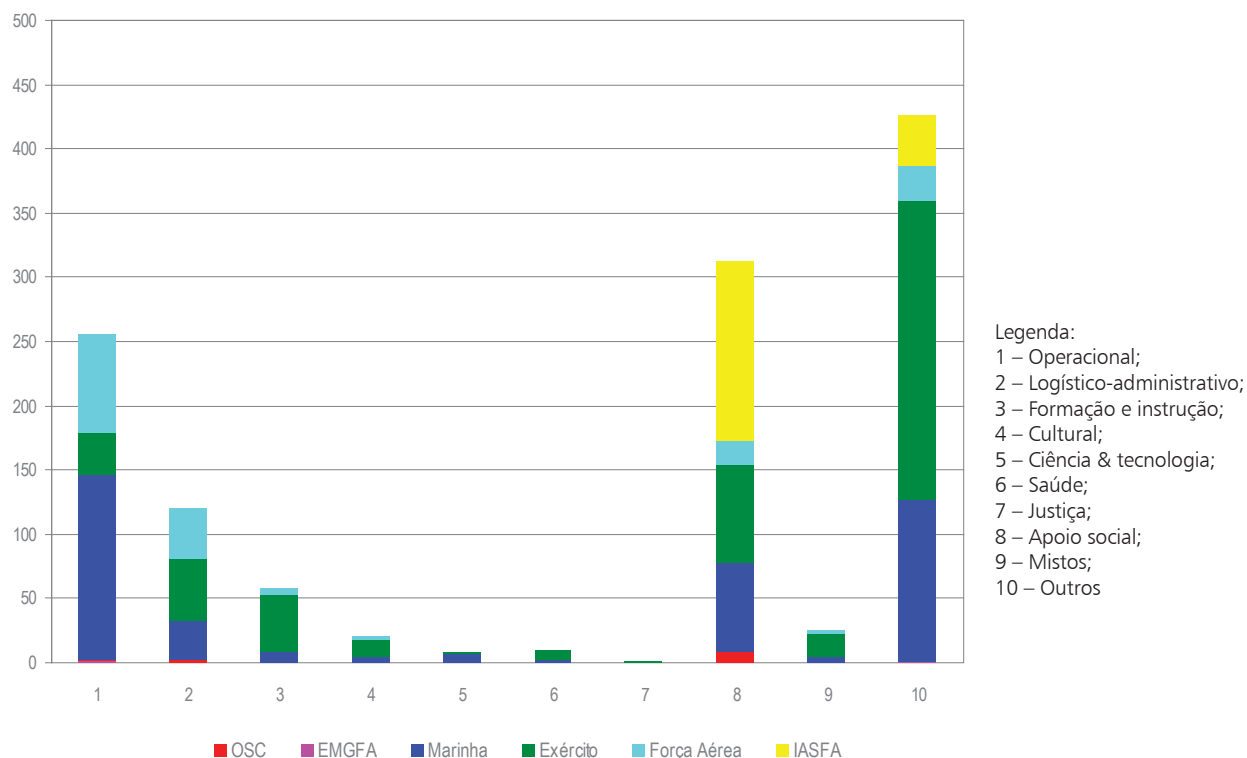
6.3 – TIPOS DE UTILIZAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Ano: 2008

Afectação		Tipos de utilização										TOTAL
		Operacional	Logístico-administrativo	Formação e instrução	Cultural	Ciência & tecnologia	Saúde	Justiça	Apoio social	Mistos	Outros	
Localização												
OSC	Continente		(a) 1								(b) 1	2
	Açores											-
EMGFA	Continente		2						1			3
	Açores	1							4			5
	Madeira	1							3			4
Marinha	Continente	106	19	9	5	5	2		40	4	78	268
	Açores	33	11			2			22	1	38	107
	Madeira	5							8		11	24
Exército	Continente	25	44	41	12	2	8	1	64	17	212	426
	Açores	4	2	2					7	1	18	34
	Madeira	3	2	1	1				5		1	13
Força Aérea	Continente	42	20	5	3				8	2	10	90
	Açores	27	20						7		16	70
	Madeira	8							1		2	11
	USA								3			3
IASFA	Continente								134		40	174
	Açores								4			4
	Madeira								1			1
TOTAL		255	121	58	21	9	10	1	312	25	427	1.239

(a) PM9/Porto-Castelo da Foz, ocupado pelo Instituto de Defesa Nacional;

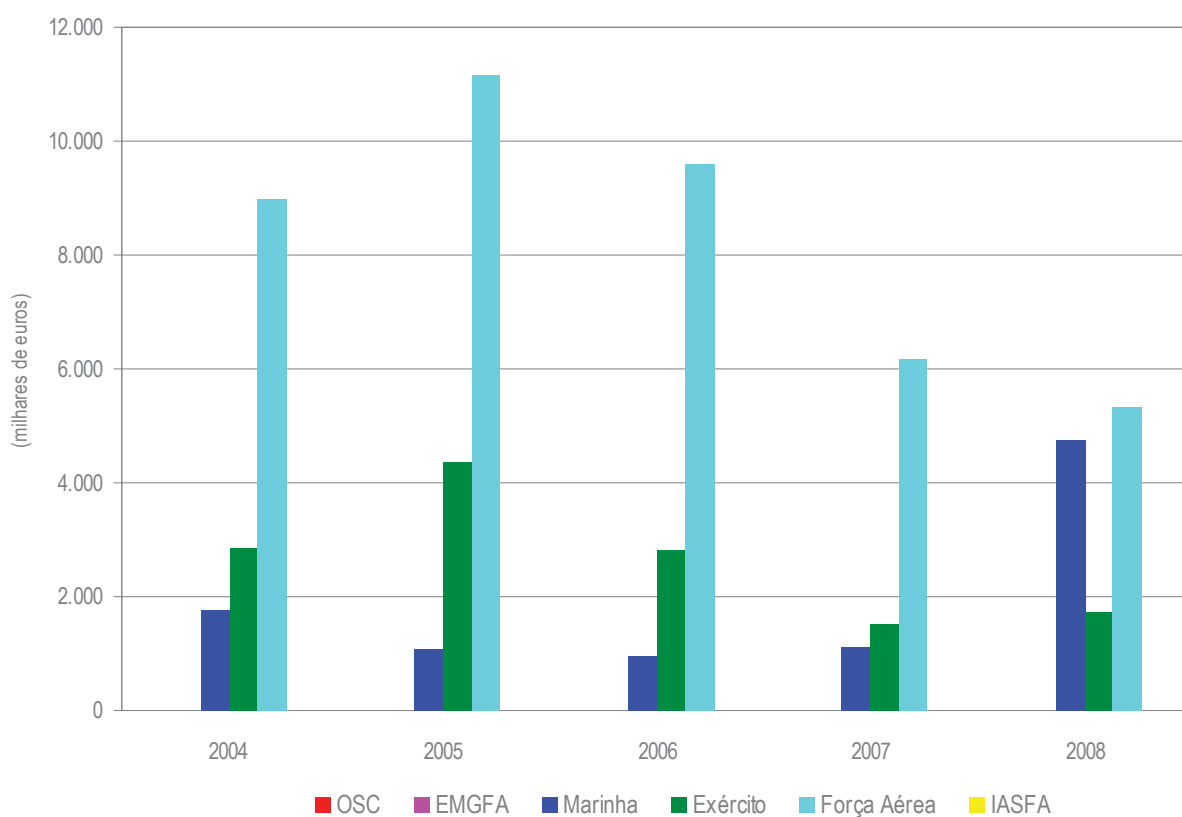
(b) Forte de S. Julião da Barra, residência oficial do Ministro da Defesa Nacional.



6.4 – VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS

(milhares de euros)

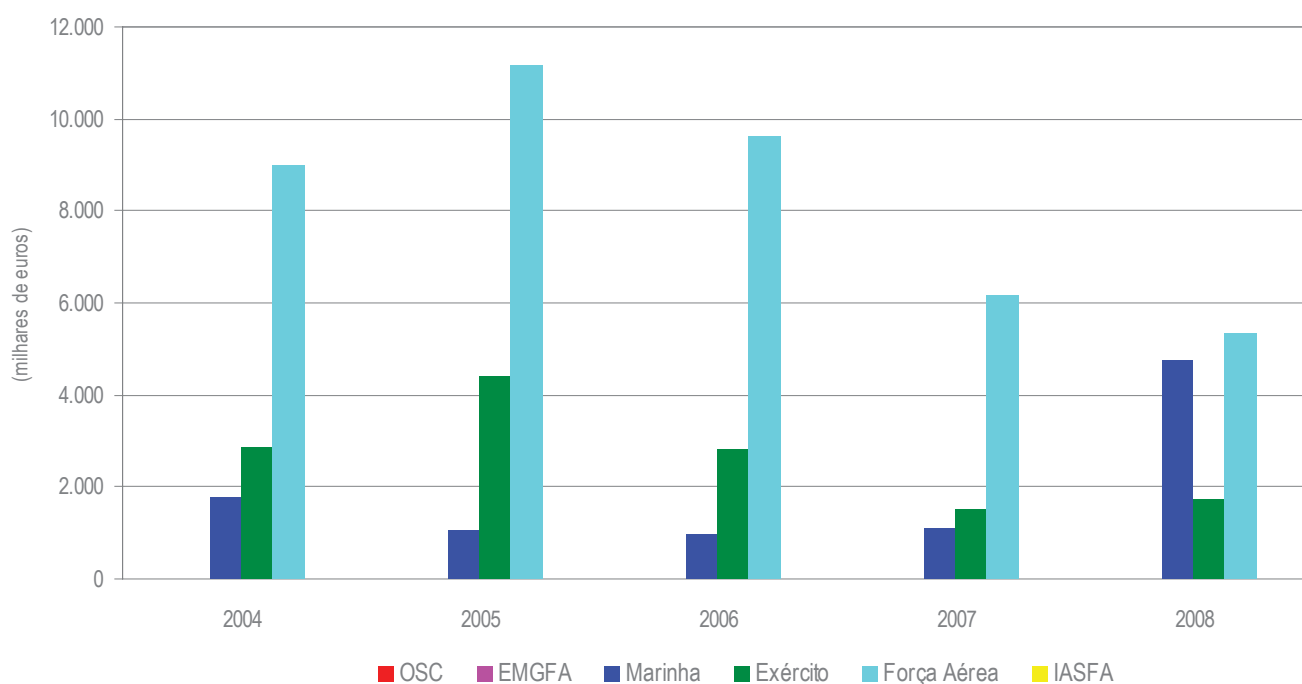
Organismo	2004		2005		2006		2007		2008		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
OSC											-
EMGFA											-
Marinha	1.779,0	13,1	1.069,1	6,4	954,8	7,1	1.106,4	12,6	4.729,0	40,1	9.638,3
Exército	2.835,5	20,8	4.385,4	26,4	2.823,5	21,1	1.508,9	17,2	1.740,5	14,8	13.293,8
Força Aérea	8.989,0	66,1	11.150,0	67,2	9.609,0	71,8	6.155,0	70,2	5.326,5	45,1	41.229,5
IASFA											-
TOTAL	13.603,5	100,0	16.604,5	100,0	13.387,3	100,0	8.770,3	100,0	11.796,0	100,0	64.161,6



6.5 – VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS

(milhares de euros)

Organismo	2004		2005		2006		2007		2008		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
OSC	86,5	0,4	9,5		54,1	0,2	155,7	0,9	97,3	0,6	403,1
EMGFA	115,4	0,5	206,9	0,8	131,0	0,6	269,2	1,5	138,9	0,9	861,4
Marinha	3.705,0	15,0	7.900,4	30,9	7.127,0	29,2	4.283,7	23,6	1.010,9	6,5	24.027,0
Exército	8.237,2	33,4	6.596,5	25,8	6.227,4	25,5	5.121,0	28,2	6.259,3	40,0	32.441,4
Força Aérea	9.200,0	37,3	7.908,0	30,9	9.512,0	39,0	6.287,2	34,6	5.569,5	35,6	38.476,7
IASFA	3.317,2	13,4	2.954,3	11,6	1.341,9	5,5	2.054,1	11,3	2.570,1	16,4	12.237,6
TOTAL	24.661,3	100,0	25.575,6	100,0	24.393,4	100,0	18.170,9	100,0	15.646,0	100,0	108.447,2



6.6 – CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFECTOS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2008

Afectação		Edifícios classificados		Edifícios em vias de classificação		TOTAL
		Monumento nacional	Imóvel de interesse público	Monumento nacional	Imóvel de interesse público	
Localização						
OSC	Continente		(a) 1			1
	Açores					-
EMGFA	Continente	1				1
	Açores					-
	Madeira					-
Marinha	Continente	6	13			19
	Açores		1		1	2
	Madeira		1			1
Exército	Continente	26	10		11	47
	Açores	2	2			4
	Madeira	1				1
Força Aérea	Continente				2	2
	Açores					-
	Madeira					-
IASFA	Continente		(b) 1 (c) 2			3
	Açores					-
	Madeira					-
TOTAL		36	31	-	14	81

(a) Forte de S. Julião da Barra (classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Dec. n.º 41 191, de 18.07.1957);

(b) CAS Runa;

(c) CAS Lisboa.

6.7 – ÁREAS ATRIBUÍDAS

(m2 x 1 000)

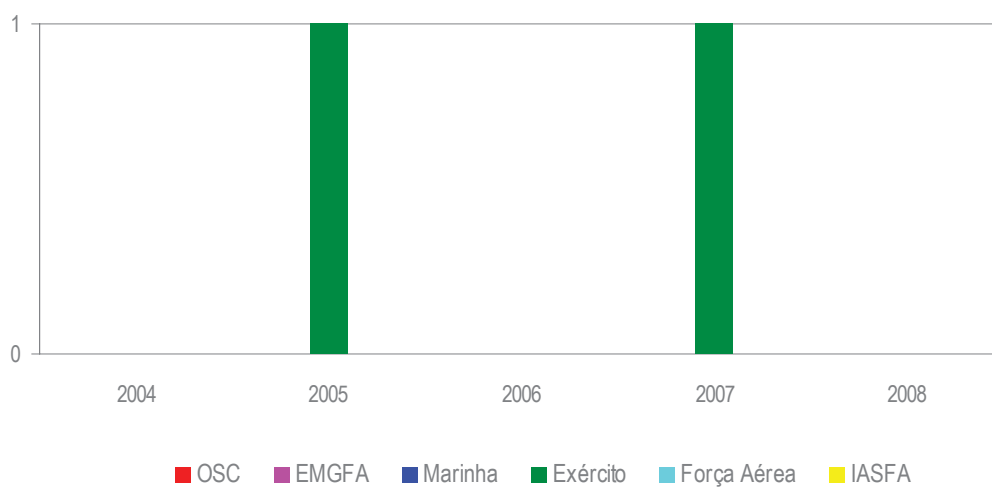
Localização	OSC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		IASFA		TOTAL	
	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC
Continente			50,0	30,5	11.372,6	482,2	102.661,4	1.604,4	108.996,0	*			223.080,1	2.117,1
Açores			42,1	5,1	397,4	27,9	1.063,4	50,8	7.087,0	*			8.589,9	83,8
Madeira			10,7	2,2	158,7	7,1	242,3	59,0	668,0	*			1.079,8	68,3
EUA									5,7	0,7			5,7	0,7
TOTAL	-	-	102,8	37,8	11.928,7	517,2	103.967,1	1.714,2	116.756,7	0,7	-	-	232.755,3	2.269,9

AT – Área do terreno

ABC – Área bruta de construção (* recolha ainda não completada)

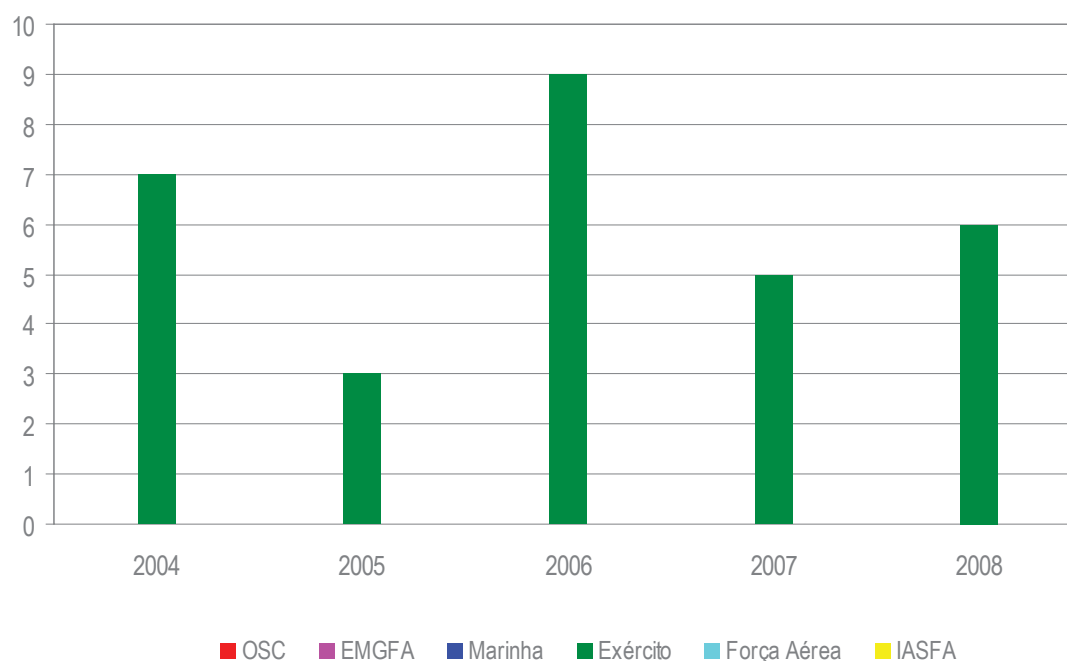
6.8 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS ADQUIRIDAS

Ano	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2008							-
2007				1			1
2006							-
2005				1			1
2004							-
TOTAL	-	-	-	2	-	-	2



6.9 – ALIENAÇÃO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Afectação	Localização	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
OSC	Continente						-
	Açores						-
EMGFA	Continente						-
	Açores						-
	Madeira						-
Marinha	Continente						-
	Açores						-
	Madeira						-
Exército	Continente	7	3	9	5	6	30
	Açores						-
	Madeira						-
Força Aérea	Continente						-
	Açores						-
	Madeira						-
	USA						-
IASFA	Continente						-
	Açores						-
	Madeira						-
TOTAL		7	3	9	5	6	30



6.10 – ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS

Ano: 2008

Localização	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades
Continente			301	189	560	1.783	2.833
Açores			204		196	30	430
Madeira			41		2		43
EUA					3		3
TOTAL	-	-	546	189	761	1.813	3.309

6.11 – CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES

Ano: 2008

Afectação		N.º de unidades		Capacidade de alojamento		Capacidade de alimentação	
		N.º de quartéis e bases		N.º de camas		N.º de refeições servidas/hora	
Localização							
Marinha	Continente	X	X	X	X	X	X
	ZMN	X	X	X	X	X	X
	ZMC	X	X	X	X	X	X
	ZMS	X	X	X	X	X	X
	Açores	X	X	X	X	X	X
	Madeira	X	X	X	X	X	X
Exército	Continente		58		38.656		25.342
	Açores		4		834		828
	Madeira		2		1.371		526
Força Aérea	Continente		17		6.959	10.100	4.643
	Açores		1		353	700	332
	Madeira		1				
	EUA		-				
TOTAL		-	83	-	48.173	10.800	31.671

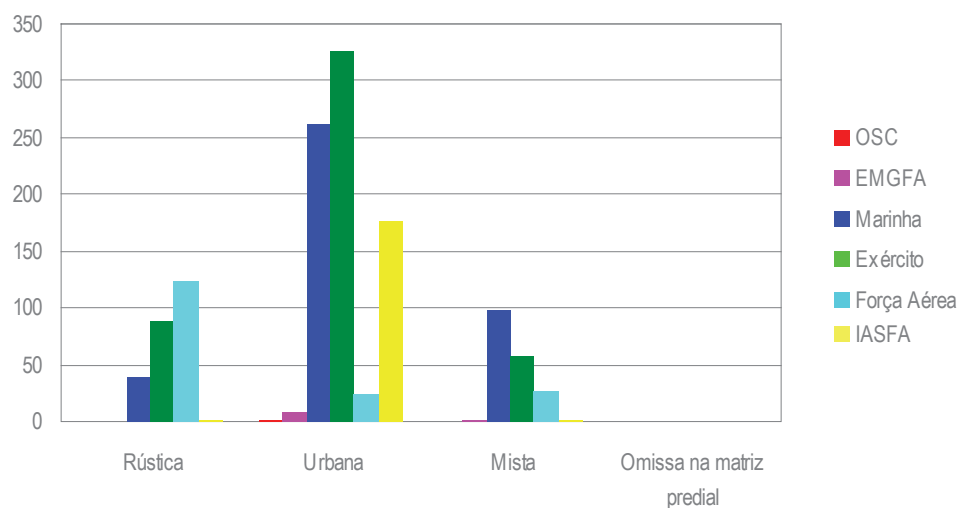
X – Não disponível.

6.12 – NATUREZA DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Ano: 2008

Organismo	Rústica	Urbana	Mista	Omissa na matriz predial	TOTAL
OSC	(a) 1				1
EMGFA		9	1		10
Marinha	39	262	98		399
Exército	89	327	57		473
Força Aérea	124	23	27		174
IASFA	2	176	1		179
TOTAL	254	798	184	-	1.236

(a) Edifício Restelo – 3º piso;



SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

NOTA EXPLICATIVA

Tendo em conta as competências atribuídas à DGIE, relativamente aos dados estatísticos recolhidos de acordo com o formulário aprovado pelo Conselho dos Sistemas e Tecnologias de Informação da Defesa (CSTID), e no intuito de uma informação mais alargada e melhorada, são englobados neste capítulo os quadros e gráficos resultantes da recolha e tratamento estatístico dos elementos solicitados no formulário com dados respeitantes aos Sistemas e Tecnologias de Informação pelo EMGFA, Ramos das Forças Armadas, Órgãos e Serviços Centrais (OSC) do MDN, Polícia Judiciária Militar (PJM), Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM), Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN), Instituto da Defesa Nacional (IDN), Liga dos Combatentes (LC) e Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE).

CONCEITOS

1. Hardware

Computador de grande porte (Mainframe)

Sistema central desenhado para suprir as necessidades de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina significativos – geralmente sistemas proprietários e instalados num centro de informática – e que obrigam a condições ambientais e de instalação específicas.

Inclui todo o equipamento central (ex.: unidade de bandas, de discos, impressoras, *front-end* de comunicações, etc.).

Minicomputador (Departamental)

Sistema de médio porte, multi-utilizador, desenhado para suprir as necessidades de um departamento de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina médios, possibilitando a sua portabilidade e geralmente utilizando sistemas operativos do tipo *UNIX*, *OS/400* ou *Windows NT*, etc.

Microcomputador (PC's)

Sistema de pequeno porte, normalmente monoposto e de uso pessoal, com capacidade de processamento e comunicações próprias, orientados para o tratamento de aplicações de uso geral.

Inclui a unidade de processamento, o monitor, o teclado e o rato. O equipamento deverá ser considerado enquanto solução autónoma, bem como quando utilizado em rede.

Periférico

Dispositivo ligado e controlado por um computador e susceptível de com ele comunicar (ex.: impressoras, *drives* de disco, *scanners*, etc.).

Inclui os terminais não inteligentes dos computadores de grande porte e dos minicomputadores.

Comunicações

Engloba os equipamentos de rede (ex.: *routers*, *bridges*, *switches*, *gateways*, repetidores, concentradores, etc.) e o respectivo suporte físico (ex.: fibra óptica, cabo coaxial, par entrançado, UTP, *wireless*, etc.).

2. Software

Sistema operativo

Programa ou conjunto coordenado de programas de controlo que gerem as funções internas do computador e que disponibilizam meios de controle das respectivas tarefas (ex.: *Windows 95/98/NT*, *UNIX*, *OS2*, *MS-DOS*, *Novell*, etc.).

Inclui para os computadores de grande porte todo o software indispensável para o seu correcto funcionamento.

SGBD – Sistema de gestão de base de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas que têm como função assegurar a gestão automatizada de uma base de dados e o controlo e gestão dos utilizadores que lhe acedem (ex.: *ORACLE*, *DB2*, *SQL Server*, etc.).

Ferramenta de desenvolvimento

Programa ou conjunto coordenado de programas cujo objectivo é o desenvolvimento de aplicações. Tipicamente inclui um editor, a linguagem de programação com compilador, linker e debugger e uma livreria de módulos e funções prontas a usar (ex.: *C, Pascal, Visual Basic, Java*, etc.).

Ferramenta de produtividade individual

Programa ou conjunto coordenado de programas, normalmente orientado para computadores pessoais, cujo objectivo é potenciar facilidades que contribuam para o aumento significativo da produtividade pessoal num sistema informático (ex.: folhas de cálculo, bases de dados, processadores de texto, SW de apresentação e edição gráfica, etc.).

SW de transferência de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a transferência de dados entre sistemas, a emulação e o controlo de comunicações (ex.: *mail, EDI, PC3270, FTP, TCP-IP, SNA*, etc.).

SW de segurança

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a de garantir a segurança da informação num sistema informático (ex.: *Firewall*, SW de autenticação e encriptação, antivírus, etc.).

SW aplicativo

Programa ou conjunto coordenado de programas que se destinam a fazer face a tarefas concretas e específicas do organismo.

3. Serviços

Desenvolvimento de SW

Actividades que englobam a aquisição de serviços de programação e/ou de aplicações desenvolvidas à medida, contratadas a um fornecedor externo à organização.

Manutenção de HW e SW

Actividade que tem por fim conservar ou repor uma unidade funcional num estado que lhe permita desempenhar a sua função.

Formação

Ações de formação na área dos Sistemas e Tecnologias de Informação (SI/TI).

Comunicações

Serviços na área das comunicações prestados por operadores de comunicações.

Inclui os custos de assinatura e de utilização.

Consultoria

Serviços prestados por um fornecedor externo em funções de estudo, análise, aconselhamento e orientação na área dos SI/TI.

Outro outsourcing

Entrega da execução de uma função da organização, na área dos SI/TI, a um fornecedor externo, não incluída em rubrica anterior.

6.13 – SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

6.13.1 - Despesas com a aquisição e locação de bens e serviços

(euros)

Bens e serviços			MDN(*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL		
			Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	
Equipamento Informático Hardware	Computadores de Grande Porte	A	2	9.526,00									2	9.526,00	
		L											-	-	
	Minicomputadores	A	23	163.423,74			22	82.280,96			14	78.099,00	59	323.803,70	
		L											-	-	
	Microcomputadores e Computadores Pessoais	A	508	323.713,07	109	72.224,42	1.452	801.673,00	994	1.613.616,03	394	336.874,00	3.457	3.148.100,52	
		L	82	49.200,00									82	49.200,00	
	Periféricos	A	543	258.372,53	19	7.715,92	1.337	330.731,24	58	32.911,96	111	367.314,00	2.068	993.534,23	
		L	18	8.184,00									18	8.184,00	
	Comunicações	A	231	102.646,13	(a)	215.589,74	166	280.540,00	36	260.490,44	32	156.091,00	465	1.011.703,30	
		L											-	-	
	Subtotal	A	1.307	857.681,47	128	295.530,08	2.977	1.495.225,20	1.088	1.907.018,43	551	938.378,00	6.051	5.493.833,18	
		L	100	57.384,00	-	-	-	-	-	-	-	-	100	57.384,00	
Suporte Lógico Software	Sistemas Operativos	A	16	4.419,00			1.477	(c)			2.461	178.682,00	3.954	183.101,00	
		L	305	6.580,00	487	66.084,44							792	66.084,44	
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A	3	16.195,50			2	1.588,34	3	56.224,50	35	35.735,00	40	109.743,34	
		L	77	1.229,13	3	604,33							80	604,33	
	Ferramentas de Desenvolvimento	A			9	6.036,60							9	6.036,00	
		L											-	-	
	Ferramentas de Produtividade Individual	A	193	83.024,68	99	20.688,00	1.465	355.302,08			379	80.075,00	2.136	539.089,76	
		L	251	9.393,91	459	54.942,55							710	54.942,55	
	SW de Transferência de Dados	A											-	-	
		L			7	5.677,43							7	5.677,43	
	SW de Segurança	A	281	54.340,89	1.000	5.203,00	4.500	10.800,00			4.363	34.478,00	10.144	104.821,89	
		L	225	2.576,35	506	31.258,32							731	32.298,92	
	SW Aplicacional	A	63	61.714,08	40	15.598,00			7	14.472,00	39	63.687,00	139	128.181,08	
		L			3	428,40							3	428,40	
		Subtotal	A	556	192.404,15	1.148	47.525,60	7.444	367.690,42	10	70.696,50	7.277	392.657,00	16.422	1.070.973,67
			L	858	19.779,00	1.465	158.995,47	-	-	-	-	-	-	2.323	206.064,86
Serviços	Desenvolvimento de Software	A	12	313.185,00									12	312.225,00	
		L											-	-	
	Manutenção de Hardware e Software	A	13.305	2.784.232,10	(b)	48.402,98	33	157.368,33	76	216.772,73	27	733.440,00	13.365	3.119.844,03	
		L											-	-	
	Formação	A	105	182.286,48	5	22.838,40					58	44.625,00	168	249.749,88	
		L											-	-	
	Comunicações	A	697	428.020,31			1	19.051,20			4	80.387,00	702	527.458,51	
		L	4	4.588,06	(b)	103.807,06							4	106.005,12	
	Consultoria	A	5	1.694.222,29									5	1.694.222,29	
		L											-	-	
	Outro Outsourcing	A	2	4.740,00	(b)	116.190,81					4	70.967,00	6	191.897,81	
		L											-	-	
	Subtotal	A	14.126	5.406.685,18	5	187.432,19	34	176.419,53	76	216.772,73	93	929.419,00	14.258	6.916.728,63	
		L	4	4.588,06		103.807,06	-	-	-	-	-	-	4	108.395,12	
TOTAL			A	15.989	6.456.770,80	1.281	530.487,87	10.455	2.039.335,15	1.174	2.194.487,66	7.921	2.260.454,00	36.731	13.481.535,48
			L	962	81.751,45	1.465	262.802,53	-	-	-	-	-	-	2.427	371.843,98

(*) Inclui OSC/MDN, IGDN, IDN, IESM, IASFA, PJM, LC, CPHM, CNPCE e CVP.

(a) Optou-se pela omissão, dado incluir quantidades e unidades de medida (ex.: nº de tomadas e metros de fibra óptica);

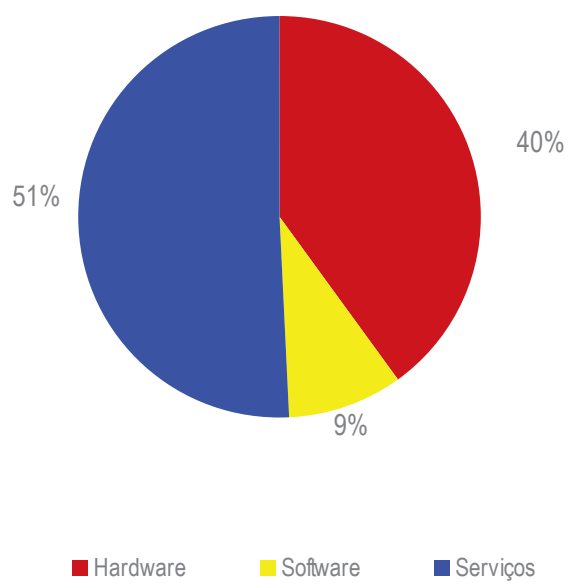
(b) Indeterminado;

(c) incluído no valor do hardware.

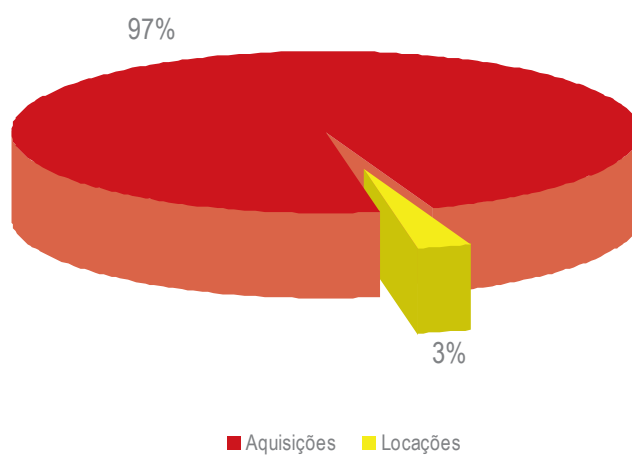
A – Aquisição

L – Locação

Despesas totais por áreas



Aquisições vs Locações



6.13.2 - Existências referidas a 31 de Dezembro de 2008

(euros)

Bens e serviços			MDN(*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL		
			Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	
Equipamento Informático Hardware	Computadores de Grande Porte	A	3	14.777					1	364.745			4	379.522	
		L											-	-	
	Minicomputadores	A	80	578.249	22	44.000	206	1.344.986	93	549.802	152	1.397.539	553	3.914.576	
		L											-	-	
	Microcomputadores e Computadores Pessoais	A	2.010	1.381.907	709	248.150	5.766	4.588.160	5.975	5.267.825	4.422	4.169.592	18.882	15.658.635	
		L	82	49.200									82	49.200	
	Periféricos	A	2.123	959.463	389	71.965	5.460	1.640.837	4.345	2.068.220	1.685	902.831	14.002	5.643.316	
		L	18	8.184									18	8.184	
	Comunicações	A	355	383.778	7	940.000	2.412	3.025.731	1.226	1.467.522	19	9.750.157	4.017	15.565.688	
		L											2	-	
Subtotal	A	4.571	3.318.174	1.127	1.304.115	13.844	10.599.714	11.640	9.718.114	6.278	16.220.119	37.458	41.160.236		
	L	100	57.384	-	-	-	-	-	-	-	-	102	57.384		
Suporte Lógico Software	Sistemas Operativos	A	509	60.398	109	(a)	5.898	(a)	5.632	1.013.760	7.325	1.045.739	19.473	2.119.897	
		L	305	6.580	487	66.084							792	72.664	
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A	22	110.712			21	17.320	94	421.567	673	583.930	810	1.133.530	
		L	77	1.229	3	604							80	1.833	
	Ferramentas de Desenvolvimento	A	11	7.204	9	6.037	14	23.882	119	264.865	142	120.006	295	421.994	
		L											-	-	
	Ferramentas de Produtividade Individual	A	759	235.399	99	20.688	3.554	1.011.449	580	600.771	5.398	2.072.347	10.390	3.940.655	
		L	251	9.394	459	54.943							710	64.336	
	SW de Transferência de Dados	A	3	3.019			288	159.311	355	175.642			646	337.972	
		L			7	5.677							7	5.677	
	SW de Segurança	A	511	74.486	1.000	5.203	4.500	34.214	5.605	78.470	5.110	308.856	16.726	501.228	
		L	76	2.651	506	31.258							582	33.909	
	SW Aplicacional	A	126	138.786	40	15.598	41	552.404	80	423.536	1.576	1.119.439	1.863	2.249.762	
		L	57.337	7.127.499	3	428							57.340	7.127.928	
	Subtotal	A	1.941	630.004	1.257	47.526	14.316	1.798.580	12.465	2.978.611	20.224	5.250.317	50.203	10.705.038	
		L	58.046	7.147.353	1.465	158.994	-	-	-	-	-	-	59.511	7.306.347	
TOTAL			A	6.512	3.948.178	2.384	1.351.641	28.160	12.398.294	24.105	12.696.725	26.502	21.470.436	87.661	51.865.274
			L	58.146	7.204.737	1.465	158.994	-	-	-	-	-	-	59.613	7.363.731

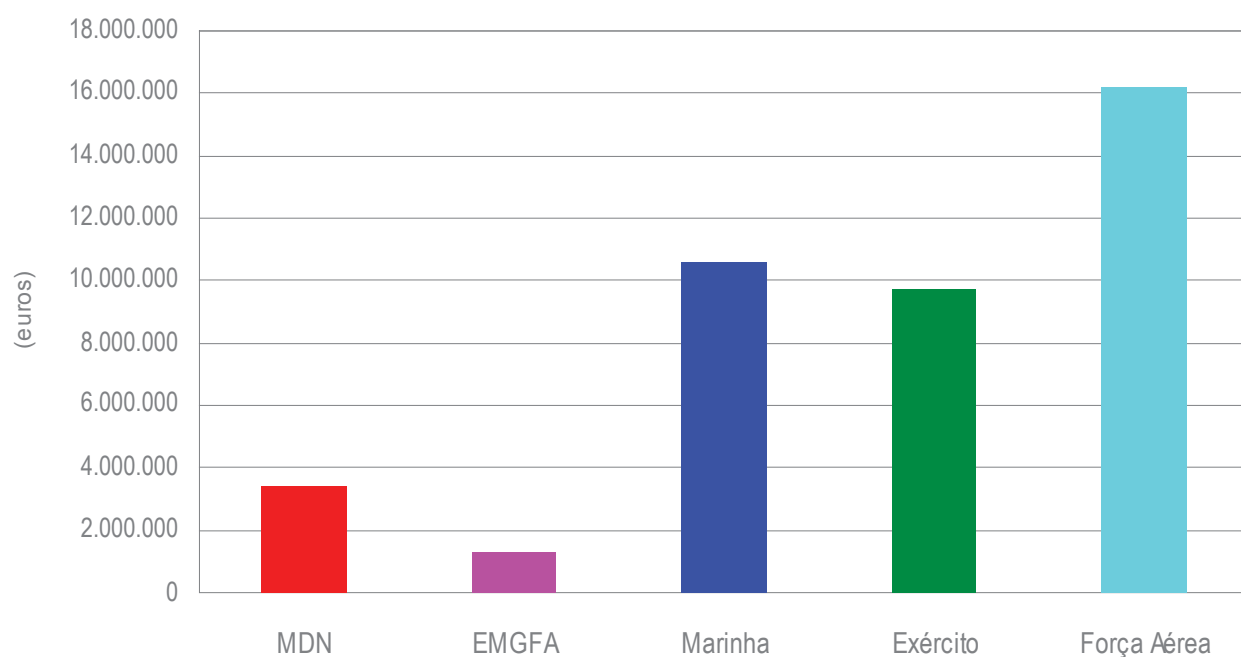
(*) Inclui OSC/MDN, IGDN, IDN, IESM, IASFA, PJM, LC, CPHM, CNPCE e CVP.

(a) Incluído no valor do hardware.

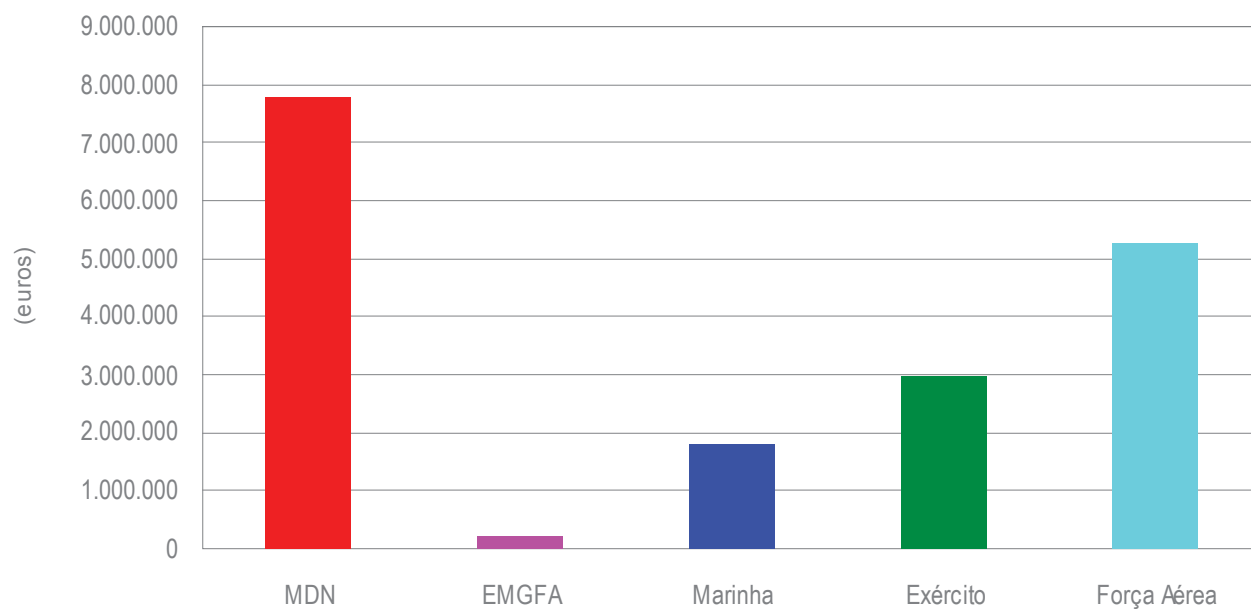
A – Aquisição

L – Locação

Existências em hardware em 31 de Dezembro de 2008



Existências em software em 31 de Dezembro de 2008



6.13.3 - Áreas informatizadas – Percentagem

Áreas comuns	DGIE	DGAED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC
1. Gestão de recursos financeiros	50		40	100	100	80	100	90	50	100
1.1. Contabilidade	50		80	100	100	80	100	100	50	100
1.2. Process. e cálculo vencimentos	□		□	100	100	80	100	100	□	100
2. Gestão de recursos humanos	50	50	40	100	100	80	100	100	80	□
2.1. Formação de pessoal	□		□	□	100		70	20	80	□
3. Gestão de recursos materiais			30	100	100	75	50	85	80	□
3.1. Gestão de stocks			30	100	100	50	50	85	80	□
4. Planeam. e calendarização actividades	□		30	□	50	90	50	60		100
5. Concepção e gestão de projectos	□		□	□	30	50	25	60	50	□
6. Apoio à decisão	□		55	□		75	80	50	60	□
7. Gestão documental / Cent. document.	100		85	100	100	25	20	40		100
8. Gestão de correspondência	100	100	80	100	100		100	95	50	100
9. Gestão de processos administrativos	50		□	100	50	50	100	30		100
Produção (Actividades específicas)										
10. Recolha / Recepção de informação	30	100	35	50	25	50		50	100	100
11. Registo de informação	30	100	45	100	25	75		85	100	100
12. Organiz. informação em base de dados	30	100	25	100		75	80	90	100	100
13. Process. e tratamento da informação	30	100	85	50		25		70	100	100
14. Difusão da informação			85	50	50	90	50	60	50	100
Outras										
15. Gestão operacional										
16. Gestão da manut. aeronaves e viaturas										
17. Gestão de compras e vendas										
18. Organiz. informação em base de dados										
19. Fornecimento de alimentação (Rancho)										
20. Recrutamento										
21. Biblioteca						75				

□ Não aplicável

6.13.3 - Áreas informatizadas – Percentagem (Continuação)

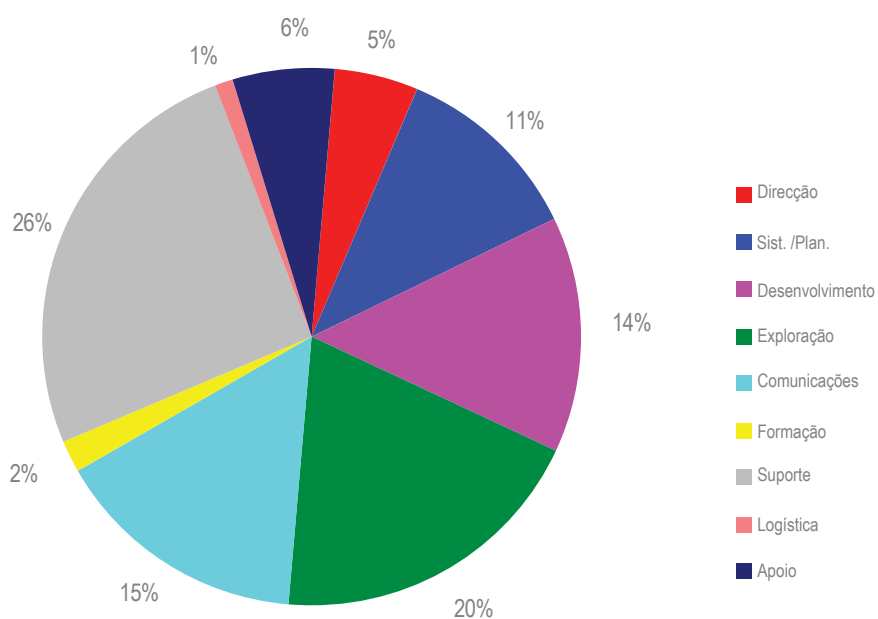
Áreas comuns	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM	IESM
1. Gestão de recursos financeiros	100	100	100	100	50	100	100
1.1. Contabilidade	100	100	100	100	100	100	100
1.2. Process. e cálculo vencimentos	100	100	100	100	□	□	100
2. Gestão de recursos humanos	100	75	100	100	□	□	100
2.1. Formação de pessoal	50	75	10	100	□	□	□
3. Gestão de recursos Materiais	50	100	50	90	50	70	
3.1. Gestão de stocks	80	100	100	100	50	85	
4. Planeam. e calendarização actividades	20	79	50	80	□	65	100
5. Concepção e gestão de projectos	20	52	□	70	□	□	□
6. Apoio à decisão	30	63	30	75	□	□	100
7. Gestão documental / Cent. document.	20	76	30	80	100	35	
8. Gestão de correspondência	100	82	40	80	100	80	
9. Gestão de processos administrativos	20	69	10	55	□	□	
Produção (Actividades específicas)							
10. Recolha / Recepção de informação	□	81	□	95	50	□	50
11. Registo de informação	□	87	70	95	50	□	□
12. Organiz. informação em base de dados	□	80	80	95	50	80	60
13. Process. e tratamento da informação	□	83	70	90	50	75	60
14. Difusão da informação	□	82	95	90	50	65	100
Outras							
15. Gestão operacional		24		90			
16. Gestão da manut. aeronaves e viaturas				90			
17. Gestão de compras e vendas				100			
18. Organiz. informação em base de dados				100			
19. Fornecimento de alimentação (Rancho)				100			
20. Recrutamento				100			
21. Biblioteca				100			

□ Não aplicável

6.13.4 - Pessoal afecto exclusivamente às tecnologias de informação e comunicação (pessoal TIC)

Área	MDN (*)	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Direcção	10	3	9	18	3	43
Sistemas / Planificação	19	2	30	32	14	97
Desenvolvimento	39	2	44	15	20	120
Exploração	31	3	62	34	36	166
Comunicações	6	3	58	36	27	130
Formação	2			9	5	16
Suporte a utilizadores	18	8	76	19	95	216
Outras						
Logística	3		1	7		11
Apoio	11		31	5	4	51
TOTAL	139	21	311	175	204	850

(*) Inclui OSC/MDN, IGDN, IDN, IESM, IASFA, PJM, LC, CPHM e CNPCE.



6.13.5 - Utilização da Internet. Disponibilização de informação na Internet

Área	DGIE	DGAED	DGPDN	DGPRM	SG/ MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC
Meio de ligação à Internet (Mais utilizado)										
Computadores ou postos com ligação individual							•			
Computadores ou postos partilhando uma ligação	•	•	•	•	•	•		•	•	•
Acesso à Internet										
Número de computadores ligados à Internet	80	63	60	132	261	75	88	362	50	30
Número de trabalhadores com acesso à Internet	80	69	60	132	261	65	88	362	50	30
Correio electrónico										
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	80	69	60	132	261	70	69	227	50	30
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	80	69	60	132	261		69		50	
Actividades prosseguidas pelo organismo na utilização da Internet										
Procura e recolha de informação / documentação	•	•	•	•	•	•		•	•	•
Acesso a bases de dados		•	•	•	•	•		•	•	•
Troca electrónica de ficheiros	•	•	•	•	•	•		•	•	•
Correio electrónico	•	•	•	•	•	•		•	•	•
Aquisição de bens e serviços on-line				•						
Consulta de catálogos de aprovisionamento	•	•			•	•		•	•	
Formação de recursos humanos	•	•			•	•			•	
Comunicação interna entre os diversos departamentos		•	•	•	•	•		•	•	
Comunicação externa com outros organismos AP		•	•	•	•	•		•	•	•
Realização actividades de I&D em cooperação				•						
Interacção com outros órgãos ... (guichet único)				•				•		

• Disponível

6.13.5 - Utilização da Internet. Disponibilização de informação na Internet (Continuação)

Área	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM	IESM	CVP
Meio de ligação à Internet (Mais utilizado)								
Computadores ou postos com ligação individual							•	
Computadores ou postos partilhando uma ligação	•	•	•	•	•	•		•
Acesso à Internet								
Número de computadores ligados à Internet	498	1.676	58	2.532	24	7	212	124
Número de trabalhadores com acesso à Internet	530	9.317	6.343	4.100	24	7	465	124
Correio electrónico								
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	498	8.677	6.773	1.512	25	7	235	115
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	530	8.677	6.773	2.555	25	7	235	115
Actividades prosseguidas pelo organismo na utilização da Internet								
Procura e recolha de informação / documentação	•	•	•	•	•	•	•	•
Acesso a bases de dados		•	•	•	•		•	•
Troca electrónica de ficheiros	•	•	•	•	•	•	•	•
Correio electrónico	•	•	•	•	•	•	•	•
Aquisição de bens e serviços on-line		•			•		•	
Consulta de catálogos de aprovisionamento	•	•	•	•	•	•	•	•
Formação de recursos humanos				•	•		•	•
Comunicação interna entre os diversos departamentos	•	•	•		•			•
Comunicação externa com outros organismos AP	•		•	•	•	•	•	
Realização actividades de I&D em cooperação					•			
Interacção com outros órgãos ... (guichet único)					•			

• Disponível

6.13.6 - Presença do organismo na *Internet*

Área	DGIE	DGAED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN
Informação institucional acerca organismo	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Informação acerca serviços prestados	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Endereço electrónico para recepção ou pedidos de informação	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Disponibilizado acesso a bases de dados	□	X	□	●	●	●	X	●	X
Disponibilizados formulários preenchimento on-line	□	●	□	●	●	X	X	●	□
Informação acerca oportunidade de recrutamento	□	●	□	●	●	□	X	□	□
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital on-line	□	●	□	●	X	X	X	●	□
Venda de serviços ou produtos em formato digital on-line	□	□	□	□	□	X	X	□	□
Disponibilizados formulários para download	□	●	□	●	●	□	X	●	□
Recebimentos on-line	□	□	□	□	□	□	X	X	□
Fornecimento de serviços on-line recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	□	□	□	□	□	●	X	□	□

Área	LC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM	IESM	CVP
Informação institucional acerca organismo	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Informação acerca serviços prestados	●	□	●	●	●	●	X	●	●
Endereço electrónico para recepção ou pedidos de informação	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Disponibilizado acesso a bases de dados	●	□	X	X	●	□	□	□	□
Disponibilizados formulários preenchimento on-line	X	□	●	●	●	□	□	□	●
Informação acerca oportunidade de recrutamento	X	□	●	●	●	□	□	□	□
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital on-line	□	□	●	●	●	●	X	□	●
Venda de serviços ou produtos em formato digital on-line	□	□	X	□	□	□	X	□	□
Disponibilizados formulários para download	●	□	●	●	●	□	X	□	□
Recebimentos on-line	X	□	X	□	□	□	□	□	□
Fornecimento de serviços on-line recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	X	□	●	X	□	□	□	□	□

● Disponível

X Não disponível

□ Não aplicável

6.13.7 - Orientação do organismo relativamente à distribuição do acesso à Internet e correio electrónico

Área	DGIE		DGAED		DGPDN		DGPRM		SG/MDN		IDN		PJM		IASFA		IGDN	
	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Inter-net	Cor-reio	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio
Para a estrutura superior															•	•		
Para o secretariado da estrutura superior															•	•		
Para o comando/direcção/chefia nív. inter.															•	•		
Para os quadros técnicos															•			
Para outros sectores em que a activ. justif.															•	•		
Utilização generalizada	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•

Área	LC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		CNPCE		CPHM		IESM		CVP	
	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio
Para a estrutura superior					•	•	•		•	•							•	•
Para o secretariado da estrutura superior					•	•	•		•	•							•	•
Para o comando/direcção/chefia nív. inter.					•	•	•		•	•							•	•
Para os quadros técnicos					•	•	•		•	•							•	•
Para outros sectores em que a activ. justif.					•	•	•		•	•							•	•
Utilização generalizada	•		•	•					•		•	•	•	•	•	•	•	

• Disponível

PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

NOTA EXPLICATIVA

O Prémio Defesa Nacional e Ambiente, criado em 1993, por despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente e Ordenamento do Território, tem como objectivo incentivar as boas práticas ambientais nas Forças

Armadas portuguesas, vincando, assim, as suas preocupações pela preservação dos recursos naturais do nosso país.

O Regulamento do prémio actualmente em vigor foi aprovado pelo Despacho Conjunto n.º 1024/2000, dos Ministérios da Defesa Nacional e do Ambiente e Ordenamento do Território, publicado no Diário da República – II série, n.º 242, de 19 de Outubro.

6.14 – PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

6.14.1 - Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
Marinha	1				1	2
Exército	3		3		1	7
Força Aérea	2		1	1	2	6
TOTAL	6	-	4	1	4	15

6.14.2 - Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA	2004	2005	2006	2007	2008
Marinha	Instituto Hidrográfico – Reabilitação das Instalações da Azinheira.	Não foi atribuído o “Prémio de Defesa Nacional e Ambiente” por não terem sido apresentadas candidaturas no decorrer do ano de 2005.	“NRP Sagres” – Um Compromisso Natural com o Ambiente.		
Exército					
Força Aérea	Campo de Tiro de Alcochete – Actividades desenvolvidas no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental.		Direcção de Infra-Estruturas da FAP – Sistema de Gestão das Estações de Tratamento de Águas Residuais da Força Aérea.	Base Aérea nº 4 - Lajes – Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental - Uma perspectiva de engenharia, uma visão ambiental inovadora.	



Armamento e Equipamentos de Defesa



Nota Explicativa

O capítulo 7, da responsabilidade da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED), inclui dados estatísticos referentes a:

- Exportações e Importações de Material, Equipamentos e Tecnologias de Defesa;
- Equipamentos de Defesa e Lei de Programação Militar (LPM);
- Logística;
- Investigação e Desenvolvimento (I&D) na área da Defesa;
- Indústrias e Empresas Nacionais com Actividades no Âmbito do Sector da Defesa;
- Qualidade, Normalização e Catalogação dos Bens Militares.

Os valores apurados respeitantes a 2008 e indicados nos quadros seguintes, resultaram de contributos do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas, dos OSC/MDN, do IASFA e da consulta efectuada às indústrias nacionais de armamento e afins, sendo os restantes elementos provenientes das actividades normais da DGAED.

CONCEITOS

Carro de combate

Viatura de combate blindada e de auto-propulsão, com forte poder de fogo, munida fundamentalmente com uma peça principal de alta velocidade inicial, capaz de fazer tiro directo para alvos blindados e outros, com elevada mobilidade em todo o terreno, com um elevado nível de auto-protecção e que não está vocacionada nem equipada para transporte de tropas de combate.

Avião de combate

Avião de asa fixa ou asa de geometria variável, armado e equipado para defrontar alvos, utilizando mísseis guiados, foguetes não-guiados, bombas, metralhadoras, canhões ou outras armas de destruição, assim como qual-

quer modelo ou versão de avião que desempenhe outras funções militares, tais como avião de transporte não armado, reconhecimento ou guerra electrónica.

Helicóptero de combate

Aparelho de asa rotativa, armado e equipado para defrontar alvos ou equipado para desempenhar outras funções militares.

Fragata

Navio de 1.500 a 3.500 toneladas de deslocamento e comprimento entre 75 e 150 metros, com armamento anti-superfície, antiaéreo e anti-submarino e cuja missão principal é a escolta e a luta anti-submarina.

Corveta

Navio de menor deslocamento que as fragatas, comprimento entre 60 e 100 metros, com armamento semelhante mas de menor calibre, que desempenha o mesmo tipo de missões embora com menores capacidades oceânicas.

Patrulha

Navio de pequeno a médio deslocamento (200 a 400 toneladas) e comprimento inferior a 45 metros, destinado a operar junto a zonas costeiras em missões de vigilância, patrulha e defesa.

Lancha de desembarque

Grande

Navio de 120 a 500 toneladas de deslocamento e comprimento entre os 25 e os 55 metros, capaz de transportar e desembarcar 2 a 3 carros de combate ou 300 a 450 combatentes.

Média

Navio com comprimento entre os 15 e os 25 metros, capaz de transportar e desembarcar 1 carro de combate ou 50 a 200 combatentes.

Pequena

Navio com comprimento entre os 7,5 e os 30 metros, destinado exclusivamente ao transporte e desembarque de pessoal.

Lancha de fiscalização

Navio de pequeno deslocamento (inferior a 150 toneladas) e com comprimento inferior a 30 metros, com fraco armamento e destinado à fiscalização das águas ribeirinhas e interiores.

Navio

Hidrográfico

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos hidrográficos ou oceanográficos.

Balizador

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos relacionados com a manutenção e conservação dos meios de assinalamento marítimo.

Escola

Navio especificamente construído ou equipado para fins de instrução.

Reabastecedor

Navio com deslocamento entre 5.000 e 10.000 toneladas e com comprimento entre 40 e 140 metros, destinado a prover o reabastecimento no mar de outros navios, quer em combustíveis quer em outros produtos, tais como alimentos, sobressalentes, etc..

Submarino

Navio de guerra cuja especificidade reside na capacidade de efectuar operações navais em imersão.

Unidade auxiliar de Marinha

Navio e embarcação que pelas suas características ou natureza do serviço a que se destinam não deva ser considerada como unidade naval.

7.1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE BENS E TECNOLOGIAS MILITARES

Os dados insertos nos quadros 7.1.1 e 7.1.2 foram obtidos a partir das exportações efectuadas pelas indústrias de Defesa nacionais e outras empresas legalmente autorizadas. Os elementos indicados referem-se a bens e tecnologias de uso exclusivamente militar que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 436/91, de 8 de Novembro, são licenciados pelo MDN (DGAED).

Os dados relativos ao quadro 7.1.3 foram obtidos a partir das importações efectuadas pelas empresas comerciais autorizadas, indústrias nacionais e Forças Armadas e Forças de Segurança, sendo apurados com base no Decreto-Lei n.º 436/91 e Portaria n.º 439/94, de 29 de Junho, que define os bens cujas operações de importação/exportação carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED.

O quadro 7.1.6 indica-nos a relação das empresas inscritas na DGAED que, nos termos do Decreto-Lei n.º 397/98, de 17 de Dezembro, estão autorizadas a exercer a actividade de comércio de bens e tecnologias militares previstos na Portaria n.º 439/94, de 29 de Junho, incluindo a sua importação e exportação.

7.1.1 - Exportações de bens e tecnologias militares – Valores globais

(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

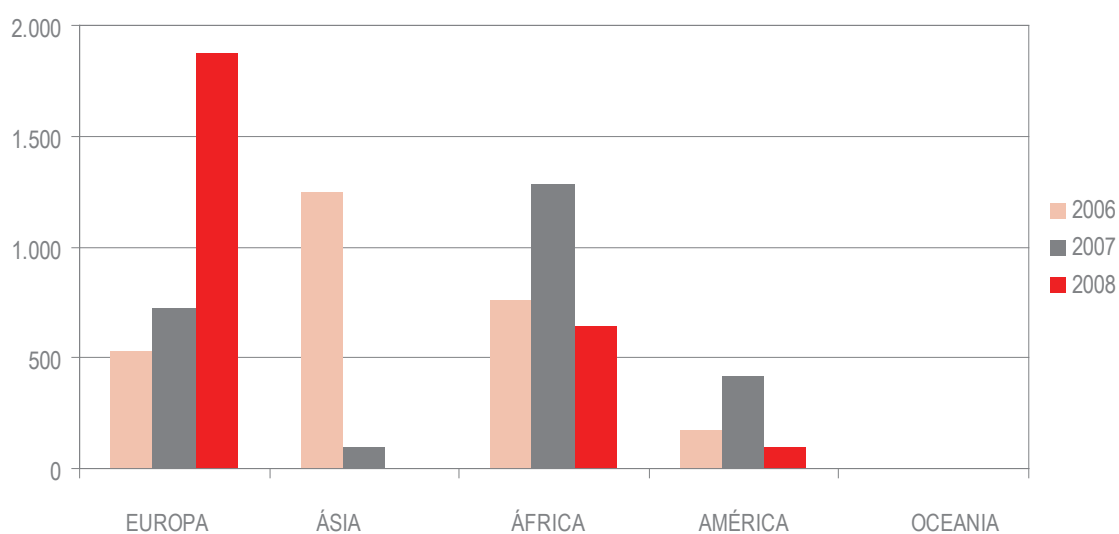
Ano	Valor (milhares de euros)
2008	2.617,6
2007	2.527,0
2006	2.712,4

7.1.2 - Exportações de bens e tecnologias militares – Valores globais por áreas do globo

(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Continente	2006		2007		2008	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	530,7	19,6	727,9	28,8	1.875,2	71,6
ÁSIA	1.248,7	46,0	98,2	3,9		
ÁFRICA	760,2	28,0	1.281,1	50,7	641,7	24,5
AMÉRICA	172,8	6,4	419,8	16,6	100,7	3,9
OCEANIA						
TOTAL	2.712,4	100,0	2.527,0	100,0	2.617,6	100,0

Exportações



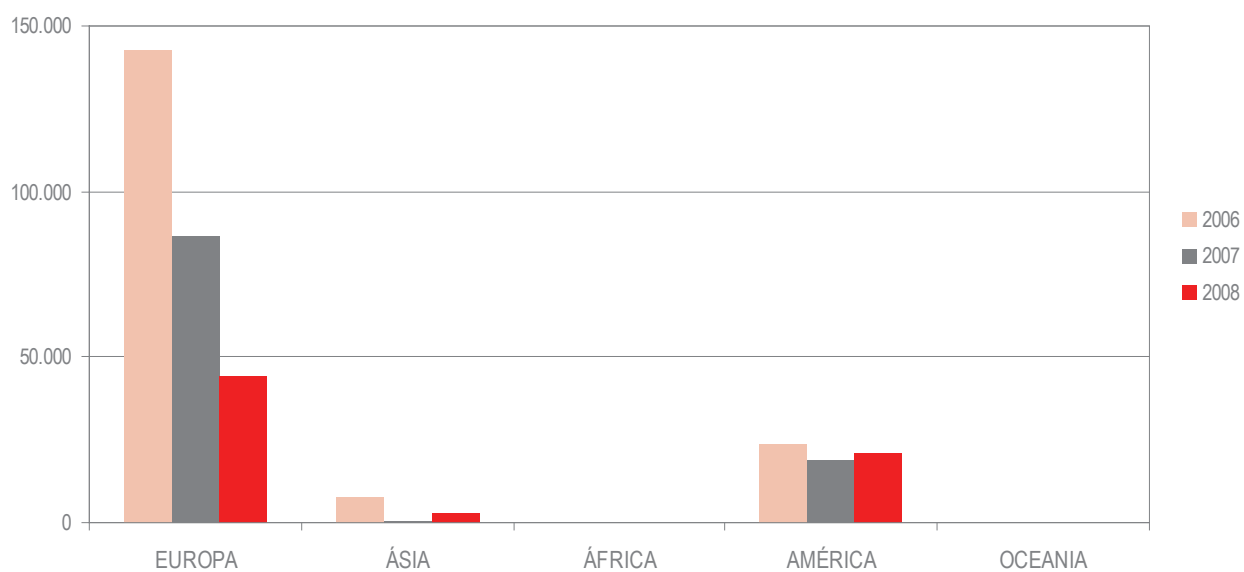
7.1.3 - Importações de bens e tecnologias militares – Valores globais por áreas do globo

(Apenas as importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Ano: 2008

Continente	2006		2007		2008	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	142.866,5	82,1	86.565,8	81,8	44.049,0	65,1
ÁSIA	7.553,5	4,3	542,1	0,5	2.671,0	4,0
ÁFRICA						
AMÉRICA	23.699,3	13,6	18.721,5	17,7	20.919,0	30,9
OCEANIA						
TOTAL	174.119,3	100,0	105.829,4	100,0	67.640,0	100,0

Importações



7.1.4 - Comparação entre os valores das importações e exportações de bens e tecnologias militares

– Por áreas do globo

(Apenas as exportações e importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Ano: 2008

Continente	Importação		Exportação		Saldo (Exp. - Imp.)
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)
EUROPA	44.049,0	65,1	1.875,2	71,6	-42.173,8
ÁSIA	2.671,0	4,0			-2.671,0
ÁFRICA			641,7	24,5	641,7
AMÉRICA	20.919,0	30,9	100,7	3,9	-20.818,3
OCEANIA					
TOTAL	67.640,0	100,0	2.617,6	100,0	-65.022,4

7.1.5 - Comparação entre os valores das importações e exportações de bens e tecnologias militares

– Por países agregados em organizações internacionais a que Portugal pertence

Ano: 2008

Organização	Importação (milhares de euros)	Exportação (milhares de euros)	Saldo Exportação-Importação (milhares de euros)	Exp/Import * 100 (%)
NATO	64.895,74	1.976,06	-62.919,68	3,04
UEO	44.028,63	1.875,2	-42.153,43	4,26
UE	44.027,24	1.875,2	-42.152,04	4,26

7.1.6 - Empresas autorizadas a exercer legalmente a actividade de comércio de bens e tecnologias militares (*)

(euros)

Empresa	Sede	Objecto da actividade	Capital social
Advanced Resources, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	250.000
A. H. M. Electrónica e Serviços, Soc Unip, Lda.	Vialonga	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
A. Montez, S.A.	Lisboa	Armas, Geral	450.000
Antero Lopes, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	160.000
Apcol, Lda.	Prior Velho	Geral - Bens e tecnologias militares	9.976
A. Silva Leal, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	1.995
A.V.P.- Aéreo Voo de Portugal, Lda.	S. João do Estoril	Comércio e Indústria de armamento	5.000
Aviquipo de Portugal, Lda.	Oeiras	Geral - Bens e tecnologias militares	100.050
Browning Viana	Viana do Castelo	Fabrico e comércio de armas	3.250.000
Cacicambra, Lda.	Sta.Maria Feira	Comércio de armamento	399.038
Capli Anglo-Portuguesa, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Cartil, Telecomunicações e Electrónica, Lda.	Amadora	Electrónica/Telecomunicações - Reparação e assistência	500.000
CPMB, S.A.	Lisboa	Munições, explosivos, pólvoras. Geral - Bens e tecnologias militares	149.639
Crocker Delaforce, S.A.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	473.858
DEFAERLOC, S.A.	Lisboa	Comércio e locação de aeronaves militares e prestação de serviços	127.000.000
Defmat, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	21.000
E. Dias Serras, Lda.	Lisboa	Electrónica, produtos náuticos. Geral - Bens e tecnologias militares	280.000
Eastécnica III, S.G.P.S.	Porto Salvo	Telecomunicações, multimédia, audiovisuais - Instalação/manutenção	747.000
Edisoft, S.A.	Lisboa	Informática, prestação de serviços de consultadoria, assistência	500.000
E.C.V., S.A.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	1.750.000
EID, S.A.	Caparica	Electrónica - Bens e tecnologias militares	11.000.000
Empoedef - Tecnologias de Informação, S.A.	Caparica	Electrónica - Bens e tecnologias militares	100.000
Espaçomar, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Espingardaria Belga, Lda.	Lisboa	Comércio de armamento	124 695
Fabrequipa, Lda.	Barreiro	Viaturas militares, componentes, peças.	X
Fralibra, Lda.	Amadora	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Head Solutions	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	6 000
Honos, Lda.	Algés	Material aeronáutico e armamento	100.000
IDD, S.A.	Alcochete	Geral - Bens e tecnologias militares	50.000
IEMA, Lda.	Lisboa	Aeronáutica, material de detecção física e química	5.009
Induma, Lda.	Lisboa	Comércio de armamento	48.880
Iveco, Lda.	Castanheira do Ribatejo	Viaturas militares, componentes, peças	15.961.533
J. Nicolau, Lda.	Alfragide	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Lasi Electrónica, Lda.	Barcarena	Electrónica, Geral - Bens e tecnologias militares	24.940
LISSA, Lda.	Amadora	Transitário de mercadorias - Bens e tecnologias militares	50.000
Lostical, S.A.	Oeiras	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Lousafil, S.A.	Lousada	Vestuário exterior e acessórios - Bens e tecnologias militares	1.500.000
LUSIS, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	500.000
Lusodef Advanced Solutions, Lda.	Amadora	Geral - Bens e tecnologias militares	6.000
Mardef, Repres. e Comércio,Lda.	Algueirão	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Melco, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	50.000
Micotec, Lda.	Lisboa	Electrónica, aparelhos eléctricos - Manutenção de armamento	4.988
Milícia - Artigos de Desporto e Lazer, Lda.	Porto	Geral - Bens e tecnologias militares	120.000
Milíciapro - Artigos de Segurança, Lda.	Porto	Geral - Bens e tecnologias militares	50.000

7.1.6 - Empresas autorizadas a exercer legalmente a actividade de comércio de bens e tecnologias militares (*)

(Continuação)

(euros)

Empresa	Sede	Objecto da actividade	Capital social
Montagrex - Optagrex, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	9.976
Navaltrading, Lda.	Seixal	Equipamentos e produtos para indústria naval	4.988
Naveparts, Lda.	Corroios	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Observit – Tec de Visão por Computador, Lda.	Lisboa	Soluções Tecn, inform, proces de imagem e visão por comp, Bens e tecn Mil	50.000
OGMA, S.A.	Alverca	Aeronáutica, Geral - Bens e tecnologias militares	35.000.000
Omnitécnica, S.A.	Amadora	Electrónica - Materiais e equipamentos - Prestação de serviços	750.000
Ortsac, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	24.940
Para-Equipa – Pára-Quedas e E. M., Lda.	Lisboa	Geral – Bens e tecnologias militares	7.500
Paragrup, Lda.	Lisboa	Pára-quedas, componentes de material de guerra, equip. diversos	7.482
Pinhol, Gomes & Gomes, Lda.	Carnaxide	Geral - Bens e tecnologias militares	4.040.263
Pinto Basto	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	124.700
– Electrónica e Máquinas, Lda.	Lisboa	Máquinas, Geral - Bens e tecnologias militares	374.098
PoAviation, Lda.	Alverca do Ribatejo	Manutenção de aeronaves e componentes	25.000
Quadri, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	124.700
Qualifire, Lda	Póvoa da Galega	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Radio Holland Portugal, S.A.	Lisboa	Material de telecomunicações - Bens e tecnologias militares	400.000
Rangel Internacional Aérea e Marítima, S.A.	Maia	Geral - Bens e tecnologias militares	500.000
Rode & Schwarz Portugal, Lda.	Oeiras	Geral - Bens e tecnologias militares	500.000
Scope, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	119.712
SDT Electrónica, S.A.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	299.279
S.E.M.I.R.N., Lda.	Seixal	Geral - Bens e tecnologias militares	74.820
Setronix, Lda.	Carcavelos	Geral - Bens e tecnologias militares	100.000
Sicom – Sistemas de Comunicação, Lda.	Alcabideche	Geral – Bens e tecnologias militares	20.000
Sipamar- Soc Imp de Peças e Acess Marít, Lda	Algés	Geral - Bens e tecnologias Militares	5.000
Socimarpe, Lda.	Algés	Material electrónico	25.000
Sodarca, Lda.	Lisboa	Armas, cartuchos. Geral - Bens e tecnologias militares	404.026
Studia I, Lda.	Oeiras	Geral - Bens e tecnologias militares	29.928
The Engineering Company of Portugal, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	250.000
Transfral Trading – Comércio Internacional, S.A.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	50.000

(*) Nos termos do Decreto-Lei nº 397/98, de 17 de Dezembro.

7.2 – EQUIPAMENTOS DE DEFESA E LPM

7.2.1 - Missões e meios disponíveis – Marinha

Ano: 2008

Meios		Missões													Total
		Defesa naval e aeronaval		Defesa directa do território	Re-forço NATO	Missões de interesse público					Apoio pessoal		Apoio material	Instrução e treino	
						Levantamento hidrográfico	Auto-ridade marítima	Segurança marítima	Vigilância e fiscalização da ZEE	Busca e salvamento	Transporte	Acção cultural	Transporte		
N A V I O S	FRAGATAS “VASCO DA GAMA”	3		(b)	(a)									(b)	3
	FRAGATAS “JOÃO BELO”						(b)	(b)	(b)	(b)				(b)	-
	CORVETAS “BATISTA DE ANDRADE”			(b)			(b)	(b)	3	(b)				(b)	3
	CORVETAS “JOÃO COUTINHO”			(b)			(b)	(b)	4	(b)				(b)	4
	SUBMARINOS “ALBACORA”	1		(b)										(b)	1
	NAVIO-TANQUE REABASTECEDOR “BÉRRIO”		1		(a)										1
	PATRULHAS “CACINE”								4						4
	LANCHAS FISCALIZAÇÃO								12						12
	LANCHAS DESEMBARQUE GRANDES			1											1
	NAVIOS HIDROGRÁFICOS					4									4
	NAVIOS BALIZADORES							1							1
	NAVIOS-ESCOLA													3	3
	TOTAL NAVIOS	4	1	(b) 1		4	(b)	(b) 1	(b) 23	(b)				(b) 3	37
	UNIDADES AUXILIARES DE MARINHA			3		3	27	2	(c)	20	5	2	2	7	71
H E L I C O P T E R O S	LYNX	5												5	
	MÍSSEIS			5										5	
	MILAN			11										11	
MORTEIROS PESADOS			36											36	

(a) A Marinha tem permanentemente disponíveis para atribuir à NATO, em diferentes graus de prontidão, 3 fragatas e 1 reabastecedor;

(b) Missões que são cumpridas em simultaneidade com a missão principal indicada;

(c) A Vigilância e Fiscalização são missões cumpridas pela UAM em simultaneidade com a missão Autoridade Marítima.

7.2.2 - Missões e meios disponíveis – Exército

Ano: 2008

Armamento/Equipamento		OCAD		FOPE						TOTAL	Obs.
				Grandes unidades			ZMA	ZMM	FAPG		
		CLog	CID	Brig Mec	Brig RR	Brig Int					
Carros de Combate	M60A3	2	3	67						72	Não inclui 8 CC instrução
	Leopard			18						18	
Viaturas Blindadas de Lagartas	M113A1 e A2	2	7	222						231	Incluindo versão PS
	M113A2 TOW			18						18	
	M577A2			46		1				47	
	M125A1 e A2 c/ Mort 81 mm		1	20						21	
	M106A1 e A2 c/ Mort 107 mm		2	18						20	
	M901A1 ITV			4						4	
	M578	2		18						20	Auto-Blindado Socorro Ligeiro
	M74	2	1	1						4	Auto-Blindado Socorro Médio
	M548 e A1			24						24	
	M728 VC Engenharia		1	1						2	
	M88A1 e A2		1	8						9	
Viaturas Blindadas de Rodas	Chaimite V-200	13	2			32				47	Não inclui 10 do Lote Inst/FND/SFOR
	Commando V-150	1	1			13				15	
	Panhard M-11	5				4				9	
	Pandur	33	3			11				47	
Obuses	105 mm M101A1 e A1L	32	9	4						45	1 no CTA
	105 mm Oto Melara	4	9							13	
	105 mm Light Gun		3			17				20	
	155 mm Reb M114	3	14	6						23	
	155 mm AP M109A2			6						6	
	155 mm AP M109A5			18						18	
Sistemas de Mísseis AC	MILAN	18	6		28	10				62	Não inclui os ITV mas inclui os dos M113
	M220A1 TOW	2	3							5	
Sistemas de Mísseis AA	Stinger	14								14	
	Chaparral M90			4		1				5	
	Chaparral M98	1		8		12				21	
Material AA	Met Bitubo AA 20 mm	1				4	12	12		29	Não inclui 3 simuladores
	Peça AA 40 mm	38			1					39	Não inclui 4 da DHCM
Morteiros	60 mm + Morteiretes	171	2		45	47				265	Não inclui 2 da PSP
	81 mm	115	10	14	1	36	3			179	
	81 mm L16A2	5	3		20					28	
	107 mm M24 e A1	22	7	20						49	
	120 mm B e St	57	6		1	13	7	16		100	
Pontes	VBLP			4						4	Não inclui 1 da DHCM
	Apoios fixos		8							8	
	Apoios flutuantes		1							1	
Outro Armamento/Equipamento	LGA 40mm SB-M1		1		6					7	
	DISP. LG HK 79 40 mm	44	34	61	27	9	10	7	3	195	
	Can SR 106mm M40A1 e A2	91	5			9	5	6		116	
	Can SR 84mm Carl Gustaf	16	4		135					155	
	Can SR 90 mm M67	41	1			16	4	4		66	

7.2.3 - Missões e meios disponíveis – Força Aérea

Ano: 2008

Meios		Missões																	
		Defesa aérea		Ataque convencional			Reconhecimento aéreo táctico	Apoio ao combate	Vigilância	Patrulhamento marítimo	Interesse público				Transporte aéreo			Instrução e treino	TOTAL
		Patrulhamento e interceptação	Escolta aérea	Interdição aérea	TASMO	Apoio aéreo					Policiamento aéreo	Busca e salvamento	Vigilância marítima	Evacuação sanitária	Intra teatro	Inter teatros	VIP		
AVIÕES	F-16	25																	25
	P3-P								2										2
	P3-C								4										4
	C212											4		9					13
	FALCON 50															3			3
	C130														5				5
	AJET																15		15
	EPSIL																	16	16
	Ligeiros																	10	10
	Ligeiros																	10	10
HELIS	SA330											4							4
	EH101											10	2						12
	AL III														13				13

7.2.4 - Lei de Programação Militar (LPM)

Principais programas de reequipamento das Forças Armadas

A LPM tem por objecto a programação do investimento público das Forças Armadas relativo a forças, equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento e infra-estruturas com impacto directo na modernização e

na operacionalização do Sistema de Forças Nacionais, concretizado através das medidas e capacidades fixadas em planos plurianuais.

Os principais procedimentos executados em 2008, tendo em vista a realização de programas de aquisição, foram os seguintes:

Processos de aquisição com contratos assinados em 2008

Contrato de Fornecimento de Carros de Combate Leopard 2A6

Contrato de Fornecimento de Munições, Mísseis e Torpedos para as Fragatas da Classe M

Contrato de Fornecimento de Targeting Pods destinados às Aeronaves F-16

Processos concluídos em 2008

Aquisição Equipamento de Consola SIFICAP EH101

Aquisição Bancada Teste de Guerra Electrónica EH101

Projectos de aquisição com processos iniciados em 2008 sem contratos assinados neste ano

Continuação do Concurso com Selecção de Propostas para Negociação relativo ao Fornecimento de Armas Ligeiras para as Forças Armadas

7.3 – LOGÍSTICA

No intuito de disponibilizar uma informação mais alargada e melhorada, são englobados os quadros com dados da área da Logística que foram fornecidos pelo EMGFA, Ramos das Forças Armadas, OSC/MDN e IASFA.

Os elementos estatísticos do quadro 7.3.2 referem-se exclusivamente à aquisição de equipamento hospitalar, meios de diagnóstico e curativos e à manutenção do equipamento hospitalar.

A assistência na doença e outras participações aos militares das Forças Armadas são incluídas no Capítulo 5.

CONCEITOS

Escalões de manutenção

1º Escalão

Manutenção preventiva e correctiva executada pela unidade (utilizador).

2º Escalão

Manutenção preventiva e correctiva executada pela unidade, com o apoio de equipamento oficial e de meios humanos especializados.

3º Escalão

Manutenção correctiva por avaria de um ou mais dos conjuntos ou subconjuntos de um sistema. A execução desta categoria de manutenção é feita em instalações oficiais (Oficinas Gerais ou Arsenal) ou ainda por recurso ao mercado civil.

4º Escalão

Manutenção que compreende a reparação geral de artigos principais e a recuperação de grandes conjuntos. Os artigos principais e os conjuntos que beneficiam desta categoria de manutenção, após recuperados, são normalmente destinados a alimentar o canal de reabastecimento.

7.3.1 - Despesas com manutenção de meios e sistemas operacionais

(euros)

Ano	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2008	60.586	53.182.354	2.402.359	25.004.869	80.650.168
2007	158.600	61.122.551	1.276.701	43.165.189	105.723.041
2006	142.699	44.025.190	1.203.423	30.812.103	76.183.415
2005	151.270	38.110.366	1.113.173	25.516.542	64.891.351

7.3.2 - Despesas com equipamentos e material de saúde

(euros)

	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Aquisição de:				
- Equipamento hospitalar	550.883	1.004.324	156.474	1.711.681
- Meios auxiliares de diagnóstico	285.664	908.098	1.094.078	2.287.840
- Meios curativos	3.259.394	8.926.393	2.562.454	14.748.241
Manutenção de equipamento hospitalar	319.809	544.107	354.911	1.218.827
TOTAL	4.415.750	11.382.922	4.167.917	19.966.589

7.3.3 - Despesas com transportes – Aquisição de veículos

(euros)

Equipamento	OSC/MDN		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Transporte de pessoal					202.744	2	300.000		545.070				2	1.047.814
Transporte geral									134.242					134.242
Todo-o-terreno									1.207.045					1.207.045
Serviços especiais							1	58.191			23	13.219.027	24	13.277.218
Motociclos, ciclomotores e velocípedes							8	111.190					8	111.190
TOTAL	-	-	-	-	-	202.744	11	460.381	-	1.886.357	23	13.219.027	34	15.777.509

7.3.4 - Despesas com transportes – Funcionamento

(euros)

Equipamento	OSC/MDN	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Manutenção	72.583	20.063	108.968	331.631	6.191.700	1.645.087	8.370.032
Combustíveis e lubrificantes	83.134	145.980	244.842(b)	9.482	3.229.366	3.306.772	6.774.734
Aquisição de serviços	669.493	16.924	460.586(b)	53.455	4.226.961	2.218.064	7.184.897
TOTAL	825.210	182.967	814.396	394.568	13.648.027	7.169.923	23.035.091

(1) Aluguer de viaturas de transporte de pessoal e material;

(2) Não inclui Forças Nacionais Destacadas.

7.4 – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O MDN, tendo como instrumento financeiro a Lei de Programação Militar, promove, dinamiza e coordena, através da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) de Defesa, mediante participação em programas e projectos cooperativos internacionais de I&D no quadro das alianças militares em que Portugal participa, assim como em projectos de âmbito nacional de tecnologias de Defesa.

Entende-se por I&D de Defesa, o conjunto de iniciativas e actividades de índole científica e/ou tecnológica ligadas à geração e aplicação de competências, conhecimentos e saber em áreas e domínios que directa ou indirectamente concorrem para a satisfação de lacunas ou objectivos de capacidades de Defesa, para o reforço da base tecnológica e industrial de Defesa (nacional e europeia) e ainda para o apoio e informação ao processo de tomada de decisão em matéria de opção e aquisição de novos equipamentos e sistemas de armas.

7.4.1 - Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas – Marinha

(euros)

Programa/Projecto	Entidade responsável	Área tecnológica	Fontes de financiamento				TOTAL
			ODN-M	PIDDAC	LPM	Outras fontes	
Projecto MECPAB	Escola Naval	Engenharia de Manutenção, Estatística, Inteligência Artificial	22.120				22.120
Projecto UAV	Escola Naval	Engenharia Electrotécnica e Informática	32.880				32.880
Programa de Modernização e Automatização das Radionavais – Novos serviços na banda de HF	DITIC-CE	Tecnologia de Informação e Comunicação			26.454		26.454
Automatização dos levantamentos hidrográficos	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	30.027	32.062			62.089
Estudo da dinâmica das costas de Portugal	IH	Ciências da Terra e do Espaço	112.514	31.981			144.495
Sistema de informação e dados técnico-científicos	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	113.255	21.200			134.455
Marés - Rede maregráfica nacional	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	207.812	34.481			242.293
Automatização dos sistemas de cartografia náutica	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	173.099	30.562			203.661
Vigilância da qualidade do meio marinho	IH	Ciências da Terra e do Espaço	120.847	33.795			154.642
Circulação na Plataforma Continental	IH	Ciências da Terra e do Espaço	24.024	31.981			56.005
Cartas sedimentológicas da Plataforma Continental	IH	Ciências da Terra e do Espaço	43.225	42.175			85.400

7.4.1 - Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas – Marinha

(Continuação)

(euros)

Programa/Projecto	Entidade responsável	Área tecnológica	Fontes de financiamento				TOTAL
			ODN-M	PIDDAC	LPM	Outras fontes	
Estudo das tecnologias das ajudas e segurança da navegação – Implementação e desenvolvimento da Carta Electrónica	IH	Ciências da Terra e do Espaço	85.913	35.670			121.583
Estudo das tecnologias das ajudas e segurança da navegação - Métodos de navegação	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	2.267	44.112			46.379
Modelos Oceanográficos	IH	Ciências da Terra e do Espaço	34.273	31.981			66.254
Modernização dos navios hidrográficos	IH	Ciência e Engenharia dos Materiais	21.154			1.755.884	1.777.038
Cooperação com universidades e outros organismos	IH	Ciências da Terra e do Espaço	22.918			-	22.918
Inovação e desenvolvimento de técnicas de análise	IH	Química	35.604			-	35.604
Geologia Marinha	IH	Ciências da Terra e do Espaço	76.581			-	76.581
Dinâmica sedimentar (projectos POCUS, ECOIS, DEEPCO e POPEI)	IH	Ciências da Terra e do Espaço	107.718			2.035	109.753
HERMES	IH	Ciências da Terra e do Espaço	79.556			19.015	98.571
NICC	IH	Ciências da Terra e do Espaço	18.889			-	18.889
UAB/RADAR	IH	Ciências da Terra e do Espaço	7.152			-	7.152
LEVEDURAS	IH	Ciências da Terra e do Espaço	2.454			7.911	10.365
SPOTIWAVE	IH	Ciências da Terra e do Espaço	515			-	515
DYNCOASTAL	IH	Ciências da Terra e do Espaço	143			-	143
SEDATANET	IH	Ciências da Terra e do Espaço	9.416			12.884	22.300
AQUASIG	IH	Ciências da Terra e do Espaço	16.342			-	16.342
MONICAN	IH	Ciências da Terra e do Espaço	17.506			73.892	91.398
SIMOC	IH	Ciências da Terra e do Espaço	15.745			-	15.745
TOTAL	-	-	1.433.949	370.000	26.454	1.871.621	3.702.024

Fonte: MARINHA

7.4.2 - Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas – Exército

(euros)

Programa/Projecto	Entidade responsável	Área tecnológica	Fontes de financiamento			TOTAL
			PIDDAC	MDN (I&D)	OMDN-EX	
A politica militar portuguesa do séc. XX e XXI	AM	Instrução			14.910	14.910
TRESIM – Sistema de simulação de reconhecimento terrestre	IGeoE	Cartografia			52.844	52.844
CARTMIL	IGeoE	Cartografia	85.000			85.000
Laboratório de bromatologia e defesa biológica	DS/DMT/CMD LOG	Defesa NBQR	400.000			400.000
Estudo do ambiente microbiológico nas salas de cirurgia do HMP para prevenção de infecções cruzadas (4.ª Fase)	HMB	Serviço de Saúde		98.199		98.199
Dicionário de termos militares do Exército – DicMil	AM	Instrução			5.775	5.775
Ensaio de balística por impulsão electromagnética – Magnetic Gun	AM	Instrução			26.470	26.470
TOTAL	-	-	485.000	98.199	99.999	683.198

Fonte: EXÉRCITO

7.4.3 - Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas – Força Aérea

(euros)

Programas	Entidade	Área tecnológica	Fontes de financiamento				TOTAL
			PIDDAC	MDN (PIP)	MDN (I&D)	LPM	
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: FORÇA AÉREA

7.4.4 - Investigação e desenvolvimento com financiamento LPM e respectivas áreas tecnológicas –
Âmbito nacional e internacional - Sob coordenação da DGAED

(euros)

Programa/Projecto	Entidades envolvidas	Área tecnológica	Montantes 2008
Projectos cooperativos internacionais - EDA e Outros Mecanismos de Cooperação Europeia			
- <i>Networked WASIF (Weapon System Simulation in Flight)</i>	INETI, ETI	Simulação	100.000
- <i>Synthesis of Nitrocompounds for Use in Energetic Materials</i>	LEDAP	Materiais Energéticos	68.598
- <i>Assessment of Technology Needs for UCAVs</i>	EDISOFT, IST, INETI	UAVs e Robótica	42.000
- <i>JIP-FP Joint Investment Programme on Force Protection</i>	SKYSOFT	Force Protection	200.000
Subtotal Cooperação europeia			410.598
Total INTERNACIONAL			410.598
Projectos de âmbito nacional (Ramos, Institutos e Universidades)			
- Estudo do ambiente microbiológico nas salas de cirurgia do HMP para prevenção de infeções cruzadas	Exército (LM)	Saúde militar	50.000
- Sistema Autónomo de Desminagem	IntRoSys (Exército)	Robótica	125.000
- Sistema de Treino, Demonstração e Desenvolvimento de Conceitos de Operação com Múltiplos Veículos Submarinos Autónomos.	Marinha / FEUP	UAVs e Robótica	125.180
- Soldier PortaPower Pack	Exército / SRE	Fontes de Energia	93.240
- Projecto de investigação e tecnologia em Veículos Aéreos Não-Tripulados	FAP / FEUP	UAVs e Robótica	227.080
Total NACIONAL			620.500
TOTAL			1.031.098

Fonte: DGAED

7.5 – INDÚSTRIAS DE DEFESA

Nos quadros seguintes apresentam-se de forma sucinta elementos estatísticos relativos às empresas portuguesas com actividades no âmbito da Defesa, incluindo os Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA), respeitantes a 2007 e 2008.

7.5.1 - Indústrias nacionais do sector das indústrias de Defesa – 2007 e 2008

(euros)

Áreas de actuação	Situação	Volume de vendas anual - Global		Volume de vendas em AETD	Despesas de I&D em AETD	Número de efectivos		Exportação			
		2007	2008	2008	2008	2007	2008	TOTAL 2007	2008		
									Países UE	Países 3 ^{os}	TOTAL
SECTOR TERRESTRE OGFE	Estatual/ EFFA	12.693.623	7.856.209	69.057		368	357	119.103		327.555	327.555
OGME	Estatual/ EFFA	2.512.060	2.660.688	2.660.688		112	88				-
IDD	Privada	626.087	2.078.473	2.053.504	64.823	19	20	13.000			-
SECTOR AEROESPACIAL OGMA	S.A. Capitais Públicos	136.945.000	141.460.248	65.127.631		1.637	1.701	119.782	84.226.700	39.405.487	123.632.187
SECTOR NAVAL Arsenal do Alfeite	Estatual/ EFFA	21.965.643	32.372.873	32.372.873		1.248	1.280				-
ENVC	S.A. Capitais Públicos	99.000.724	129.621.771	16.938.562		940	915	55.177.150	128.476.762	1.145.007	129.621.769
SECTOR ELECTRÓNICO EID	Privada	19.374.085	19.515.988	13.732.984	2.434.761	130	141	4.755.952	4.321.474	602.128	4.923.602
EDISOFT	Privada	9.096.518	8.959.090	4.339.890	792.546	115	122	3.729.572	5.742.777		5.742.777
EMPORDEF – Tecnologias de Informação	S.A. Capitais Públicos	1.149.266	1.870.903	1.755.432		18	15	161.235	1.083.462		1.083.462
LMPQF	Pública	17.741.868	18.195.722	18.195.722		105	106				-

7.5.2 - Indústrias nacionais com actividades ligadas a áreas da Defesa – 2007 e 2008

(euros)

Áreas de actuação	Situação	Volume de vendas anual - Global		Volume de vendas em AETD	Despesas de I&D em AETD	Número de efectivos		Exportação			
		2007	2008	2008	2008	2007	2008	TOTAL 2007	2008		
									Países UE	Países 3 ^{as}	TOTAL
A PENTEADORA, S. A.	Privada	21.708.336	(a)	(a)	(a)	436		19.338.007	(a)	(a)	(a)
BROWNING VIANA	Privada		(a)	(a)	(a)	(a)		355.538	(a)	(a)	(a)
CRITICAL	Privada		(a)	(a)	(a)	(a)		9.730.742	(a)	(a)	(a)
Crocker, Delaforce & C ^a	Privada	2.308.295	3.763.870	1.099.341		24	25	82.295	(a)	(a)	(a)
ESRI PORTUGAL, S.A.	Privada	7.107.183	7.453.955	640.054	674.743	93	93	324.993	121.504	269.997	391.501
INTROSYS	Privada	2.420.000	(a)	(a)	(a)	30		1.500.000	(a)	a)	(a)
INDUMA	Privada	5.257.527	4.596.006	(a)	(a)	19	23	241.579	33.043	16.298	49.341
LUSIS	Privada	6.556.944	(a)	(a)	(a)	17	15	6.539.609	(a)	(a)	(a)
Lousafil, S.A.	Privada	6.556.944	4.386.658	374.795	a)	a)	62	-	2.506.057	17.924	25.239.981
MOLFIL	Privada	711.242,14	(a)	(a)	(a)	29	(a)	35.499	(a)	(a)	(a)
MPV - Mecânica de Precisão do Vez, Lda.	Privada	3.286.622	(a)	(a)	(a)	64	(a)	3.275.553	(a)	(a)	(a)
Ply Engenharia	Privada		119.000	(a)	12.000	(a)	3		60.000	5.000	65.000
Setronix	Privada	3.403.433	4.370.588	593.641	(a)	36	41	192.772	(a)	21.670	21.670
Skysoft Portugal	Privada	5.074.343	(a)	(a)	(a)	92		3.955.365	(a)	(a)	(a)
TEandM - Tecnologia, Eng. Materiais, S.A.	Privada	1.359.000	1.115.067	(a)	a)	11	11	298.705	324.414	(a)	324.414

AETD - Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa.

(a) Informação não disponibilizada em tempo útil pela empresa

7.5.3 - Empresas autorizadas a exercer legalmente a actividade de indústrias de armamento e tecnologias de Defesa (*)

(euros)

Empresa	Sede	Objecto da actividade	Capital social	Efectivos	Volume de negócios
Aerohélice, Lda.	Alenquer	Aeronáutica, hélices, acessórios, etc., reparação, manutenção e ensaio	25.000	8	1,5 Milhões
Browning Viana, S.A.	Viana do Castelo	Fabrico, acabamento e montagem de armas ligeiras	3.250.000	374	33,3 Milhões
Critical Software	Coimbra	Tecnologias de sistemas	500.000	155	4,5 Milhões
Crocker, Delaforce e Cia., Lda.	Lisboa	Instalação, manutenção de equipamento electrónico, telecomunicações	473.858	30	2,6 Milhões
Edisoft, S.A.	Lisboa	Informática, tecnologias aeroespaciais	500.000	130	19,4 Milhões
EID, S.A.	Monte da Caparica	Telecomunicações - Sistemas de comunicações (rádio)	11.000.000	190	9,6 Milhões
Electro-Central Vulcanizadora, Lda.	Lisboa	Naval - Sistemas de propulsão marítima	1.745.793	350	35 Milhões
Fabrequipa, Lda.	Barreiro	Estruturas metálicas auto	1.500.000	39	5 Milhões
IDD, S.A.	Alcochete	Desmilitarização, conversão de munições e outros produtos	50.000	19	0,6 Milhões
Induma, Lda.	Lisboa	Montagem, ensaio de motores, caixas, compressores	150.000	19	5,2 Milhões
Link Consulting, S.A.	Lisboa	Consulting de tecnologias de informação	1.750.000	127	8,8 Milhões
Lousafil, S.A.	Lousada	Vestuário exterior e acessórios – Bens e tecnologias militares	1.500.000	69	3,3 Milhões
Iveco, Lda.	Castanheira do Ribatejo	Viaturas - Reparação, manutenção e transformação	15.962.000	82	61,7 Milhões
MPV, Lda	Arcos de Valdevez	Mecânica de precisão	199.519	64	3,3 Milhões
NavalGrupo, S.A.	Seixal	Reparação naval e industrial	150.000	51	3 Milhões
OGMA, S.A.	Alverca do Ribatejo	Aeronáutica e aeroespacial, concepção, fabrico, reparação e manutenção de aeronaves	30.000.000	1.604	137 Milhões
Setronix, Lda.	Carcavelos	Telecomunicações, radiodifusão, projecto, montagem/fabrico e manutenção de sistemas	100.000	20	2,8 Milhões
SDT Electrónica, S.A.	Lisboa	Telecomunicações, cartografia digital - Aeronáutica	300.000	35	8 Milhões
SKYSOFT, S.A.	Lisboa	Desenvolvimento e produção de sistemas informáticos	875.000	55	5 Milhões

(*) Nos termos do Decreto-Lei n.º 397/98, de 17 de Dezembro.

7.5.4 - EMPORDEF (SGPS), S.A. e associações do sector

7.5.4.1- EMPORDEF

A EMPORDEF (SGPS), S.A. é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais públicos que agrupa as participações do Estado nas seguintes empresas da área da Defesa:

EMPRESAS DO GRUPO

DEFARLOC	Locação de Aeronaves Militares, S.A.
DEFLOC	Locação de Equipamentos de Defesa, S.A.
EDISOFT	Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.
EMPORDEF - TI	Tecnologias de Informação, S. A.
ENVC	Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.
IDD	Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.
NAVALROCHA	Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.
OGMA	Imobiliária, S.A.
RIBEIRA D' ATALAIA	Sociedade Imobiliária, S.A.

EMPRESAS ASSOCIADAS

EDISOFT	Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.
NAVALROCHA	Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.

7.5.4.2 - DANOTEC

A DANOTEC é uma associação que representa as empresas com actividades ligadas à indústria de Defesa, à produção de armamentos e novas tecnologias. Visa dinamizar este sector, tanto a nível nacional como internacional. A nível nacional, a DANOTEC mantém um estreito relacionamento institucional com a DGAED, a qual tem vindo a proporcionar toda a informação que

considera de potencial interesse para a indústria nacional de Defesa.

Tem como objectivo também difundir os conhecimentos e promover a investigação no âmbito científico e tecnológico, apoiando o lançamento de publicações, organização de *workshops*, seminários, etc., sobre assuntos ligados às indústrias de Defesa. As instituições agrupadas na DANOTEC são as seguintes:

EMPRESAS ASSOCIADAS

AEROHÉLICE	Sociedade de Manutenção e Revisão Geral de Hélices, Lda.
C 3P	Centro para a Prevenção da Poluição
CRITICAL SOFTWARE	Software, S.A.
EDISOFT	Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.
EMPORDEF	Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A.
ENVC	Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.
FEUP	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
FORINO	Associação para a Escola de Novas Tecnologias
HOLOS	Soluções Avançadas em Tecnologias de Informação S.A.
IDD	Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.
INEGI	Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial
INESC PORTO	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto
INETI	Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação
INOV INESC INOVAÇÃO	Instituto de Novas Tecnologias
INTELI	Inteligência e Inovação, Centro de Inovação
ISQ	Instituto de Soldadura e Qualidade
MADAN PARQUE	Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal
NAVALROCHA, S.A.	Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.
PARADIGMAXIS	Arquitectura e Engenharia de Software, S.A.
SATA AIR AÇORES	AIR Açores S.A. - Aeronáutica
SKYSOFT PORTUGAL	Software e Tecnologias de Informação, S.A.
TAP AIR PORTUGAL	AIR PORTUGAL - Aeronáutica
TEKEVER	Tecnologias de Informação, S.A.

7.6 – QUALIDADE, NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO

Dentro das competências da DGAED, foram exercidas no ano de 2008 as seguintes actividades no domínio da Qualidade, Normalização e Catalogação de bens militares:

7.6.1 - Qualidade

Compete à DGAED *“emitir ou promover a emissão de certificados de qualidade do armamento, equipamento e serviços de defesa produzidos ou prestados pela indústria nacional, ...”*.

7.6.1.1 - Emissão de certificados de conformidade

	2006	2007	2008
Número de certificados de conformidade emitidos por Portugal na sequência de pedidos de “Seguimento de Garantia da Qualidade Governamental” de contratos de Defesa, efectuados por países ou agências NATO	100	90	59

7.6.2 - Normalização

Os Acordos de Normalização ou STANAG's – acrónimo que deriva da expressão *Standard Agreements* – são instrumentos usados na NATO para estabelecer normas militares comuns a todos os países da Organização nos domínios das políticas, das regras e procedimentos que abrangem variados domínios: operacionais, científicos, técnicos, logísticos, qualidade, etc.

7.6.2.1 - Acordos de normalização NATO

	2006	2007	2008
Número de processos elaborados (a)	196	210	123
Número de pedidos de parecer solicitados aos Ramos das Forças Armadas (b)	152	145	136
Número de respostas aos Pedidos de Parecer solicitados aos Ramos das Forças Armadas	74	77	82
Número de acordos de normalização (STANAG's) ratificados por Portugal (c)	96	67	39
Número de registos que constam na Base de Dados Nacional	1.135	1.120	1.295

(a) Para organização destes processos, além da informação e respectivos ofícios, contabiliza-se ainda a minuta de despacho de S. Ex^a o Ministro da Defesa, a ser enviado tanto em papel como por via electrónica, consulta do STATUS no site da *NATO Standardization Agency* (NSA), onde irá aparecer a posição nacional em relação ao documento trabalhado;

(b) Pedidos de parecer feitos aos três Ramos das Forças Armadas;

(c) Após despacho de S. Ex^a. o Ministro da Defesa Nacional, torna-se necessário comunicar tal despacho ao Estado-Maior-General das Forças Armadas, aos Ramos das Forças Armadas e à NSA.

7.6.3 - Catalogação

O Centro Nacional de Catalogação, cumprindo o definido nos STANAG's 3150 e 3151, ratificados e implementados por Portugal, é a entidade nacional responsável pela:

- Catalogação de artigos de produção nacional utilizados quer pelas Forças Armadas nacionais, quer pelas Forças Armadas de outros países que usam o Sistema de Catalogação NATO;
- Catalogação de artigos utilizados pelas Forças Armadas nacionais que são produzidos em países não-NATO, mas que fazem parte do Sistema de Catalogação NATO (países participantes no Comité de Directores Nacionais de Catalogação - AC/135);

- Atribuição de Código de Organização (CORG) às organizações sedeadas em Portugal que são fornecedoras das Forças Armadas nacionais e estrangeiras.

A catalogação destes artigos é efectuada através da atribuição de um "Número de Abastecimento NATO" (NNA) que identifica de forma inequívoca o artigo em causa para todos os países que utilizam o Sistema de Catalogação NATO.

Actualmente, com o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão do Ministério da Defesa Nacional (SIG-MDN), o Centro Nacional de Catalogação passou a gerir e a atribuir os Números de Abastecimento Provisório (NAP-MD).

7.6.3.1 - Pedidos de catalogação de artigos / Registo de utente da base catalogação

Origem Solicitações		Ao CNC nacional		A CNC estrangeiros	
		Pedidos de catalogação	Registo como utente	Pedidos de catalogação	Registo como utente
Internacional	Alemanha			587	
	Áustria			540	
	Bélgica	11		77	
	Brasil	1		3	
	Canadá			11	
	Dinamarca	8		8	
	Espanha	5		109	
	Eslováquia	1			
	EUA			207	
	França	4		144	
	Holanda			27	
	Itália			232	
	NAMSA	2			
	Noruega	8		1	
	Reino Unido	3		105	
	República Checa			8	
	Turquia	1		10	
	Outros Países			39	
	TOTAL	44		2.108	
	Nacional	Exército	57		106
Marinha		823		2.002	
Força Aérea					
TOTAL		880		2.108	

7.6.3.2 - Pedidos de atribuição de códigos de organização (CORG's)

Solicitações		Origem	Ao CNC nacional	A CNC estrangeiros
			Organizações nacionais ¹	Organizações estrangeiras
Internacional	Alemanha		2	10
	Bélgica			3
	Brasil		1	
	Canadá			1
	Dinamarca			
	Eslováquia			
	Espanha			23
	EUA		10	8
	França		1	4
	Grécia			1
	Holanda			2
	Hungria			3
	Itália			26
	NAMSA		1	30
	Polónia			
	Reino Unido			3
	República Checa			2
	Países não-NATO			5
Nacional	EMGFA		2	
	Marinha		94	
	Exército		176	
	Força Aérea		64	
	Empresas		22	

¹ Organizações: fabricantes, fornecedores ou prestadores de serviços.

7.6.3.3 - Propostas de cancelamento de números de abastecimento NATO (NNA)

Pospostas de cancelamento	Quantidade
Recebidas	2.936
Respostas efectuadas	2.820

7.6.3.4 - Situação da base de dados de catalogação (SPCAT*) em 31 de Dezembro de 2008

Registos	Quantidade
Artigos catalogados por Portugal	7.826
Referências nacionais	X
Artigos internacionais	393.169
Organizações nacionais	3.759

* SPCAT - Sistema Português de Catalogação

X – Dado não disponível

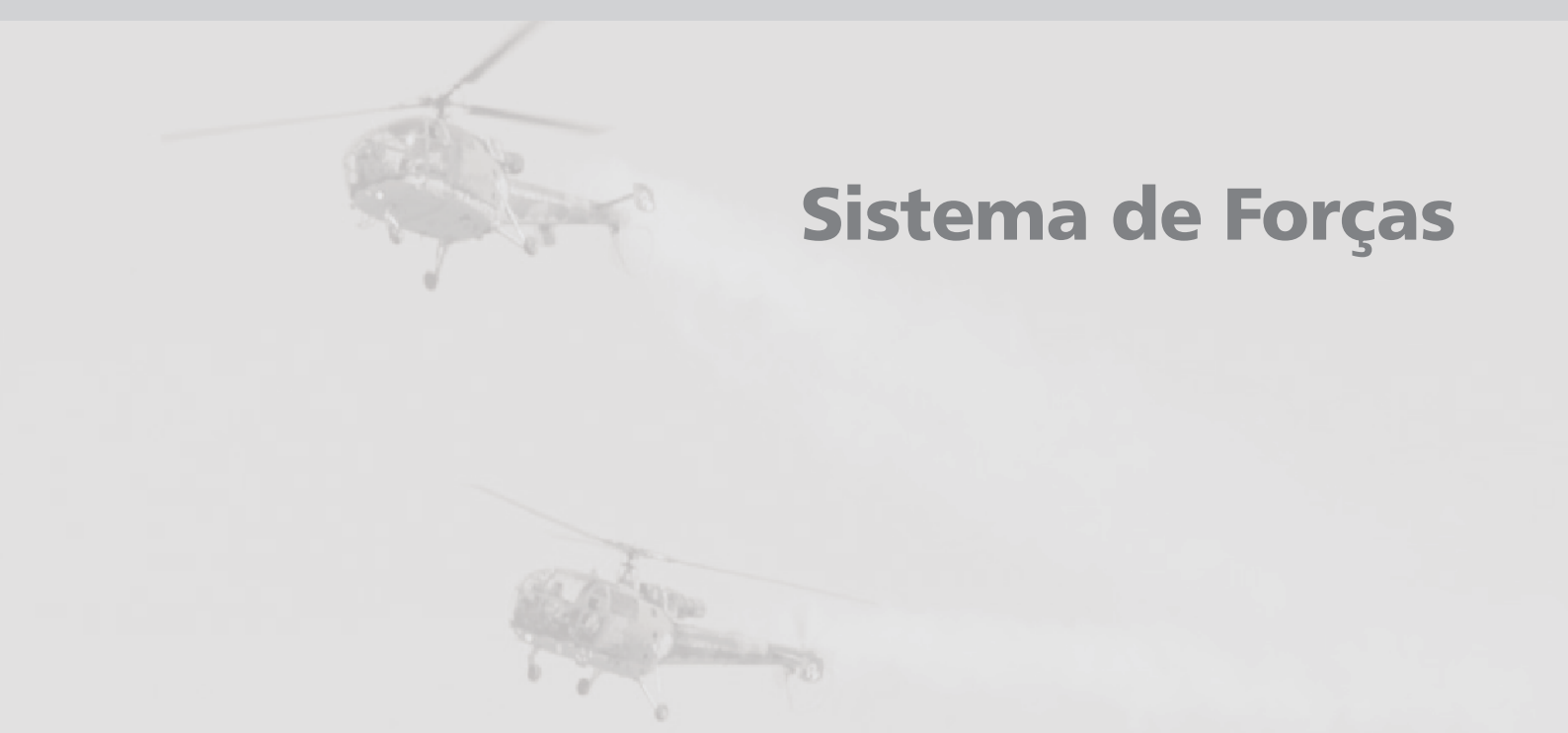
7.6.3.5 - Articulação do Centro Nacional de Catalogação com o sistema integrado de gestão do Ministério da Defesa Nacional (SIG-MDN/SAP)

	Atribuição de número de abastecimento provisório (NAP/MD)	Evolução de número de abastecimento provisório (NAP/MD) para número de abastecimento definitivo (NNA)	Integração no sistema integrado de gestão do Ministério da Defesa Nacional (SIGDN/SAP)
EMGFA	358	90	467
Marinha	1.801	4.921	2.627
Exército	2.676	182	9.038
Força Aérea	2.102	3.308	4.114
TOTAL	6.937	8.501	16.246

Nota: Estes pedidos envolvem no seu conjunto acções (de adição, alteração, eliminação, substituição, cancelamento e evolução) que se aplicam, consoante os casos, diferentes tipos de dados (CORG; NAP; NNA; Nome Aprovado; Utente; Texto Breve de Material e de Pedido de Compras; Unidade de Medida).



Sistema de Forças



Nota Explicativa

A opção por uma nota explicativa comum ao EMGFA e Ramos, referente às áreas estatísticas sectoriais “Exercícios”, no caso do EMGFA, e “Exercícios e actividades de preparação específica dos Ramos”, no caso da Marinha, do Exército e da Força Aérea, residiu no facto do âmbito dos quadros que contêm os elementos estatísticos obedecer ao mesmo formato e referir, nalguns casos, actividades comuns realizadas simultaneamente. Para assegurar a execução das missões e tarefas da sua competência, como parte integrante do sistema de forças nacional, e habilitar ao cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo país, as Forças Armadas proporcionam às suas unidades um rigoroso programa de treino, bem como a participação em exercícios nacionais e internacionais. Entre as acções de treino, visando estabelecer os padrões definidos, tem lugar a participação, de forma regular, em exercícios conjuntos, exercícios combinados e exercícios sectoriais. Com a finalidade de tornar a leitura dos quadros mais objectiva, é anexada à presente nota explicativa uma relação do âmbito dos exercícios indicados pelo EMGFA/Ramos nos respectivos quadros.

MARINHA

Na área dos exercícios e actividades para o aprontamento das forças descreveram-se, qualitativa e quantitativamente, todos os exercícios em que a responsabilidade da preparação e condução foi da Marinha, os exercícios combinados realizados em território estrangeiro em que participaram meios navais e, ainda, os exercícios da responsabilidade de outros Ramos em que houve participação da Marinha.

Foram também incluídas outras actividades conducentes à preparação e aprontamento das unidades navais, designadas por programas de treino, e que englobam o treino básico, operacional, específico e próprio, que

se realizam após prolongados períodos de paragem dos navios ou decorrentes de acções de manutenção, rendições de elementos da guarnição em número significativo e preparação de missões cujas características exigem treino específico.

Foram ainda consideradas as viagens de instrução e os embarques de fim de semana dos cadetes da Escola Naval, cujo principal objectivo é a aplicação prática dos conhecimentos escolares adquiridos, e que, pelo seu cariz operacional, permitem proporcionar simultaneamente treino às unidades navais envolvidas.

No que concerne à apresentação dos meios financeiros envolvidos, seguiu-se a metodologia de apenas considerar os custos acrescidos, isto é, as despesas com pessoal e operação dos meios efectuadas exclusivamente por força da realização dos exercícios. Assim sendo, contabilizaram-se somente as despesas que não seriam efectuadas caso os exercícios não se tivessem realizado, o que significa que, de um modo geral, só se consideraram as despesas com suplemento de embarque, alimentação (excepto o almoço) e combustível. As excepções a esta orientação geral encontram-se devidamente assinaladas nos quadros respectivos.

EXÉRCITO

Na área específica do treino operacional descrevem-se os exercícios em que a responsabilidade da preparação foi do Exército, os exercícios combinados e aqueles que sendo da responsabilidade primária de outros Ramos, tiveram participação de forças do Exército.

Os totais dos custos acrescidos, que se inserem no quadro dos exercícios sectoriais (8.3.2), consideram, no tocante a “pessoal”, as ajudas de custo despendidas nas reuniões preparatórias e em exercícios e, quanto a “operação”, as despesas da rubrica orçamental de “Aquisição de bens e serviços correntes”, em munições consumidas e alimentação.

No quadro referente aos meios envolvidos em exercícios combinados (8.3.4), os custos acrescidos traduzem essencialmente o valor global das ajudas de custo no estrangeiro, os encargos com o transporte e despesas gerais de preparação.

FORÇA AÉREA

A execução da política de Defesa Nacional exige, permanentemente, eficiência operacional. Para a alcançar é necessário planear e executar exercícios que preparem, treinem e assegurem a prontidão dos sistemas de armas, de forma a atingirem as capacidades para que foram adquiridos e assim poderem cumprir as missões a que se destinam. Com este objectivo, são realizados exercícios sectoriais, conjuntos e combinados em que os meios da Força Aérea intervêm com outros meios e forças nacionais ou internacionais para assegurarem os níveis de prontidão e combate definidos.

Sem a execução destas actividades e a avaliação dos resultados atingidos não é possível conhecer as capacidades e as limitações existentes, assim como a segurança na operação, interoperabilidade com outras forças e o desenvolvimento de tácticas e técnicas adequadas. É por isso essencial a preparação e execução de um plano anual detalhado que assegure a preparação das forças e certifique a sua prontidão, ao qual têm de ser atribuídos os recursos materiais e financeiros adequados que viabilizem a sua concretização.

Estas actividades essenciais visam preparar a utilização eficiente do poder aéreo em todas as suas modalidades, designadamente: de OCA, DCA, ASFAO (marítimo e terrestre), SAR, transporte, vigilância, guerra electrónica, comando e controlo e apoio aéreo a outras forças militares e militarizadas e a organizações civis, bem como preparar o seu emprego em operações de paz e humanitárias.

Para qualificar os elementos recrutados para operar os equipamentos, a Força Aérea desenvolve a actividade de instrução e treino, que representa um valor importante do orçamento atribuído.

Os custos dos exercícios sectoriais, conjuntos e combinados, a seguir apresentados, têm como base de cálculo o preço da hora de voo por aeronave aprovado para 2008, nas envolventes de pessoal e operação.

CONCEITOS

Exercícios conjuntos

Exercícios que envolvem forças militares nacionais de dois ou mais Ramos. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto, proporcionar treino operacional e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, a estrutura de comando, os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade, os conceitos e os planos.

Exercícios combinados

Exercícios com forças militares nacionais e de outro país, podendo ou não ser realizados em território nacional. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto/combinado e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, proporcionar treino operacional e avaliar a capacidade e a interoperabilidade das forças participantes.

Exercícios sectoriais

Exercícios de um Ramo, com eventual participação de forças de outro Ramo ou forças aliadas/amigas, em que aquele Ramo tem a responsabilidade primária do planeamento, condução e avaliação.

Definição do âmbito dos exercícios referidos nos quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

Ano: 2008

Exercício	Definição do âmbito
AÇOR	Exercício organizado pelo Comando Operacional dos Açores (COA) a fim de exercitar o planeamento operacional conjunto de operações inerentes à defesa de pontos e áreas sensíveis nas Ilhas dos Açores com as forças e meios atribuíveis a este Comando.
ALMOGAVAR	Exercício realizado no âmbito dos Estados-Maiores Peninsulares; cooperação bilateral entre unidades de Operações Especiais de Portugal e Espanha. Organizado pelo Comando de Operações Especiais do Exército espanhol, visa o planeamento, C3I e execução de missões no âmbito das FOE (Reconhecimento Especial, Acção Directa e Assistência Militar). Participação de um Destacamento de OE do CTOE.
ANFÍBIO ALFA-BRAVO	Exercício destinado a proporcionar adestramento e desenvolvimento de técnicas e procedimentos de embarque e desembarque em costa aberta às unidades de Fuzileiros.
APOLO 08	É o principal exercício da BrigRR. Foi também realizado em simultâneo o exercício no âmbito dos Estados-Maiores Peninsulares; cooperação bilateral entre as Brigadas Pára-quedistas de Portugal e Espanha. Teve por finalidade exercitar o planeamento e condução de Operações Convencionais, Especiais e de Evacuação de Não-Combatentes, desenvolvendo e aperfeiçoando os procedimentos e a doutrina de emprego das unidades da BrigRR. Participação de uma CPara da BRIPAC espanhola.
ARMAGEDDON	Exercício de aprontamento da CGCIMIC, com vista a exercitar a prática de procedimentos de planeamento e execução de uma Operação de Resposta a Crises. Participação da Marinha e Força Aérea Portuguesa.
ARRCADE FUSION	Principal exercício do NRDC inglês (ARRC) sediado na Alemanha, ao qual a BrigRR está afiliada, sendo uma das unidades dependentes directamente do Comandante do ARRC. A Acqui Div (It) afiliada ao ARRC, convidou pela primeira vez a BrigInt, afiliada a esta Divisão, a participar neste exercício. Visa treinar a integração dos Augmentees ao QG do ARRC, exercitar o planeamento e condução de Operações Convencionais e o aperfeiçoamento dos procedimentos e doutrina NATO. As Unidades Afiliadas participam com células de resposta.
AUSTRAL	Exercício para treino de interoperabilidade dos meios navais com os meios da Autoridade Marítima, numa situação de poluição no mar.
BALEIA	Exercício no âmbito do treino operacional das unidades do RG2 (2º BI e BAAA), com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional.
BOLD MASTER	Exercício bianual do tipo CPX âmbito NCAGS (<i>Naval Co-operation And Guidance for Shipping</i>) num cenário tipo Operação de Resposta a Crises fora do âmbito do artigo 5º.
BOLD MONARCH 08	Exercício da área do Salvamento de Guarnições de Submarinos Acidentados.
CACHALOTE	Exercício no âmbito do treino operacional das unidades da ZMA (RG1 e RG2), com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional.
CADET TRAINING 08	Exercício que tem como objectivo o treino do TG do FS Jean D'Arc, sendo especialmente vocacionado para os Cadetes embarcados nas diversas unidades navais participantes.
CAE	Exercício destinado a proporcionar o treino de combate em áreas edificadas às unidades de Fuzileiros.
CANALE 08	Exercício no âmbito da Iniciativa 5 + 5, conduzido em conjunto pela Marinha italiana e pelas Forças Armadas de Malta, em que se treina diversas áreas desde as Operações de Segurança Marítima a exercícios de Busca e Salvamento.
CANÁRIO	Exercício organizado pelo COA, com vista a testar o embarque, trânsito e desembarque entre forças do Exército e a Força Aérea, nos Açores.
CENTAURO	A finalidade do exercício foi exercitar o planeamento e condução de operações aerotransportadas, desenvolvendo e aperfeiçoando os procedimentos e a doutrina de emprego de unidades de reconhecimento no apoio a este tipo de operações. O exercício CENTAURO constitui-se como o EXERCICE STUDY do APOLO relacionando-se, nesse âmbito, com os exercícios sectoriais das UEB da BrigRR, ZEUS (1BIPara) e GRIFO (BAAT), que ocorreram no mesmo período. Desenvolveu-se concorrentemente com o exercício ZEUS.
CMX 08	Exercício NATO, do tipo CPX, conduzido a nível nacional pelo EMGFA e com células de resposta ao nível dos comandos operacionais dos Ramos. Visa exercitar o "Nato Crises Response System".
COMBINED ENDEAVOUR	Exercício com a finalidade de testar e documentar a interoperabilidade de CSI entre as nações que nele participam e prepará-las para poderem trabalhar em conjunto no apoio de comunicações e informação a Operações de Resposta a Crises (CRO).

Definição do âmbito dos exercícios referidos nos quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

Exercício	Definição do âmbito
COSTA ABERTA	Exercício destinado a proporcionar o treino às Companhias de manobra em técnicas de embarque e desembarque em costa aberta com botes.
CSIEX / ITX	Exercício organizado pelo EMGFA, que normalmente antecede o exercício LUSÍADA, com vista a testar a interoperabilidade entre os sistemas de comunicações e sistemas de informação dos três Ramos das Forças Armadas, no território continental.
CTALC	Exercício destinado a proporcionar treino de tiro real, com morteiros, às secções e pelotão de morteiros das unidades de Fuzileiros (UF).
DEEP DIVEX 08	Exercício NATO para treino de mergulho profundo.
DRAGÃO 08	É o principal exercício da BrigInt. Foi também realizado em simultâneo o exercício no âmbito dos Estados-Maiores Peninsulares; cooperação bilateral entre a BrigInt e a Brig LigAt de Pontevedra. Teve por finalidade exercitar o planeamento, conduta e controlo de operações tácticas, por parte dos Comandos Subordinados, no âmbito das Operações Defensivas. Participação de uma unidade de escalão Companhia da Brig LigAt espanhola.
EFICÁCIA / ROSA BRAVA 08	Exercícios do Exército tipo LIVEX.
EFICÁCIA 08	O exercício EFICÁCIA é da responsabilidade primária do CmdOp e destina-se prioritariamente a desenvolver a capacidade operacional das Unidades de Apoio de Fogos das Brigadas e das Zonas Militares constituintes da FOPE. Em simultâneo, serão treinados os procedimentos de planeamento, coordenação de apoio de fogos, coordenação do espaço aéreo e de emprego de diferentes meios de apoio de fogos (incluindo fogos de morteiro, aéreos ou outros). Participação de Unidades de Apoio de Combate e de Apoio de Fogos das unidades de manobra, nomeadamente dos PelMortPes das ZM, dos BIMec, dos BI e dos Batalhões de Fuzileiros; Em 2008, foi integrado no exercício da BrigMec ROSA BRAVA.
EMERGÊNCIA TOTAL	Exercício de Emergência à Escala Total, no Aeroporto de Porto Santo, para testar a eficácia da aplicação das acções previstas na 2ª Edição do Plano de Emergência do Aeroporto, aprovado pelo Comité de Emergência do Aeroporto, em Abril de 2008.
ESPABRAS 08	Exercício espanhol, para o treino operacional da projecção de uma força anfíbia multinacional pelo Atlântico Sul.
ESTIO	Exercitar o planeamento, o controlo e a conduta de operações tácticas num ambiente de guerra convencional, em território hostil e/ou ambiente semi-permissivo, sob a forma de FTX com duplo objectivo, validação da instrução do curso de Comandos e treino operacional das CCmds.
ETRURIA	É um exercício no âmbito da EUROFOR. Visa treinar a integração dos <i>Augmentees</i> ao QG da EUROFOR, exercitar o planeamento e condução de operações convencionais.
EU TERROR ATTACK	Exercício conduzido pela Direcção de Defesa e Segurança Cívica de França, enquadrou-se na Presidência Francesa do Conselho da União Europeia e foi jogado no âmbito do Mecanismo Europeu de Protecção Civil. O cenário foi baseado em ocorrências decorrentes de ataques terroristas e visou testar os procedimentos de activação e apoio no âmbito do ME.
EXERCÍCIO ANTIPOLUIÇÃO 2008	Exercício para treino de interoperabilidade dos meios navais com os meios da Autoridade Marítima, em conjunto com meios da Agência Europeia de Segurança Marítima, numa situação de poluição no mar.
FAMEX 08	Exercício da Marinha espanhola para treinar a organização de forças no âmbito de operações de segurança marítima.
FAST ROPE	Exercício destinado a promover o treino de técnicas de descida rápida às Companhias de manobra, ao PELBOARD e às unidades de apoio a partir de helicóptero Lynk MK 95.
FELINO 08	É um exercício conjunto e combinado no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e tem por finalidade exercitar uma força tarefa conjunta e combinada no quadro desta organização, no sentido de incrementar a interoperabilidade e o treino das Forças Armadas dos Estados membros, com vista ao seu emprego em operações de apoio à paz e ajuda humanitária, sob a égide da Organização das Nações Unidas. Em 2008, foi realizado em Portugal.
FOCA (a)	Exercício organizado pelo COA, com vista a testar o embarque, trânsito e desembarque entre forças do Exército e a Marinha, nos Açores.
FRONTERA	Exercício realizado no âmbito dos Estados-Maiores Peninsulares; cooperação bilateral entre a BrigMec e a Brig Infª Mec XI de Badajoz. Teve por finalidade exercitar o planeamento, conduta e controlo de operações tácticas, no âmbito de uma operação defensiva. Participação de uma CAtMec.
FTX 0802	Exercício ao escalão de Companhia ou unidade, seriado, destinado a promover o treino e o aprontamento das forças.
FTX BLD	Exercício destinado a promover o treino do Batalhão Ligeiro de Desembarque (BLD). Exercício realizado no âmbito do planeamento anual do Comando do Corpo de Fuzileiros (CCF).
FWIT 08	“Fighter Weapon Instructor Training” (FWIT) é um curso/exercício para pilotos de F16 MLU, organizado pela RNLAf e que decorre na Base Aérea de Leeuwarden (NL) e na Base Aérea de Ørland (NOR). O FWIT comporta várias fases académicas e voos tácticos.

Definição do âmbito dos exercícios referidos nos quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

Exercício	Definição do âmbito
GRIFO	A finalidade do exercício foi exercitar o planeamento e condução de operações de apoio aeroterrestre a operações aerotransportadas e o planeamento e condução de operações de segurança e de reconhecimento, desenvolvendo e aperfeiçoando os procedimentos e a doutrina de emprego do BAAT. O exercício GRIFO constitui-se como o EXERCICE STUDY do APOLO relacionando-se, nesse âmbito, com os exercícios sectoriais das UEB e UEC da BrigRR, ZEUS (1BIPara) e CENTAURO (ERec), que ocorreram no mesmo período. Desenvolveu-se concorrentemente com o exercício ZEUS no que diz respeito à operação aerotransportada.
INSTREX	Exercício destinado a desenvolver o treino das unidades navais e treino conjunto, bem como exercitar procedimentos operacionais de guerra naval e cooperação aeronaval.
INTEGREX 08	Exercício de cooperação com a Autoridade Marítima, no âmbito da Marinha de duplo uso.
IT MINEX 08	Exercício da Marinha italiana destinado ao treino de procedimentos em Guerras de Minas.
JÚPITER	Exercício no âmbito do treino operacional do 1º BI/BrigInt, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da Brigada.
KABUL 081	Exercício final de aprontamento da 1ª Companhia de Comandos do CTC, com vista ao seu empenhamento no TO do Afeganistão, no âmbito da missão da NATO naquele país, a ISAF.
LINCE	Exercício no âmbito do treino operacional do 1º BIMec/BrigMec, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da Brigada.
LOBO	Exercício no âmbito do treino operacional do ERec/BrigMec, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da Brigada.
LOYAL MARINER 08	Exercício NATO para a certificação da NRF 11.
LUSÍADA 08	Exercício conjunto das Forças Armadas portuguesas, consistindo na utilização das forças e meios atribuídos à Força de Reacção Imediata, numa operação de evacuação de cidadãos nacionais e, eventualmente, de países amigos ou aliados e tipificada, em termos NATO, como uma operação de Evacuação de Não-Combatentes.
MERGULHO	Exercício destinado a promover a manutenção e a qualificação em mergulho ao DAE.
METEROSIDERO 081	Exercício no âmbito do treino operacional do RG1, da ZMA, com a finalidade de exercitar e avaliar a capacidade de resposta face a uma possível ameaça da segurança interna da unidade.
METEROSIDERO 082	Exercício no âmbito do treino operacional do RG1, da ZMA, com a finalidade de exercitar o 1º BI na realização de missões de controlo de acções de terrorismo e sabotagem selectivas, através da realização de patrulhas, postos de controle e escoltas.
MILAN	Exercício destinado a promover o treino dos chefes de equipa do Pelotão Anti-Carro da CAF, em tiro com o míssil anti-carro MILAN.
MONTANHISMO	Exercício destinado a promover o adestramento em técnicas de montanhismo e escalada.
MORSA	Exercício no âmbito do treino operacional das unidades do RG3 (1º BI), com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional.
MORSA 01-08	Exercício de âmbito SAR no ambiente marítimo, com intercâmbio entre Esquadras homólogas espanholas e portuguesas.
MORSA 02-08	Exercício de âmbito SAR no ambiente terrestre, com intercâmbio entre Esquadras homólogas espanholas e portuguesas.
NATAÇÃO UTILITÁRIA	Exercício destinado a promover o adestramento em natação às Companhias de manobra e às unidades de apoio em caso de viragem de bote.
NATO CMX 08	Exercício NATO no âmbito de Operações de Resposta a Crises.
NEWFIP 03	Exercício tipo INVITEX, para efectuar o treino e a integração de forças EW em ambiente electrónico hostil.
NEWFIP 03-08	Exercício tipo INVITEX para efectuar o treino e a integração de forças EW em ambiente electrónico hostil.
NOBLE ARDENT 08	Este exercício foi calendarizado para certificação do ACC da NRF 12.
NOBLE LIGHT	Exercício de certificação internacional do 1º BIMec, da BrigMec, no âmbito do aprontamento para a NRF 12. Realizado em Espanha, foi organizado pelo NRDC-ESP.
ORIENTAÇÃO	Exercício destinado a promover o adestramento e o desenvolvimento de técnicas de orientação por carta militar e por GPS às Companhias de manobras e Unidades de Apoio.
ORION 08	O exercício ORION é um exercício de nível Exército e foi planeado e conduzido com a finalidade de exercitar e testar algumas das capacidades da componente operacional do SFN-Ex, para fazer frente a acções terroristas e de ajuda em situação de calamidade pública, durante a condução de uma Operação de Resposta a Crises (CRO), enquadrada no âmbito de uma Organização Internacional.
OST	Treino operacional efectuado no Reino Unido, destinado às fragatas da classe “Vasco da Gama”.
PARDAL	Exercício organizado pelo COA, com vista a testar a interoperabilidade entre os sistemas de comunicações e sistemas de informação dos três Ramos das Forças Armadas, nos Açores.

Definição do âmbito dos exercícios referidos nos quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

Exercício	Definição do âmbito
PHOENIX EXPRESS 08	Este exercício do tipo LIVEX, desenvolve-se no âmbito da cooperação multilateral com os países do Mediterrâneo, sendo orientado para a condução de operações de interdição (MIO) e conduzido pela Marinha dos EUA.
POTG 08	Exercício para a activação da POTG.
PRIOLO (a)	Exercício no âmbito do treino operacional do RG2 da ZMA, com a finalidade de exercitar e aperfeiçoar os procedimentos operacionais do 2º BI e BAAA no âmbito das operações defensivas.
PRISTINA 081	Exercício final de aprontamento do 2º BIMec, com vista ao seu empenhamento no TO do Kosovo, no âmbito da missão da NATO naquele país, a KFOR.
PRISTINA START 082	Exercício final de aprontamento do GAM, do RC6, com vista ao seu empenhamento no TO do Kosovo, no âmbito da missão da NATO naquele país, a KFOR.
PROCIV IV 08	Exercício conduzido pela Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) com o intuito de testar a organização, a cooperação, o planeamento e a execução da resposta operacional da protecção civil no âmbito do SIOPS.
REAL THAW 08	Exercício LIVEX da Força Aérea.
RELÂMPAGO 08	O exercício RELÂMPAGO é da responsabilidade primária do CmdOp e destina-se prioritariamente a desenvolver a capacidade operacional das Baterias de Artilharia Antiaérea, orgânicas das Zonas Militares, das Brigadas e das Forças de Apoio Geral, da Componente Operacional do SFN-Ex. Exercício de fogos reais dos sistemas Canhão e Míssil AA Chaparral e STINGER. Visa o treino tático das Unidades de AA envolvendo deslocamentos, reconhecimento, escolha, ocupação, organização e segurança de posições e treino das técnicas de tiro.
RINOCERONTE	Exercício no âmbito do treino operacional do GCC/BrigMec, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da Brigada.
ROSA BRAVA 08	É o principal exercício da BrigMec. Teve por finalidade exercitar e desenvolver, no âmbito das Operações Defensivas, a capacidade de planeamento, comando e controlo da BrigMec e respectivas subunidades, na condução de operações de nível tático do tipo Defesa Móvel. Em 2008, integrou o exercício EFICÁCIA.
SAGITÁRIO	Exercício realizado no âmbito dos Estados-Maiores Peninsulares; cooperação bilateral entre a BrigInt e a Brig LigAt de Pontevedra. Foi incluído no exercício DRAGÃO 08. Teve por finalidade exercitar o planeamento, condução e controlo de operações táticas, por parte do comando da Brigada e comandos subordinados, no âmbito das Operações Defensivas. Em 2008, foi realizado em Portugal e foi CPX e LIVEX.
SANDY BEACH 08	Exercício alemão da área da inactivação de engenhos explosivos.
SAPADORES	Treino destinado a aumentar o nível de adestramento da secção de sapadores da CAF.
SAR – MASS RESCUE 08	Exercício que visa incrementar a coordenação das entidades do Serviço Nacional de Busca e Salvamento Marítimo, tendo em conta os procedimentos em vigor, a fim de identificar eventuais lições que permitam ajustar o normativo e mecanismos existentes.
SEABORDER 08	Exercício combinado Portugal/Espanha no âmbito da iniciativa 5 + 5, em que foi efectuada uma acção de combate à imigração ilegal por via marítima.
SHAMA 081	Exercício final de aprontamento da Companhia de Engenharia do RE3, com vista ao seu empenhamento no TO do Líbano, no âmbito da missão da ONU naquele país, a UNIFIL.
SHAMA 082	Exercício final de aprontamento da Companhia de Engenharia da BrigMec, com vista ao seu empenhamento no TO do Líbano, no âmbito da missão da ONU naquele país, a UNIFIL.
SILVER FLASH	Exercício realizado no âmbito dos Estados-Maiores Peninsulares; cooperação bilateral entre as Brigadas pára-quedistas de Portugal e Espanha, destinando-se a praticar o planeamento e emprego de forças de percursos aeroterrestres e SOGA's em operações de infiltração em pára-quedas a grande altitude com emprego de oxigénio, nas modalidades de HIGH ALTITUDE and LOW OPENING (HALO) e HIGH ALTITUDE and HIGH OPENING (HAHO). Participação de um destacamento de percursos do BAAT.
SNIPER	Exercício destinado a aumentar o nível de adestramento dos binómios Sniper.
SNOW MASTER 08	Exercício do tipo CPX no âmbito do NCAGS.
SWORDFISH 08	Exercício naval destinado a testar a integração de unidades ou forças de países NATO em forças multinacionais e exercitar procedimentos, em cenários passíveis de ocorrer no mundo real, por forma a otimizar a interoperabilidade e coesão das unidades participantes, e simultaneamente dar a oportunidade de treino aos Estados-Maiores das forças, com grande ênfase na componente anfíbia.
TALO	Participação do DAE e de um pelotão da CAF neste exercício. Durante o exercício realizou-se treino operacional com aeronaves.
TANGO	Treino tático e técnico das Baterias do GAC da BrigRR, tendo em vista o desenvolvimento das suas capacidades operacionais. Exercício com execução de fogos reais.
TIGRE 2008	Exercício da Academia Militar.
TIREX	Exercício destinado a proporcionar treino de tiro com munição real às equipas de atiradores, às de armas pesadas e às secções de manobra. Para além disso, estes exercícios visam também o aumento do nível de adestramento individual e colectivo, ao escalão de Equipa ou de Secção, em tiro de combate.

Definição do âmbito dos exercícios referidos nos quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

Exercício	Definição do âmbito
TIRO	Exercício destinado a promover a manutenção e qualificação em tiro real ao DAE.
TLP 08	"Tactical Leadership Program" (TLP) é um programa/curso que decorre em Florennes, Bélgica, incluindo fases académicas e práticas.
TREINO NAVIOS ESQUADRA	Vários treinos efectuados aos navios da Esquadra.
TROIA	Exercício ao escalão de Companhia ou unidade, realizado na Península de Tróia, destinado a fomentar o espírito de grupo e a coesão entre os militares, promovendo-se o treino e o adestramento de táticas e procedimentos específicos. Concorre para o aprontamento anual das Unidades de Fuzileiros (UF).
UNIFIED BLADE	Este exercício tem como objectivo principal o treino de uma força multinacional, de escalão Batalhão, com especialistas nas áreas da recolha de informação com base em fontes humanas (HUMINT) e de contra-informação (CI), visando actuar num cenário de conflito de baixa intensidade numa Operação de Resposta a Crises (CRO).
URANO	Exercício no âmbito do treino operacional da BrigInt, tendo em vista o treino tático e técnico das Baterias do GAC no desenvolvimento das suas capacidades operacionais. Exercício com execução de fogos reais.
VBSS	Exercício do DAE destinado a promover o treino em Visiting, Boarding, Searching and Seizure (VBSS) no âmbito do combate ao terrorismo marítimo e abordagem a plataformas marítimas.
VIRIATO	Exercício realizado no âmbito dos Estados-Maiores Peninsulares; cooperação bilateral entre unidades de Operações Especiais de Portugal e Espanha. Enquadra-se também numa série de exercícios realizados pelo encargo operacional do CTOE Visa aperfeiçoar a preparação de quadros e tropas de forma a melhorar a prontidão e eficácia de um Grupo Tarefa (TG) das forças de Operações Especiais no planeamento, C3I e execução de missões de Reconhecimento Especial, Acção Directa e Assistência Militar, no decorrer de uma operação CRO, inserida na luta contra o terrorismo; executar a infiltração aérea e terrestre das FOE; exercitar o emprego da terminologia, metodologia e procedimentos de planeamento operacional em vigor na OTAN; exercitar a elaboração e aplicação de regras de empenhamento. Participação dos DAE da Marinha e de um DOE espanhol.
ZARCO 081	Exercício organizado pelo Comando Operacional da Madeira (COM), com o fim de exercitar o planeamento operacional conjunto de operações inerentes à defesa de pontos e áreas sensíveis na Ilha da Madeira com as forças e meios atribuíveis ao COM e testar os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade e os planos, no âmbito de um exercício de SIGEX/CPX apoiado num sistema de CAX.
ZARCO 082	Exercício organizado pelo Comando Operacional da Madeira e destina-se a desenvolver e aperfeiçoar a capacidade de actuação conjunta, em resposta a solicitações do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira ou de outro agente da Protecção Civil, face a uma situação de catástrofe/acidente grave.
ZEUS	A finalidade do exercício foi exercitar o planeamento e condução de operações aerotransportadas, desenvolvendo e aperfeiçoando os procedimentos e a doutrina de emprego dos Batalhões de pára-quedistas. O exercício ZEUS constitui-se como o EXERCICE STUDY do exercício APOLO, relacionando-se, nesse âmbito, com os exercícios sectoriais das UEB e UEC da BrigRR, GRIFO (BAAT) e CENTAURO (ERec), que ocorreram no mesmo período. Desenvolveu-se concorrentemente com o exercício GRIFO, no que diz respeito à operação aerotransportada.

(a) Foram realizados 2 exercícios em 2008, no mesmo âmbito.

8.1 – EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS - EMGFA

8.1.1 - Exercícios e treino – Exercícios conjuntos – Exercícios realizados

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Forma/tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos operacionais envolvidos	OBS.
AÇOR 081	LIVEX	29 - 31 JAN	AÇORES	CEMGFA	COA	COM, CZMARA CZMA, CZAEZA	
ZARCO 081	LIVEX	02 - 06 JUN	MADEIRA	CEMGFA	COM	COM, CZMARM CZEM, CDAM	
ZARCO 082	LIVEX	17NOV - 20NOV	MADEIRA	CEMGFA	COM	COM, CZMARM CZMM, CDAM	
LUSÍADA 08	LIVEX	03 - 10NOV	ÁREA DO CONTINENTE	CEMGFA	CEMGFA	COFT, COFA, COMNAV	

8.1.2 - Exercícios e treino – Exercícios conjuntos – Meios

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Unidades orgânicas/Meios			Pessoal			Custos acrescidos (euros)			OBS.
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
AÇOR 081		RG1/RG2 e BrigRR			200		1.173,00	17.546,00	18.719,00	
ZARCO 081	1 PB	FA	EH101 C212		185	Pilotos e respectivas tripulações + 2 OF	8.103,00	50.756,00	58.859,00	
ZARCO 082	1 PB	FA			118	Pilotos e respectivas tripulações	3.640,00	16.128,00	19.768,00	
LUSÍADA 08	1 FFGH 2 FS 1 CDT 1 COY FZ	FA	C212 C130	342		Pilotos e respectivas tripulações + 19 OF e 13 SAR	60.949,00	175.624,00	236.573,00	

8.1.3 - Exercícios e treino – Exercícios combinados – Exercícios realizados

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos operacionais envolvidos	OBS.
FELINO 08	LIVEX	15SET - 24SET	OVAR S. JACINTO	CEMGFA	Cmdt OP Ex	EMGFA, COFT, COFA, COMNAV	CPLP

8.1.4 - Exercícios e treino – Exercícios combinados – Meios

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Unidades orgânicas/Meios			Pessoal/Viaturas			Custos acrescidos (euros)			OBS.
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
FELINO 08	BF2/UMD/ CAF/DAE/ CATT	BrigRR	EH101 C212	97	487	Pilotos e respectivas tripulações + 11 OF, 8 SAR e 2 PRA	14.961,00	115.065,00	130.026,00	
		EMGFA			14					

8.2 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA

8.2.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios realizados

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos operacionais envolvidos	OBS.
Treino da Esquadra	Aprontamento	Diversos	Diversas	COMNAV	COMNAV		
Viagens de Instrução	Formação de Cadetes	Anual	Diversas	COMNAV	Diversas		
INTEGREX 08	LIVEX	01 - 02Abr	Áreas nacionais de exercícios	COMNAV	COMNAV / DGAM	COMNAV	
ANFÍBIO ALFA – BRAVO	LIVEX	22 - 25Jul	PRT	CN	CCF		
CAE	SERIADO	14Fev	PRT	CCF	CCF		
CAE	SERIADO	22Abr	PRT	CCF	CCF		
CAE	SERIADO	12Mar	PRT	CCF	CCF		
CAE	SERIADO	09Abr	PRT	CCF	CCF		
CAE	SERIADO	23Abr	PRT	CCF	CCF		
COSTA ABERTA	SERIADO	28Fev	PRT	CCF	CCF		
COSTA ABERTA	SERIADO	30Ago	PRT	CCF	CCF		
CTALC 0801	SERIADO	21Jan	PRT	CCF	CCF		
CTALC 0802	SERIADO	05Mai	PRT	CCF	CCF		
CTALC 0803	SERIADO	15Set	PRT	CCF	CCF		
CTALC 0807	SERIADO	05Dez	PRT	CCF	CCF		
FAST ROPE	SERIADO	15Jan	PRT	CCF	CCF		
FAST ROPE	SERIADO	08Abr	PRT	CCF	CCF		
FAST ROPE	SERIADO	09Abr	PRT	CCF	CCF		
FAST ROPE	SERIADO	29Abr	PRT	CCF	CCF		
FAST ROPE	SERIADO	02Set	PRT	CCF	CCF		
FAST ROPE	SERIADO	21Nov	PRT	CCF	CCF		

8.2.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios realizados (Continuação)

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos operacionais envolvidos	OBS.
FTX BLD	SERIADO / LIVEX	17Mar	PRT	CN	CCF		
FTX 0802	SERIADO	13 - 17Out	PRT	CN	CCF		
MERGULHO	SERIADO	17Jan	PRT	CCF	CCF		
MERGULHO	SERIADO	22Jan	PRT	CCF	CCF		
MERGULHO	SERIADO	27Fev	PRT	CCF	CCF		
MERGULHO	SERIADO	19Mar	PRT	CCF	CCF		
MERGULHO	SERIADO	02Abr	PRT	CCF	CCF		
MERGULHO	SERIADO	11Abr	PRT	CCF	CCF		
MERGULHO	SERIADO	14Mai	PRT	CCF	CCF		
MERGULHO	SERIADO	05Jun	PRT	CCF	CCF		
MERGULHO	SERIADO	09Jul	PRT	CCF	CCF		
MERGULHO	SERIADO	20Ago	PRT	CCF	CCF		
MERGULHO	SERIADO	03Set	PRT	CCF	CCF		
MERGULHO	SERIADO	10Set	PRT	CCF	CCF		
MERGULHO	SERIADO	15Out	PRT	CCF	CCF		
MERGULHO	SERIADO	16Out	PRT	CCF	CCF		
MERGULHO	SERIADO	17Out	PRT	CCF	CCF		
MERGULHO	SERIADO	27Out	PRT	CCF	CCF		
MERGULHO	SERIADO	24Nov	PRT	CCF	CCF		
MERGULHO	SERIADO	26Nov	PRT	CCF	CCF		
MERGULHO	SERIADO	10Dez	PRT	CCF	CCF		
MERGULHO	SERIADO	17Dez	PRT	CCF	CCF		
MILAN	SERIADO	21Abr	PRT	CCF	CCF		
MONTANHISMO	SERIADO	29Set – 03Out	PRT	CCF	CCF		
NATAÇÃO UTILITÁRIA	SERIADO	19Mar	PRT	CCF	CCF		
NATAÇÃO UTILITÁRIA	SERIADO	09Mai	PRT	CCF	CCF		
NATAÇÃO UTILITÁRIA	SERIADO	30Mai	PRT	CCF	CCF		
NATAÇÃO UTILITÁRIA	SERIADO	09Out	PRT	CCF	CCF		
NATAÇÃO UTILITÁRIA	SERIADO	04Nov	PRT	CCF	CCF		
ORIENTAÇÃO	SERIADO	16Jan	PRT	CCF	CCF		
ORIENTAÇÃO	SERIADO	29Jan	PRT	CCF	CCF		

8.2.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios realizados (Continuação)

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos operacionais envolvidos	OBS.
ORIENTAÇÃO	SERIADO	31Jan	PRT	CCF	CCF		
ORIENTAÇÃO	SERIADO	22Fev	PRT	CCF	CCF		
ORIENTAÇÃO	SERIADO	28Fev	PRT	CCF	CCF		
ORIENTAÇÃO	SERIADO	14Mar	PRT	CCF	CCF		
ORIENTAÇÃO	SERIADO	18Mar	PRT	CCF	CCF		
ORIENTAÇÃO	SERIADO	29Abr	PRT	CCF	CCF		
ORIENTAÇÃO	SERIADO	30Abr	PRT	CCF	CCF		
ORIENTAÇÃO	SERIADO	08Jul	PRT	CCF	CCF		
ORIENTAÇÃO	SERIADO	27Ago	PRT	CCF	CCF		
ORIENTAÇÃO	SERIADO	30Set	PRT	CCF	CCF		
ORIENTAÇÃO	SERIADO	27Out	PRT	CCF	CCF		
ORIENTAÇÃO	SERIADO	04Nov	PRT	CCF	CCF		
ORIENTAÇÃO	SERIADO	25Nov	PRT	CCF	CCF		
ORIENTAÇÃO	SERIADO	26Nov	PRT	CCF	CCF		
ORIENTAÇÃO	SERIADO	09Dez	PRT	CCF	CCF		
POTG 08 (PANTROIEX)	LIVEX	11 - 12Dez	PRT	CN	CN	CN	
PROCIV IV	LIVEX	21 - 22Nov	PRT	CN	CN	CN	
SAPADORES		13Fev	PRT	CCF	CCF		
SAPADORES		29Fev	PRT	CCF	CCF		
SNIPER		25 - 27Fev	PRT	CCF	CCF		
SNIPER		03 - 04Mar	PRT	CCF	CCF		
SNIPER		08Abr	PRT	CCF	CCF		
SNIPER		11Abr	PRT	CCF	CCF		
TALO	LIVEX	19 - 21Fev	Áreas nacionais	-	-		
TIREX 0801	SERIADO	21 - 22Jan	PRT	CCF	CCF		
TIREX 0802	SERIADO	23 - 25Jan	PRT	CCF	CCF		
TIREX 0803	SERIADO	18 - 20Fev	PRT	CCF	CCF		
TIREX 0807	SERIADO	02 - 04Set	PRT	CCF	CCF		
TIREX 0810	SERIADO	20-21Out	PRT	CCF	CCF		
TIRO	SERIADO	08,10,15, 22 - 24Jan	PRT	CCF	CCF		
TIRO	SERIADO	07,12 - 26Fev	PRT	CCF	CCF		

8.2.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios realizados (Continuação)

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos operacionais envolvidos	OBS.
TIRO	SERIADO	11,13 - 18Mar	PRT	CCF	CCF		
TIRO	SERIADO	01, 08,10, 17 - 22Abr	PRT	CCF	CCF		
TIRO	SERIADO	05 - 07Mai	PRT	CCF	CCF		
TIRO	SERIADO	08,13 - 27Mai	PRT	CCF	CCF		
TIRO	SERIADO	02 - 17Jun	PRT	CCF	CCF		
TIRO	SERIADO	23, 25 - 29Set	PRT	CCF	CCF		
TIRO	SERIADO	13 - 20Out	PRT	CCF	CCF		
TIRO	SERIADO	17 - 18Dez	PRT	CCF	CCF		
TROIA 0803	SERIADO	14 - 18Mar	PRT	CN	CCF		
TROIA 0804	SERIADO	21 - 25Abr	PRT	CN	CCF		
TROIA 0806	SERIADO	15 - 19Dez	PRT	CN	CCF		
VBSS	SERIADO	08Fev	PRT	CCF	CCF		
VBSS	SERIADO	17Mar	PRT	CCF	CCF		
VBSS	SERIADO	27Mai	PRT	CCF	CCF		
VBSS	SERIADO	11Set	PRT	CCF	CCF		
VBSS	SERIADO	23Out	PRT	CCF	CCF		
VBSS	SERIADO	12Dez	PRT	CCF	CCF		

8.2.2 - Exercícios sectoriais – Meios envolvidos

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Unidades orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos acrescidos (euros)			Unidades orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (outros Ramos)	Não nacionais	
Treino da Esquadra	3 FFGH 2 FF 4 FS 1 SSK 1 PB 4 PBR 1 AGS 1 AGSC 1 AXS	1.128	164.107,99	473.873,05	637.981,04			
Viagens de Instrução	4 FS 3 AXS	434	880.001,10	651.147,67	1.531.148,77			

8.2.2 - Exercícios sectoriais – Meios envolvidos (Continuação)

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Unidades orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos acrescidos (euros)			Unidades orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (outros Ramos)	Não nacionais	
INTEGREX 08	1 FFGH, 1 FS							Custos contabilizados no INSTREX 01/08
ANFÍBIO ALFA - BRAVO	BF2/UMD	66	2.389,50	880,06	3.269,56			
CAE	BF2	117		8,82	8,82			
CAE	BF2	104		1.003,00	1.003,00			
CAE	DAE/CATT/BF	15						
CAE	DAE/CATT/BF	15						
CAE	DAE/CATT/BF	15						
COSTA ABERTA	BF2	123		122,39	122,39			
COSTA ABERTA	BF1	131		144,77	144,77			
CTALC 0801	BF2/CAF	129		2.539,25	2.539,25			
CTALC 0802	CAF	97		1.412,36	1.412,36			
CTALC 0803	CAF	36		1.690,27	1.690,27			
CTALC 0807	CAF	51		3.635,26	3.635,26			
FAST ROPE	CAF	27		49,50	49,50			
FAST ROPE	CAF	22		41,58	41,58			
FAST ROPE	CAF	15		42,12	42,12			
FAST ROPE	DAE/DRIHELI/CATT/BF	20						
FAST ROPE	DAE/DRIHELI/CATT/BF	20						
FAST ROPE	BF2	218		35,96	35,96			
FTX 0802	BF1	133		-	8.165,00			
FTX BLD	BF2/CAF/UMD/BF	477	2.389,50	673,12	3.062,62			
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						

8.2.2 - Exercícios sectoriais – Meios envolvidos (Continuação)

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Unidades orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos acrescidos (euros)			Unidades orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (outros Ramos)	Não nacionais	
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						
MERGULHO	DAE/CATT/BF	20						
MILAN	CAF	28		41.337,51	41.337,51			
MONTANHISMO	BF2	4						
NATAÇÃO UTILITÁRIA	CAF	19		22,94	22,94			
NATAÇÃO UTILITÁRIA	CAF	16		10,75	10,75			
NATAÇÃO UTILITÁRIA	BF2/UMD	50		0,99	0,99			
NATAÇÃO UTILITÁRIA	CAF	22		129,33	129,33			
NATAÇÃO UTILITÁRIA	CAF	22		154,88	154,88			
ORIENTAÇÃO	CAF	20		49,20	49,20			
ORIENTAÇÃO	CAF	22		279,51	279,51			
ORIENTAÇÃO	CAF	27		131,59	131,59			
ORIENTAÇÃO	CAF	19		106,65	106,65			
ORIENTAÇÃO	CAF	24		181,45	181,45			
ORIENTAÇÃO	CAF	24		135,10	135,10			
ORIENTAÇÃO	CAF	22		135,56	135,56			
ORIENTAÇÃO	DAE/CATT	20						
ORIENTAÇÃO	DAE/CATT	20						
ORIENTAÇÃO	DAE/CATT	20						
ORIENTAÇÃO	DAE/CATT	20						
ORIENTAÇÃO	DAE/CATT	20						
ORIENTAÇÃO	DAE/CATT	20						
ORIENTAÇÃO	BF2	99		106,00	106,00			
ORIENTAÇÃO	BF2	73		214,00	214,00			
ORIENTAÇÃO	BF2	109						
ORIENTAÇÃO	BF2	58		113,49	113,49			

8.2.2 - Exercícios sectoriais – Meios envolvidos (Continuação)

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Unidades orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos acrescidos (euros)			Unidades orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (outros Ramos)	Não nacionais	
POTG 08 (PANTROIE)	BF1/BF2/DAE/UMD	116		959,70	959,70			
PROCIV IV	BF2/UMD/BF	58	222,35	1.881,08	2.103,43			
SAPADORES	BF2/CAF	20		2.030,25	2.030,25			
SAPADORES	CAF	10		37,30	37,30			
SNIPER	CAF	10		920,35	920,35			
SNIPER	CAF	13		416,09	416,09			
SNIPER	DAE/CATT	4						
SNIPER	DAE/CATT	4						
TALO	CAF/DAE	15						
TIREX 0801	BF2	169		3.299,21	3.299,21			
TIREX 0802	BF1	114		7.673,65	7.673,65			
TIREX 0803	UPN/CAF	147		1.960,86	1.960,86			
TIREX 0807	BF2	133		2.024,51	2.024,51			
TIREX 0810	CAF	33		2.497,98	2.497,98			
TIRO	DAE/BF	15						
TIRO	DAE/BF	15						
TIRO	DAE/BF	15						
TIRO	DAE/BF	15						
TIRO	DAE/BF	15						
TIRO	DAE/BF	15						
TIRO	DAE/BF	15						
TIRO	DAE/BF	15						
TIRO	DAE/BF	15						
TIRO	DAE/BF	15						
TROIA 0803	BF1	138		5.973,44	5.973,44			
TROIA 0804	UPN	141		8.275,54	8.275,54			
TROIA 0806	CAF	89		107.415,16	107.415,16			
VBSS	DAE/DRIHEL/CATT/BNL/BF	15						
VBSS	DAE/DRIHEL/CATT/BNL/BF	15						
VBSS	DAE/DRIHEL/CATT/BNL/BF	15						
VBSS	DAE/DRIHEL/CATT/BNL/BF	15						
VBSS	DAE/DRIHEL/CATT/BNL/BF	15						
VBSS	DAE/DRIHEL/CATT/BNL/BF	15						

8.2.3 - Exercícios combinados – Exercícios realizados

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos operacionais envolvidos	OBS.
REAL THAW 08	LIVEX	22Jan	Áreas nacionais de exercícios	COFA	COFA	COMNAV	
INSTREX 01-08	LIVEX	25 - 28Fev	Áreas nacionais de exercícios	COMNAV	COMNAV	COMNAV COFA	
IT MINEX 08	LIVEX	31Mar - 14Abr	Mediterrâneo Central	CINCNV	COMFORDRAG		
ESPABRAS 08	LIVEX	01Abr - 30Mai	Atlântico Sul	ALFLOT	ALFLOT	COMNAV	
PHOENIX EXPRESS 08	LIVEX	08 - 22Abr	Mediterrâneo	USEUCOM	CNE	COMNAV	
NATO CMX 08	CPX	16 - 22Abr		SHAPE	SHAPE	CEMGFA	
SNOW MASTER	CPX	21 - 26Abr	Bélgica	SHAPE	EUGERMIN	-	
NEWFIP 03	LIVEX	07 - 08Mai	Áreas nacionais de exercícios	CC-AIR IZMIR	CAOC 10	COMNAV COFA	
CADET TRAINING 08	LIVEX	13 - 20Mai	Mediterrâneo	ALFAN	COMJANDARC	COMNAV	
SANDY BEACH 08	LIVEX	16 - 29Mai	Alemanha	CINCGERFLEET	GE NAV CDCOY		
BOLD MONARCH 08	LIVEX	26Mai - 06Jun	Noruega	JFC BRUNSSUM	COMSUBNORTH		
CANALE 08	LIVEX	01 - 09Jun	Mediterrâneo	IT CHOD / CAFM	COMFORPAT / COL GS AFM		
UNIFIED BLADE 08	LIVEX	13 - 27Jun	Portugal	SHAPE	SHAPE	COMNAV	
SWORDFISH 08	LIVEX/ INVITEX	16 - 27Jun	Áreas nacionais de exercícios	COMNAV	COMNAV	COMNAV COFA	Em simultâneo com o LOYAL MARINER 08
LOYAL MARINER 08	LIVEX	16 - 27Jun	Atlântico	JC LISBON	MCC NORTHWOOD		Em simultâneo com o SWORDFISH 08
OST	LIVEX	15Set - 23Out	Plymouth	FOST	FOST	COMNAV	

8.2.3 - Exercícios combinados – Exercícios realizados (Continuação)

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos operacionais envolvidos	OBS.
EXERCÍCIO ANTIPOLUIÇÃO	LIVEX	17Set	Áreas nacionais de exercícios	Agência Europeia de Segurança Marítima (AESM)	Agência Europeia de Segurança Marítima (AESM)		
FAMEX 08	CPX/ LIVEX	01 - 10Out	Espanha	ALMART	ALMART		
BOLD MASTER	CPX	15 - 24Out	Alemanha	SHAPE	MCC NORTHWOOD		
SEABORDER 08	LIVEX	04 - 06Nov	Áreas nacionais de exercícios	CEMGFA JEMAD	COMNAV ALMART	COMNAV COFA ALMART	
DEEP DIVEX 2008	LIVEX/ INVITEX	17 - 28Nov	Curaçao	ABNL	RNLN Dive and EOD Unit		
AUSTRAL	LIVEX	18Nov	Áreas nacionais de exercícios	Agência Europeia de Segurança Marítima (AESM)	Agência Europeia de Segurança Marítima (AESM)		
PROCIV 08	LIVEX	21 - 23Nov	Portugal Continental	ANPC	ANPC	COMNAV	
POTG 08	LIVEX	09 - 12Dez	Áreas nacionais de exercícios	COMNAV	COMNAV		

8.2.4 - Exercícios combinados – Meios envolvidos

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
REAL THAW 08	1 FFGH	184	2.140,55	8.408,44	10.548,99	
INSTREX 01-08	2 FFGH, 2 FS, 1 LCU	541	40.926,15	144.932,72	185.858,87	
IT MINEX 08	1 OF EM	1	1.404,00	-	1.404,00	
ESPABRAS 08	1 COY	100	56.523,36	266.589,57	323.112,93	
PHOENIX EXPRESS 08	1 FFGH	189	92.567,87	247.930,15	340.498,02	
NATO CMX 08	1 Centro Operações COMNAV	10				
SNOW MASTER	1 Equipa (2 OF, 1 SAR)	3	4.385,00		4.385,00	
NEWFIP 03	1 FFGH, 1 FS	443				Custos FS incluídos DNP e FFGH durante PASSEX navio Russo
CADET TRAINING 08	1 FFGH, 1 FS	264	448.828,01	129.839,33	578.667,34	
SANDY BEACH 08	2 Obs. (1 OF, 1 SAR)	2	7.696,81		7.696,81	

8.2.4 - Exercícios combinados – Meios envolvidos (Continuação)

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Unidades orgânicas/Meios	Efectivo	Custos acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
BOLD MONARCH 08	3 Obs. (3 OF)	3	4.731,36		4.731,36	
CANALE 08	1 Obs. (1 OF)	1				Participação no exercício suportada pelo EMGFA
UNIFIED BLADE 08	1 Equipa (1 OF, 2 SAR)	3	208,40	15,00	223,40	
SWORDFISH 08	1 FFGH, 3 FS, 2 PBF, 1 AGSC, 1 LCU, 1 DAE, 1 BLD, 1 CDT	886	171.675,26	505.108,46	676.783,72	
LOYAL MARINER 08	1 FFGH	184				Custos participação incluídos participação SNMG1
OST	1 FFGH	189	378.542,41	590.330,03	968.872,44	
EXERCÍCIO ANTIPOLUIÇÃO	1 FFGH, 1 PBF	211				Custos incluídos DNP
FAMEX 08	1 FS	75	21.251,57	60.402,41	81.653,98	
BOLD MASTER	1 Equipa (2 OF, 1 SAR)	3	5.798,33		5.798,33	
SEABORDER 08	1 FS	106	2.888,92	12.744,08	15.633,00	
DEEP DIVEX 2008	1 Equipa (1 OF, 2 SAR, 4 PRAÇAS)	7	25.024,00		25.024,00	
AUSTRAL	1 FS, 1 PBF	83				Custos incluídos DNP
PROCIV 08	1 FS, 1 LCU	106		1.407,98	1.407,98	
POTG 08	1 FFGH, 2 FS, 1 CDT, 1 COY FZ	265	5.019,52	14.521,20	19.540,72	

8.3 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DO EXÉRCITO

8.3.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios realizados

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos operacionais envolvidos	OBS.
ORION 08	LIVEX	06 - 17OUT	Território Nacional	CEME	Cmdt Op	CmdOp, CmdLog, CID	
RELÂMPAGO 08	LIVEX	24 - 28MAR	Vieira de Leiria	Cmdt Op	Cmdt RAAA1	BrigInt, BrigMec, ZMM, ZMA	EXE
EFICÁCIA 08	LIVEX	14 - 24ABR	CMSM	Cmdt Op	Cmdt BrigMec	BrigMec, BrigInt	EXE
ROSA BRAVA	CPX & LIVEX	14 - 24ABR	CMSM	Cmdt Op	Cmdt BrigMec	BrigMec	Brig
DRAGÃO 08	CPX & LIVEX	11 - 16MAI	Serra da Padrela	Cmdt Op	Cmdt BrigInt	BrigInt	Brig
APOLO 08	CPX & LIVEX	16 - 24JUN	Campo de Tiro de Alcochete	Cmdt Op	Cmdt BrigRR	BrigRR	Brig
LINCE	LIVEX	21 - 25JAN	CMSM	Cmdt BrigMec	2º Cmdt BrigMec	BrigMec	UEB/UEC I
LOBO	LIVEX	12 - 24FEV	CMSM	Cmdt BrigMec	2º Cmdt BrigMec	BrigMec	UEB/UEC I
RINOCERONTE	LIVEX	03 - 07MAR	CMSM	Cmdt BrigMec	2º Cmdt BrigMec	BrigMec	UEB/UEC I
URANO	LIVEX	25 - 28MAR	CMSM	Cmdt BrigInt	2º Cmdt BrigInt	BrigInt	UEB/UEC I
CENTAURO	LIVEX	15 - 22ABR	Campo de Tiro de Alcochete	Cmdt BrigRR	2º Cmdt BrigRR	BrigRR	UEB/UEC I
CACHALOTE	CPX	03 - 04MAI	Faial/Pico	Cmdt Op	Cmdt ZMA	ZMA	UEB/UEC I
MORSA	LIVEX	01ABR	Madeira	Cmdt ZMM	2º Cmdt ZMM	ZMM	UEB/UEC II
JUPITER	LIVEX	11 - 16MAI	Serra da Padrela	Cmdt BrigInt	2º Cmdt BrigInt	BrigInt	UEB/UEC II
VIRIATO	LIVEX	28MAI - 06JUN	Lamego	Cmdt BrigRR	2º Cmdt BrigInt	BrigRR, BrigInt	UEB/UEC II
BALEIA	LIVEX	13NOV	Açores	Cmdt Op	Cmdt ZMA	ZMA	UEB/UEC II
TANGO	LIVEX	17 - 21NOV	CMSM	Cmdt BrigRR	2º Cmdt BrigRR	BrigRR	UEB/UEC II
ESTIO	LIVEX	02 - 05DEZ	Campo de Tiro de Alcochete	Cmdt BrigRR	2º Cmdt BrigInt	BrigRR, BrigInt	UEB/UEC II
SHAMA 081	LIVEX	26 - 30ABR	Vila Real	Cmdt BrigInt	Cmdt RE3	BrigInt	FND Líbano
SHAMA 082	LIVEX	27OUT	Santa Margarida	Cmdt BrigMec	2º Cmdt BrigMec	BrigMec	FND Líbano
KABUL 081	LIVEX	10 - 16JAN	Beja	Cmdt BrigRR	2º Cmdt BrigRR	BrigRR	FND Afeganistão
PRISTINA 081	LIVEX	23 - 31JAN	Beja	Cmdt BrigRR	2º Cmdt BrigRR	BrigRR	FND Kosovo
ARMAGEDDON 08	LIVEX	30JUN - 04JUL	Santa Margarida	Cmdt Op	Cmdt BrigMec	FA	CGCIMIC
PARDAL	SIGEX	MENSAL	Açores	CEMGFA (COA)	COA Coord CZMARA, CZMA, CZAA	Forças da FOP da ZMM	Interoperabilidade CSI
FOCA 082	LIVEX	06 - 07MAI	S. Miguel	COA	CZMA	COA, CZMA, CZMARA	

8.3.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios realizados (Continuação)

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos operacionais envolvidos	OBS.
FOCA 081	LIVEX	14 - 16JUL	Terceira/S. Jorge	COA	CZMA	COA, CZMA, CZMARA	
CANARIO 083	LIVEX	05NOV	Terceira	COA	CZMA	COA, CZMA, CZAA	
PRISTINA START 082	LIVEX	24 - 31JUL	Cabeceiras de Basto	Cmdt BrigInt	2º Cmdt BrigInt	BrigInt	FND Kosovo
METEROSIDERO 081	LIVEX	25 - 29FEV	Terceira	Cmdt ZMA	Cmdt RG1	CZMA	
PRIOLO 081	LIVEX	01 - 03ABR	S. Miguel	Cmdt ZMA	Cmdt RG2	CZMA	
PRIOLO 082	LIVEX	13 - 14NOV	S. Miguel	Cmdt ZMA	Cmdt RG2	CZMA	
METEROSIDERO 082	LIVEX	04 - 06NOV	Terceira	Cmdt ZMA	Cmdt RG1	CZMA	

8.3.2 - Exercícios sectoriais – Meios envolvidos

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Unidades orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos acrescidos (euros)			Unidades orgânicas/ meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (outros Ramos)	Não nacionais	
ORION 08		3.000		190.000,00	190.000,00			
RELÂMPAGO 08	RAAA1 e BAAA das Zonas Militares, das Brigadas e das Forças de Apoio Geral	255		31.088,73	31.088,73			
EFICÁCIA 08	BrigMec, GAC's do SFN-Ex e Unidades de Morteiros do Exército e da Marinha	(a)		23.505,81	23.505,81			
ROSA BRAVA	BrigMec e Forças de Apoio Geral	1.720		25.979,20	25.979,20			
DRAGÃO 08	BrigInt e Forças de Apoio Geral	928		43.700,00	43.700,00			
APOLO 08	BrigRR e Forças de Apoio Geral	989		44.540,00	44.540,00			
LINCE	1º BIMec/BrigMec	446		11.216,89	11.216,89			
LOBO	ERec/BrigMec	84		4.183,97	4.183,97			
RINOCERONTE	GCC/BrigMec	57		8.304,66	8.304,66			
URANO	GAC/BrigInt	163		5.698,00	5.698,00			
CENTAURO	ERec/BrigRR	68		1.828,00	1.828,00			
CACHALOTE	RG1, RG2, UAp, CZMA	37		1.612,40	1.612,40			
MORSA	RG3	31		295,00	295,00			
JUPITER	1º BI e Forças BrigInt	(b)		10.000,44	10.000,44			

(a) Integrado no exercício ROSA BRAVA;

(b) Integrado no exercício DRAGÃO.

8.3.2 - Exercícios sectoriais – Meios envolvidos (Continuação)

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Unidades orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos acrescidos (euros)			Unidades orgânicas/ meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (outros Ramos)	Não nacionais	
VIRIATO	CTOE	260		15.900,00	15.900,00			
BALEIA	CZMA, RG2, UAp	102		2.050,00	2.050,00			
TANGO	GAC/BrigRR	180		5.990,00	5.990,00			
ESTIO	CTC	86		5.000,00	5.000,00			
SHAMA 081	RE3	192		4.027,20	4.027,20			
SHAMA 082	CEng/BrigMec	192		4.125,00	4.125,00			
KABUL 081	2ª CCmds/CTC/BrigRR	149		4.600,00	4.600,00			
ARMAGEDDON	FA (CGCIMIC)	140		1.037,82	1.037,82			
PARDAL	RG1, RG2 e UAp	35		500,00	500,00			
FOCA 082	RG2	70		250,00	250,00			
FOCA 081	RG1	35		253,06	253,06			
CANARIO 083	RG1	68		450,00	450,00			
PRISTINA 081	RI15	304		44.067,60	44.067,60			
PRISTINA START 082	1º BI/BrigInt	448		22.928,30	22.928,30			
METEROSIDERO 081	RG1	83		1.440,00	1.440,00			
PRIOLO 081	RG2	157		1.440,00	1.440,00			
PRIOLO 082	RG2	149		2.495,48	2.495,48			
METEROSIDERO 082	RG1	89		1.440,00	1.440,00			

8.3.3 - Exercícios combinados – Exercícios realizados

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos operacionais envolvidos	OBS.
ETRURIA	CPX	19 - 30MAI	ITA	4NATIONS	AOMEUROFOR		
SILVER FLASH	LIVEX	19 - 30MAI	ESP	GEFUL	COMBRIPAC	BrigRR	
VIRIATO	LIVEX	28MAI-06JUN	PRT	Cmdt BrigRR	2º Cmdt BrigRR	CTOE/BrigRR	
ALMOGAVAR	LIVEX	11 - 20JUN	ESP			CTOE/BrigRR	
ARRCADE FUSION	LIVEX	02 - 14NOV	DEU e IT			BrigRR, BrigInt	
FRONTERA	LIVEX	07 - 11NOV	ESP			BrigMec	
COMBINED ENDEAVOUR	LIVEX	01 - 15MAI	DEU			DSCI	
SAGITÁRIO	LIVEX	11 - 16MAI	PRT			BrigInt	
UNIFIED BLADE	LIVEX	15 - 29JUN	NOR			CISM	

8.3.4 - Exercícios e treino – Exercícios combinados – Meios envolvidos

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Unidades orgânicas/Meios	Efectivo	Custos acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
ETRURIA	BrigInt	4	4.895,30	9.273,42	14.168,72	
SILVER FLASH	BrigRR	17	8.025,05	6.441,12	14.466,17	
VIRIATO	CTOE	260		15.900,00	15.900,00	
ALMOGAVAR	CTOE	24	10.584,44	481,75	11.066,19	
ARRCADE FUSION	BrigRR e BrigInt	33	39.643,54	24.606,35	64.249,89	
FRONTERA	BrigMec	55	19.661,67		19.661,67	
COMBINED ENDEAVOUR	DCSI	3	10.182,94	9.801,33	19.984,27	
SAGITÁRIO	BrigInt			14.498,67	14.498,67	
UNIFIED BLADE	CISM	2	1.298,10	4.556,34	5.854,44	
FELINO 08	BrigRR	487		74.886,00	74.886,00	

8.4 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA FORÇA AÉREA

8.4.1 - Participação em exercícios sectoriais de outros ramos – Exercícios realizados

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos operacionais envolvidos	OBS.
APOLO 08	LIVEX	16 - 22JUN	PORTUGAL	CEME	COFT	COFT, COFA	
EFICÁCIA 08 / ROSA BRAVA 08	LIVEX	17 - 23ABR	PORTUGAL	CEME	COFT	COFT, COFA	
ARMAGEDON 08	LIVEX	23 - 27JUN	PORTUGAL	CEMGFA	COFT	COFT, COFA, COMNAV	
EMERGÊNCIA TOTAL	LIVEX	15 - 16OUT	PORTO SANTO		COM	COM	
INSTREX 08/01	LIVEX	25 - 29FEV	PORTUGAL	CEMA	COMNAV	COMNAV, COFA	
KABUL 081	LIVEX	09 - 18JAN	PORTUGAL	CEME	COFT	COFT, COFA	
ORION 08	LIVEX	06 - 17OUT	PORTUGAL	CEME	COFT	COFT, COFA	
PROCIV IV	LIVEX	21 - 23NOV	PORTUGAL	ANPC	ANPC	COFT, COFA, COMNAV	

8.4.1 - Participação em exercícios sectoriais de outros ramos – Exercícios realizados (Continuação)

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos operacionais envolvidos	OBS.
SAR – MASS RESCUE 08	LIVEX	15OUT	PORTUGAL	CEMA	COMNAV	COMNAV, COFA	
VIRIATO 08	LIVEX	30MAI - 03JUN	PORTUGAL	CEME	COFT	COFT, COFA	

8.4.2 - Participação em exercícios sectoriais de outros ramos – Meios envolvidos

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivos	Custos acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
APOLO 08	C130 ALIII	Pilotos e respectivas tripulações (b)	5.048,00 (a)	11.690,80	16.738,80	
EFICÁCIA 08 / ROSA BRAVA 08	AJET F16 ALIII TACP	Pilotos e respectivas tripulações - 02 OF 03 SAR 01 PRAÇA	5.981,80 (a)	66.145,90	72.127,70	
ARMAGEDON 08		04 OF 03 SAR				
EMERGÊNCIA TOTAL	EH101 C212	Pilotos e respectivas tripulações (b)	5.016,10 (a)	11.706,10	16.722,20	
INSTREX 08/01	C212 F16	Pilotos e respectivas tripulações (b)	1.097,20	111.903,10	113.000,30	
KABUL 081	AJET TACP	Pilotos e respectivas tripulações - 02 OF 03 SAR 01 PRAÇA		24.450,30	24.450,30	
ORION 08	C130 C212 ALIII F16 AJET EH101 TACP	Pilotos e respectivas tripulações - 03 OF 02 SAR 02 PRAÇAS	12.891,40 (a)	53.393,30	66.284,70	
PROCIV IV	ALIII	Pilotos e respectivas tripulações + 184 MILITARES	1.955,00 (a)	4.560,30	6.515,30	
SAR – MASS RESCUE 08	EH101	Pilotos e respectivas tripulações (b)	5.131,60 (a)	11.976,40	17.108,00	
VIRIATO 08	C212 ALIII	Pilotos e respectivas tripulações (b)	4.233,80 (a)	9.878,60	14.112,40	

(a) Custos com pessoal somente contando com pessoal navegante e de manutenção;

(b) Exercício realizado em território nacional cuja participação a nível de pessoal não navegante é impossível de concretizar.

8.4.3 - Exercícios combinados – Exercícios realizados

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos operacionais envolvidos	OBS.
CMX 08	CPX	01 - 07MAR	NATO WIDE	SECGEN	SECGEN	COMNAV, COFT, COFA	
EU TERROR ATTACK	LIVEX	04 - 07NOV	FRANÇA	EU	EU		EXER. AMBITO UNIÃO EURO-PEIA
FWIT 08	LIVEX	12MAI - 25JUL	HOLANDA NORUEGA	FWIT SC	RNLAF RNOAF	COFA	CURSO / EXERCICIO
MORSA 1-08	LIVEX	14 - 15MAI	AÇORES	CJMOA / COFA	RCC's	COFA	EEMMPP
MORSA 2-08	LIVEX	03 - 04JUN	ESPAÑA	CJMOA / COFA	RCC's	COFA	EEMMPP
NEWFIP 03	LIVEX	05 - 16MAI	PORTUGAL ESPANHA	CC AIR IZMIR	CAOC10/CAOC8	COFA, COMNAV, COFT	EW
NOBLE ARDENT 08	LIVEX	06 - 17OUT	FRANÇA	CC AIR IZMIR	FR JFACC	COFA	CERTIF. NRF 12
UNIFIED BLADE 08	LIVEX	13 - 27JUN	TN	SACEUR	CEMGFA	COFA, COMNAV, COFT	
SEABORDER 08	LIVEX	04 - 06NOV	TN	CHOP PRT	COMNAV	COMNAV, COFA	5+5
SWORDFISH 08	LIVEX	17 - 27JUN	TN	CEMA	COMNAV	COMNAV, COFA	
TLP 08)	LIVEX	24NOV -19DEZ	BÉLGICA	CC AIR RAMSTEIN	TLP FLORENNES	COFA	PROGRAMA / CURSO

8.4.4 - Exercícios combinados – Meios envolvidos

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Unidades orgânicas/ Meios	Efectivos	Custos acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal (a)	Operação	Total	
CMX 08		02 OF				
EU TERROR ATTACK		07 OF				
FWIT 08	F16 C130 (Apoio)	33 OF 92 SAR 04 PRAÇAS	308.599,10	815.280,50	1.123.879,60	
MORSA 1-08	P3P	Pilotos e respectivas tripulações	8.702,40	20.308,80	29.011,20	
MORSA 2-08	EH101 C212	Pilotos e respectivas tripulações	19.920,40	44.156,00	64.076,40	

8.4.4 - Exercícios combinados – Meios envolvidos (Continuação)

Ano: 2008

Nome de código do exercício	Unidades orgânicas/ Meios	Efectivos	Custos acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal (a)	Operação	Total	
NEWFIP 03	F16 C212	Pilotos e respectivas tripulações	3.232,40	511.943,60	515.176,00	
NOBLE ARDENT 08	F16 (MLU) C130 (Apoio)	21 OF 43 SAR 05 PRAÇAS	160.891,10	597.573,80	758.464,90	
UNIFIED BLADE 08		05 OF 02 PRAÇAS				
SEABORDER 08	P3P EH101	Pilotos e respectivas tripulações + 07 OF 07 SAR	9.708,00	22.656,70	32.364,70	
SWORDFISH 08	C212 F16 P3 P	Pilotos e respectivas tripulações (b)	50.377,80	252.075,20	302.453,00	
TLP 08	F16 C130 (Apoio)	23 OF 50 SAR 04 PRAÇAS	315.797,70	296.107,50	611.905,20	

(a) Custos com pessoal somente contando com pessoal navegante e de manutenção;

(b) Exercício realizado em território nacional cuja participação a nível de pessoal não navegante é impossível de concretizar.



Apoio Social



Nota Explicativa

Os dados a seguir apresentados foram coligidos pelo Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) e contabilizam:

- as prestações familiares e sociais despendidas com o pessoal militar e civil pelos órgãos e serviços centrais do MDN (OSC/MDN), EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, Instituto da Defesa Nacional e IASFA, a que aludem os Decretos-Leis n.os 223/95, de 8 de Setembro e 133-B/97, de 30 de Maio, este último revogado, na parte relativa ao subsídio familiar a crianças e jovens e ao subsídio de funeral, pelo Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto;
- os subsídios concedidos, pelo IASFA, aos seus beneficiários, previstos no diploma da sua criação, Decreto-Lei n.º 284/95, de 30 de Outubro, e respectivas normas reguladoras.

Tais prestações pecuniárias (abonos, subsídios e prestações complementares) estão agrupadas nas funções de protecção social, consideradas pelo Instituto Nacional de Estatística na sua publicação “Estatísticas de Protecção Social Associações Sindicais Patronais”.

O IASFA intervém junto dos seus beneficiários no campo da acção social complementar, nomeadamente na atribuição de subsídios e outros benefícios sociais.

FUNÇÕES DE PROTECÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIOS

Função invalidez

Subsídio especial de apoio de 3ª pessoa (SEAP), concedido pelo IASFA a beneficiários, em função da sua situação socioeconómica, que se encontrem em situação de necessidade de apoio de terceira pessoa, sem que se torne necessário o seu internamento em estabelecimento hospitalar, ou não seja aconselhável, ou possível, o seu internamento em lar.

Função velhice

Subsídio complementar normal de pensões (SCNP), con-

cedido aos beneficiários que auferem rendimentos inferiores a um determinado valor (mínimo vital) presentemente fixado pelo IASFA;

Subsídio especial de lar (SEL), para auxiliar o internamento em lares (públicos ou privados, não fazendo parte do IASFA), dos beneficiários que, comprovadamente, não possam manter-se no agregado familiar;

Subsídio especial de residente (SER), para permitir aos beneficiários mais carenciados o seu internamento nos Lares Residenciais (LR) e Centros de Recuperação (CR) dos equipamentos sociais do IASFA.

Função sobrevivência

Subsídios por morte e de funeral previstos, respectivamente, nos Decretos-Leis n.os 223/95, de 8 de Setembro e 176/2003, de 2 de Agosto.

Função família

Abono de família para crianças e jovens que visa compensar os encargos decorrentes de situações geradoras de despesas para as famílias, especialmente previstas no Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto;

Bonificação por deficiência, prevista no Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio, acrescentando ao abono de família para crianças e jovens, concedido nos termos do Decreto-Lei n.º 176/2003, de Agosto;

Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial, subsídio mensal vitalício e subsídio por assistência de 3ª pessoa, regulados pelo Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio;

Subsídio complementar de apoio familiar (SCAF), que é concedido pelo IASFA a agregados familiares carenciados, sendo atribuído um montante, definido anualmente, por cada elemento dependente daquele agregado.

Comparticipações concedidas pelo IASFA:

- Escolar (CE), aos agregados com mais fracos recursos económicos e em todos os graus de ensino;
- Especial para o apoio na deficiência (CEAD), anteriormente designada por comparticipação escolar

especial para a reeducação (CEE-R), aos beneficiários titulares ou beneficiários familiares cujos descendentes ou equiparados sejam portadores de deficiência, independentemente da idade, e frequentem estabelecimentos de ensino especial na valência de apoio técnico precoce, valência sócio-educativa ou valência de actividades ocupacionais. A comparticipação poderá ainda ser atribuída pela frequência de ensino regular, nomeadamente em creche e jardim de infância, desde que esta frequência seja considerada essencial para superar ou minimizar a deficiência, contribuindo para um melhor desenvolvimento pessoal e integração social.

OUTRAS FUNÇÕES DE PROTECÇÃO SOCIAL

Assistência a idosos

As Residenciais de Idosos do IASFA constituem um alojamento colectivo para beneficiários idosos em situação de maior risco de perda de independência ou de autonomia, que se encontrem com dificuldades em residir no meio familiar normal.

Os Centros de Recuperação do IASFA constituem um alojamento colectivo para beneficiários idosos em regime de internamento temporário ou definitivo, quer para convalescença quer para situações de dependência moderada ou severa.

Assistência médica e sanitária

O apoio nos cuidados primários de saúde em regime ambulatorio, como complemento de outros sistemas de saúde, a beneficiários titulares e familiares constitui outra missão de protecção social exercida pelo IASFA. Esta acção é concretizada através dos Centros Médicos, onde se efectuam consultas das diversas especialidades, exames auxiliares de diagnóstico, acções terapêuticas e pelo apoio prestado pelos Postos Clínicos. Na assistência sanitária destaca-se o serviço farmacêutico, constituído por uma Farmácia, instalada no Centro de Apoio Social de Oeiras, que tem como missão o apoio sanitário, em medicamentos, aos beneficiários internados nos Centros de Recuperação e Residenciais

de Idosos, aos utentes das consultas externas e aos beneficiários em geral.

Assistência a jovens estudantes e crianças

O apoio a jovens estudantes é prestado pelas Residenciais Universitárias do IASFA, cujo objectivo é proporcionar, de acordo com as disponibilidades, alojamentos aos filhos dos beneficiários titulares matriculados em estabelecimentos de ensino superior na área da Grande Lisboa.

O apoio sócio-educativo aos filhos dos beneficiários titulares do IASFA é disponibilizado por alguns equipamentos ligados à educação, nomeadamente uma Creche, um Jardim de Infância/Pré-Escolar e a Escola de Ensino Básico nº 1 do Alfeite (o ensino básico é ministrado sob a responsabilidade do Ministério da Educação). As Actividades de Tempos Livres, extintas em 2006, deram lugar ao Centro de Recursos que continuou a apoiar os alunos que frequentam aquele estabelecimento de ensino.

Assistência financeira

A assistência financeira prestada pelo IASFA aos beneficiários envolve a concessão de empréstimos que permitem resolver situações gravosas, urgentes e imprevistas.

Assistência habitacional

Um dos objectivos a atingir pelo IASFA, na sua prestação de apoio à habitação, é a disponibilização de fogos aos seus beneficiários em condições favoráveis.

Assistência no lazer

O IASFA, como representante de Portugal no Comité de Ligação dos Organismos Sociais Militares (CLIMS), desenvolve a cooperação entre os organismos responsáveis pela acção social militar, tanto no âmbito da doutrina e metodologias do apoio social como no intercâmbio de jovens e de residências de férias, em apoio da família militar.

O IASFA proporciona aos seus beneficiários, a preços sociais, períodos de férias e de repouso nos Centros de Apoio Social de Oeiras e de Runa e no Centro de Repouso de Porto Santo (CEREPOSA), organizando turnos de frequência de acordo com o calendário e o normativo da época.

9.1 - BENEFICIÁRIOS DO IASFA – DISTRIBUIÇÃO POR RAMOS DAS FA

Ano: 2008

		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Número de beneficiários (a)		15.180	21.561	7.815	44.556
Variação face ao ano de 2007	Em valor absoluto	-524	1.914	-3	1.387
	Em percentagem	-3,34%	9,74%	-0,04%	3,21%

(a) Considerados apenas os beneficiários titulares;

(b) O número de beneficiários do IASFA foi extraído da Base de Dados ADM, o que originou um resultado superior ao atingido em 2007, devido a um maior rigor dos meios informáticos disponíveis.

9.2 - FUNÇÕES DE PROTECÇÃO SOCIAL – INVALIDEZ – SUBSÍDIOS

(euros)

	SEAP	
	N.º (a)	Montante despendido (b)
IASFA	258	23.313,00

(a) N.º de beneficiários contemplados;

(b) Prestações mensais – valor atribuído em média.

9.3 - FUNÇÃO DE PROTECÇÃO SOCIAL – VELHICE – SUBSÍDIOS

(euros)

	SCNP		SEL		SER		TOTAL	
	N.º (a)	Montante despendido (b)	N.º (a)	Montante despendido (b)	N.º (a)	Montante despendido(b) (b)	N.º (a)	Montante despendido(b)
IASFA	125	15.619,00	113	19.325,00	130	25.527,00	368	60.471,00

(a) N.º de beneficiários contemplados;

(b) Prestações mensais – valor atribuído em média.

9.4 - FUNÇÃO DE PROTECÇÃO SOCIAL – SOBREVIVÊNCIA – SUBSÍDIOS

(euros)

Organismo/Ramo	Por morte		De funeral	
	N.º	Montante despendido	N.º	Montante despendido
OSC/MDN				
EMGFA			1	7.516,50
Marinha	18	196.816,82	5	3.601,74
Exército	30	292.137,35	7	41,60 (a)
Força Aérea	4	57.715,14	5	1.044,25
IASFA				
TOTAL	52	546.669,31	18	12.204,09

(a) Valor inclui 5 abonos positivos e 5 correcções relativas a 2007.

9.5 - FUNÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL – FAMÍLIA – SUBSÍDIOS

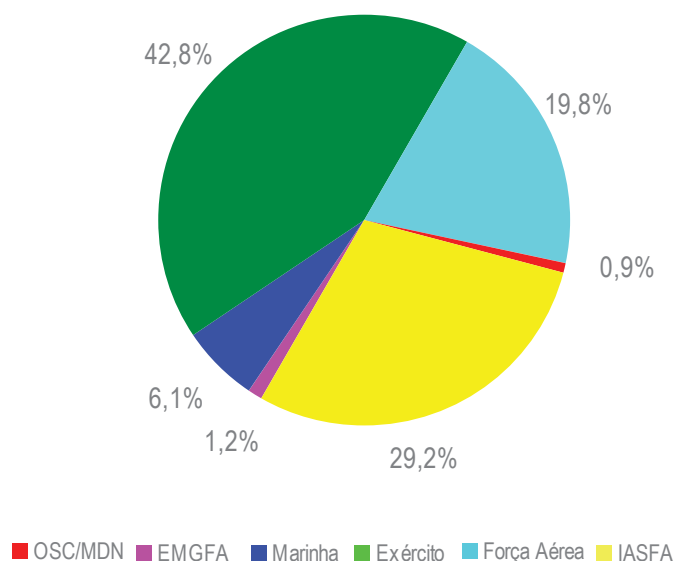
(euros)

Orga- nismo/ Ramo	Familiar		Educação especial		Mensal vitalício		Por assistência de 3ª Pessoa		Bonificação por deficiência		SCAF		CE e CEE-R	
	N.º	MD		MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD
OSC/MDN	158	52.796,39							2	2.310,48				
EMGFA	130	54.000,00					3	3.091,68	5	4.759,80				
Marinha	4.119	132.488,66	1	382,00	36	6.527,64	60	5.238,68	150	12.479,38				
Exército	5.511	1.994.553,94	1	4.554,37	32	55.782,23	47	46.375,20	123	125.984,18				
Força Aérea	2.685	1.016.192,43			10	18.895,80	18	18.269,34	65	58.208,74				
IASFA	54	20.052,75									10	10.418,00	2.285	681.813,00
TOTAL	12.657	3.270.084,17	2	4.936,37	78	81.205,67	128	72.974,90	345	203.742,58	10	10.418,00	2.285	681.813,00

9.6 - TOTAL ANUAL DE SUBSÍDIOS E MONTANTES DESPENDIDOS POR FUNÇÃO

Função	OSC/MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Invalidez Subsídios						258	258
Montante Despendido						279.762,00	279.762,00
Velhice Subsídios						368	368
Montante Despendido						725.662,00	725.662,00
Sobrevivência Subsídios		1	23	37	9		70
Montante Despendido		7.516,50	200.418,56	292.178,95	58.759,39		558.873,40
Família Subsídios	160	138	4.366	5.714	2.778	2.349	15.505
Montante Despendido	55.106,87	61.851,48	157.116,36	2.227.249,92	1.111.566,31	712.283,75	4.325.174,69
TOTAL Subsídios	160	139	4.389	5.751	2.787	2.975	16.201
Montante Despendido	55.106,87	69.367,98	357.534,92	2.519.428,87	1.170.325,70	-	5.889.472,09

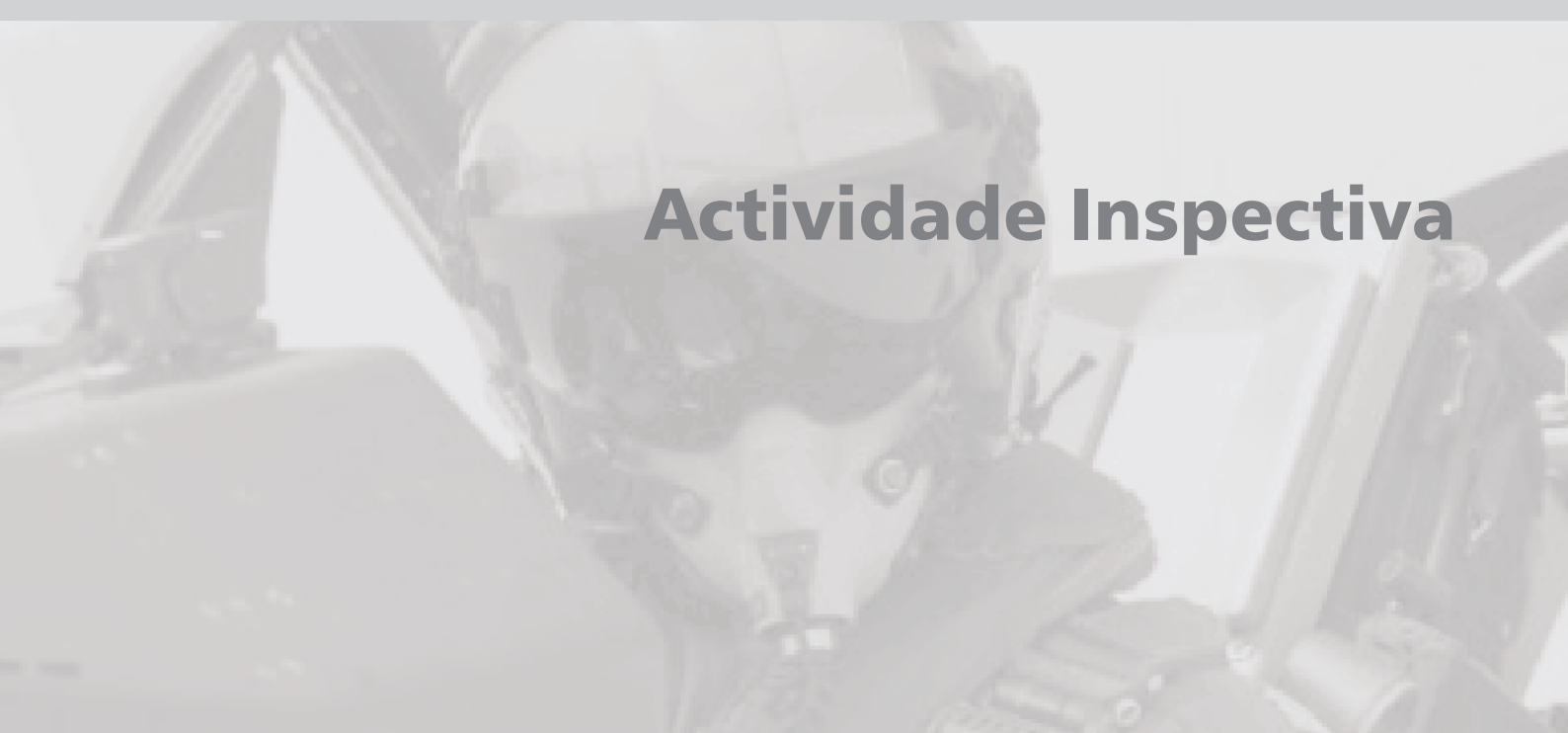
Distribuição de subsídios



9.7 - OUTRAS FUNÇÕES DE PROTECÇÃO SOCIAL

Nº de beneficiários	2006	2007	2008
Assistência a Idosos			
Residenciais de Idosos	197	204	217
Centros de Recuperação	174	177	186
Subtotal	371	381	403
Assistência Médica			
Consultas	40.613	41.002	42.906
Exames Auxiliares de Diagnóstico	15.126	13.361	12.333
Fisioterapia	53.592	68.334	83.734
Subtotal	109.331	122.697	138.973
Assistência a Jovens e Crianças			
Residenciais Universitárias	2	6	6
Creche	29	64	63
Jardim de Infância/Pré-Escolar	159	142	145
Escola de Ensino Básico/Centro de Recursos (CERE)	196	215	221
Subtotal	386	427	435
Assistência Financeira			
Empréstimos	411	661	570
Assistência Habitacional			
Habitação económica	1.666	1.619	1.570
Assistência no Lazer			
CLIMS	5.091	1.850	2.010
Colónias de Férias e Centro de Repouso de Porto Santo	557	455	439
Subtotal	5.648	2.305	2.458
TOTAL	117.813	128.090	144.409

NOTA: No CLIMS incluíram-se, para além dos beneficiários do IASFA, os beneficiários dos países membros da família militar europeia.



Actividade Inspectiva



Nota Explicativa

Da análise da actividade inspectiva desenvolvida durante o ano de 2008, verifica-se que foram inspeccionados 177 unidades, estabelecimentos e órgãos (U/E/O), dos quais 92 pelos órgãos de inspecção da Marinha, 32 pelos do Exército e 31 pelos da Força Aérea. Foram ainda efectuadas 22 acções de inspecção pela IGDN.

Complementarmente, considera-se relevante sublinhar:

- A manutenção e desenvolvimento da colaboração institucional no quadro do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado (SCI), designadamente através da participação activa da IGDN nos trabalhos das Secções Especializadas “Informação e Planeamento” e “Normas e Metodologias”;
- A significativa redução dos tempos médios das auditorias, devido a uma melhoria nos processos de Inspeção;
- O aumento do número de equipas multidisciplinares, contribuindo para uma maior abrangência das inspecções;
- O esforço de revisão/actualização das Instruções Técnicas, adequando-as à realidade do quadro normativo em vigor e aos novos métodos e técnicas de auditoria.

De forma a otimizar a informação sobre a actividade desenvolvida, apresenta-se um conjunto de dados abrangendo os dados relativos ao ano em análise e os dados retrospectivos, no caso da IGDN.

CONCEITOS

Inspeções gerais (IG) – Inspeções realizadas com o concurso das inspecções da administração dos meios humanos, dos meios materiais e dos meios financeiros, actuando conjuntamente.

Inspeções parcelares (IP) – Inspeções realizadas por apenas duas das três áreas, administração dos meios humanos, dos meios materiais ou dos meios financeiros.

Inspeções técnicas (IT) – Inspeções realizadas por uma única inspecção.

Inspeção ordinária (IO) – Inspeção programada no Plano de Actividades.

Auditoria (AD) – Exame metodológico com a finalidade de exprimir uma opinião sobre a conformidade global entre o seu objecto e as disposições legais ou normas aplicáveis.

Inspeção extraordinária (IE) – Inspeção não programada.

Inspeção inopinada (II) – Inspeção não prevista.

Inspeção de Avaliação Operacional (IAO) – Inspeção que se destina a avaliar e verificar a prontidão das unidades de acordo com a sua categoria de prontidão.

10.1 – INSPECÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS EXECUTADAS PELA IGDN

Área	Tipo	Planeamento	U/E/O	Estrutura	N.º de inspectores	Dias de actividade		
						Planeamento	Execução	Relatório
IAMH	IT	IO	Esquadilha de Helicópteros da Marinha	Marinha	2	6	4	14
IAMH	IT	IO	Hospital Militar Regional N.º 1	Exército	2	8	5	22
IAMH	IP	IO	Escola Prática de Cavalaria	Exército	2	7	5	14
IAMH	IT	IO	Escola de Tropas Pára-Quedistas	Exército	2	6	6	14
IAMM	IP	IO	Depósito Geral de Material da Força Aérea	Força Aérea	3	1	7	17
IAMM	IT	IO	Centro Militar de Educação Física do Exército	Exército	4	6	8	17
IAMM	IP	IO	Centro de Abastecimento da Direcção de Abastecimento	Marinha	3	4	6	16
IAMM	IP	IO	Regimento de Manutenção	Exército	4 + 1 (a)	3	7	17
IAMM	IP	IO	Regimento de Artilharia N.º 4	Exército	5 + 1 (a)	2	8	19
IAMM	IP	IO	Depósito Geral de Material do Exército	Exército	3	3	8	17
IAMM	IP	IO	Depósito Militar NATO de Lisboa	Marinha	5	3	7	12
IAMF	IT	IO	Instituto Hidrográfico	Marinha	2	10	20	17
IAMF	IP	IO	Exército (despesa com pessoal)	Exército	3	10	25	22
IAMF	IT	IO	Instituto de Estudos Superiores Militares	MDN	3	5	15	11
IAMF	IT	IO	Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos	Exército	5	10	20	15
ART	IP	IO	Repartição de Recrutamento e Selecção/DSP	Marinha	8	3	10	25
ART	IG	IE	Instituto de Acção Social das Forças Armadas	MDN	8	5	8	12,5

ART - Inspeções articuladas com equipas multidisciplinares e temáticas;

(a) Militar requisitado ao Exército.

10.2 – INSPECÇÕES DE ANÁLISE DE PROGRAMAS E SISTEMAS EXECUTADAS PELA IGDN

Sistema	Tipo	Planeamento	U/E/O	Estrutura	N.º de inspectores	Dias de actividade		
						Planeamento	Execução	Relatório
ASIM	IP	IO	Regimento de Infantaria Nº 1	Exército	5	6	5	16
ASIM	IP	IO	Escola de Fuzileiros	Marinha	4 + 1 (a)	5	5	17
ASIM	IP	IO	Centro de Formação Militar e Técnica	Força Aérea	5 + 1 (b)	5	5	17
ASIM	IP	IO	Regimento de Guarnição Nº 2	Exército	5	7	5	17
ASCSP	IG	IO	Centro de Recrutamento e Mobilização	Força Aérea	7	7	5	17

(a) Militar requisitado à Marinha;

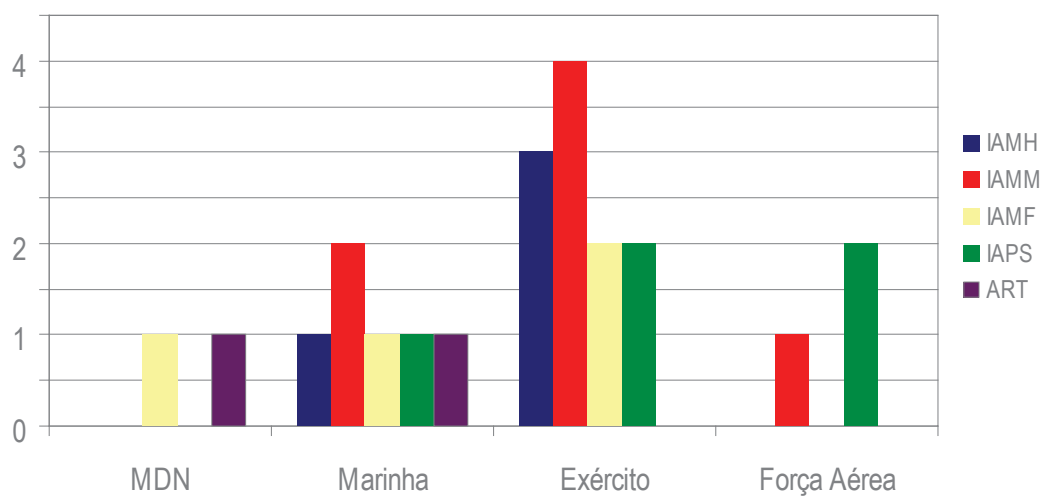
(b) Militar requisitado à Força Aérea.

10.3 – INSPECÇÕES REALIZADAS PELA IGDN EM 2008

Área	MDN	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
IAMH		1	3		4
IAMM		2	4	1	7
IAMF	1	1	2		4
IAPS		1	2	2	5
ART	1	1			2
TOTAL	2	6	11	3	22

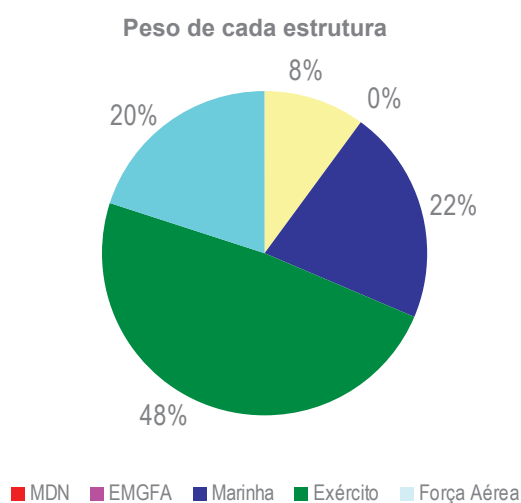
ART – Inspeções articuladas com equipas multidisciplinares e temáticas.

Inspeções em 2008



10.4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSPECÇÕES ÀS ESTRUTURAS

Estrutura	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
MDN	5	4	1	2	6	18
EMGFA						
Marinha	5	12	11	6	5	39
Exército	13	28	18	16	13	88
Força Aérea	6	9	11	7	3	36
TOTAL	29	53	41	31	27	181

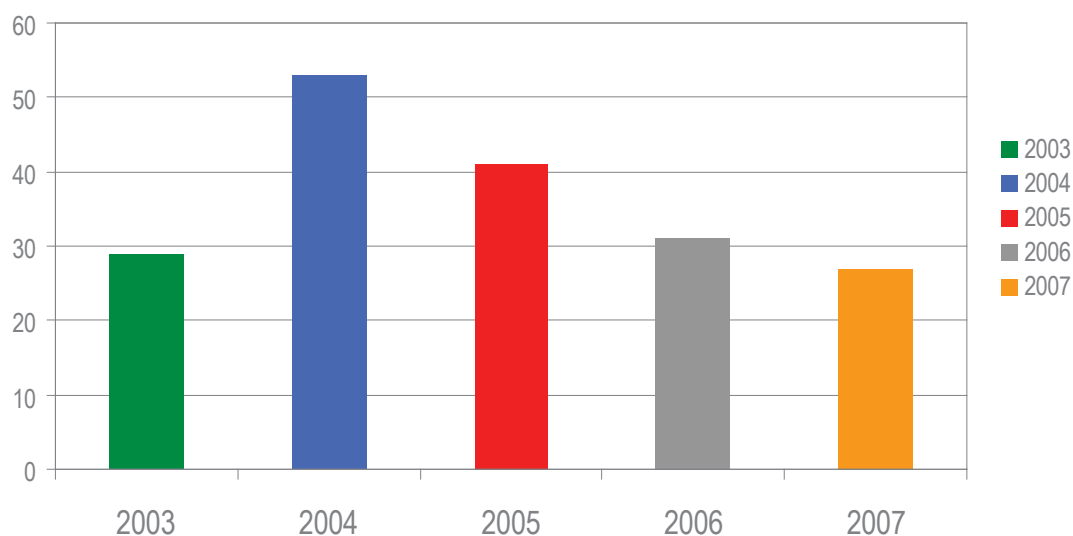


10.5 – NÚMERO DE INSPECÇÕES REALIZADAS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Área	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
IAMH	5	6	9	5	5	30
IAMM	5	10	11	9	8	43
IAMF	6	7	9	4	4	30
IAPS	13	30	12	13	5	73
ART					5	5
TOTAL	29	53	41	31	27	181

ART – Inspeções articuladas com equipas multidisciplinares e temáticas.

Inspeções nos últimos 5 anos



10.6 – INSPECÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS EXECUTADAS PELOS RAMOS

Ramo	Tipo	Planeamento	U/E/O inspeccionadas						Nº de inspetores (a)					U/E/O		Dias de execução (b)
			EM	OCAD	CmdOp	DS/DT	U/E/O		IG	EM	OCAD	CmdOp	DS/DT	OIT	SFN	
							OIT	SFN								
MARINHA	IG	IP					1		6							5
	IO	IP						46							228	491
	IT	IP	1	10			8	20	3	38			24	110	192	
	IT	II		2				4		8				40	12	
EXÉRCITO	IG	IO					7		14		35	1		21		14
	IG	IE														2
	IAO	IO						4	8		13			7		8
	IAO	IE					2	9	22	1	16	3		29	3	54
	IT	IO					10		10		10					10
	IT	IE														
FORÇA AÉREA	IG	IO			1		5	1	71	17	19	6	27			411
	IPS	IO														
	IT	IO	1		1	2	13	2		22	45		58			263
	VA (c)	IO					4	1	58		1		23			204

Os conceitos dos tipos de inspeção constam de Regulamentos do respectivo Ramo.

(a) Número de inspetores empenhados;

(b) Na Força Aérea estão contabilizados em "Homem/Dia";

(c) Inspeções destinadas a regularizar/normalizar anomalias por corrigir decorrentes de IG e IPS anteriores.

Siglas

SIGLAS / ABREVIATURAS

A	Armamento e Equipamento
AA	Antiaéreo
AApSvc	Área de Apoio de Serviços
ABNL	Admiral Benelux
Acqui Div	Divisão Italiana
A/S	Anti-submarina
A7-P	Aeronave de Combate
AAA	Artilharia Antiaérea
AAR	Air-to-Air Refuelling
ABU	Navio Balizador
ACar	Anti-carro
ACS	Airspace Control System
ACT	Activo
ADM	Assistência na Doença aos Militares
ADMA	Assistência na Doença aos Militares da Armada
ADME	Assistência na Doença aos Militares do Exército
ADMFA	Assistência na Doença aos Militares da Força Aérea
ADTA	Agrupamento de Defesa Territorial dos Açores
ADTM	Agrupamento de Defesa Territorial da Madeira
AESM	Agência Europeia de Segurança Marítima
AETD	Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa
AEW	Airborne Early Warning (Radar Picket Aircraft)
AFA	Academia da Força Aérea
AFSOUTH	Comando Aliado do Sul da Europa
AG	Navio Auxiliar
Agr	Agrupamento
AGS	Navio Hidrográfico
AGSC	Navio Hidrográfico Costeiro
AJEMA	Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada de Espanha
AL III	Helicóptero Allouette III
ALFA-JET	Aeronave de Apoio Aéreo Próximo
ALFAN	Almiral Force Action Navale
ALFLOT	Comando Operacional da Marinha de Espanha
ALMART	Fuerza Accion Maritima
AM	Academia Militar
AMN	Autoridade Marítima Nacional
AMF(L)	Ace Mobile Force Land
AMSJ	Área Militar de São Jacinto
ANPC	Autoridade Nacional de Protecção Civil
AOR	Navio Tanque Reabastecedor
AP	Auto-propulsionado
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ARCOMNAV	Área do Comando Naval
ARMADIZ	Mando Accion Marítima de Cadiz
ARRC	Corpo de Reacção Rápida Aliado

ASAFA	Análise ao Sistema de Alimentação das Forças Armadas
ASSISLOG	Análise ao Sistema Logístico
ASUW	Antisurface Warfare
ASW	Anti-Submarine Warfare
At	Atirador
Augmentees	Reforço de Pessoal
AXS	Navio de Vela
BA	Base Aérea
BAAA	Bateria de Artilharia Antiaérea
BAAT	Batalhão de Apoio Aeroterrestre
BAF	Belgium Air Force (Força Aérea Belga)
BAI	Brigada Aerotransportada Independente
BApSvc	Batalhão de Apoio de Serviços
Bat	Batalhão
BCS	Batalhão de Comando e Serviços
BDT	Brigada de Defesa Territorial
BDTC	Brigada de Defesa Territorial do Centro
BDTN	Brigada de Defesa Territorial do Norte
BF	Batalhão de Fuzileiros
BI	Batalhão de Infantaria
BIAT	Batalhão de Infantaria Aerotransportado
BIMec	Batalhão de Infantaria Mecanizado
BIMoto	Batalhão de Infantaria Motorizado
BIPara	Batalhão de Infantaria Pára-quedista
BISM	Batalhão de Informações e Segurança Militar
BLD	Batalhão Ligeiro de Desembarque do Corpo de Fuzileiros
BLI	Brigada Ligeira de Intervenção
BMI	Brigada Mecanizada Independente
BNL	Base Naval de Lisboa
BOE	Batalhão de Operações Especiais
Bra	Brasil
BrigInt	Brigada de Intervenção
BrigMec	Brigada Mecanizada
BrigRR	Brigada de Reacção Rápida
BRILAT	Brigada Ligeira de Atiradores
BSS	Batalhão do Serviço de Saúde
BT	Beneficiário Titular (do IASFA)
Btr	Bateria (unidade de Artilharia)
C-130	Aeronave de Transporte
C-212	Aviocar (Aeronave de Transporte)
C-212EW	Aeronave de Guerra Electrónica
C3I	Comando, Controlo, Comunicações e Informações
C6F	Command 6th Fleet
CAA	Comando Aéreo dos Açores
CACar	Companhia Anti-carro
CAD MAX HALIFAX	Comando Operacional do Canadá
CAE	Combate em Áreas Edificadas

CAF	Companhia de Apoio de Fogos
CAFM	Commander of Armed Forces of Malta
CAOC 10	Combined Air Operations Center 10
CASMD ITALY	Centro Alti Studi Ministerio de la Defensa
CAS	Centro de Apoio Social (do IASFA)
CAt	Companhia de Atiradores
CATT	Companhia de Apoio a Transportes Táticos
Cav	Cavalaria
CAX	Computer Added Exercise
CC-AIR Izmir	Component Commander-Air (NATO)
CCF	Comando de Corpo de Fuzileiros
CCmds / CCMDs	Companhia de Comandos
CCS	Companhia de Comando e Serviços
CDAM	Comando do Destacamento Aéreo da Madeira
CDT	Combat Diving Team (Equipa de Mergulhadores de Combate)
CE	Comunicações e Electrónica
CECLANT	Commandant en Chef pour l'Atlantique
CECMED	Commandant en Chef pour la Méditerranée
CEE	Comparticipação Escolar Especial
CEE-R	Comparticipação Escolar para Reeducação
CEFDM	Comissão de Educação Física e Desporto Militar
CEM	Chefe do Estado-Maior
CEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMET	Chefe do Estado-Maior do Exército de Espanha
CEMF	COMEUROMARFOR
CEMFA	Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CEN	Comparticipação Escolar Normalizada
CEng	Companhia de Engenharia
CEOE	Companhia de Elementos de Operações Especiais
CEREPOSA	Centro de Repouso de Porto Santo (IASFA)
CFMTFA	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
CFP	Curso de Formação de Praças
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CFX	Command Field Exercise
CGE	Conta Geral do Estado
CGCIMIC	Companhia Geral CIMIC
CGEMF	Commander Group Euromarfor (European Maritime Force)
CGS	CIMIC Group South
CH CITOAP	Chefia do Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz
CHIEF JK HQ FRANCE	Chief of Joint Force Headquarter
CHOD	Chief of Defense
CI	Centro de Instrução
CID	Comando da Instrução e Doutrina
CIMIC	Civil Military Cooperation
CINCEASTLANT	Commander-in-Chief Eastern Atlantic Area

CINCGERFLEET	Commander-in-Chief German Fleet
CINCIBERLANT	Comando da Área Ibero-Atlântica
CINCNAV	Comando Operacional da Marinha de Itália
CINCSOUTH	Comando Aliado do Sul
CINCSOUTHLANT	Commander-in-Chief Southern Atlantic Area
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
CISM	Conseil International du Sport Militaire (Conselho Internacional do Desporto Militar)
CJMOA	Comando Operacional da Força Aérea de Espanha
CJSOCC OPLAN	Combined Joint Special Operations Component Command / Operational Planning
CJTF	Combined Joint Task Force
CLIMS	Comité de Ligação dos Organismos Sociais Militares
CLog	Comando da Logística
CM	Colégio Militar
Cmd / CMD	Comando
Cmdt / CMDT	Comandante
CMSM	Campo Militar de Santa Margarida
CMTFA	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
CN	Comando Naval / Cartografia Náutica
CNAD	Conference of National Armament's Directors
CNC	Centro Nacional de Catalogação
CNE	Commander United States Forces Europe
CNPCE	Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência
COA	Comando Operacional dos Açores
COC	Comando Operacional Conjunto
COFA	Comando Operacional da Força Aérea
COFT	Comando Operacional das Forças Terrestres
COJS SPAIN	Chief of Joint Staff SP
COM	Comando Operacional da Madeira
COMAIRCEINT	Comando Aéreo Aliado das Forças do Centro da Europa
COMAIRNORTH	Commander Allied Air Forces North Europe
COMAMF(L)	Commander ACE Mobile Force (Land)
COMFORDRAG	Commander of the Mine Counter Measures Forces
COMFORPAT	Commander of the Coastal Patrol Units
COMNOFLET	Commander Norwegian Fleet
COMAO	Combined Air Operations
COMBINEX	Combined Exercise
COMCOI ITALY	Comando Conjunto Operacional Interforças
COMCORPFUZMAR	Comando do Corpo de Fuzileiros
COM GENAVSPECFOR	Commander German Navy Special Forces
COM JFC BRUNSSUM	Commander Allied Joint Force Command Brunssum
COMLANDSOUTH	Comando Terrestre Aliado das Forças do Sul da Europa
COM MCC NORTHWOOD	Commander of Maritime Component Commander Northwood
COMNAV	Comando Naval
COMNAVSOUTH	Comando Naval Aliado das Forças do Sul da Europa
CompMortPes	Companhia de Morteiros Pesados
COMSUBDEVRON TWELVE	Commander Submarine Development Squadron 12
COMSUBMED	Comand Submarine Mediterranean

COMTURDESDIV	Commander Turkish Destroyer Division
COMTURFLEET	Commander of Turkish Fleet
CORG	Código de Organização
COSPAS/SARSAT	Sistema via Satélite de Busca e Salvamento de Toulouse – França
COY	Company
CPCAT	Curso de Prevenção e Combate à Ameaça Terrorista
CPHM	Comissão Portuguesa de História Militar
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPX	Command Post Exercise (Exercício de Postos de Comando)
CRC	Centro de Reporte e Controlo
CRO	Crises Response Operations (Operações de Resposta a Crises)
CSAR	Combat Search and Rescue
CSI	Comunicações e Sistemas de Informação
CSTID	Conselho dos Sistemas e Tecnologias de Informação da Defesa
CTAT	Comando das Tropas Aerotransportadas
CTC	Corpo de Tropas Comando
CTF	Commander Task Force
CTm	Companhia de Transmissões
CTM	Cooperação Técnico-Militar
CTOE	Centro de Tropas Operações Especiais
CTP	Centro de Telecomunicações Permanentes
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
CZAA	Comando da Zona Aérea dos Açores
CZAM	Comando da Zona Aérea da Madeira
CZMAR	Comando de Zona Marítima
CZMARA	Comando da Zona Marítima dos Açores
CZMARM	Comando da Zona Marítima da Madeira
CZMA	Comando da Zona Militar dos Açores
CZMM	Comando da Zona Militar da Madeira
DA	Acção Directa
DAE	Destacamento de Acções Especiais (do Corpo de Fuzileiros)
DAM	Destacamento Aéreo da Madeira
DAMAG	Direcção de Análise e Métodos de Apoio à Gestão
DAPS	Destacamento Aéreo de Porto Santo
DCCR	Despesas com Compensação em Receitas
DDG	Destroyer Guided Missiles Equiped
DE	Direcção de Electrotecnia
Dest	Destacamento
DestPrec	Destacamento Precursor
DEU	Alemanha
DF	Direcção de Faróis
DGAED	Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa
DGAM	Direcção-Geral de Autoridade Marítima
DGIE	Direcção-Geral de Infra-Estruturas
DGM	Direcção-Geral de Marinha
DGPDN	Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional
DGPRM	Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

DIREC	Divisão de Recursos (do EMGFA)
DISTEX	Disaster Relief Exercise (Exercício que testa e treina militares para responder a uma crise provocada por catástrofe natural)
DL	Decreto-Lei
DMA	Direcção de Manutenção Aeronáutica
DMP	Data Management Processor
DN	Direcção de Navios
DNP	Dispositivo Naval Padrão
DOE	Destacamento de Operações Especiais
DOP	Departamento de Operações
DPP	Departamento de Prospectiva e Planeamento
DRIHELI	Esquadrilha de Helicópteros
DS	Direcção de Serviços
DT	Direcção Técnica
EASC	Elemento de Apoio de Serviços em Combate
E3D	Airbone Early Warning Control System (Aircraft AWACS)
EC-212	Aviocar (Avião de Guerra Electrónica)
EEAW	EPAF Expeditionary Air Wing
EEMMPP	Estados-Maiores Peninsulares
EF	Escola de Fuzileiros
EFFA	Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas
EM	Estado-Maior
EMA	Estado-Maior da Armada
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior da Força Aérea
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EMP	Estados-Maiores Peninsulares
EN	Escola Naval
Eng	Engenharia
ENVC	Estaleiros Navais de Viana do Castelo
EOD UNIT	Explosive Ordnance Disposal Unit
EOSFN	Encargos Operacionais do Sistema de Forças Nacional
EPA	Escola Prática de Artilharia
EPAF	European Participating Air Forces
EPAM	Escola Prática de Administração Militar
EPC	Escola Prática de Cavalaria
EPE	Escola Prática de Engenharia
EPI	Escola Prática de Infantaria
EPT	Escola Prática de Transmissões
Eq	Equipa
ERec	Esquadrão de Reconhecimento
ERF	European Response Force (EUROFOR)
ESE	Escola de Sargentos do Exército
ESP	Espanha
Esq	Esquadra/Esquadrão
EsqPE	Esquadrão de Polícia do Exército

EUCLID	European Cooperation for the Long Term In Defence
EUFOR	Força Europeia
EUGERMIN	Belgian-Neatherlands School Naval Mine Warfare
EUROFOR	European Forces
EUROMARFOR	European Maritime Forces (Força Marítima Europeia)
EXE	Exército
EXSTUDY	Study Exercise
EW	Electronic Warfare (Guerra Electrónica)
F-16	Aeronave de Defesa Aérea
F-16A	Aeronave F-16 Série A
F-16AM	Aeronave F-16 Série A Modificado (com Middle Life Upgrade)
FAC	Forward Air Controller
FAE	Força Aérea de Espanha
FA	Forças Armadas
FAMET	Forças Aero-Móveis do Exército de Terra
FAP	Força Aérea Portuguesa
FApG	Forças de Apoio Geral
FF	Fragata
FFAH	Fragata Equipada com Mísseis e Helicópteros
FFGH	Fragata Vasco da Gama e Embarque de Helicópteros
FNC	Força Nacional Conjunta
FND	Forças Nacionais Destacadas
FOC	Full Operational Capability
FOE	Forças de Operações Especiais
FOP	Força Operacional Permanente
FOPE	Força Operacional Permanente do Exército
FOST	Comando da Flotilha de Treino da Marinha do Reino Unido
FRA	França
FRI	Força de Reacção Imediata
FS	Corveta
FTX	Exercício de Campo com Tropas
FU	Follow up
FZ	Fuzileiros
GAAA	Grupo de Artilharia Antiaérea
GABMDN	Gabinete do Ministro da Defesa Nacional
GABSEDAC	Gabinete do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes
GABSEDN	Gabinete Secretário de Estado da Defesa Nacional
GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
GALE	Grupo de Aviação Ligeira do Exército
GAM	Grupo de Auto-Metrelhadoras
GBAD	Group Based Air Defense
GBR	Grã-Bretanha
GCC	Grupo de Carros de Combate
GCC/BMI	Grupo de Carros de Combate da Brigada Mecanizada Independente
GE	Guerra Electrónica
GEN AOP PORTUGAL	Adjunto do CEMGFA para as Operações
GE NAV CDCOY	German Navy Combat Diving Company

GM	Geologia Marinha
GML	Governo Militar de Lisboa
GNR	Guarda Nacional Republicana
GNS	Gabinete Nacional de Segurança
GU	Grande Unidade
H/D	Homem/Dia
HALO HAHO	High Altitude Low Opening/High Altitude High Opening
HFA	Hospital da Força Aérea
HMAR	Hospital da Marinha
HMB	Hospital Militar de Belém
HMP	Hospital Militar Principal
HMR1	Hospital Militar Regional n.º 1 (Porto)
HMR2	Hospital Militar Regional n.º 2 (Coimbra)
HQ	Headquarters (Quartel-General)
HUMINT	Human Intelligence
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IAMF	Inspeção de Administração de Meios Financeiros
IAMH	Inspeção de Administração de Meios Humanos
IAMM	Inspeção de Administração de Meios Materiais
IAO	Inspeção de Avaliação Operacional
IASFA	Instituto de Acção Social das Forças Armadas
IBERLANT	Área Ibero-Atlântica
IC-ENC	International Center for Electronic Navigation Charts
ICOL	Instrução Colectiva
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IE	Inspeção Extraordinária
IEPG	Independent European Programme Group (composto pelos países europeus da NATO: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Turquia e Reino Unido)
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IG	Inspeção Geral
IGDN	Inspeção-Geral da Defesa Nacional
IGE	Inspeção-Geral do Exército
IGeoE	Instituto Geográfico do Exército
IH	Instituto Hidrográfico
II	Inspeção Inopinada
IMPE	Instituto Militar dos Pupilos do Exército
Inf	Infantaria
Info	Informações
INICT	Instituto Nacional de Investigação Científica
INVITEX	Invitation Exercise
IO	Inspeção Ordinária
IOp	Inspeção Operacional
IP	Inspeção Parcelar
IPg	Inspeção Programada
IPS	Inspeção de Programas e Sistemas

ISAF	Força Internacional de Segurança e Assistência (Afeganistão)
IS/IMS	International Staff/International Military Staff
ISN	Instituto de Socorros a Náufragos
ISTAR	Intelligence, Surveillance, Target, acquisition and Reconnaissance
IT	Inspeção Técnica
ITA	Itália
JC LISBON	Joint Command Lisbon
JEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada de Espanha
JEMAD	Jefe Estado Mayor de la Defensa
JFC BRUNSSUM	Joint Force Command Brunssum (NATO)
JMOTS	Joint Maritime Operational Training Staff
JOINTEX	Joint Exercise (Exercício Conjunto)
KFOR	Kosovo Force
KTM	KFOR Tacres Manbat
LAFTM	Laboratório de Análises Fármaco Toxicológicas da Marinha
LC	Liga dos Combatentes
LCC	Land Component Command
LCM	Lancha de Desembarque Média
LCU/LDG	Lancha de Desembarque Grande
LDM	Lancha de Desembarque Média
LFC	Lancha de Fiscalização Costeira
LFR	Lancha de Fiscalização Rápida
LFX	Live Fire Exercise (Exercício de Fogos Reais)
LIVEX	Live Exercise (Exercício de Campo com Tropas)
LMPQF	Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
LOGEX	Logistical Exercise (Exercício Logístico)
LPM	Lei de Programação Militar
MACON	Estado-Maior Espanhol
Mar	Marinha
MCC NORTHWOOD	Maritime Component Commander Northwood
MCM	Mine Counter Measures
MCMEX	Exercício de Guerra de Minas
MD	Montante Despendido
MDN	Ministério da Defesa Nacional
Mec	Mecanizada
Mil	Militar
MLU	Middle Life Upgrade
MM	Manutenção Militar
MNC	Major NATO Command
MOD U.K.	Ministério da Defesa do Reino Unido
MPA	Maritime Patrol Aircraft
MPA CAN	Aeronave de Patrulha Marítima Canadiana
MP Coy	Military Police Company
MRCC	Maritime Rescue Control Center (Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo)
NAM	NATO Air Meet
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NBQ	Nuclear, Biológico e Químico

NCAGS	Naval Co-operation And Guidance for Shipping
NEO	Operação de Evacuação de Não-Combatentes
NLD	Holanda
NNA	Número NATO de Abastecimento
NOR	Noruega
NORNAVODCDO	Navy Norwegian EOD (Explosive Ordnance Disposal) Commander
NPL	Navio Polivalente Logístico
NRDC	Corpos de Exército da NATO
NRF	NATO Response Force (Força de Resposta OTAN)
Obj	Objectivo
OCAD	Órgãos Centrais de Administração e Direcção
OCE	Officer Conducting the Exercise
OCU	Operational Capability Upgrade
ODN	Orçamento da Defesa Nacional
OE	Orçamento do Estado
OGFE	Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento
OGMA	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico
OGME	Oficinas Gerais de Material de Engenharia
OIT	Órgãos de Implantação Territorial
OLE	Orquestra Ligeira do Exército
OMDN	Orçamento do Ministério da Defesa Nacional
OMDN-E	Orçamento da Defesa Nacional - Exército
OMDN-M	Orçamento da Defesa Nacional – Marinha
OMLT	Operational Mentor and Liaison Team (Afeganistão)
ONU	Organização das Nações Unidas
Op	Operações
OPEVAL	Operational Evaluation
OSC/MDN	Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional
OSE	Officer Shedulling the Exercise
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte.
P3-P	Aeronave de Patrulhamento Marítimo
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAO	Pelotão de Aquisição de Objectivos
PAOC	Plano de Actividade Operacional Civil
Para	Pára-quedista
Pat / PB	Patrulha
PBF	Patrulha Rápido
PBR	Patrulha Ribeirinho
PC	Posto de Comando
PCM	Posto de Comando Móvel
PE	Polícia do Exército
PECO	Países da Europa Central e Oriental
Pel	Pelotão
PelAqObj	Pelotão de Aquisição de Objectivos
PelDefNBQ	Pelotão de Defesa Nuclear Biológico e Químico
PelMsLig	Pelotão de Mísseis Ligeiros
PelPontApFlu	Pelotão de Pontes de Apoio Flutuante

PHIBEX	Amphibious Exercise (Exercício Anfíbio)
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PJM	Polícia Judiciária Militar
PLOP	Países de Língua Oficial Portuguesa
PLRA	Patrulha de Longo Raio de Acção
PMG	Preparação Militar Geral
PO	Posto de Observação
POTG	Portuguese Task Group
Prec	Precursor
PREREDEX	Pré-exercício de Aprontamento
PRT	Portugal
PSO	Peace Support Operations (Operações de Apoio à Paz)
PSP	Polícia de Segurança Pública
QG	Quartel-General
QO	Quadro Orgânico
QP	Quadro Permanente
QPa	Quadro Permanente (activo)
QPC	Quadro de Pessoal Civil
RA	Regimento de Artilharia
RAA	Região Autónoma da Madeira
RAAA	Regimento de Artilharia Antiaérea
RAC	Regimento de Artilharia de Costa
RC	Regimento de Cavalaria/Regime de Contrato
RCC	Rescue Coordination Center (Centro Coordenador de Salvamento)
RE	Regimento de Engenharia
Reb	Rebocado
REF	Reforma
RES	Reserva
RG	Regimento de Guarnição
RI	Regimento de Infantaria
RL	Regimento de Lanceiros
RMN	Região Militar do Norte
RMPORTSMOUTH	Comando do Corpo de Fuzileiros do Reino Unido
RMS	Região Militar do Sul
RNLN	Royal Netherlands Navy
RV	Regime de Voluntariado
SA-330	Helicóptero PUMA
SACEUR	Comando Supremo Aliado da Europa
SACLANT	Comando Supremo Aliado do Atlântico
SAM	Sistema de Autoridade Marítima
SAR	Search And Rescue (Serviço de Busca e Salvamento)
SCNP	Subsídio Complementar Normal de Pensões (concedido pelo IASFA)
SEA	Subsídio Especial de Acamados (concedido pelo IASFA)
SEAP	Subsídio Especial de Apoio a 3ª Pessoa (concedido pelo IASFA)
Sec	Secção
Seg	Segurança

SEI	Subsídio Especial de Idosos (concedido pelo IASFA)
SEIR	Subsídio Especial de Irrecuperáveis ou Incapacitados (concedido pelo IASFA)
SEL	Subsídio Especial para Lares (concedido pelo IASFA)
SEN	Serviço Efectivo Normal
SFEx	Sistema de Forças do Exército
SFN	Sistema de Forças Nacional
SFOR	Stabilisation Force (Força de Estabilização) (Bósnia)
SG/MDN	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional
SHAPE	Supreme Headquarters Allied Powers Europe
SIAF	Spanish Italian Amphibious Force
SICCE	Sistema de Informação de Comando e Controlo do Exército
SIFICAP	Sistema de Fiscalização e Controlo no Âmbito das Pescas
SIGEX	Signals Exercise
SI/TI	Sistemas e Tecnologias de Informação
SNB	Serviço Nacional de Bombeiros
SNBPC	Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil
SNFL	Standing Naval Force Atlantic
SNFM	Standing Naval Force Mediterranean
SNPC	Serviço Nacional de Protecção Civil
SOGA	Saltadores Operacionais de Grande Altitude
SOTG	Special Operation Task Group
SPCAT	Sistema Português de Catalogação
SRPCBA	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores
SRPCBM	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira
SSK	Submarino
STANAG	Standard Agreement (Acordo de Normalização)
STANAVFORLANT	Força Permanente do Atlântico
SUBEX	Submarine Exercise
SYNADEX	Synthetic Air Defense Exercise
TACP	Tactical Air Control Party
TACRES	Tactical Resolve
TASLO	Tactical Air Support for Land Operations
TASMO	Tactical Air Support for Maritime Operations
Téc.	Técnico
TG	Task Group
Tm	Transmissões
TO	Teatro de Operações
TOAFG	Teatro de Operações do Afeganistão
TODCI	Técnicos de Operações de Detecção e Conduta de Intercepção
TPF	Telefone com Fios
TPO	Tirocínio para Oficial
TSF	Telefone sem Fios
TUR	Turquia
UALE	Unidade de Aviação Ligeira do Exército
UAM	Unidade Auxiliar de Marinha
UE	União Europeia
UEB	Unidade de Escalão Batalhão

UEC	Unidade de Escalão Companhia
UEO	Unidade, Estabelecimento, Órgão
UI	Unidade Imobiliária
UKR	Reino Unido
UMD	Unidade de Meios de Desembarque
UN	Unidade Naval
UnAp	Unidade de Apoio
UNENG	United Nations Engineering
UNIFIL	United Nation International Force in Lebanon
UNMISSET	United Mission Support in East Timor
UPN	Unidade de Polícia Naval
USEUCOM	United States Commander
UU/EE/OO	Unidades, Estabelecimentos, Órgãos
VTL	Viatura Tática Ligeira
VTM	Viatura Tática Média
WEAG	Western European Armaments Group (composto pelos países europeus da NATO: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Turquia e Reino Unido)
ZAA	Zona Aérea dos Açores
ZAM	Zona Aérea da Madeira
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZM	Zona Militar
ZMARA	Zona Marítima dos Açores
ZMARM	Zona Marítima da Madeira
ZMC	Zona Marítima do Centro
ZMA	Zona Militar dos Açores
ZMM	Zona Militar da Madeira
ZMN	Zona Marítima do Norte
ZMS	Zona Marítima do Sul

Índice

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	5
SINAIS CONVENCIONAIS	6
1 ORÇAMENTO	7
1.1 Despesas da Defesa a preços correntes e constantes	14
1.2 Variação anual das despesas da Defesa	15
1.3 Despesas da Defesa, despesas públicas e PIB, a preços correntes e constantes	15
1.4 Peso das despesas da Defesa nas despesas públicas e no PIB	16
1.5 PIB por habitante e despesas da Defesa por habitante a preços correntes e constantes	17
1.6 Natureza das despesas da Defesa - Despesas globais	18
1.7 Natureza das despesas da Defesa - Serviços Centrais	20
1.8 Natureza das despesas da Defesa - EMGFA	21
1.9 Natureza das despesas da Defesa - Marinha	22
1.10 Natureza das despesas da Defesa - Exército	23
1.11 Natureza das despesas da Defesa - Força Aérea	24
1.12 Distribuição das despesas por capítulos do MDN	25
2 MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO	27
2.1 Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Marinha	32
2.2 Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Exército	36
2.3 Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Força Aérea	39
3 FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS	41
3.1 Contribuição nacional para operações e forças de elevada prontidão	46
3.1.1 Operações da ONU em que Portugal participa	46
3.1.2 Operações da NATO em que Portugal participa	47
3.1.3 Forças em elevada prontidão no âmbito da NATO para as quais Portugal contribui com forças e meios	47
3.1.4 Operações da UE em que Portugal participa	48
3.1.5 Forças em elevada prontidão no âmbito da UE para as quais Portugal contribui com forças e meios	49
3.1.6 Forças em elevada prontidão no âmbito de acordos multilaterais para as quais Portugal contribui com forças e meios	50
3.2 Tipologia das operações	50
3.2.1 Operações no âmbito do artigo 5º do Tratado da Aliança – Defesa Colectiva	50
3.2.2 Operações não artigo 5º - Operações de resposta a crises (CRO)	50
3.3 Despesas com as missões	50
3.4 Apoio militar à acção externa do Estado português	52
3.4.1 Operações/Missões realizadas	52
3.4.1.1 Operações/Missões no âmbito da ONU	53
3.4.1.2 Operações/Missões no âmbito da NATO	54
3.4.1.3 Operações/Missões no âmbito da UE	57
3.4.2 Contributos nacionais para forças de alta prontidão	59

4	RELAÇÕES BILATERAIS DE DEFESA E COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR	61
4.1	Actividade bilateral de Defesa (com excepção da África subsariana)	64
4.1.1	Tratados, acordos, convenções e memorandos de entendimento	64
4.1.2	Programas de cooperação/Actividades	66
4.1.3	Cruzeiros de investigação científica	71
4.1.4	Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros	71
4.1.5	Sobrevoo e aterragem – Pedidos de autorização	72
4.2	Cooperação técnico-militar	75
4.2.1	Projectos de cooperação técnico-militar com os PLOP	76
4.2.2	Despesas dos projectos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PLOP	78
4.2.3	Formação de militares dos PLOP em Portugal por tipo de curso e Ramo das FA	78
4.2.4	Despesas suportadas pelos Ramos das FA	79
4.2.5	Formação de militares nos PLOP por tipo de curso e Ramo das FA	79
4.2.6	Assistência hospitalar em Portugal a militares dos PLOP e seus familiares e respectivas despesas	80
4.2.7	Despesas globais da cooperação técnico-militar	80
5	RECURSOS HUMANOS	83
5.1	Pessoal	87
5.1.1	Pessoal militar	87
5.1.2	Pessoal militarizado	99
5.1.3	Pessoal civil	100
5.2	Formação e treino	104
5.2.1	Institutos, academias, escolas e centros de instrução das FA	104
5.2.2	Pessoal militar na efectividade de serviço que frequentou cursos internos	105
5.2.3	Pessoal militar que frequentou cursos no estrangeiro	105
5.3	Saúde	107
5.3.1	Pessoal de saúde	107
5.3.2	Hospitais militares	110
5.4	Assistência na doença aos militares das FA	115
5.4.1	Evolução do número de beneficiários	115
5.4.2	Encargos com a saúde por tipo de origem	115
5.4.3	Evolução dos encargos com a saúde	116
5.5	Justiça e disciplina	118
5.5.1	Condecorações atribuídas	118
5.5.2	Processos iniciados	118
5.5.3	Punições aplicadas	118
5.5.4	Processos instruídos por indícios de prática de crime	119
5.6	Desporto militar	120

5.6.1	Competições militares por ramo das FA	120
5.6.2	Pessoal militar que participou em campeonatos nacionais das FA	121
5.6.3	Pessoal militar que participou em provas internacionais militares	122
6	INFRA-ESTRUTURAS	123
6.1	Unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional	127
6.2	Servidões das unidades imobiliárias afectas à defesa nacional	128
6.3	Tipos de utilização das unidades imobiliárias	129
6.4	Verbas gastas com construções novas	130
6.5	Verbas gastas com grandes reparações de unidades imobiliárias	131
6.6	Classificação dos edifícios afectos à Defesa Nacional	132
6.7	Áreas atribuídas	132
6.8	Unidades imobiliárias adquiridas	133
6.9	Alienação de unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional	134
6.10	Alojamentos clássicos atribuídos	135
6.11	Capacidade dos quartéis e bases	135
6.12	Natureza das unidades imobiliárias	136
6.13	Sistemas e tecnologias da informação	139
6.14	Prémio Defesa Nacional e Ambiente	150
7	ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS DE DEFESA	151
7.1	Exportações e importações de bens e tecnologias militares	154
7.1.1	Exportações de bens e tecnologias militares – Valores globais	155
7.1.2	Exportações de bens e tecnologias militares – Valores globais por áreas do globo	155
7.1.3	Importações de bens e tecnologias militares – Valores globais por áreas do globo	156
7.1.4	Comparação entre os valores das importações e exportações de bens e tecnologias militares – Por áreas do globo	157
7.1.5	Comparação entre os valores das importações e exportações de bens e tecnologias militares – Por países agregados em organizações internacionais a que Portugal pertence	157
7.1.6	Empresas autorizadas a exercer legalmente a actividade de comércio de bens e tecnologias militares	158
7.2	Equipamentos de Defesa e LPM	160
7.2.1	Missões e meios disponíveis – Marinha	160
7.2.2	Missões e meios disponíveis – Exército	161
7.2.3	Missões e meios disponíveis – Força Aérea	162
7.2.4	Lei de programação militar (LPM)	162
7.3	Logística	163
7.3.1	Despesas com manutenção de meios e sistemas operacionais	163
7.3.2	Despesas com equipamentos e material de saúde	164
7.3.3	Despesas com transportes – Aquisição de veículos	164

7.3.4	Despesas com transportes – Funcionamento	164
7.4	Investigação e desenvolvimento	165
7.4.1	Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas – Marinha	165
7.4.2	Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas – Exército	167
7.4.3	Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas – Força Aérea	167
7.4.4	Investigação e desenvolvimento com financiamento LPM e respectivas áreas tecnológicas – Âmbito nacional e internacional - Sob coordenação da DGAED	168
7.5	Indústrias de Defesa	169
7.5.1	Indústrias nacionais do sector das indústrias de Defesa – 2007 e 2008	169
7.5.2	Indústrias nacionais com actividades ligadas a áreas da Defesa – 2007 e 2008	170
7.5.3	Empresas autorizadas a exercer legalmente a actividade de indústrias de armamento e tecnologias de Defesa	171
7.5.4	Empordef (sgps), S.A. e associações do sector	172
7.6	Qualidade, normalização e catalogação	174
7.6.1	Qualidade	174
7.6.2	Normalização	174
7.6.3	Catalogação	175
8	SISTEMA DE FORÇAS	179
8.1	Exercícios conjuntos e combinados - EMGFA	188
8.1.1	Exercícios e treino – Exercícios conjuntos – Exercícios realizados	188
8.1.2	Exercícios e treino – Exercícios conjuntos – Meios	188
8.1.3	Exercícios e treino – Exercícios combinados – Exercícios realizados	188
8.1.4	Exercícios e treino – Exercícios combinados – Meios	189
8.2	Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica da Marinha	189
8.2.1	Exercícios sectoriais – Exercícios realizados	189
8.2.2	Exercícios sectoriais – Meios envolvidos	192
8.2.3	Exercícios combinados – Exercícios realizados	196
8.2.4	Exercícios combinados – Meios envolvidos	197
8.3	Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica do Exército	199
8.3.1	Exercícios sectoriais – Exercícios realizados	199
8.3.2	Exercícios sectoriais – Meios envolvidos	200
8.3.3	Exercícios combinados – Exercícios realizados	201
8.3.4	Exercícios e treino – Exercícios combinados – Meios envolvidos	202
8.4	Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica da força aérea	202
8.4.1	Participação em exercícios sectoriais de outros Ramos – Exercícios realizados	202
8.4.2	Participação em exercícios sectoriais de outros Ramos – Meios envolvidos	203
8.4.3	Exercícios combinados – Exercícios realizados	204
8.4.4	Exercícios combinados – Meios envolvidos	204

9	APOIO SOCIAL	207
9.1	Beneficiários do IASFA – Distribuição por Ramos das FA	211
9.2	Funções de protecção social – Invalidez – Subsídios	211
9.3	Função de protecção social – Velhice – Subsídios	211
9.4	Função de protecção social – Sobrevivência – Subsídios	211
9.5	Função de protecção social – Família – Subsídios	212
9.6	Total anual de subsídios e montantes despendidos por função	212
9.7	Outras funções de protecção social	213
10	ACTIVIDADE INSPECTIVA	215
10.1	Inspecções de administração dos meios humanos, materiais e financeiros executadas pela IGDN	218
10.2	Inspecções de análise de programas e sistemas executadas pela IGDN	219
10.3	Inspecções realizadas pela IGDN em 2008	219
10.4	Evolução do número de inspecções às estruturas	220
10.5	Número de inspecções realizadas nos últimos cinco anos	220
10.6	Inspecções de administração dos meios executadas pelos Ramos	221
SIGLAS		223

